

JOAQUIM MANUEL CÉSAR CAEIRO

POLÍTICAS TERRITORIALIZADAS DE DESENVOLVIMENTO EM
CONTEXTO DE MONTANHA. O EXEMPLO DA ACÇÃO INTEGRADA
DE BASE TERRITORIAL DA SERRA DA ESTRELA



Faculdade de Letras
Universidade Coimbra
2009

JOAQUIM MANUEL CÉSAR CAEIRO

**POLÍTICAS TERRITORIALIZADAS DE DESENVOLVIMENTO EM
CONTEXTO DE MONTANHA. O EXEMPLO DA ACÇÃO INTEGRADA
DE BASE TERRITORIAL DA SERRA DA ESTRELA**

Tese de Mestrado em Geografia, área de especialização em Ordenamento do Território, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás

À *The Tokyo Foundation* o meu obrigado por ter contribuído para tornar real o presente estudo.

Faculdade de Letras
Universidade Coimbra
2009

À minha mulher, Nena, por todo o apoio e compreensão que teve durante este meu desiderato.

Aos meus dois "lingotes" Alexandra e André, motivo de felicidade, entusiasmo e paixão pela vida.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Paulo Manuel Carvalho Tomás pela competência com que orientou esta minha tese e o tempo que generosamente me dedicou, transmitindo-me os melhores e mais úteis ensinamentos, com paciência, lucidez e confiança. Pelo acesso que me facilitou a uma pesquisa mais alargada e enriquecedora e pela sua crítica sempre tão atempada, como construtiva, bem-haja estou-lhe muito, muito grato.

Um sentido agradecimento à Professora Doutora Fernanda Maria Silva Dias Delgado Cravidão pelo seu incitamento.

Ao Eng.º Lemos Santos, pela disponibilidade e boa-vontade demonstradas, que permitiram o acesso aos dados relativos à Acção Integrada de Base Territorial da Serra d Estrela.

À *The Tokyo Foundation* pelo suporte financeiro atribuído para viabilizar a concretização do presente estudo.

Resumo

O presente estudo subdivide-se em duas partes principais que se articulam em cinco capítulos. Na primeira parte abordamos a problemática dos territórios de montanha de modo a percebermos a sua importância global, nacional, regional e local, assim como as iniciativas levadas a efeito para assegurar a sua sustentabilidade, designadamente através da análise de quadros normativos e documentos orientadores da União Europeia (e suas incidências em Portugal).

Na segunda parte procuramos aprofundar esta temática através da análise de um caso de estudo: a Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela (Programa Operacional da Região Centro, 2000-2006), no sentido de explicitar os seus efeitos locais e antever a integração da Serra da Estrela no novo período de programação e execução das políticas públicas (2007-2013).

Os territórios de montanha são uma importante fonte de água, energia e de biodiversidade. Mas também são a fonte de recursos de primária importância, como os recursos minerais, florestais, agrícolas, assim como são excelentes áreas de lazer. Por outro lado, os seus ecossistemas são parte significativa da ecologia, complexa e inter-relacionada, do nosso planeta, pelo que os ambientes montanhosos são essenciais para a sobrevivência do ecossistema global. (Adaptado de Nações Unidas, 1992). Estes estão interdependentes do Homem e das suas acções, em virtude de o Homem aí residir ou ter residido, ou por força das alterações que o Homem tem originado no planeta, com especial destaque para as alterações climáticas.

A consciencialização destes e de outros factos começou a surgir, à escala global a partir de Convenção sobre a Desertificação (CNUD) que decorreu em 1977, e na sequência da qual surgiu o Plano de Acção para o Combate à Desertificação (PACD) das Nações Unidas, dois anos antes a Comunidade Económica Europeia (CEE) aprovou a Directiva 75/268/CEE (1975) a qual abordou, entre outros assuntos, a agricultura de montanha, tendo definido medidas para mitigar as diferenças de rendimento dos agricultores das áreas de montanha relativamente aos agricultores das demais áreas, reconhecendo-se desta forma a especificidade da agricultura de montanha.

Contudo apesar destes factos, na prática verificou-se que o *cliché* que associa os territórios de montanha à agricultura, designadamente a agricultura intensiva produtivista das décadas de 70, 80 e 90, e numa fase posterior ao desenvolvimento rural perdurou, de forma genérica, até aos nossos dias.

Deste conjunto de políticas resultou, invariavelmente, para além da deterioração destes espaços, em algumas situações, o acentuar das diferenças socioeconómicas entre os territórios de montanha e os demais territórios, circunstância que motivou o êxodo humano das áreas serranas.

Inserido neste contexto, e tendo como principal alicerce a coerência territorial, foram definidas políticas programáticas para a Serra da Estrela, através da respectiva Acção Integrada de Base Territorial (AIBTSE) as quais assentavam, fundamentalmente, numa estratégia fomentadora da multifuncionalidade e da sustentabilidade, que visava potenciar as riquezas eco-culturais onde “Os recursos patrimoniais naturais e culturais (estes entendidos nas dimensões arquitectónica e arqueológica) são considerados variáveis-chave nos sistemas e instrumentos de gestão territorial.” (Carvalho, 2001: 3).

A AIBTSE dinamizou este território entre os anos 2000 e 2006, no decurso dos quais executou uma gestão que apoiou principalmente a requalificação de património e a construção de equipamentos potenciadores dos índices turísticos da região mas também indutores de outros investimentos, que permitam a estes territórios afirmar-se a nível nacional e internacional como destino de excelência para o turismo de ecocultural.

Abstract

This study is divided in two main parts which are articulated into five chapters. The first part approaches the issue of mountain territory in order to perceive its global, national, regional and local importance, as well as the initiatives performed to guarantee its sustainability, based on the analysis of European Union Normative Frameworks and guidance documents (and their incidence in Portugal).

The second part focuses on the same issue through the analysis of a case study: the Integrated Action with a Territorial Basis of the "Serra da Estrela" (Operational Programme for the Centre Region, 2000-2006). The analysis of this particular Integrated Action aims at explaining its local effects and foreseeing the integration of the "Serra da Estrela" in the new period of programming and execution of the public policies (2007-2013).

Besides being an important source of water, energy and biodiversity, mountain territories are the source of primary resources like mineral, forest and agricultural ones, and also excellent leisure areas. On the other hand, its ecosystems are a significant part of the Earth's complex and interrelated ecology. Therefore, mountain environments are essential to the global ecosystem's survival (adapted from United Nations, 1992). They are interdependent from Mankind and its actions, because Man inhabits or inhabited them, or due to Earth's changes caused by human action, especially climate changes.

The world's awareness of these and other facts began after the United Nations Convention to Combat Desertification (UNCCD) in 1977, which was responsible for the creation of the United Nations Plan of Action to Combat Desertification (PACD). Two years earlier, the Economic Commission for Europe (ECE) had approved the Directive 75/268/ECE (1975) that dealt with mountain agriculture (among other issues) and took measures to mitigate the income differences between the mountain farmers and the farmers in other areas, acknowledging the particular situation of mountain agriculture.

In spite of these facts, the *cliché* that associates mountain territories with agriculture, especially with the intensive productive agriculture in the 70s, 80s and 90s, and later with the rural development, in a generic way, still exists nowadays.

Apart from the deterioration of these spaces, in many cases, the result of the above mentioned policies, was the constant growth of the social and economic differences between

mountain territories and all the others, a circumstance inducing a bigger human exodus from mountain areas.

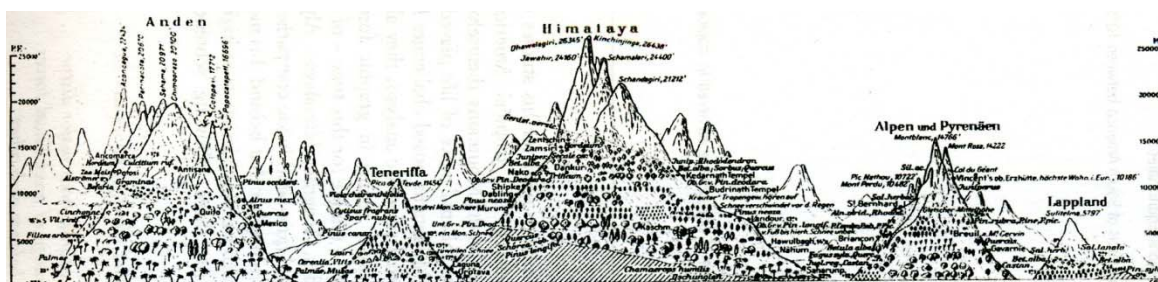
In this context, and with the territorial coherence as the main guideline, several programmatic policies were defined to the "Serra da Estrela" through the Integrated Action with a Territorial Basis (AIBTSE). These policies were fundamentally based on a strategy promoting multifunctionality and sustainability in order to increase the eco-cultural wealth where "The natural and cultural heritage resources (viewed in architectural and archaeological dimensions) are considered key variables in the systems and tools of territorial management." (Carvalho, 2001:3).

The Integrated Action with a Territorial Basis of the "Serra da Estrela" (AIBTSE) developed this territory between 2000 and 2006, when it supported the heritage requalification and the construction of appropriate equipments, not only to rise the tourism indexes, but also to stimulate other investments that would allow these territories to gain an important position as a destination of excellence for eco-cultural tourism, at a national and international level.

Introdução¹

A presente dissertação pretende abordar as questões relativas aos territórios de montanha, nomeadamente as suas potencialidades, enquanto territórios que generosamente contribuem, de forma decisiva, para a vida no planeta, bem como as evidentes necessidades de implementação prática e objectiva de políticas de ordenamento e planeamento que viabilizem a continuidade das funções que estes territórios desempenham.

As áreas de montanha fazem parte das preocupações dos geógrafos desde longa data. A título de exemplo, é pertinente referir o contributo de Alexander von Humboldt, citado por Mitchell Banks and Price (2007: 276). Este mentor da geografia moderna percebeu e demonstrou com os seus estudos, que os territórios de montanha (figura 1) incitam à combinação de saberes, permitindo despertar e evidenciar as relações interdependentes que aí abundam, fazendo com que estes territórios sejam um privilegiado e fértil campo de estudo para os geógrafos.



Fonte: von Humboldt, 1845 – 1862 in Messerli, B. e Messerli P., 2007: 6

Figura 1: Esboço feito por Alexander von Humboldt com o intuito de reproduzir os territórios por si percorridos e estudados.

A Escola Geográfica de Coimbra desde 1922 que demonstrou particular interesse pelos territórios de montanha², sobretudo os localizados nas regiões Norte e Centro de Portugal Continental.

Assim, Amorim Girão foi o primeiro geógrafo a desenvolver um estudo sobre as áreas de montanha no âmbito da sua dissertação de doutoramento intitulada “Bacia do Vouga: Estudo Geográfico” (1922), tendo delimitado a sua área de estudo entre “(...) o maciço de toda a zona montanhosa que se estende entre o Vouga com o sul, e o Douro com o Paiva, (...)” (Girão, 1922).

¹ A imagem da capa (elaboração própria) é relativa à Serra da Estrela e aos resultados de algumas intervenções subvencionadas pela Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela.

² Apenas referimos os trabalhos apresentados em provas de doutoramento.

Vergílio Taborde (1932), que segundo Rebelo, era um discípulo de Girão, centrou a sua pesquisa em Alto-Trás-os-Montes, tendo-se referido a este território como uma “zona planáltica” e montanhosa, modelada por vales mais ou menos profundos, factos que contribuem para a multiplicação dos contrastes climatéricos. No âmbito do retrato socioeconómico de Alto-Trás-os-Montes, Taborde relata que “na região mais húmida e pluviosa de Trás-os-Montes, onde o solo, predominantemente granítico, armazena a água, o clima rigoroso exclui certas culturas limitando a importância das ocupações agrícolas; o isolamento impele o camponês de preferência para a exploração do gado (...), tudo se combina para fazer do Barroso a primeira região pecuária transmontana” (Taborde, 1932/1987: 92).

Na sequência do estudo do território de Alto-Trás-os-Montes, designadamente as relações entre a ocupação humana e as adaptações locais ao território, para possibilitar o aproveitamento das riquezas intrínsecas a esse mesmo território, somente cerca de 17 anos mais tarde surgiu outro estudo que teve como enfoque um espaço serrano. Alfredo Fernandes Martins com a sua tese de doutoramento “O Maciço de Calcário Estremenho. Contribuição para um Estudo de Geografia Física” (1949), pretendeu analisar o modelado em áreas calcárias, tendo observado que “Internados no Maciço, a originalidade da paisagem impõe-se em breve lapso, tal a constância de certos motivos topográficos, como as depressões fechadas (...). Não é uma paisagem calma no pormenor, ainda que, de longe e quando vistas dos pontos altos do Maciço, as perspectivas sejam tranquilas, atenuada pela distância o caos das ondulações (...)” (Martins, 1949).

Após este memorável estudo, somente em 1988 é que voltaria a ocorrer a defesa de trabalhos que se debruçaram sobre a temática dos territórios de montanha. João Victor Silva Pereira defendeu um trabalho de geografia humana intitulado “Serra do Caramulo. Desintegração de um Espaço Rural” (1988) tendo constatado, no âmbito deste estudo, que as montanhas foram e serão um pólo de atracção para os geógrafos, atendendo a que “Os meios serranos são terras de diversidade, pois a dimensão vertical sobrepõe-se às distâncias horizontais, multiplicando as combinações locais entre os factores do ambiente, numa variedade tanto maior quanto mais diferenciadas são as formas de relevo.” (Pereira, 1988: 39).

Ainda no decurso do ano 1988 Lúcio Cunha entregou a sua tese de doutoramento que virá a defender em 1989. Este foi um trabalho, que de acordo com Rebelo (2003) surge em continuidade com os trabalhos de Alfredo Fernandes Martins, que aliás começou por o orientar no desenvolvimento deste estudo sobre “As serras calcárias de Condeixa – Sicó – Alvaiázere: estudo de geomorfologia”. Com este estudo, Cunha (1989) deu mais um importante contributo para o

conhecimento geomorfológico de Portugal, chamando a atenção, entre outras, para a necessidade de se ter em conta no processo de carsificação, não só as condições litológicas, estruturais e topográficas intrínsecas dos maciços calcários, mas também de outros factores externos que terão a ver, sobretudo, com o clima, os solos e o coberto vegetal destas áreas.

A partir destes estudos, passou a ocorrer a defesa de trabalhos realizados em territórios de montanha com uma maior regularidade. Prova disto mesmo é o facto de em 1997 Luciano Lourenço ter apresentado um trabalho intitulado “Serras de Xisto do Centro de Portugal – Contribuição para o seu Conhecimento Geomorfológico e Geológico”, no qual se destaca a abordagem feita à problemática dos incêndios florestais e a sua contribuição enquanto fenómeno catalisador da rápida mutação a que os espaços serranos estão a ser sujeitos, muito por força da intervenção humana, numa primeira fase e por uma ausência de intervenção humana, numa segunda fase, assumindo desta forma o Homem, uma função determinante no tipo de evolução que se verifica actualmente nas vertentes de xisto do centro de Portugal.

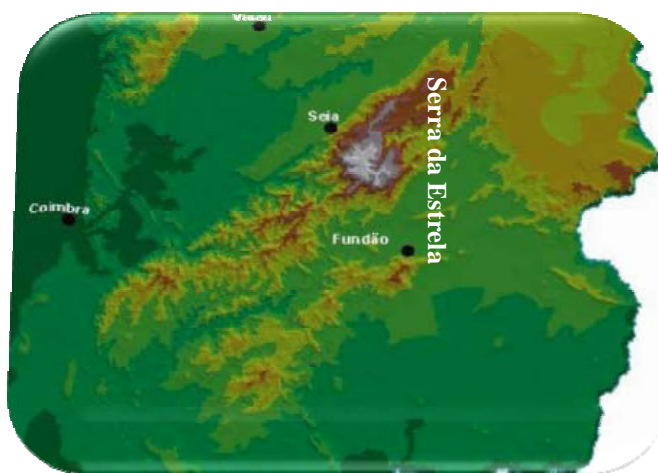
Mais recentemente, num curto espaço de tempo foram apresentados os resultados de três trabalhos de investigação que têm como característica comum o facto de a área de estudo corresponder a ambientes de montanha. Assim, em 2004, António Rochette Cordeiro defendeu um trabalho sobre a “Dinâmica de Vertentes em Montanhas Ocidentais do Portugal Central”, estudo este que pretendia, segundo o autor, contribuir para “(...) um conhecimento profundo de todo o potencial endógeno destas montanhas de forma a potenciar e equacionar as novas linhas de um desenvolvimento sustentado para a região, e para o qual os geógrafos deverão ter papel preponderante (...)” (Cordeiro, 2004: 14).

No início de 2005, João Luís Fernandes, com a apresentação do trabalho intitulado “Território, Desenvolvimento e Áreas Protegidas – A Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros”, dá particular atenção à questão da riqueza ambiental das áreas de montanha, abordando ainda a forma descuidada em que por vezes é feita a intervenção do Homem nestes territórios, referindo como exemplo paradigmático destas ocorrências o facto de uma via rodoviária (auto-estrada A1) cortar ao meio a área protegida do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

Igualmente em 2005, Paulo Carvalho Tomás apresentou e defendeu uma dissertação sobre “Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã”, centrada na “contribuição do património cultural para a prossecução de objectivos

de sustentabilidade territorial em áreas rurais de montanha, através da análise de políticas, instrumentos e iniciativas (...)” (Carvalho, 2005: 11), com especial ênfase nas aldeias serranas da Lousã.

É pois, influenciados por este percurso da Escola Geográfica de Coimbra e sob o seu chapéu que se nos afigura como oportuno este contributo para a caracterização e conhecimento dos territórios de montanha em geral, e de modo particular da Serra da Estrela (figura 2). A Serra da Estrela é a mais emblemática das componentes morfoestruturais da Cordilheira Central Portuguesa e integra o ponto situado a maior altitude de Portugal Continental (1993 metros), conhecido como o Planalto da Torre.



Adaptado de Cordeiro (*op. cit.*: 11).

Figura 2: A Serra da Estrela no contexto da Cordilheira Central Portuguesa.

A prática da transumância sustentou a evolução da indústria têxtil e de curtumes, que teve o seu período áureo nas décadas de 30 e 40, em que, segundo Fernandes *et al* (2005: 3) “A indústria da lã conhece o seu apogeu, as actividades agro-pastoris desenvolvem-se e a ocupação das terras toma maior extensão e intensidade, ocupando para além dos vales as encostas com diversas culturas”. Esta época coincide com o maior efectivo populacional residente neste território sendo que a partir desta altura “em resultado da migração da população e desarticulação das actividades tradicionais, ligadas aos sistemas agro-silvo-pastoril e à pequena indústria, originando ruptura e crise no aproveitamento e percepção destes espaços, bem como nos equilíbrios estabelecidos.” (Fernandes, 2004: 2) entre o Homem e a natureza, situação que transformou estas áreas, segundo Carvalho (2005: 24) em “(...) territórios periféricos com (baixa densidade demográfica, social, económica e institucional), em geral marcados pelo despovoamento e abandono (...)” mas para os

quais, ainda segundo Carvalho (*op. cit.*) os actores institucionais começam a direccionar as suas atenções.

Estes territórios serranos têm sido objecto, principalmente num passado recente, de políticas territorializadas que para além da respectiva infra-estruturação, também têm pretendido apoiar a conciliação das práticas agrícolas com outras actividades, designadamente na prestação de serviços, de modo a fomentar a pluriactividade das populações locais. O leque de ofertas assenta sobretudo na qualidade ambiental e paisagística que conjugadas com aspectos culturais, etnográficos e arquitectónicos, têm justificado o desenvolvimento de algumas dinâmicas positivas de recuperação e requalificação de espaços rurais e urbanos onde a patrimonialização tem assumido especial destaque nas "(...) recentes políticas de desenvolvimento e os instrumentos relativos à intervenção espacial reflectem a centralidade do território (conceito vertebrador) e das novas formas de gestão territorial, de tal forma que assistimos, igualmente, a uma redescoberta dos territórios e a uma recentralização da importância dos lugares por via da valorização social de recursos como o património." (Carvalho, 2007: 25)

Quanto aos objectivos, esta dissertação tem como principal propósito salientar a importância e analisar as dinâmicas recentes dos territórios de montanha, designadamente a Serra da Estrela. Através do estudo bibliográfico e da verificação casuística dos processos desenvolvidos para preservar e aproveitar de modo sustentável o recursos estratégicos da montanha, pelo que pretendemos:

- Identificar as potencialidades e a importância dos territórios de montanha, enquanto espaço complexo e palco da inter-acção do Homem;
- Identificar e analisar os documentos estratégicos e normativos para o desenvolvimento sustentável da montanha;
- Explicitar a especificidade dos territórios de montanha, especialmente no que diz respeito à paisagem e aos recursos patrimoniais.
- Contextualizar a "política de montanha" no contexto europeu e nacional;
- Relacionar os objectivos da estratégia definida no âmbito da AIBTSE com o território abrangido por esta medida do Programa Operacional do Centro;
- Analisar os resultados práticos decorrentes das políticas apoiadas pela AIBTSE e perspectivar o seu contributo na dinamização do potencial turístico da Estrela.

Em termos metodológicos, para a prossecução dos nossos objectivos, realizámos numa primeira fase uma análise documental de um vasto leque de publicações (em formato analógico e digital), incluindo algumas de cariz jurídico, que tratam as questões relacionadas com o desenvolvimento sustentado dos territórios montanhosos, assim como a necessidade da sua protecção.

Numa segunda, fase procedemos à consulta e análise dos documentos que sustentaram os vários períodos de apoio comunitário, desde 1986 até 2006 (1986/1989; QCA I, 1989/1993; QCA II, 1994/1999; QCA III, 2000/2006) principalmente no que diz respeito aos fundos estruturais, com o intuito de perspectivar a existência ou não de uma estratégia para estes territórios e se essa estratégia foi ou não implementada.

Ainda neste contexto, realizámos igualmente uma incursão analítica ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007/2013) para tentar aferir da coerência entre as políticas previstas neste quadro de apoio e as políticas já desenvolvidas nos anteriores períodos de apoio.

Na terceira fase do desenvolvimento do presente estudo, no âmbito de um retrato territorial da área de estudo, foi necessário recorrer a dados estatísticos publicados e à informação digital, designadamente a disponibilizada nos *web sites* dos municípios da área de estudo. Estes dados e informação depois de trabalhados e adaptados foram relacionados com recurso a um Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Por último, analisámos os dados não publicados, cedidos pela Unidade de Gestão da Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela, relativos ao conjunto de acções aprovadas e apoiadas no âmbito da Medida 5 do Eixo II do Programa Operacional do Centro.

Estruturalmente, o presente trabalho subdivide-se em duas partes principais que por sua vez articulam cinco capítulos. Na introdução, para além de se fazer um enquadramento geral da temática, apresenta-se uma síntese caracterizadora da área de estudo e abordamos os objectivos operacionais da tese, assim como a metodologia da investigação e a respectiva organização.

No primeiro capítulo, faz-se o “estado da arte” sobre a temática relativa aos territórios de montanha à escala global, designadamente no que concerne às importantes funções que estes territórios desempenham e o seu contributo quer para o equilíbrio da planeta, quer para o normal decurso da vida de uma larga percentagem da população mundial. Neste capítulo, serão ainda abordadas as preocupações que os decisores políticos têm para com estes territórios, que serão

aferidas através da existência ou não de legislação nacional relacionada com a protecção destes territórios.

No segundo capítulo, é feita uma análise evolutiva sobre o contributo das políticas europeias relativas aos territórios de montanha, nomeadamente no que respeita aos programas de apoio ao desenvolvimento destes territórios bem como os respectivos contributos para a coesão económica e social que os mesmos devem fomentar sobressaindo nesta questão os sectores onde tem havido, genérica e reiteradamente, um maior investimento. Neste capítulo, são ainda abordados de forma crítica diversos documentos que se entendem como muito importantes por orientarem a implementação prática das políticas.

Com o terceiro capítulo, comenta a evolução e a incidência das políticas relacionadas com o desenvolvimento rural e com os territórios de montanha, que foram sendo englobados nessas mesmas políticas. Este capítulo termina com uma perspectiva do desenvolvimento rural em Portugal e de modo particular na Região Centro para o período entre 2007 e 2013.

No quarto capítulo, apresentamos um breve retrato territorial da área de estudo (Serra da Estrela) através de variáveis como a população, o uso do solo, as actividades económicas, entre outras. No desenvolvimento deste capítulo enfatizamos as potencialidades intrínsecas a este território, destacando o património natural e construído.

Com o quinto capítulo, abordamos a Medida 5 do Eixo II do Programa Operacional do Centro que teve uma vigência entre os anos 2000 e 2006, assinalando de modo especial as linhas estratégicas definidas à partida e que estiveram na base do tipo de acções propostas, aprovadas e homologadas pela Unidade de Gestão da Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela. Procedemos ainda ao estudo do tipo de projectos efectivamente desenvolvidos no âmbito desta AIBT, sobretudo no que diz respeito aos montantes aprovados por projecto, às entidades promotoras desses projectos e à localização geográfica dos mesmos.

Finalmente, apresentamos as conclusões mais significativas da nossa investigação e verificamos se as estratégias de desenvolvimento inicialmente definidas para a área de estudo coincidem com os projectos efectivamente desenvolvidos neste território. Neste âmbito, conferimos ainda os projectos, o enquadramento dos projectos e a respectiva contribuição para o aproveitamento das riquezas eco-culturais presentes neste território e cumulativamente para projectar a região enquanto área turística de excelência.

PARTE I

**AS ÁREAS DE MONTANHA: CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS E POLÍTICAS
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Capítulo 1. Questões intrínsecas ao desenvolvimento sustentável das áreas de montanha

1.1 O significado das montanhas

Cerca de um quarto do planeta é montanhoso e mais ou menos um quarto da população mundial inter-age directamente com os territórios de montanha. De facto, os dados mais recentes indicam que os territórios de montanha ocupam 24 por cento da superfície terrestre (Kapos *et al.*, 2000, citado por Price, 2004: 1) e albergam 12 por cento da população global (Huddleston *et al.*, 2003, citado por Price, *op. cit.*). Ao que acresce 14 por cento da população global, que reside nas áreas adjacentes às áreas de montanha” (Meybeck, e Vörösmarty, 2001, citado por Price, *op. cit.*).

À escala da União Europeia (27 países) conjuntamente com a Noruega e a Suíça, constatou-se que a influência e importância dos territórios de montanha é substancialmente superior à que se verifica a nível global. De facto, segundo o Relatório Final “Mountain Areas in Europe: Analysis of mountain areas in UE member states, acceding and other European Countries”, de Janeiro de 2004, verificou-se que os municípios de montanha representam cerca de 40,6% da área total considerada, na qual viviam cerca de 94,3 milhões de pessoas, o que corresponderia a 19,1% da população total residente nos Estados abrangidos pelo estudo.

Mas, se a estes factos relacionarmos ainda o que estes territórios oferecem, de forma generosa e quase sempre gratuitamente, na maioria dos casos, para que o dia a dia da generalidade da população terrestre se processe com normalidade, sendo que para esta normalidade ocorrer temos de ter em linha de conta recursos, como a água, a energia, a madeira, a cultura, o lazer, os alimentos, a natureza, o equilíbrio do planeta, facilmente se compreende a sua importância global.

Contudo, de forma genérica, e ao contrário do que os dados supostamente evidenciam, os territórios de montanha foram ao longo de décadas desrespeitados, quer pela sociedade em geral quer pelos meios científicos e políticos em particular (conforme explicamos de modo detalhado no Capítulo 2). Tal contribuiu de sobremaneira para que os territórios de montanha fossem, e de certa forma, continuem a ser percebidos de maneira errada. Na verdade, a imagem que habitualmente temos dos territórios de montanha foi-nos inculcada pelo sistema, começando nos livros de histórias, passando pelas aprendizagens escolares e terminando no que os *média* e cinema nos transmitem, levando-nos a criar estereótipos que têm como resultado prático, para

além dos *handicaps* naturais, o surgimento de *handicaps* políticos que influenciam a definição de estratégias e de prioridades para estes territórios.

Nas áreas de montanha, para além da caracterização física, é necessário considerar a caracterização social. As áreas de montanha não o deixam de ser, só porque o clima local permite a prática agrícola continuada durante todo o ano, nem porque a sua exploração está direccionada para as produções não agrícolas, que surgem em contextos de forte influência urbana. A montanha também é um espaço social, que resulta da organização que a sociedade lhe deu, de acordo com critérios próprios de estruturação e utilização produtiva ou outra.

Por um lado estes espaços físicos são bastante diversos, e por outro lado, são também bastante análogos. Parece paradoxal, mas não é, senão vejamos. Os territórios de montanha em função da respectiva altitude, a que se situam, podem ser considerados alta, média e baixa montanha. Existem várias classificações nacionais, principalmente relacionadas com a política agrícola e em alguns países também relacionadas com o desenvolvimento regional.

A nível global, a *United Nations Environment Programme – World Conservation Monitoring Centre* (UNEP-WCMC), estabeleceu, no ano 2000, uma classificação para as áreas de montanha que tem em consideração a altitude e os declives. Assim, de acordo com a classificação proposta pela UNEP-WCMC, foram definidas 6³ classes, ao que acresce a condição de todos os territórios localizados acima dos 2 500 metros (m) de altitude, serem sempre considerados territórios de alta montanha, independentemente dos declives; territórios localizados abaixo dos 2 500m e acima dos 300m de altitude, que habitualmente são denominados como terras altas, regiões de altitude elevada, ou simplesmente como montanhas, são considerados territórios de montanha se exibirem declives $\geq 5^\circ$ e uma morfologia local variável. Em 2002, no âmbito de uma revisão, foi introduzida a classe 7 relativa a bacias internas e isoladas, e planaltos com uma extensão inferior a 25 km², que estejam rodeados por montanhas, que não encaixem nos critérios para as classes de 1 a 6.

À escala europeia, foi definida, no âmbito do relatório *Mountain Areas in Europe: Analysis of mountain areas in UE member states, acceding and other European countries*, publicado em

³ Classes de altitude para definir as áreas de montanha estabelecidas pela UNEP-WCMC:

- Classe 6: 300m – 1 000m e LER** (num raio de 7km) > 300m;
- Classe 5: 1 001m – 1 500m e declives $\geq 5^\circ$ ou LER* (num raio de 7km) > 300m;
- Classe 4: 1 501m – 2 500m e declives $\geq 2^\circ$;
- Classe 3: 2 501m – 3 500m;
- Classe 2: 3 501m – 4 500m;
- Classe 1: $\geq 4 500m$

*LER - local elevation range = altitude local limite.

Adaptado de: Blyth *et al.*, 2002: 12

Janeiro de 2004, uma classificação que se baseou num refinamento da classificação da UNEP-WCMC. Assim, para esta classificação foi usado um modelo digital de altitude, que identificou todas as elevações existentes por quilómetro quadrado (km²) à superfície terrestre, tendo sido definidas 5⁴ classes de altitude, em que as 4 primeiras consideram como critério adicional os declives.

Estas características têm implicações directas ao nível do coberto florestal, por exemplo, mas também são análogas em virtude, por exemplo, de o Homem para cultivar e aproveitar a terra ter de construir socacos, ou produzir os mesmos produtos, mas com características diferentes, que são induzidas nos produtos pela especificidade da montanha em questão.

Na verdade, é espantosa a homogeneidade e coincidência no tipo de soluções, engenhosas, que são encontradas, em contextos culturais diferentes, para solucionar uma mesma situação quer esta ocorra nos Andes, nos Himalaias ou nos Cárpatos

Estas homogeneidades de formato de produção e de ordenamento serão os principais factores indutores, no esbater aparente, das por vezes acentuadas diferenças que existem entre as comunidades de montanha, bem como levam a que alguns autores estabeleçam semelhanças entre as áreas de montanha e as comunidades que se dedicam à criação de gado e ao seu pastoreio.

“A montanha é um espaço construído socialmente, no qual as comunidades locais desenvolvem formas próprias de exploração dos recursos disponibilizados pela natureza, de forma sustentável, tendo em conta o contexto histórico, técnico, económico e social em que ocorrem.”(Valcárcel, 2004: 7)

Mas, as actuais áreas de montanha tendem a acentuar a sua heterogeneidade desde décadas a esta parte em virtude de “(...) development performance in these individual mountain regions in also varied, with some of them demonstrating stronger relative performance leading to a catching-up with their respective national socio-economic averages, although absolute levels of poverty are still higher in most mountain regions than in related lowland regions.” (Parvez e Rasmussen, 2004: 86).

⁴ As classes para definir as áreas de montanha estabelecidas pela NORDREGIO/Comissão Europeia são as seguintes:

- > 2 500
- 1 500 - 2 499 declives > 2º num raio de 3 km²;
- 1 000 – 1 499 declives > 5º num raio de 3 km² e/ou com uma altitude local > 300m num raio de 7km²;
- 300 – 999 com uma altitude local > 300m num raio de 7km²;
- 0 – 299 com um divisão standard > 50m, por ponto cardinal;

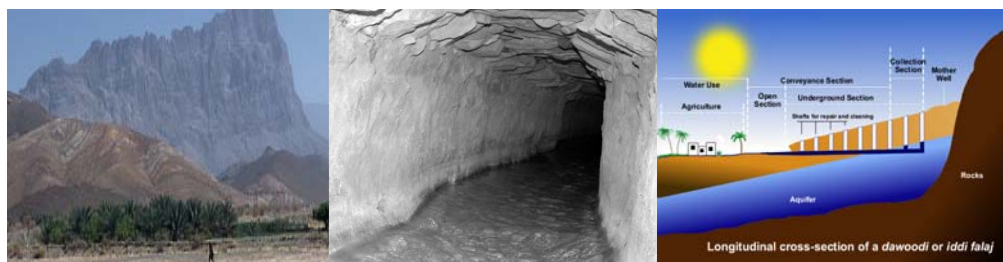
Adaptado de: *Mountain Areas in Europe: Analysis of mountain areas in UE member states, ascending and other European countries*, 2004: ii

1.2 A importância das montanhas

1.2.1 “Bio-water towers” do planeta

Com o crescente interesse pelas áreas de montanha, chegou-se à conclusão de que estas, para além de corresponderem a $\frac{1}{4}$ (25%) da superfície terrestre global, desempenham importantes funções no ciclo hidrológico, não só através da sua função de barreira à passagem da humidade, obrigando-a a subir, o que, em virtude das menores temperaturas que se fazem sentir a uma maior altitude, origina a precipitação em estado líquido ou sólido, sendo este fenómeno conhecido como o efeito orográfico, mas também porque “All the major rivers in the world have their headwaters in mountains. More than half of humanity relies on the fresh water that accumulates in mountains for drinking, domestic use, irrigation, hydropower, industry and transportation. Mountain areas constitute a relatively small proportion of river basins, yet they provide the greater part of the river flows downstream. These ‘water towers’ are crucial to the welfare of humankind.” (Mountain Agenda, 1998: 5).

Mas para além destas, já *per se*, importantíssimas funções, enquanto “water towers”, as áreas de montanha não só são ainda as grandes purificadoras das águas que abastecem os aquíferos localizados nas terras baixas, onde geralmente se concentra a população, como também desempenham a função de armazenar stocks de água, ao aprisionar a água no estado sólido (neve e gelo), para a libertar, geralmente, a pouco e pouco, na sequência da subida da temperatura, na primavera, que é a altura do ano estratégica, para a regeneração da vida na terra.

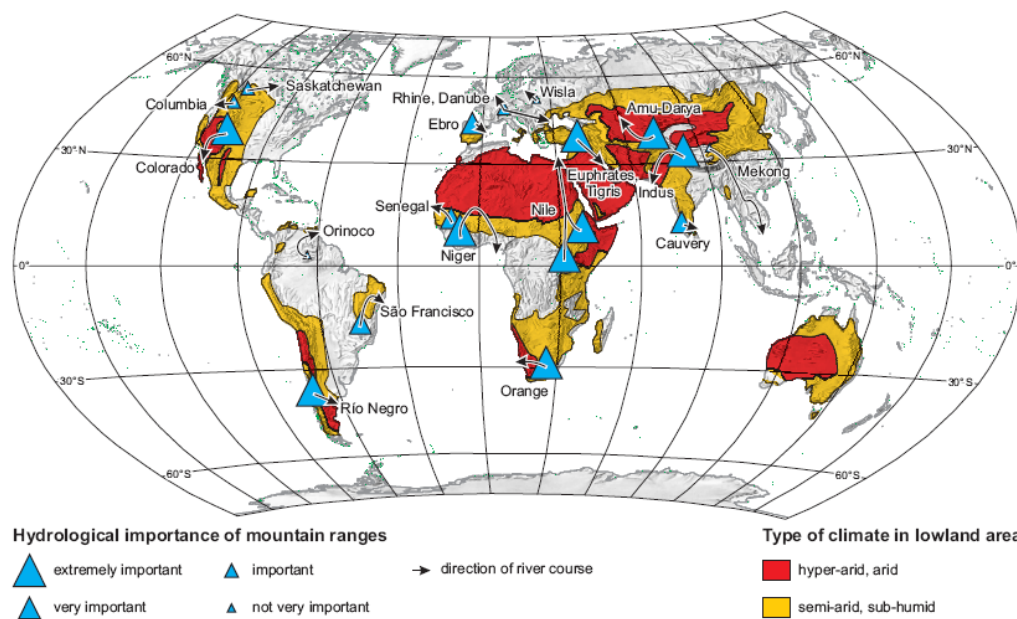


Fontes: http://www.safaridrive.com/oman_jebelalakhdar.htm; <http://www.futuropasado.com/?p=474>;
<http://www.newsbriefsoman.info/index.php?itemid=50>,

Figura 3: (da esquerda para a direita) Vista das montanhas *Hajar Al Ghabi*; Fotografia do interior de um *dawood falaj*; Esquema representativo de *dawood falaj*.

Como exemplo paradigmático pode-se mencionar o sistema de abastecimento de água do sultanato de Omã, recentemente classificado como Património da Humanidade pela UNESCO, que

fluí por canais (*Aflaj*), em particular os *dawood falaj* (figura 3) que são escavados a grande profundidade, no subsolo e que por vezes surgem à superfície. No total, o Aflaj do sultanato de Omã será constituído por 3.000 a 4.000 *falaj*. Ao longo do percurso dos *dawoodi falaj*, mais ou menos a cada 25-30 metros existe um “poço” que dá acesso a esse mesmo *dawoodi falaj*, em pleno deserto, assumindo também esta característica a função de partilha de um recurso precioso, com as comunidades locais, para além da função de arejar o canal. Dos *dawoodi falaj* destaca-se um com cerca de 30 km de extensão, que tem o seu início no sopé das *Hajar Al Ghabi*, mais precisamente nos aquíferos alimentados por estas montanhas, calculando-se que providencia cerca de 27% da água utilizada em Omã (uso agrícola, doméstico e industrial). Os *ghayli falaj* são outra componente do *Aflaj* de Omã, tratando-se de canais que encaminham a água que se acumula em locais localizados nas montanhas (figura 4) (depressões, lagos, cavernas...) denominados localmente de *wadi falaj*. A água circula no *aflaj* por acção da gravidade.

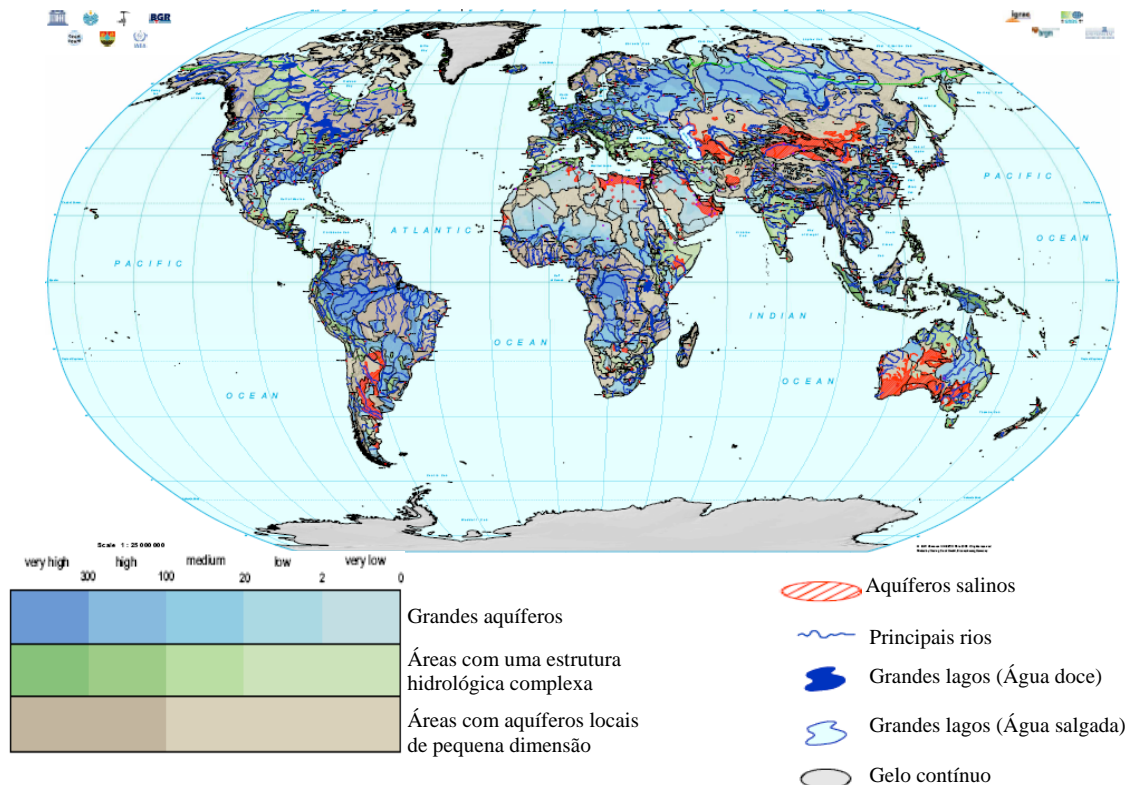


Fonte: <http://www.hydrol-earth-syst-sci.net/8/1017/2004/hess-8-1017-2004.pdf>

Figura 4: A importância das montanhas nos caudais de alguns rios.

De facto, as montanhas ao longo da sua existência foram e são as grandes “agências aforradoras” deste recurso, que com o avançar da presença do Homem na Terra, tende, cada vez mais a escassear, tornando-o valioso. Como prova inequívoca do valor da água podemos referir o recente mapa de localização dos aquíferos no planeta, (figura 5), publicado pela UNESCO, na sequência do qual se está a preparar uma base para uma futura convenção sobre Aquíferos Transfronteiriços, que terá por objectivo a protecção e conservação dos mesmos.

As montanhas armazenaram, ainda, neve durante séculos, de forma permanente, transformando esses depósitos em glaciares, pelo que providenciaram uma reserva estratégica deste precioso recurso, The influence of snow (...) and of glaciers (...) becomes decisive in contrast with the more irregular precipitation process which occur in lower lying basins” (Viviroli e Weingartner, 2004: 1019).



Adaptado de: http://www.whymap.org/cin_101/nn_354300/whymap/EN/Downloads/Global_maps/globalmaps__node__en.html?__nnn=true

Figura 5: Localização dos aquíferos existentes no planeta em 2008.

Contudo, de acordo com os dados recolhidos no âmbito de um projecto, realizado por Fagre *et al.* (2007), sobre as alterações climáticas nos ecossistemas montanhosos, denominado *Climate Landscape Interactions – Mountain Ecosystem Transect (CLIMET)*, no âmbito do qual foram projectados vários cenários de alterações climáticas, os referidos autores verificaram que é expectável que a disponibilização de água, oriunda da montanha, diminua, sendo que os efeitos desta alteração terão maiores repercussões à média altitude, onde se localizam, geralmente, as maiores florestas e as concentrações humanas. Por outro lado, ainda neste âmbito, Brow e Schreier (2007) referem que o aumento dos extremos climáticos, causados pelas alterações de temperaturas “(...) makes this even more challenging in the fact that land-use intensificaionin most

watersheds has also altered the hydrological regime, particularly rainfall runoff process.” (Brow e Schreier, *op. cit.*: 100)

Foi ainda constatado e documentado os recuos drásticos dos glaciares localizados em territórios de montanha, podendo-se correlacionar estes recuos com o aumento das temperaturas, que em 2005 estariam 10°C mais quentes do que há 100 anos atrás, e com a diminuição da quantidade de neve que cai actualmente, em relação a 50 anos atrás.

A diminuição de precipitação sob a forma de neve tem sérias e previsíveis consequências, nomeadamente no que diz respeito ao aumento de probabilidade de ocorrer fenómenos de risco natural, como avalanches ou incêndios, uma vez que, por exemplo, a linha até onde existe vegetação encontra-se agora a uma maior altitude, “resulting more-productive forest landscapes will generate more frequent and severe fires than the same landscapes experienced historically (Keane *et al.*, 1997 citado. por Fagre, *et al.*, 2007: 267). Em completo contraste com as alterações climáticas e os seus efeitos nas áreas de montanha está o facto, de actualmente, ser consensual no meio científico que apesar de estas áreas produzirem ‘greenhouse gases’ (em particular metano) também contribuem de forma significativa para mitigar os efeitos das alterações climáticas “(...) through carbon sequestration by agricultural crops and forests” (Bruninsma, 2003; Rosenzweig e Hillel, 1998 citado por Woods, 2005: 121).

Outra ameaça para as áreas de montanha e para os seus ecossistemas é a construção de barragens. É sabido que sempre que a orografia o permite, pelo declive, pelo tipo de vales (mais fechados) e, como já anteriormente referimos, pela abundância de água, as áreas de montanha são espaços privilegiados para a construção de barragens, atendendo a que o *out put*, em termos económicos, parece ser bastante vantajoso. Contudo, há todo um conjunto de desvantagens, por vezes dramáticas que tal acarreta para as populações e biodiversidade locais, podendo-se citar como primeiro inconveniente o facto da implantação de uma barragem implicar a desterritorialização⁵ dos residentes nas áreas que são submersas pela albufeira da barragem.

⁵ Territorialização é o processo de domínio (político-económico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos.

Haesbaert (2004) defende que o termo *desterritorialização* seja usado não para o simples aumento da mobilidade ou para fenómenos como a hibridação cultural, mas para a precarização territorial dos grupos subalternos, aqueles que vivenciam efectivamente (ao contrário dos grupos hegemónicos) uma perda de controle físico e de referências simbólicas sobre os seus territórios. Haesbaert (*op. cit.*) entende ainda que um indivíduo não pode viver sem território, por mais precário e temporário que esse território seja. A desterritorialização poderá, assim confundir-se, com a precarização territorial, pelo que haveria um sentido genérico, de desterritorialização como destruição ou transformação de territórios (enquanto espaços que são ao mesmo tempo de dominação político-económica e de

A este propósito podemos citar o caso da megabarragem das “Três Gargantas” construída na China. Geralmente, nem a maior parte da energia produzida nem os dividendos gerados pela comercialização dessa energia se destinam à população residente dessas áreas. “Typically, mountain regions produce much more hydropower than they use themselves⁶. In the 1990s, the state of Grisons in the Swiss Alps produced 7 500 gwh (...) (23%) was used locally, (...) 77% was exported to downstream urban areas and industrial centres (Swiss Federal Office for Water and Geology citado em Mountain Agenda, 2001: 5). A este facto acresce que “[...] recent studies (World Commission on Dams 2000) have show that large dams and hydropower scheme are often characterized by cost overruns, disruption of livelihoods, and destruction of habitats.” (Kohler *et al.*, 2004: 46), contribuindo de forma significativa para acelerar a perda de biodiversidade que todos os dias ocorre no planeta.

Apesar de haver inúmeros exemplos de boas práticas similares aos atrás mencionados, a verdade é que a água precisa urgentemente de uma gestão inovadora, que permita a sua utilização racional e eficiente. É aceite de forma consensual que as medidas para proteger as fontes de água dos usos abusivos e de poluentes, durante todo o tempo, têm de ser planeadas de forma integrada. Brown e Schreier (*op.cit.*), consideram que a protecção da saúde pública e do ecossistema relacionado com as fontes de água precisa de uma intervenção multi-sectorial, uma vez que alguns usos tradicionais da terra têm impacto na qualidade da água, sendo que a minimização destes impactos requer medidas inovadoras, que habitualmente representam uma completa alteração das tradições locais. Neste mesmo sentido Koch-Weser e Kahlenborn (2004: 64) referem que “The impact of the degradation of mountain ecosystems through clearcutting and unsustainable forestry and agricultural practices can be tremendous and costly downstream”.

Tendo em conta precisamente estes dois *itens* de uma intervenção multi-sectorial e o impacto das actividades humanas, Brown e Schreier (*op. cit.*) mencionam vários casos de estudo que já estão a ser implementados, como por exemplo, o problema de salinização da terra, em resultado da desflorestação em New South Wales (Austrália), que afectava o rio Macquire. Para enfrentar esta situação foi implementada uma parceria público-privada, na qual uma agência governamental recebe uma quantia anualmente, de cada utilizador da água do rio Macquire, dinheiro esse que é utilizado na reflorestação das terras públicas e privadas, sendo que também os

apropriação simbólico-cultural), e um sentido mais estrito, vinculado à precarização territorial daqueles que perdem substancialmente o seu controle e/ou identidades territoriais.

⁶ Em 2001 estimava-se que 19% da electricidade total fornecida a nível global tinha origem nas hidroeléctricas, sendo este tipo de produção de electricidade é usado em mais de 150 países (Pandey, 2001: 8)

donos das terras privadas que são reflorestadas recebem um subsídio pelo seu contributo para a regularização das águas do rio.

Também os Agricultores colombianos do Cauca Valley, na sequência de problemas relacionados com o acesso à água, que passaram nos anos 80 (século XX), formaram 12 associações de utilizadores de água e decidiram pagar aos proprietários das terras altas que têm floresta, para que estes executem uma boa gestão das respectivas propriedades, de forma a que haja água de boa qualidade. De referir ainda, que o fundo criado é gerido por uma autoridade regional ambiental.

Igualmente no decurso dos anos 80 a Perrier Vittel's⁷ que usa uma nascente de água localizada no Rhine-Meuse, em França, constatou que a qualidade da água tinha diminuído por causa da agricultura intensiva que era praticada pelos agricultores locais. Para esta companhia ligada ao comércio de água mineral engarrafada havia três soluções possíveis para solucionar o mesmo problema: 1) construção de unidades para filtrar a água; 2) mudar-se para outra fonte; 3) investir na protecção das fontes de água. Neste caso a empresa em causa optou por proteger as fontes de água através de contratos negociados com os agricultores para que estes reduzissem a utilização de nutrientes e pesticidas.

Por último, referimos ainda, de entre os vários casos práticos referidos por Brown e Schreier (*op. cit.*), a situação que se passou com a cidade de New York City (NYC) dos Estados Unidos da América. Esta cidade obtém 90% da água que usa em fontes que se localizam a cerca de 200 km, numa área rural denominada Catskill/Delaware. Em 1989, na sequência da entrada em vigor de uma nova Lei, segundo a qual o controlo da qualidade da água para consumo humano era mais exigente, a cidade de New York City deparou-se com duas situações: ou construía uma estação de filtragem da água, que teria um custo previsível de 7 a 9 biliões de dólares americanos, incluindo os custos de funcionamento durante 10 anos, ou então implementava um programa com os agricultores e os exploradores das florestas onde se localizavam as fontes que abasteciam a cidade de água. A cidade de NYC optou por esta última situação tendo sido estabelecidos acordos com os agricultores e exploradores florestais, sendo que em 1999, 85% já tinham aderido a este programa através do qual as verbas acordadas serviam para compensar os custos acrescidos pela implementação das melhores práticas agrícolas e florestais. A cidade de NYC paga ainda a reabilitação da cidade onde se localiza a fonte bem como as barragens e o fornecimento de água

⁷ Marca de água engarrafa francesa.

localmente. De acordo com a *Water Agricultural Program* este esquema é um sucesso, podendo ser seguido como modelo para este tipo de situações.

Como constatamos “The control of land-use activities to minimize impacts on hydrology and water quality has to start in mountain headwater systems” (Brown e Schreier, *op. cit.*: 108) podendo-se afirmar que deste controlo estão dependentes todos os utilizadores de água.

Em função do maior ou menor impacto que as actividades do homem têm na água, a busca de soluções para minorar estes impactos negativos deverá sempre ser feita em conjunto e com base na cooperação entre as populações locais, que terão de ser incentivadas a prestar os serviços ecológicos necessários à preservação, entre outras, das fontes de água, que servem os utilizadores residentes nas terras baixas, devendo este processo ser mediado por uma entidade que não tenha por objectivo o proveito na sua actividade de mediação. Estes processos são de extrema importância pois “Human well-being depends on mountains resources” (The Millennium Ecosystem Assessment, 2005: 683).

Por outro lado, mas directamente relacionado com a questão do recurso água e a sua disponibilidade em quantidade e qualidade, surge-nos também a “dependência” da biodiversidade em relação aos territórios de montanha. Como o homem usa a água para as suas várias actividades, tanto na própria montanha como nas terras baixas, também a natureza em geral usa essa mesma água tanto nas áreas de montanha como também nas terras baixas.

Se verificarmos o modo como inicia quer o Capítulo 13.º da Agenda 21 (Rio 92) quer o Parágrafo 40 do Plano de Implementação da Agenda 21 (Rio +10) é perfeitamente perceptível a evolução das preocupações que estes dois documentos orientadores, de cariz global, evidenciam no que diz respeito aos territórios de montanha, já que o primeiro começa por referir que “Mountains are an important source of water, energy and biological diversity.” (Earth Summit Agenda 21, 1992), enquanto o segundo refere que “Mountain ecosystems support particular livelihoods, and include significant watershed resources, biological diversity and unique flora and fauna.” (World Summit on Sustainable Development – Plan of implementation, 2002: 20). Muito embora os dois documentos foquem a importância tanto da água como da natureza, a Agenda 21 atribui especial relevância ao recurso água enquanto que o documento de 2002 atribui essa mesma relevância à natureza, ecossistemas e biodiversidade.

Assim, tanto o recurso água como a biodiversidade são duas componentes intrínsecas aos territórios de montanha, não se podendo, por isso, dissociá-las destes territórios nem mesmo dar

especial relevância a um em detrimento do outro, por mais diminuto que seja, porque as “Mountains will also continue to play an important role as hotspots of biodiversity.” (Walther *et al.*, 2002: 4) nomeadamente “(...) with high levels of biological diversity at all scales and high concentrations of endemic species; they are vital reservoirs of genetic diversity.” (Lama e Sattar, 2004: 120). Uma vez que “(...) mountain ecosystems are vital not only to mountain communities, but also for services to lowland peoples including clean water, energy, food, recreation, and protection from environmental catastrophes such as avalanches and floods.” (Collins e Latsernia, 2002: 5), parece apropriado que o prefixo “bio” seja adicionado à denominação “water towers”, espelhando, desta forma, melhor o que as montanhas na verdade são, “bio-water towers”.

1.2.2 Biodiversidade

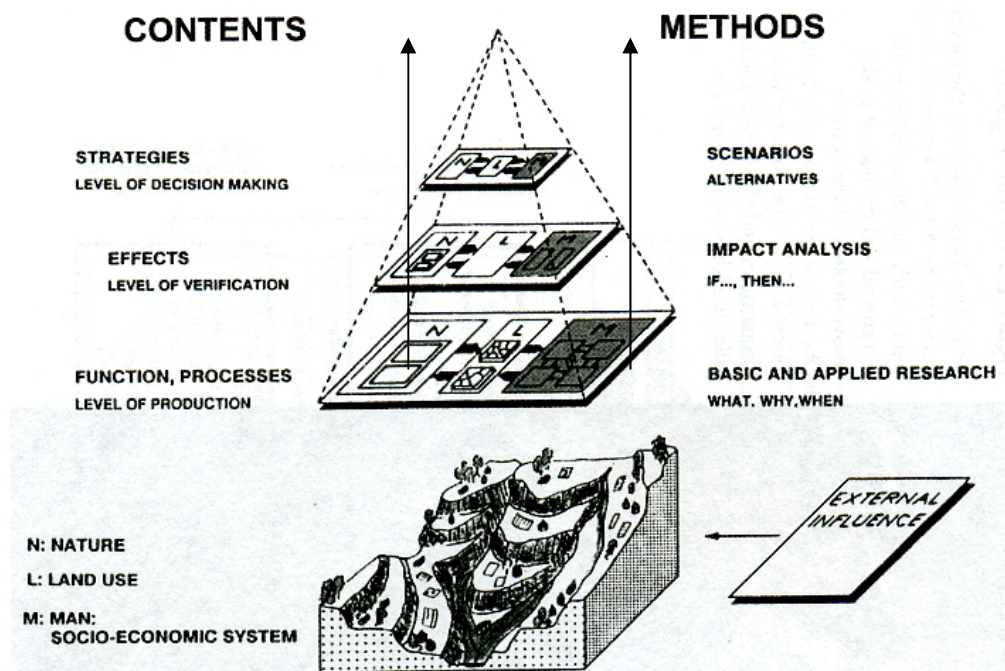
De acordo com *The Millennium Ecosystem Assessment* (2005: 704), globalmente as florestas são, provavelmente, o segundo recurso económico mais importante, variando esta importância com as regiões montanhosas a que respeitam. A esta importância acresce a indispensável função que a floresta desempenha no aprisionamento do carbono, que com o agudizar da poluição no planeta, assume cada vez maior importância. A propósito dos serviços que as áreas de montanha prestam é de salientar que “Vários estudos calcularam que o valor económico de tais serviços excede o valor da madeira que é extraída das florestas.” (*op. cit.*). A este propósito se tivermos em conta o Protocolo de Quioto e o sistema de cota de emissões de carbono instituído, é expectável que o valor proveniente deste serviço sofra um acréscimo. O mesmo se passará em relação aos serviços relativos à amenização das tempestades e à regulação da escorrência da água, já que estes são fenómenos que tendencialmente surgirão com maior frequência.

Para Mattson e Merrill (2007: 70), que citam Hendee e Dawson (2002), o conceito e o interesse na preservação da natureza e das respectivas condições, como grande linha orientadora para proteger os territórios devidamente associados aos seus ecossistemas teve o seu auge entre os anos 70 e 80.

A conservação da biodiversidade depende muito dos conceitos, dos pontos de vista, das comunidades em geral e das populações locais em particular, porque eles reflectem o que as pessoas esperam, desejam e pedem, pelo que “Experience continues to show that participation is a key factor of success not only in community-based tourism but also in building long-term stakeholder support for sustainable mountain tourism and the conservation ethic it embraces.” (Lama e Sattar, 2004: 122), o que não é uma novidade, porque desde 1992 que a Agenda 21 apela

à implementação de políticas baseadas na participação dos actores locais, nomeadamente através da implementação da Agenda 21 Local⁸.

Os processos de conservação da biodiversidade, pelos cuidados que tem inerentes, nomeadamente no que diz respeito aos usos da terra, para serem bem sucedidos terão de contar com o apoio, compreensão e alicerçar-se nas comunidades locais, pois só assim se evitarão conflitos prejudiciais a este tipo de processos. Até porque “Moreover as much as human behaviours are the root of most conservation problems, they are also the source of most solutions.” (Ehrlich, 2002; Heinen e Low, 1992, citados por Mattson e Merrill, *op. cit.*: 75). Nesta mesma linha de pensamento Pratt (2004: 150) afirma que “Uma grande parte da pesquisa recente, demonstrou que as abordagens bem sucedidas, são mais prováveis quando ocorrem num quadro de acordos institucionais, através dos quais o poder de decisão é delegado a nível local e no âmbito do qual são envolvidos o actores interessados ao longo de grandes períodos de tempo”.



Adaptado de: Messerli (1986), citado por Messerli e Messeril (2007: 31).

Figura 6: Modelo de desenvolvimento para os territórios de montanha de acordo com experiência adquirida no âmbito do projecto suíço MAB.

⁸ A Agenda 21 no seu Capítulo 28.º contém um conjunto de orientações e apela à participação dos actores locais na tomada de decisões, sendo este Capítulo vulgarmente conhecido como Agenda 21 Local.

“Citizens are increasingly demanding that resource management agencies take a integrated approach to management agencies natural resources. (...) the values that citizens bring to the table are a critical part of the decision-making calculus and must be incorporated into policy, planning and management processes.” (Greenaway e Duke, 2007: 187). Bruno Messerli e Paul Messerli (2007) esquematizam (figura 6) este processo de forma hierarquizada para a formulação de estratégias a longo prazo, baseando-se nas conclusões do projecto da UNESCO “Man and Biosphere” (MAB)⁹, que decorreu nos anos 70/80, nos Alpes, percebendo-se claramente que estes são processos que devem ser considerados e executados da base para o topo a nível local.

Aliás em 2002, Walther *et al.* afirmavam que “An important lesson from both industrialised and developing countries is that biodiversity is well maintained in areas where traditional forms of landuse continue.” (Walther *et al.*, 2002: 17). Pratt (*op. cit.*) concorda que um dos factores chave para promover o desenvolvimento sustentável nas áreas de montanha passa por “Involving local people in resource management wherever possible, and paying them sufficiently for their services.” (Pratt, 2004: 166), contribuindo esse mesmo pagamento para transformar potenciais opositores a determinadas políticas, em acérrimos defensores das medidas que essas mesmas políticas preconizam.

A este propósito Campos (2002) descreve a bem sucedida Lei Florestal da Costa Rica que desde 1996 reconhece precisamente os serviços ambientais, nomeadamente no que concerne ao aprisionamento de gases poluentes, estabelecendo níveis de compensação financeira consoante o tipo de uso da terra. Referindo ainda a criação de um fundo, gerido por uma entidade oficial¹⁰, que é responsável pela recolha de recursos financeiros, com os quais paga aos prestadores dos serviços ambientais, sendo que as fontes do fundo são, uma taxa nacional sobre os combustíveis fósseis e o pagamento nacional e internacional pelos serviços ambientais prestados que têm um valor local ou global.

1.2.3 Fontes energéticas

Em termos energéticos, para além da produção hidroeléctrica, as montanhas fornecem energia através de outras fontes como o carvão, o vento, o sol, a biomassa e a madeira, sendo que destas a madeira e a biomassa são as fontes que as populações locais mais aproveitam para aquecimento, cozinhar e construir as respectivas residências.

⁹ Mountain biodiversity a world heritage. 45% of all biosphere reserves in UNESCO’s Man and the Biosphere (MAB) programme are in mountain areas (Walther *et al.*, 2002: 16).

¹⁰ National Fund for Forestry Finance of Costa Rica (FONAFIFO)

A utilização desregulada de duas destas fontes (biomassa e madeira) poderá acarretar, em determinadas situações “damage to forests may influence slope stability, increasing the likelihood of natural hazards such as landslides and avalanches (Mountain Agenda, 2001: 5), atendendo a que a floresta deixa de cumprir, quer a sua função agregadora do solo, quer a sua função de protecção do solo face aos elementos erosivos, como a precipitação e o vento. Por outro lado, em relação ao aproveitamento da biomassa para produzir energia, importará ponderar sobre o facto de tal implicar “roubar” a matéria regenerativa do solo local, o que inquestionavelmente irá ter repercussões no desenvolvimento sustentado da floresta, podendo inclusive conduzir a processos de desertificação que serão difíceis de combater, por se tratar de áreas com uma orografia acidentada, com declives, por vezes acentuados, onde certamente passará a haver grande instabilidade.

Perante estes pressupostos, deve-se ter em conta o facto de a energia ser uma necessidade, que na actualidade, se pode considerar básica, para o ser humano. Contudo, geralmente a população residente nas áreas de montanha não é tida em conta, quer na tomada de decisão, quer na partilha dos dividendos que a produção de energia origina. Neste contexto, Bikash Pandey (2001) citada na *Mountain Agenda 2001*, menciona dois exemplos de boas práticas, que permitem à população residente na montanha ser compensada pela exploração energética que aí ocorre. Na Suíça, através da Lei 1916, as comunidades locais têm direito a consideráveis pagamentos anuais e a quotas de energia grátis, que visam assegurar o desenvolvimento do respectivo território. Também no Brasil foi publicada a Lei 1989 que estabelece a repartição dos dividendos provenientes da produção energética. Assim, 45% das receitas são endereçadas ao respectivo município, e 45% pertencem ao Estado onde a barragem se localiza. Os restantes 10% são para o Governo Federal. Igualmente, Koche-Weser e Kahlenbom (2004) fazem referência a um acordo que existe na Costa Rica, entre os proprietários das terras localizadas nas montanhas e a companhia eléctrica, sendo que esta está interessada que os proprietários dos terrenos da montanha procedam à reflorestação e preservação da floresta, de forma sustentada, para proteger as fontes de água. Refira-se ainda que a companhia eléctrica chegou mesmo ao ponto de pagar a reflorestação de uma determinada área.

Há muito tempo que os habitantes da montanha aproveitam a conjugação dos factores altitude, declive e disponibilidade abundante de água para, em pequena escala, moer os cereais, auxiliar algumas tarefas artesanais, bem como utilizá-las nos momentos iniciais do aproveitamento dos recursos minerais e florestais existentes na montanha, tendo inclusive, estes factores, impulsionado no início a localização da indústria têxtil nas montanhas.

Actualmente, deve-se ter em conta que a energia é fundamental para os pequenos artesãos e para as pequenas empresas locais que continuam a produzir, em muitos casos, produtos com características locais, sendo por isso portadores de uma importante herança cultural que também importa preservar.

A produção descentralizada de energia adapta-se particularmente bem às áreas de montanha, evitando-se desta forma os custos avultados com a construção e manutenção quer das grandes estruturas quer das redes de distribuição. Por outro lado, outras fontes de energia, com grande potencial, deverão ser aproveitadas nomeadamente as “renewable energies, such as solar and wind power, which have great potencial in mountain areas. Certain mountain areas also have considerable geothermal energie potencial.” (Mountain Agenda, *op. cit.*: 5). Contudo, é importante considerar os impactos na paisagem, nos habitats, na fauna e nas aves, que os mecanismos que possibilitam esse aproveitamento energético, das fontes referidas, podem causar.

Para Kamal Rijal e Binayak Bhadra (2001) a energia solar tem várias vantagens, pois o seu aproveitamento pode ser conseguido com pequenas intervenções que têm inerente um risco controlado. Outra vantagem está no facto dos componentes que viabilizam o aproveitamento deste tipo de energia, para além de serem de fácil adaptação às realidades locais, também se degradam lentamente.

Para além da energia solar deve-se considerar o aproveitamento da energia eólica. O vento como meio para produzir energia tem um grande potencial podendo-se referir como exemplos “(...) the *foehn* in the European Alps, the *chinook* in the Rocky Mountains, and the *zonda* in the Andes.” (Horbaty, 2001: 18). A prová-lo, pode-se ainda referir, que a recente crise energética de 2008 veio impulsionar a crescente tendência global para a proliferação desta forma de produção de energia, que é bem visível pelo impacto que os aéreo-geradores têm na paisagem.

Em Portugal, o primeiro parque eólico iniciou o aproveitamento do vento em 1992, no Paúl da Serra, na Região Autónoma da Madeira, a uma altitude de 1600 metros. A partir do ano 2000, o aproveitamento da energia eólica em Portugal começou a ser considerado, pelos decisores políticos nacionais, como uma forma válida de mitigar a dependência energética do país. Assim, o maior crescimento do número de parques eólicos em Portugal ocorreu entre os anos de 2003 e 2006, tendo neste espaço de tempo entrado em funcionamento 72 parques eólicos. Actualmente, existe em Portugal um total de 98 parques eólicos, dispersos pelo país (figura 7), constituídos por

796 aerogeradores que correspondem a 1 280 MW de potência instalada, o que representava, em 2007, 8% do consumo total de energia eléctrica em Portugal.



Adaptado de APREN (2007).

Figura 7: Localização dos municípios com parques de aerogeradores instalados e respectiva capacidade de produção de energia.

1.2.4 Turismo

O turismo, tema incontornável quando se aborda a problemática dos territórios de montanha, tem registado uma crescente importância nestas áreas, sendo este o sector que preferencialmente tem tornado possível a participação das pessoas que residem na montanha na economia global. Actualmente, existem muitas oportunidades para desenvolver o turismo nestes territórios, constituindo um desafio conciliar turismo e o efectivo desenvolvimento local.

De facto, a actividade turística assume-se, na maioria das situações, como o principal sector de actividade económica. Contudo, em alguns países este sector ainda tem um grande potencial de crescimento¹¹: “Forecasts estimate an average, anual growth of 4,1% up to the year

¹¹ Se pensarmos que as duas actuais economias emergentes a nível mundial (China e Índia) são também os países mais populosos e que certamente as respectivas populações, na sequência de maior disponibilidade financeira,

2020.” (Mountain Agenda, 1999: 4). O facto de a montanha, na actualidade, se assumir, cada vez mais como um destino turístico de eleição, quer seja a alta montanha¹², por exemplo os Himalaias, quer seja a média montanha, tem levado, por vezes a processos, “(...) de artificialização e estas situações de conflitualidade apelam à intervenção e remetem-nos para o necessário ordenamento do território (...)”, que deve alicerçar-se nas “(...) normas de conduta mais ou menos vinculativas e princípios orientadores que têm procurado disciplinar os assédios que, no globo terrestre, se têm traduzido pela construção de paisagens artificiais.” (Carvalho e Fernandes, 2002: 283)

A oferta turística da montanha é muito diversificada, pois combina desportos, desportos radicais, cultura, gastronomia, etnografia e observação de aves. Aliás, o reflexo da apetência do Homem pelos territórios de montanha e pelo que estas oferecem levou inclusive à recriação artificial de determinadas condições que aí existem, possibilitando por exemplo os desportos de neve em locais onde o contraste é total como é o caso do *Ski Dubai*. Por outro lado, as áreas de montanha também têm incentivado a inovação e criação de emprego, nomeadamente através das várias adaptações feitas nos meios que permitem a prática de vários desportos de montanha às condições locais, conduzindo ao surgimento de novas modalidades, como por exemplo as paredes de escalada, as pistas sintéticas de *snowboard* ou os patins de lagartas que permitem ao praticante o treino da prática do *ski* num terreno pedregoso ou não, sem neve.

O turismo cria oportunidades de aprendizagem, troca de ideias e perspectivas com as populações locais, devendo ainda contribuir para a protecção e conservação dos pontos de interesse. Estes territórios oferecem oportunidades para os sectores da educação, ciência¹³ e cultura, devendo estes ser mediados por agentes locais, conhecedores das realidades intrínsecas às montanhas bem como das expectativas das suas populações. Só assim se minimizarão os impactos negativos da visitação (excursionismo e/ou turismo) a estes locais.

Isto leva-nos a outro factor importante, que não pode ser desconsiderado, que é a criação de emprego local. Cada projecto deverá ter presente que a realidade de que vai beneficiar tem uma componente humana, sem a qual não perdurará. Assim, as oportunidades de emprego devem, preferencialmente, ser alocadas às gentes locais, devendo, se necessário ser feita formação.

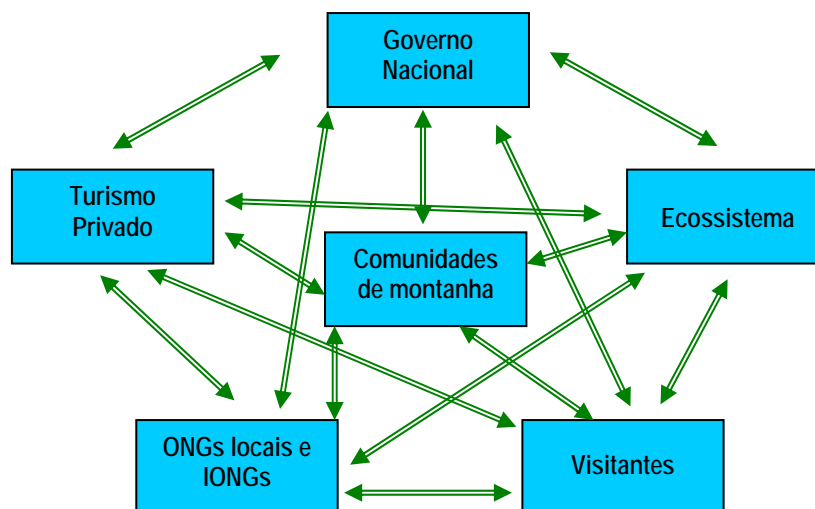
(entre outros factores) começarão a ter estilos de vida que as levarão a viajar por diferentes motivos (lazer, cultura, aventura, entre outras), podendo encontrar todos estes atractivos nas áreas de montanha, então facilmente se percebe a dimensão do crescimento deste sector nas áreas de montanha.

¹² Neste caso referimo-nos ao sector de actividade que procura proporcionar a conquista de várias montanhas de grande altitude, por exemplo o Everest, Lhotse, Pumori, Monte Branco, entre outros.

¹³ A biodiversidade destes territórios oferece um grande manancial de possibilidade de estudo, investigação e compreensão das possibilidades que essa mesma biodiversidade oferece por exemplo em termos farmacêuticos.

Salienta-se ainda que a questão do turismo pode ainda contribuir para travar a emigração e as migrações internas, principalmente das mulheres, destes territórios. Para José Valcárcel (*op. cit.*) o emprego é o factor chave para estabilizar a população em áreas rurais, e de modo muito significativo nas montanhas, onde a acessibilidade aos mercados de trabalho, permite sobretudo a incorporação da população mais jovem. Ainda para este autor o desequilíbrio entre géneros é o factor que contribui de forma mais notória para a desestruturação social e para o decréscimo populacional que ocorre nestes territórios.

Perante este cenário de potencialidades e condicionalismos, Lama e Sattar (2004) afirmam que a implementação do turismo nos territórios de montanha de forma sustentada deverá processar-se de acordo com o modelo apresentado na figura 8, em que o Governo nacional tem a responsabilidade de adoptar e implementar políticas nacionais, nomeadamente através de planos, elaborados com base no papel preponderante das comunidades locais que tenham por objectivo o desenvolvimento sustentável da montanha. Paralelamente, segundo este paradigma de desenvolvimento, as redes de informação para os visitantes, para além de terem a responsabilidade de educar e monitorizar os impactos e os benefícios, devem incentivar as compras locais, através da promoção de uma marca certificada.



Elaboração própria a partir de: Lama e Sattar, (2004: 125).

Figura 8: Regras e relações dos agentes locais na implementação do turismo de montanha sustentável.

Segundo este modelo (figura 8) concebido por Lama e Sattar (*op. cit.*) deve-se ainda ter em conta as ONGs que, para além do financiamento devem também disponibilizar apoio técnico. O meio científico e/ou universitário deve definir o conjunto de indicadores que permita monitorizar os impactos do turismo na biodiversidade e nas culturas. Já os operadores turísticos deverão ter um papel activo no planeamento das actividades turísticas sustentáveis a comercializar.

No turismo de montanha sustentável, as comunidades locais têm um papel preponderante e central, devendo as suas opiniões ser integradas nas decisões finais e no estabelecimento dos objectivos concretos, de forma que seja perceptível para essas mesmas comunidades. Muito embora este método seja mais moroso e não esteja isento de se deparar com obstáculos, o que tornará a sua execução mais difícil e possivelmente mais dispendiosa, relativamente aos métodos habitualmente postos em prática, que se baseiam em fluxos de decisões no sentido de cima para baixo, a verdade é que se forem estabelecidas as parcerias correctas que permitam uma coordenação e cooperação de proximidade local, nas quais cada um dos parceiros tem perfeita consciência do seu papel e responsabilidade, o objectivo do turismo de montanha sustentado será conseguido. Saliente-se ainda a importância das relações directas entre todos os parceiros.

Este tipo de turismo, baseado em fluxos de decisões de baixo para cima, decorre do espírito da Agenda 21 Local. De facto, este tipo de abordagem não incentiva a tomada de decisões de carácter generalista, que viabilizam situações fundamentadas em turismo de massas, despersonalizado, fútil e estritamente comercial, que invariavelmente acaba por misturar a oferta autóctone com produtos culturais exteriores, o que conduzirá a que a montanha comprometa a sua identidade em virtude dos elementos locais identificadores se dispersarem e perderem-se no mundo da globalização e de consumo rápido.

Em síntese, ao longo deste capítulo procurámos identificar e explicitar as inúmeras potencialidades que os territórios de montanha têm de forma intrínseca, enfatizando a sua importância para o equilíbrio do planeta. As “bio-water towers” são territórios generosos pelo contributo que dão, de forma desinteressada, para o normal decorrer do nosso quotidiano.

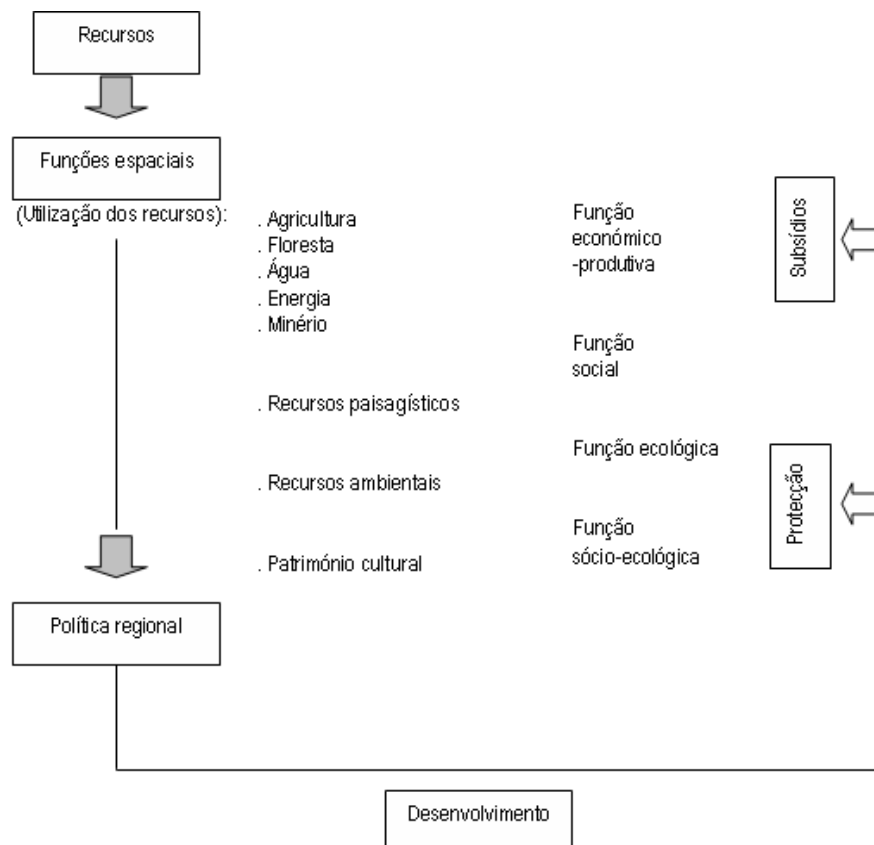
Por outro lado também foi salientado o facto destes territórios serem particularmente sensíveis às alterações, que cada vez ocorrem de forma mais acelerada, com particular destaque para as alterações climáticas.

Como vimos até ao momento, hoje em dia é perfeitamente perceptível que os territórios de montanha desempenham importantes funções. Segundo Carvalho (*op. cit.*:189), que cita

Stadelbäeur (1991), a utilização dos recursos da montanha fomentou o surgimento da função económico-productiva. Com a implementação de políticas regionais e com o decurso do desenvolvimento a sociedade valorizou os recursos paisagísticos, ambientais e culturais das montanhas, que por sua vez suscitaram o surgimento das funções social, ecológica e sócio-ecológica, respectivamente.

Na actualidade, a função ecológica e sócio-ecológica são objecto de medidas proteccionistas enquanto que a função económico-productiva é subsidiada.

Contudo, apesar das funções que os territórios de montanha desempenham (figura 9), para Carvalho (*op. cit.*) a utilização dos diversos recursos no desenvolvimento das funções espaciais tem conduzido a que uma significativa parte dessas regiões permaneça marginal, e noutros casos a montanha transforma-se num recurso em termos de atracção paisagística.



Fonte: Stadelbäeur (1991: 234) adaptado por Carvalho (2005: 190).

Figura 9: Esquema da valorização das funções das montanhas e da relação destas com o desenvolvimento sustentável dos territórios de montanha.

Capítulo 2. Desenvolvimento sustentável das áreas de montanha: dos documentos orientadores às políticas

O actual nível de conhecimento acerca da importância destes territórios, torna imperiosa a tomada de medidas nacionais e internacionais, que se reflectam em políticas integradas, para que estes territórios, por um lado continuem a desempenhar as importantes funções que sempre desempenharam, e por outro lado para que integrem, aproveitem e contribuam para o desenvolvimento tecnológico e a melhoria da qualidade de vida, nomeadamente, por exemplo, através de um planeado e eficiente aproveitamento da energia eólica, que deverá servir para criar emprego local, melhorar os níveis de qualificação locais e dinamizar a economia local.

Outra via de desenvolvimento dos territórios de montanha, segundo Walther *et al* (2002), é a criação de centros de investigação e desenvolvimento (I&D) que permitam o aprofundamento dos conhecimentos farmacológicos das plantas, atendendo ao “External interest groups, such as pharmaceutical companies, research institutions and government agencies are becoming increasingly aware of its commercial importance.” (Walther, *op.cit.*: 16).

Contudo, devem-se ter presente as interacções que ocorrem nestas áreas, onde “(...) the land-use system is in the centre, influenced and changed by the physical and the human driving forces.” (Messerli e Messerli, *op. cit.*: 42), o que invariavelmente irá produzir alterações em várias questões inerentes a estas áreas, conforme a figura 6 deixa transparecer.

“Each country needs to define its own framework for sustainable mountain development – and related policies, laws and instruments – based on its understanding of mountain regions and their role in national development.” (Fust, 2002: 3), devendo-se ter em consideração que a experiência aponta como fundamental nestes processos o envolvimento das comunidades locais quer ao nível do planeamento quer ao nível da implementação. Esta é uma questão central e consensual, como se pode ver na figura 8, de onde se poderá concluir que “What is needed, therefore, are policies and instruments which promote mountain development from a mountain perspective, without neglecting the wider political context, (...), and involve mountain communities as equal partners.” (Walther *et al.*, 2002: 51).

Os treze princípios que estão enunciados no quadro 1, resumem as questões que os respectivos autores consideram mais relevantes para que as políticas de desenvolvimento tenham resultados práticos positivos, pelo que podem servir de matriz orientadora para os projectos que

tenham por objectivo o desenvolvimento sustentável das “bio-water towers”, tendo em conta que “(...) as linhas estratégicas de intervenção devem considerar: a criação de emprego e a qualificação profissional dos activos; a reestruturação do sistema de povoamento e da rede urbana, no sentido de configurar pequenos sistemas/eixos urbanos territoriais viáveis; o fomento da cooperação e coordenação entre os actores públicos e privados; a definição de uma base de pluriactividade, multifuncionalidade e de plurirendimento; a promoção das artes e ofícios tradicionais; a valorização dos produtos genuínos (com indicação de proveniência e certificado de qualidade); o incremento científico da fileira florestal, com preocupações ambientais e sociais; a protecção, conservação e valorização do património natural e cultural (no amplo espectro das dimensões etnográfica, arquitectónica e arqueológica).” (Carvalho, 2001).

Quadro 1: Princípios chave para o desenvolvimento dos territórios de montanha.

| Autor(es) | Decisão local dos objectivos em conjunto | Edificar a confiança mútua | Partilhar informação, desenvolver redes de trabalho | Partilhar responsabilidade(s) | Implementar a transparência | Monitorizar/avaliar a colaboração | Difundir os resultados | Aplicar os resultados | Partilhar os proveitos (resultados) de forma equitativa | Aumentar a capacidade de investigação | Edificar com base nos resultados alcançados | Incorporação do conhecimento ecológico local | Integrar na legislação e na política |
|-----------------------|--|----------------------------|---|-------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|------------------------|-----------------------|---|---------------------------------------|---|--|--------------------------------------|
| Messerli e Messerli | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | |
| Ramakrishnan | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Mattson e Merrill | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | • |
| Brown e Schreier | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | • | • |
| Mowo <i>et al</i> | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Kaihura | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Willebrand | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Mitchley <i>et al</i> | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | • |
| Quinn <i>et al</i> | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | • |
| Mitchell-Banks | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| White and Fisher | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | • | • |
| Johnston and Good | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | • |
| Fagre <i>et al</i> | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |

Fonte: Banks e Price (2007: 291).

Legenda: X – O princípio desempenha um papel importante ou é especificamente mencionado;

X – O princípio desempenha um papel de menor importância ou é apenas referido;

• – Nenhuma referência relacionada com o princípio.

Neste sentido importa analisar um conjunto alargado de documentos, normativos, científicos, estratégicos e orientadores, que espelham as preocupações e as intenções quer dos decisores políticos quer dos peritos (*decision-makers*) relativamente a estes territórios.

Outra constatação que importa reter é a que se relaciona com o facto de que muito embora as questões inerentes aos territórios de montanha sejam, de forma genérica, transversais a todos eles, devem ser abordadas a uma escala específica e local, pelo que as políticas direccionadas a estes territórios deverão ser fortemente contextualizadas e casuísticas. Este será o principal mote para uma abordagem à Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia (Capítulo 3), na medida em que os programas de apoio ao desenvolvimento destes territórios, ao nível da UE, estão integrados na PAC.

2.1 A escala global

Como vimos até aqui, a importância das áreas de montanha é reconhecida de forma consensual, independentemente de nos focalizarmos à escala local, regional, nacional ou global.

No início da década de 70, a sociedade em geral começa a dar maior atenção às questões ambientais, nomeadamente com a degradação do ambiente como resultado prático da actividade industrial. Esta maior preocupação ambiental conduziu ao despertar da consciência ecológica, sendo a parte mais visível desta consciência os movimentos “verdes” que ocorreram nos países denominados industrializados. Pode-se relacionar a ocorrência de um primeiro grande encontro internacional com o estímulo da consciência ecológica mundial. O Clube de Roma, teve, entre outros, o mérito de alertar a comunidade internacional em geral, e as autoridades em particular, através do relatório “Limites do Crescimento”, (publicado em 1971) para a má gestão dos recursos, profetizando o esgotamento desses mesmos recursos para o ano de 2071, pelo que era imperiosa a mudança de paradigma de gestão dos recursos naturais que o planeta disponibilizava ao Homem.

Segundo Souza (1993), o estudo em questão mostra que, a persistirem as taxas de crescimento demográfico e económico do mundo, ocorrerão efeitos catastróficos tais como o envenenamento geral da atmosfera e das águas, a escassez de alimentos, e ainda o colapso da produção agrícola e industrial, decorrentes da crescente escassez e esgotamento dos recursos naturais não-renováveis.

Em consequência, em 1972 teve lugar, em Estocolmo (Suécia), a Primeira Conferência das Nações Unidas que colocou a questão ambiental nas agendas oficiais das organizações

internacionais, tendo sido abordada a necessidade de tomar medidas efectivas de controlo dos factores que causam a degradação ambiental.

Muito embora se reconheça que a temática relativa às áreas de montanha ganhou particular importância nas últimas duas décadas, a verdade é que se pode apontar o ano de 1972 como sendo o ano em que a problemática da montanha começou a ganhar ênfase. Foi no decorrer desta mesma conferência sobre o Desenvolvimento Humano que se começou a usar o termo “mountain agenda” para fazer referência à necessidade urgente de serem implementadas acções para enfrentar a crescente diversidade de problemas que afectam de forma geral o ambiente e em particular as populações das áreas de montanha.

De acordo com Herrero (1997), Bifani (1999) e Freitas (2000), citados por Freitas (2007:131) a génese do conceito de desenvolvimento sustentável está relacionada com os trabalhos preparatórios da Conferência de Estocolmo de 1972 e com o conceito precursor de *ecodesenvolvimento*, introduzido por Sachs em 1973 (Herrero, *op.cit.*). Aliás Herrero, (*op.cit.*), também afirma que o conceito de *ecodesenvolvimento* designa “um novo estilo de desenvolvimento ambientalmente adequado” afirmando que este conceito surge ainda relacionado com a Conferência de Cocoyoc (México), em 1974. Já para Bifani (*op.cit.*), o conceito de *ecodesenvolvimento* apareceu num contexto de defesa do crescimento populacional e económico zero, como condição de sustentabilidade. Esta percepção parece surgir como resposta ao relatório “Os Limites do Crescimento”.

Contudo, Herrero (2002) afirma que depois de muitos debates e definições continua vigente o entendimento do conceito de *desenvolvimento sustentável* definido na publicação “O nosso futuro em Comum”¹⁴, segundo o qual é o desenvolvimento que “atende à satisfação das necessidades da actual geração sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades”(CMMAD¹⁵, 1987 *cit. por* Herrero, *op.cit.*).

Muito embora se tenha detectado e assinalado no Anexo I (quadro 1) variadíssimos momentos importantes para as áreas de montanha, havendo inclusive documentos que tratam especificamente da problemática de montanha, como é o caso do Parecer do Comité Económico e Social CEES/461/88 intitulado *Uma política para as áreas de montanha*, ou mesmo após a reunião, em 1990, de um conjunto de personalidades que originou a formação do grupo de trabalho,

¹⁴ Vulgarmente conhecido com Relatório de Brundtland.

¹⁵ Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas.

globalmente conhecido por *Mountain Agenda*, que tinha como principal objectivo colocar definitivamente as regiões de montanha na agenda ambiental global, tendo como foco orientador a conferência que iria ter lugar no Rio de Janeiro em 1992. Para Villeneuve *et al.*, (2002) só a partir de 1991, quando o acordo transnacional relativo à protecção dos Alpes foi estabelecido, é que as regiões de montanha começaram a ganhar destaque nos debates internacionais. Porém, para além de ter criado uma política com objectivos comuns, para os países signatários, e prever que fossem estabelecidos protocolos com objectivos concretos a serem alcançados, a verdade é que as primeiras leis relativas a estas áreas só surgiram uns anos mais tarde, sendo que actualmente, ainda segundo Villeneuve *et al.*, (*op. cit.*) são poucos os instrumentos legais específicos instituídos.

Por ocasião do 20.º aniversário da Conferência de Estocolmo, as Nações Unidas levaram a efeito outra Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), no Rio de Janeiro, em 1992. Desta Conferência emergiram dois importantes documentos: a *Carta da Terra* (também conhecida como a *Declaração do Rio*) e o *Programa 21* (também conhecido como *Agenda 21*). A *Carta da Terra* tem por mote incentivar ao estabelecimento de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global ambiental e o desenvolvimento. De acordo com Herrero (*op. cit.*), a *Agenda 21* estabelece, ao longo de 40 capítulos, a estratégia mundial para a sustentabilidade do desenvolvimento, tratando-se de um documento muito completo que aborda todos os sectores chave.

A Conferência do Rio 92, segundo Stone (2002), citado por Price (2007), representou uma oportunidade única para colocar as áreas de montanha no “palco global”, através da inclusão de um Capítulo específico na Agenda 21. Este plano de acção tinha por objectivo implementar programas para desacelerar o processo de degradação ambiental global e transformar em realidade os princípios da Carta da Terra.

De facto, foi na sequência dos esforços bem sucedidos do grupo de trabalho *Mountain Agenda*, no sentido de produzir um documento passível de ser enquadrado na Conferência, que o Capítulo 13.º da Agenda 21 (A21) trata a problemática da montanha, tendo sido denominado de “Gestão de Ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas”, relacionando e enfatizando, desde logo, a forte ligação, que é consensualmente conhecida e aceite, entre a montanha e a ecologia.

O Capítulo 13.º, da A21, inclui duas áreas programáticas que se podem considerar de importância estratégica:

- a) Formação e consolidação dos conhecimentos relativos à ecologia e ao desenvolvimento sustentável dos ecossistemas das montanhas;
- b) Promoção do desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas e de meios alternativos de subsistência.

Na sequência deste reconhecimento, a nível global, da importância das questões inerentes às montanhas e ao seu desenvolvimento sustentável, foram abordadas e debatidas questões que também estão, transversalmente, relacionadas com as montanhas, como por exemplo o *Combate à Pobreza* (Capítulo 3.º da A21), *Protecção e Promoção da Saúde* (Capítulo 6.º da A21), *Habitats Humanos Sustentáveis* (Capítulo 7.º da A21), *Combate à Desflorestação* (Capítulo 11.º da A21), *Luta contra a Desertificação* (Capítulo 12.º da A21), e *Conservação da Diversidade Biológica* (Capítulo 15.º da A21).

Estes acontecimentos levaram a que logo a seguir a 1992 se “vivesse” um período de optimismo, durante o qual foram formulados e anunciados muitos projectos e intenções, que na maioria das situações resultaram em muito pouco, em função das necessidades da temática. Contudo, o objectivo de dar visibilidade global às áreas de montanha foi conseguido, uma vez que “Since the United Nations Conference on Environment and Development in 1992, mountains have acquired global recognition as a specific issue in the promotion of sustainable development policies.” (Debarbieux and Price, 2007: 1).

Como reflexo desta situação pode-se citar o resultado da 3ª Conferência Europeia das Regiões de Montanha (1994) na qual foi aprovada a Carta Europeia de Montanha, que a partir do ano 2000 foi convertida em Convenção, e que até ao presente ainda não foi ratificada pelos Estados Membros da União Europeia. Entretanto, Taylor (2000) citado por Price (2004) afirma que na sequência da consulta levada a efeito num encontro de Organizações Não Governamentais (ONG), que teve lugar em Lima (Peru), surgiu o *Mountain Forum*. Esta ONG é uma rede de trabalho, de partilha de informação e boas práticas relacionadas com as comunidades, o ambiente e o desenvolvimento sustentável das montanhas. Actualmente, o *Mountain Forum* conta com 4.240 membros de 120 países e com 467 organizações de 71 países, associados.

Porém, e apesar destas dinâmicas, as questões relativas à montanha conheceram uma certa letargia, sobretudo a nível político, uma vez que “(...) the contribution of these conventions to sustainable mountain management is limited to the specific aspects they cover” (Villeneuve *et al.*,

op. cit.) o que levou, a que após a Conferência Rio 92, tivesse ocorrido, em 1997, a 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, que foi denominada de Rio +5.

Nesta Assembleia – Geral (Rio +5) foram analisados os progressos efectuados, tendo os Estados sido incentivados a desenvolver e implementar as respectivas Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável, fixando-se para o ano 2002 a formulação e adopção dessas mesmas estratégias. Debarbieux e Price (*op. cit.*) relatam que aquando da realização da 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas foi publicado um balanço da Agenda 21, como resultado da cooperação entre a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC) e vários cientistas, segundo o qual teriam ocorrido poucos progressos em termos de desenvolvimento sustentável.

Como resultado, de acordo com Price (1998), no documento que emanou desta Sessão eram reconhecidos essencialmente quatro factos, nomeadamente: *a)* relacionados com a deterioração dos ecossistemas das montanhas que continuava a verificar-se e dos quais resultava a diminuição da diversidade biológica; *b)* a necessidade de formular e implementar políticas e programas que viabilizassem a gestão integrada da partilha do recurso água; *c)* a necessidade de implementar eco-políticas que permitissem reverter a degradação do solo, reconhecendo as múltiplas funções desempenhadas pela agricultura; *d)* a necessidade de políticas para implementar e desenvolver o consumo e a produção turística de forma a assegurar a sustentabilidade.

Já em 1998 foi aprovada, pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, a proposta que tinha emanado da Conferência de Bishkek (Cazaquistão), de declarar o ano 2002 como o Ano Internacional da Montanha (IYM), com o principal objectivo de “Promote the conservation and sustainable development of mountains regions, thereby ensuring the well-being of mountain and dowlan communities” (FAO¹⁶, 2000). Esta deveria ser uma oportunidade para iniciar processos que eventualmente pudessem fazer chegar o desenvolvimento às comunidades residentes na montanha, servindo ainda como catalisador para um desenvolvimento duradouro.

Na sequência desta ocorrência, registou-se um grande dinamismo, sobretudo ao nível de debates das questões relativas às regiões de montanha. A simbologia desta declaração adquire maior dimensão se relacionarmos esta com o facto de ter sido precisamente agendada para 2002 a realização da 2ª Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que ficou vulgarmente conhecida como Rio +10.

¹⁶ Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

Mas ainda antes do Ano Internacional da Montanha (2002), Villeneuve *et al.* (*op. cit.*) referem que em 2000 teve lugar o Fórum Mundial da Montanha (Chambéry-França) do qual resultou a versão preliminar da Carta Mundial das Populações das Montanhas. Este documento, no essencial, dava a conhecer as necessidades e as aspirações das populações autóctones das regiões de montanha. Estas necessidades e as aspirações podem-se resumir do seguinte modo: a) “As populações das montanhas têm de encontrar o seu lugar na sociedade, sem perderem a sua identidade”; b) As populações da montanha têm de enfrentar a competição económica, através de alterações nas condições de comércio, em sua vantagem; c) As populações de montanha têm de manter o controlo sobre o seu ambiente e o desenvolvimento dos seus recursos naturais, através de uma gestão a favor das suas necessidades, para além das necessidades da restante comunidade nacional e mundial. (adaptado de Villeneuve *et al.*, *op. cit.*: 9).

Durante o Ano Internacional da Montanha (2002), registou-se grande actividade em redor da problemática da montanha. Foi durante este ano que o Programa Ambiental das Nações Unidas, em conjunto com o Comité de Monitorização da Conservação Mundial, estabeleceram os preceitos subjacentes à classificação dos territórios de montanha. Por outro lado, a Declaração Final – Plano de Implementação da Conferência Rio +10, no seu 40.º parágrafo¹⁷, para além de reconhecer a

¹⁷ Os ecossistemas montanhosos albergam meios de vida únicos e incluem importantes recursos como as bacias hidrográficas, diversidade biológica, flora e fauna singulares. Muitos são particularmente frágeis e vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas e necessitam de protecção específica. É necessário adoptar medidas a todos os níveis para:

a) Elaborar e promover programas, políticas e abordagens que integrem as componentes ambientais, económicos e sociais do desenvolvimento sustentável das áreas montanhosas e fortaleçam a cooperação internacional em relação aos impactos positivos sobre os programas de erradicação da pobreza, especialmente nos países em desenvolvimento;

b) Executar programas para combater, quando apropriado, a desflorestação, erosão, degradação do solo, perda de biodiversidade, alteração dos cursos de água e o recuo dos glaciares;

c) Elaborar e aplicar, quando for o caso, políticas e programas que promovam a igualdade entre os géneros, incluindo investimentos públicos e privados, que ajudem a eliminar a desigualdade das condições enfrentadas pelas comunidades das montanhas;

d) Implementar programas de promoção da diversificação e de apoio às economias tradicionais das montanhas, aos meios de subsistência sustentáveis e aos sistemas de produção em pequena escala, mediante a implementação de programas específicos de capacitação, melhorando o acesso aos mercados nacionais e internacionais, além das comunicações e do planeamento do transporte, tendo em conta as sensibilidades particulares das montanhas;

e) Promover a plena participação e envolvimento das comunidades das montanhas nas decisões que as afectam e integrar seus conhecimentos tradicionais, legado e valores indígenas em todas as iniciativas de desenvolvimento;

f) Mobilizar apoios nacionais e internacionais para a pesquisa aplicada e o desenvolvimento de programas de capacitação, prestar ajuda financeira e assistência técnica para a implementação eficaz do desenvolvimento sustentável nos ecossistemas montanhosos nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição, e enfrentar o problema da pobreza das pessoas que vivem nas montanhas através de planos, projectos e programas concretos, com o apoio necessário de todos os grupos de interesse, dentro do espírito do Ano Internacional das Montanhas - 2002.

importância das áreas de montanha, específica as acções que devem ser implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável das montanhas.

No culminar do IYM, foi realizada a “Bishkek Global Mountain Summit” da qual resultou a “BISHKEK Mountain Platform”. Neste evento foi debatido essencialmente a preservação dos modos de vida das pessoas que vivem nas montanhas, a par com a protecção dos ecossistemas de modo a que as fontes de água, de boa qualidade, sejam conservadas. Entendeu-se ainda que é necessário continuar a trabalhar no sentido do bem-estar e nas oportunidades de emprego para as pessoas que vivem nas regiões de montanha, resultando daqui, de forma inequívoca, a tentativa de se conseguir travar o êxodo das pessoas dos seus territórios naturais. Parece que só assim o ambiente saudável da montanha poderá ser usado de forma sustentável e sensível, protegendo os ecossistemas. Por outro lado, atendendo a que em muitas situações as fronteiras entre países, foram estabelecidas por entre regiões de montanha, é importante que sejam asseguradas boas relações e uma boa cooperação de forma a que seja possível concertar estratégias e políticas em prol do desenvolvimento e defesa desses territórios. No mesmo sentido, as preocupações da plataforma de Bishkek estão relacionadas com a necessidade das decisões referentes a estes territórios, de modo geral, terem de ser tomadas em comunhão com as populações locais, passando a utilizar-se processos decisórios do tipo ascendente (*bottom – up*) ao contrário do que era anteriormente prática comum, assim como com a ausência de dados caracterizadores das realidades locais dos territórios de montanha.

No relatório apresentado a 11 de Julho de 2003, na 58ª Assembleia Geral das Nações Unidas (A/58/134), foi exposto um balanço dos progressos alcançados à escala nacional, regional e internacional, durante o Ano Internacional da Montanha, 2002, no que concerne ao desenvolvimento sustentável das áreas de montanha.

De acordo com este relatório, foram constituídos 78¹⁸ comités nacionais para darem a devida atenção ao IYM. Estes comités nacionais eram constituídos pelos vários actores da sociedade nacional em geral, sendo que, em alguns países, a constituição do comité nacional para IYM representou a primeira oportunidade para implementar uma aproximação holística às montanhas, tendo estes comités sido incentivados a continuarem a trabalhar nas necessidades

¹⁸ Foram constituídos 22 comités em África, 14 comités na Ásia e no Pacífico, 16 comités na Europa, 14 comités na América Latina e nas Caraíbas, 10 a Este e no Norte de África e 2 comités na América do Norte, sendo que, por exemplo, no Canadá foram organizados, com mais de 100 organizações parceiras, muitos eventos relacionados com as montanhas.

específicas da montanha, para lá do ano 2002. Foram ainda levados a efeito diversos¹⁹ eventos de escala global, produzidas inúmeras comunicações, realizados documentários informativos e estabelecidas redes de troca de informação. Todos estes factos contribuíram para que no relatório fosse afirmado que “The national response to the International Year of Mountains was tremendous.” (Relatório A/58/134 das Nações Unidas), tornando expectável que o futuro das áreas de montanha fosse mais promissor.

Assim, 2002 funcionou como o ano do apogeu das áreas de montanha, nomeadamente, no que diz respeito a eventos realizados para debater a problemática do seu desenvolvimento sustentável. Estes factos são reconfirmados pelas Nações Unidas, em 2005²⁰ e 2007²¹, através de relatórios onde é referido que as acções a nível nacional têm apresentado uma tendência para crescer nos anos recentes.

Com o relatório, editado em 2006, “The Economics of Climate Change”, da autoria de Sir Nicolas Stern, recolocou-se a questão sobre o modelo de desenvolvimento económico, à escala global, que tem sido seguido.

Neste relatório, as áreas de montanha são frequentemente mencionadas em função da sua vulnerabilidade às alterações climáticas, em que “Parts of the developed world that rely on mountain snowmelt (Eastern USA, Canadian prairies, Western Europe) will also have their summer water supply affected, unless storage capacity is increased to capture the ‘early water’” (Stern, *op. cit.*: 63). Aliás Stern cita Pounds *et al.* (*op. cit.*: 79) para mencionar ainda que “Climate change has already contributed to the extinction of over 1% of the world’s amphibian species from tropical mountains” e que “Tropical mountain habitats are very species rich and are likely to lose many species as suitable habitat disappears.” (Stern, *op. cit.*: 80).

Esta análise de Stern permite-nos ter a perfeita percepção da inter-relação que todas estas questões têm entre si. Pois, como já foi salientado, as áreas de montanha relacionam-se directamente com a economia, quer pela água que fornecem directamente, quer pela agricultura que albergam e a que viabilizam nas terras baixas, mas também em função da biodiversidade que suportam, que para além do potencial turístico, tem um potencial medicinal, bem como pelos recursos que aí possam existir.

¹⁹ No relatório A/58/134 da Assembleia Geral das Nações Unidas são reportados 10 grandes eventos internacionais.

²⁰ 60ª Assembleia-Geral das Nações Unidas foi apresentado o relatório A/60/309.

²¹ 62ª Assembleia-Geral das Nações Unidas foi apresentado o relatório A/62/292.

Recentemente, em 2007, surgiu “The Orem Declaration of Mountain Women”, na sequência da conferência “Women of the Mountains”, através da qual as mulheres de montanha subscreveram e apoiaram os objectivos definidos em Bishkek (2002), e reclamaram igualdade de oportunidades no acesso à educação, reconheceram a importância do micro-crédito, e exigiram que seja reconhecido o seu papel chave na preservação da floresta.

2.2 A escala europeia

À escala europeia, mais concretamente da actual União Europeia (UE), para além de igualmente nesta área geográfica todos os eventos e acontecimentos de dimensão global, anteriormente comentados, terem tido impactos directos e significativos na abordagem e no enfoque das áreas de montanha, também foram surgindo e ocorrendo acontecimentos e eventos de índole europeia.

Podemos afirmar que as preocupações relativas às questões das áreas de montanha começam, genericamente, por estar relacionadas com a delimitação destes territórios. Assim que, em 1968, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou a Recomendação n.º 517, através da qual era solicitado aos governos europeus que definissem os critérios que permitissem uma delimitação uniforme das regiões de montanha da Europa, e que fosse estabelecida uma cooperação internacional em matéria de política regional.

Em 1972, numa Cimeira Europeia, que teve lugar em Paris, os Governos e Chefes de Estado Europeus acordaram novos domínios de acção comunitária, referentes às políticas regionais ambientais, sociais, energéticas e industriais, questões que, como já referimos, são transversais mas de maneira geral, de capital importância para as áreas de montanha.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa voltou a aprovar uma Recomendação (570), em 1974, a respeito da importante função das regiões alpinas. O teor do texto desta recomendação enfatiza, de modo particular, o papel do arco alpino num esquema global de ordenamento do território europeu e destaca as suas funções como área privilegiada de recreio e como área regeneradora dos recursos naturais. Ainda no decurso do ano de 1974, foi aprovada, pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, a Resolução (74) 7 [CM(74)7] na qual se solicitava aos países europeus que, a nível europeu e nacional fosse tomada uma decisão sobre o futuro da montanha, a qual assegurasse a continuidade da acção dos poderes públicos, uma definição de estruturas bem como a implementação de medidas práticas nestes territórios.

Com a Directiva 75/268/CEE, surge uma primeira abordagem, da então Comunidade Económica Europeia (CEE), sobre a agricultura de montanha. Neste contexto, as áreas de montanha eram consideradas áreas desfavorecidas em resultado de constrangimentos naturais. Pretendia-se com esta Directiva contribuir para o atenuar das diferenças de rendimento que existiam entre os agricultores de montanha e os agricultores das denominadas “terras baixas”. Com a presente Directiva, segundo o *Mountain Areas in Europe – Final Report* (NORDREGIO, 2004), emergiu a tendência de associar as questões inerentes às áreas de montanha dos países Membros, pelo menos a nível político, às questões agrícolas e às áreas menos favorecidas, de forma genérica.

Entre 1975 e 1988, foram produzidas e aprovadas Resoluções, Decisões, Declarações e Conclusões de Encontros, com as quais se foram aprofundando tanto o conhecimento científico como o político, em torno da problemática do desenvolvimento das áreas de montanha e da sua protecção e valorização. De entre estes destacou-se a Carta Europeia do Ordenamento do Território, aprovada pelos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território, sob a égide do Conselho da Europa, em 1984. Esta Carta serviu para uniformizar alguns conceitos, nos Estados Membros, relativos ao ordenamento do território, para além de definir os preceitos que devem estar subjacentes ao ordenamento do território nos países membros. Neste documento, os territórios de montanha surgem no Anexo, onde são estabelecidos os objectivos específicos, para as regiões rurais, urbanas, fronteiriças, de montanha²², costeiras e insulares.

Mais tarde, em 1988, o Comité Económico e Social (CES), mais precisamente a Secção de Desenvolvimento Regional, produziu o relatório “Uma política para as zonas de montanha”, tendo concretizado, com este documento, a uniformização semântica do conceito de “zonas de montanha”, passando a definição a ter um carácter metodológico e prático.

A partir deste conceito, o CES reuniu os critérios que cada Estado-Membro utilizava para demarcar as “zonas de montanha” e, na sequência de ajustes, delimitou as zonas predominantemente de montanha²³ e zonas parcialmente de montanha²⁴.

²² As regiões de montanha, pela sua importância em virtude das funções que desempenham nos domínios ecológico, económico, social, cultural e agrícola, pelo seu valor como reserva de recursos naturais e, ainda, pelos múltiplos condicionamentos a que estão sujeitas, devem merecer, no que respeita à sua conservação e desenvolvimento, um lugar específico e adequado na política de ordenamento do território (Direcção Geral do Ordenamento do Território, 1988: 18)

²³ Municípios em que mais de 66% do território encaixava no conceito de zona de montanha.

²⁴ Municípios em que entre 33% e 66% do território encaixava no conceito de zona de montanha.

Durante a 2.^a Conferência Europeia das Regiões de Montanha, que ocorreu em Trento (1988), foi constatada a necessidade de se elaborar uma Carta Europeia das Regiões de Montanha que definisse os princípios de planificação, desenvolvimento e protecção destas regiões. Contudo, somente em 1994, no decurso da 3.^a Conferência Europeia das Regiões de Montanha, é que o documento foi aprovado pelos participantes. O teor desta Carta tem como principais características o facto de ser global e integrador, dando assim continuidade às recomendações da Conferência do Rio de Janeiro de 1992, sobre Ambiente e Desenvolvimento. Entretanto, no ano 2000, sob proposta do Comité dos Ministros do Conselho da Europa, esta Carta passou a Convenção - quadro, que ainda aguarda a respectiva ratificação pelos Estados Membros.

Em 1991, seis Estados Alpinos (Áustria, França, Alemanha, Itália, Liechtenstein e Suíça) e a Comunidade Europeia assumiram o compromisso de preservar os Alpes, no decurso de uma reunião que ocorreu em Salzburgo (Áustria), tendo na altura sido assinada a Convenção Alpina. Esta Convenção é, segundo Castelein *et al.* (2006) um dos dois únicos instrumentos legais, a nível mundial, que tem por objectivo proteger cadeias montanhosas. Villeneuve *et al.* (*op. cit.*) referem que esta Convenção ganhou força a partir de 1995, após a Eslovénia (1993) e o Mónaco (1994) se terem juntado às “partes” que já tinham assinado a Convenção Alpina. Contudo, somente em 1999 é que a Convenção Alpina foi ratificada pelas nove partes (Villeneuve *et al.*, *op. cit.*: 6)

“The Convention provides for the protection and sustainable development of the Alps as a whole, as a uniform regional ecosystem. The Parties agree to establish a comprehensive policy towards this end.”(Castelein *et al.*, *op. cit.*: 6) tendo, desta forma a Convenção, potenciado e conduzido a que de facto fossem implementados numerosos projectos transnacionais relativos a questões como a população e a cultura, o planeamento regional, a conservação do solo e a gestão da água, bem como que fossem criados grupos de trabalho para questões como os transportes, os riscos naturais, a população e a cultura.

Mais tarde, em resultado da Conferência das Regiões de Montanha que se realizou em Cracóvia (Polónia), em 1995, foi aprovada uma declaração através da qual se constatava as potencialidades dos territórios de montanha e que fundamentava a pretensão destes territórios em se transformarem em espaços de qualidade, devendo para tal a União Europeia adoptar uma genuína política de montanha. Aliás, refira-se que à escala da União Europeia têm sido produzidos vários documentos sobre esta temática, como por exemplo, o parecer do CES (1996) sobre o “Arco Alpino – uma oportunidade de Desenvolvimento e Integração”, o parecer do Comité das Regiões (CdR) de 1997 relativo a “Uma Política para a Agricultura de Montanha”, o relatório da Comissão

para a “Agricultura e o Desenvolvimento Rural” (1998) sobre “Uma Nova Estratégia Rural para as Zonas de Montanha”, e o relatório do CdR (2003) sobre “A política comunitária para as Regiões de Montanha”.

Entretanto, em 1996, a União Europeia realiza em *Cork* (República de Irlanda) a “Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural”, de onde resultou a Declaração de *Cork* que aponta “como objectivo prioritário a construção de uma imagem atractiva do mundo rural, reforçando a ideia de que é também em cada lugar que se encontram as soluções para o desenvolvimento das comunidades locais:” (Carvalho, 2004: 143), o que, no caso dos territórios de montanha, nos levaria à necessidade de definir políticas específicas.

Com o relatório elaborado pela Comissão para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural denominado “Uma Nova Estratégia para as Zonas de Montanha”, começa-se a associar a problemática do desenvolvimento dos territórios de montanha à questão do desenvolvimento rural, e a abandonar a associação entre montanha e agricultura que tinha vigorado até então. Contudo, permaneceu a conotação destes territórios com os *handicaps* que aí existem. Estas são precisamente as questões abordadas na Declaração de Euzkadi (1998) onde era referido que, no âmbito do processo de revisão da Política Agrícola Comum (PAC), fosse ponderada uma política específica para as montanhas europeias.

Em 1999, o artigo 18.º do Regulamento CE n.º 1257/1999 do Conselho, sobre o apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) estabelecia uma definição para “zonas de montanha”, relacionando, novamente, estes territórios com os *handicaps* que aí ocorrem e que diferenciam a prática agrícola que existe na montanha.

Com a “Convenção Europeia da Paisagem” (2000), começam-se a fazer referências às questões inerentes à qualidade, designadamente no que diz respeito aos valores paisagísticos. Muito embora esta Convenção tenha uma aplicabilidade muito ampla, como aliás é reconhecido no seu artigo 2.º, pode servir de referência para levar a efeito um planeamento de acordo com o potencial paisagístico e maximizar-se o desenvolvimento ordenado das regiões de montanha europeias, nomeadamente como é enunciado no artigo 6.º, através da sensibilização, formação e educação, identificação e qualificação que são os objectivos da qualidade paisagística.

Igualmente no ano 2000 foram adoptados, na 12ª Conferência Europeia de Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território, os “Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu”, que com base na Carta Europeia do Ordenamento

do Território, para além de reconhecer quer as potencialidades quer a especificidades das regiões de montanha, chama ainda a atenção para questões, consideradas importantes em termos de definição de políticas de ordenamento do território para estas regiões.

Segundo Mitreva (2005), em 2001, o Programa Ambiental das Nações Unidas, mais concretamente a sua delegação regional europeia (UNEP/ROE), foi requisitada pelos países dos Cárpatos para mediar o processo de contactos intergovernamentais para a cooperação nos Cárpatos, nomeadamente para a implementação de uma rede de trabalho para as áreas protegidas dos Cárpatos, tendo a UNEP/ROE fomentado o estabelecimento de uma parceria Alpes-Cárpatos.

Entretanto como salienta Carvalho (2004: 144) a política agrícola da UE direccionou-se "(...) para um modelo mais ecológico e economizador de recursos, com garantias de qualidade e segurança dos alimentos para os consumidores", tendo no final de 2001 o Parlamento Europeu, também influenciado pelo facto de 2002 ser considerado o Ano Internacional da Montanha pelas Nações Unidas, aprovado a Resolução sobre os "25 anos de aplicação da legislação comunitária a favor da agricultura nas regiões de montanha (2000/2222 (INI))" com a qual foi sugerido à Comissão a definição de um rótulo de denominação dos produtos provenientes das zonas de montanha bem como a promoção de estruturas comunitária de transformação e comercialização desses mesmos produtos. Também era sugerida a disponibilização de mecanismos de financiamento específicos, nomeadamente através de uma redistribuição de fundos agrícolas a favor do segundo pilar da Política Agrícola. É ainda defendida a suspensão das quotas leiteiras nestas áreas, atendendo à função ecológica que o gado desempenha nestas áreas. Em 2008, foi apresentada ao Parlamento Europeu uma proposta de resolução sobre a situação e as perspectivas da agricultura nas regiões de montanha (2008/2066 (INI)), que para além de fazer um ponto da situação, desde a precedente de 2001 (2000/2222/(INI)), tem como grandes novidades o facto chamar a atenção para a importância das PME que se localizam nas regiões de montanha, enquanto factores de desenvolvimento e de fixação da população, assim como a importante função desempenhada pelas florestas de árvores de folhas caducas e de coníferas na mitigação de problemas ecológicos e de segurança. É ainda salientada a necessidade de colmatar rapidamente o fosso digital, devendo as competências relativas às regiões de montanha ser atribuídas a um único membro da Comissão. Carvalho (2004) a este respeito refere que o facto das áreas de montanha estarem dependentes de centros de decisão exteriores é um problema estrutural, e que "(...) não chega subsidiar as produções, é necessário introduzir actividades de maior valor acrescentado." (Carvalho, 2004: 197 - 198).

Em Maio de 2003, na cidade de Kiev, no decurso da 5ª Conferência Ministerial sobre o ambiente na Europa, os “Os países dos Cárpatos, assinaram e adoptaram a Convenção dos Cárpatos” (Mitrevá, *op. cit.*: 16) tendo ainda “Sido necessárias quatro ratificações para que a Convenção se tornasse efectiva. (...) Com a quarta rectificação, em Outubro de 2005, a Convenção tornou-se válida em Janeiro de 2006, nos termos do artigo 21.3.º” (Castelein, *op. cit.*: 8).

Ainda a propósito dos protocolos/convenções transnacionais que são estabelecidos para proteger sistemas montanhosos e fomentar o seu desenvolvimento sustentado, Mitrevá (*op. cit.*: 25) faz referência ao facto de que “during the Second Global Meeting of the Mountain partnership held in Cusco, Peru in 2004. The official Request for UNEP assistance to facilitate intergovernmental consultation aiming at enhanced regional cooperation for the protection and sustainable development of mountain regions in the Balkans was made by Ministry of Environment and Physical Planning of the Republic of Macedonia in December 2004”. Porém, esta convenção ainda está em “fase” de discussão dos pontos a ter em consideração de acordo com as experiências adquiridas das Convenções Alpina e dos Cárpatos, quer de acordo com as especificidades locais.

No relatório do Comité das Regiões sobre “A Política Comunitária para as Zonas de Montanha” (2003), é reconhecido que, apesar da grande quantidade de documentos aprovados pelos vários Órgãos Europeus sobre os territórios de montanha, a Comissão continuava a não poder lançar nenhuma iniciativa específica, para além da medida vigente, que de acordo com o relatório era “modesta e sectorial em matéria de agricultura de montanha” (Comité das Regiões, 2003). Assim, este relatório salientava que, em função da sua especificidade os territórios de montanha tinham de ser objecto de políticas específicas, pois só assim poderiam deixar de ser considerados territórios marginais. Igualmente durante o ano 2003, a Associação Europeia das Autoridades Políticas das Regiões de Montanha (AEM) aprovou a declaração atinente à integração das regiões de montanha nas políticas comunitárias e numa política europeia de montanha. De acordo com esta declaração, a política de coesão deve juntar ao aspecto territorial as questões económicas e sociais e reconhecer a diversidade territorial da UE. Deve ainda ser considerada integralmente a especificidade dos territórios de montanha, pelo que deverá ser posta em prática uma política europeia de montanha.

Ainda relativamente à política europeia a favor das áreas de montanha na Europa a Euromontana será, certamente, a organização mais dinâmica. Esta associação, que actualmente representa 72 organizações de todos os tipos, de 18 países, e defende que “In the face of globalization, the sustainability of economic activities in mountain zones can only be ensured by

high-quality products” (Copus e Price, 2002). Foi esta constatação que fez com que esta associação a integrasse o projecto “Strategic information for the development of agricultural quality products in European mountain”²⁵, que teve o seu *terminus* no final do ano 2004, e com o qual foram reunidos num mesmo relatório a legislação e os procedimentos públicos e privados, directa ou indirectamente, relacionados com a agricultura de montanha e os seus produtos.

No início de 2004, foi concluído o relatório de particular importância, que a Comissão Europeia tinha mandado produzir, intitulado “Mountain areas in Europe: Analysis of mountain areas in EU member states, acceding and other European countries”, cuja elaboração foi coordenada pela NORDREGIO²⁶. Trata-se de um relatório caracterizador e delimitador das áreas de montanha, que faz um ponto da situação bastante claro. Este relatório tinha três objectivos principais:

1. Desenvolver um sistema comum de delimitação das áreas de montanha, para os 29 países da área de estudo;
2. Agregar indicadores estatísticos para descrever e analisar a situação das montanhas de forma a que seja possível desenvolver uma tipologia de áreas bem como criar uma base de dados que permita análises futuras;
3. Analisar as medidas e as políticas implementadas pelos Governos nacionais da UE, relativas às áreas de montanha bem como avaliar os impactos dessas medidas e políticas de forma que seja possível desenvolver propostas que permitam melhorar a situação das áreas de montanha.

Mais recentemente, em 2006, foi aprovado pela 14ª Conferência dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território o glossário das principais expressões usadas nas políticas de desenvolvimento do território europeu, no qual os territórios de montanha são tidos como regiões com um fraco desenvolvimento económico que, genericamente, resulta da sua localização geográfica, das condições do clima, do baixo número de habitantes e das débeis acessibilidades.

Por último, importa referir que os Tratados (da Europa Comunitária), enquanto documentos transversalmente abrangentes e orientadores do e para o espaço europeu, também denotam uma

²⁵ Para além da Euromontana integraram o projecto a França, Espanha, Grécia, Roménia, Polónia, Noruega e o Reino Unido. Em virtude de terem nos seus territórios montanhas com particular importância e relevância a Áustria e a Suíça também foram tidas em consideração neste projecto.

²⁶ Nordregio – Nordic Center for Spatial Development é um centro de europeu de investigação, educação e documentação sobre o desenvolvimento espacial, fundado pelo Conselho de Ministros Nórdico. A Nordregio está localizada na ilha Skeppsholmen, no centro da cidade de Estocolmo, Suécia.

certa evolução em relação à problemática dos territórios de montanha. Neste contexto, a primeira preocupação, muito embora de forma indirecta, com as montanhas europeias surge integrada no Tratado de Maastricht²⁷, no seu artigo 130.º-A, com o qual é assumido o compromisso de reduzir as disparidades de desenvolvimento entre as regiões e o atraso das regiões desfavorecidas. No essencial os Tratados de Amesterdão²⁸ e de Nice²⁹ não introduziram qualquer alteração significativa no que concerne aos territórios de montanha. O Tratado de Lisboa³⁰, ao fazer uma referência explícita às “zonas de montanha” enquanto regiões a que se deve dar especial atenção, poderá contribuir para que no seio da UE, aquando da definição das políticas, os decisores políticos atribuam uma maior prioridade aos territórios de montanha, uma vez que no documento matriz da UE, a problemática da montanha³¹ está, explicitamente, mencionada.

2.3 A legislação nacional sobre as áreas de montanha

Como constatamos, principalmente depois da conferência organizada pelas Nações Unidas, em 1992 no Rio de Janeiro, sobre o desenvolvimento humano e ambiental, a problemática das áreas de montanha ganhou novas dinâmicas e visibilidade, nomeadamente através da vasta produção de documentos e eventos, que funcionaram como catalisadores no aprofundamento das questões específicas das montanhas e das suas populações.

No plano nacional, importa, salientar o facto da legislação existente esta escala ter dois factores que a influenciam e a condicionam de forma acentuada. A circunstância de muitas fronteiras territoriais terem sido estabelecidas em sistemas montanhosos, fazendo com que um mesmo agrupamento de montanhas tenha partes incluídas em territórios de vários países, poderá, por um lado, incentivar a instituição de protocolos, convenções, declarações, que têm como principal objectivo a protecção, conservação destas regiões, através de acções concertadas entre

²⁷ O Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht em a 7 de Fevereiro de 1992 e que entrou em vigor a 1 de Novembro de 1993.

²⁸ O Tratado de Amesterdão foi assinado em 2 de Outubro de 1997 e entrou em vigor em 1 de Maio de 1999.

²⁹ O Tratado de Nice foi assinado a 26 de Fevereiro de 2001 e entrou em vigor a 1 de Fevereiro de 2003.

³⁰ O Tratado de Lisboa foi assinado a 13 de Dezembro de 2007. Estando, actualmente, o processo de ratificação concluído pelos 27 Estados-Membros, vai entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

³¹ O artigo 158.o é alterado do seguinte modo:

c) É aditado o novo parágrafo com a seguinte redacção:

“Entre as regiões em causa, é consagrada especial atenção às zonas rurais, às zonas afectadas pela transição industrial e às regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes, tais como as regiões mais setentrionais com densidade populacional muito baixa e as regiões insulares, transfronteiriças e de montanha.” (Tratado de Lisboa, 2007)

os vários países, e, por outro lado o facto de existirem fronteiras num sistema montanhoso poderá, eventualmente ser um factor de bloqueio ao desenvolvimento coerente destas regiões, caso os vários países não consigam encontrar plataformas de entendimento com vista à defesa do desenvolvimento sustentável das montanhas em causa.

Sobre esta questão tanto Villeneuve *et al.* (2002) como Castelein *et al.* (2006) referem que a legislação relativa às montanhas ainda está numa fase embrionária, sendo que “Specific legislation for mountain areas exists only in countries with a well-developed policy toward mountain areas, such as Italy, France or Switzerland” (Nordregio, 2004: 151).

Em termos de características, Villeneuve *et al.* (*op. cit.*) e Castelein *et al.* (*op. cit.*) afirmam que a análise dos textos das legislações nacionais lhes permitiu concluir que a similaridade é grande, nomeadamente no que diz respeito aos objectivos e desígnios relacionados com os aspectos de enquadramento institucional, económico, social e ambiental, existindo “Em certos países, legislação específica para a agricultura de montanha em geral, (...)” (Nordregio, *op. cit.*: 151), podendo-se conotar estas características legislativas com o facto das áreas de montanha, de forma genérica, apresentarem problemas que lhes são intrínsecos e que afectam estas áreas transversalmente, como por exemplo as dificuldades inerentes à prática agrícola, as dificuldades em estabelecer redes de comunicação (rodo-ferroviária, digital), as potencialidades em termos de biodiversidade, entre outros.

À escala da União Europeia, sobressai o facto de existirem vários instrumentos políticos relativos às áreas de montanha que (por exemplo) podem auxiliar a existência de agricultura nestas áreas bem como a preservá-la, como as directivas sobre a água, habitats, fauna e flora, aves, solo.

Relativamente aos países que têm legislação aprovada, de acordo com o quadro 2, atinente às montanhas, apuramos a existência de catorze países com legislação específica, e um país (Bulgária) que desde de 1993 tem um projecto de Lei para ser aprovado, no âmbito do qual sobressaem as medidas socio-económicas, no sentido de garantir, aos residentes das áreas de montanha, níveis de vida comparáveis com o resto da população do país.

Em França para além da delimitação das áreas de montanha, que é feita tendo por base o critério da altitude que é complementado por um traçado especial de cada uma das cadeias montanhosas, a legislação endossa uma percentagem do orçamento de Estado ao desenvolvimento específico das áreas e montanha. Pode considerar-se que a política francesa para as áreas de montanha teve dois períodos, tendo o início do primeiro período ocorrido “Na década de 70,

[quando] a política de montanha ganha importantes medidas para auxiliar a actividade agrícola cujo atraso se acentua em relação à agricultura das áreas planas" (Carvalho, *op. cit.*: 203), passando por 1985, ano em que foi aprovada a Lei da Montanha³², relativa ao desenvolvimento e à protecção da montanha, que, ainda segundo Carvalho (*op. cit.*: 203), é um decalco da Directiva Comunitária de 28/04/75 sobre a agricultura de montanha.

Quadro 2: Países com legislação específica para os territórios de montanha e as respectivas escalas de aplicabilidade.

| País | Legislação nacional / sub-Nacional | Ano |
|---------------------------------------|------------------------------------|--------------------------|
| Algéria | Nacional | 2001 |
| Áustria | Sub-nacional | 1979 |
| Bulgária | Nacional | Em preparação desde 1993 |
| Cuba | Nacional | 1995 |
| Espanha | Nacional | 1982 |
| Rep da Ossétia do Norte ³³ | Nacional | 1998 |
| França | Nacional | 1985 |
| Geórgia | Nacional | 1999 |
| Grécia | Nacional | 1990 |
| Itália | Nacional | 1985 |
| Kazaquistão | Nacional | 2002 |
| Polónia | Nacional | 1986 anulado em 1989 |
| Roménia | Nacional | 2004 |
| Suiça | Nacional | 1974 |
| Ucrânia | Nacional | 1995 |

Fontes: Villeneuve *et al.* (2002: 31); Nordregio (2004: 152) e Castelein *et al.* (2006: 39).

A partir de 1999 foram publicados seis dos dez textos legislativos, que actualmente existem na França sobre os territórios de montanha. Com a legislação publicada durante o primeiro período o Estado francês encorajou o desenvolvimento sustentável através do equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a protecção dos espaços naturais, através, por exemplo da conciliação das medidas agrícolas e o ambiente ou ao nível da conciliação entre a gestão turística e o ambiente. De entre o grandes temas da política francesa a favor dos territórios de montanha

³² Act 85-30, de 9 de Janeiro de 1985, sobre o desenvolvimento e a protecção da montanha.

³³ Federação Russa.

podemos citar a que se relaciona com: a gestão turística, o apoio à agricultura de montanha e à floresta, a prevenção de riscos naturais, o desenvolvimento da pluriactividade, adopção de medidas que permitissem a “abertura” dos territórios de montanha aos franceses e à Europa.

A organização e a implementação prática destas políticas foi assegurada por instituições de cariz local, especificamente criadas para o efeito, que foram, igualmente, convidadas a reflectir, e a ter em conta e a valorizar as especificidades dos territórios de montanha. A lei da Montanha institui, ainda os comités de montanha, que eram órgãos, semelhantes a pequenos parlamentos locais, que contribuíram para a penetração do princípio da subsidiariedade nestes territórios. Este conjunto de circunstâncias explica a progressiva marginalização, destes territórios, em relação às políticas territoriais nacionais, na medida em que as montanhas eram encaradas como territórios autónomos e não como mais uma simples área do território francês. Esta situação também contribui para a dualidade de espaços, que foi salientada por Carvalho (*op. cit.*: 205), a partir da análise efectuada por Diry (2000), em que este defendia a tese da existência de contrastes entre os próprios territórios de montanha franceses, em que a atractividade das montanhas orientais, impulsionada por processos de urbanização e de criação de emprego pelo desenvolvimento da actividade turística, contrasta com a crise em que as montanhas ocidentais francesas estavam mergulhadas, em consequência da crise industrial local.

Ainda relativamente a este primeiro período de implementação de políticas específicas para os territórios de montanha, Carvalho (*op. cit.*: 204) refere que na sequência da elaboração de um relatório que avaliou a política de montanha francesa (Bazin, 1999, citado por Graça, 2003: 382), constatou-se, apesar de alguns aspectos positivos, a necessidade de reformular as políticas francesas direccionadas aos territórios de montanha, nomeadamente no que concerne ao alargamento da abrangência das medidas e na revitalização das instituições de implementação dessas mesmas políticas.

O segundo período da política de montanha francesa pode considerar-se que vai desde 1999 até actualidade, no decurso do qual a Lei da Montanha francesa foi sendo reajustada, salientando-se as medidas como a relativa à reunificação dos Alpes, que até então estavam separados, em Alpes do Norte e Alpes do Sul, a extensão da redução fiscal para as residências turísticas, em que esta medida interessava particularmente às autoridades locais com aglomerados populacionais com menos de 2000 habitantes. Foi ainda constituído o Conselho Nacional da Montanha e foram reguladas matérias como o ordenamento. Os procedimentos relativos à

composição e funcionamento dos comités de montanha, foram simplificados e clarificados, em função da especificidade de cada montanha.

A legislação mais recente prevê o reforço dos poderes dos actores locais e considera o desenvolvimento sustentável da montanha francesa como sendo de interesse nacional. Prevê ainda que sejam tomadas medidas para que as populações residentes nas áreas de montanha tenham níveis de vida semelhantes à restante população francesa, de modo a que continuem a ser assegurados os serviços de qualidade, os produtos locais e os recursos naturais a par com desenvolvimento, sem que ocorra uma quebra brusca com o passado e a identidade da população da montanha.

Em Espanha as políticas e medidas especificamente direccionadas aos territórios de montanha têm, ao longo das últimas três décadas, registado um acréscimo, pelo que “às medidas da Administração Central se têm somado, as da União Europeia, dos Governos Regionais e das *Deputaciones*” (Marin-Yaseli e Martínez, 2007: 30).

A Constituição Espanhola, de 1978 no n.º 2 do seu artigo 130.º, estabelece que as áreas de montanha deveriam ser objecto de um tratamento especial. Esta directiva da constituição espanhola começou a ser posta em prática com a “Lei de Agricultura de Montanha”, aprovada em 1982, a qual segundo Valcárcel (*op. cit.*: 16) não foi mais que o reflexo da Directiva 75/268 da Comunidade Europeia (à semelhança do que se passou em França). A “Lei da Agricultura de Montanha” (LAM) tem como principais objectivos “o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento socio-económico sustentável, o ordenamento e a protecção dos recursos e, de forma tímida, também tem propostas a favor do artesanato local, do turismo rural e da instalação de Pequenas e Médias Empresas” (Marin-Yaseli e Martínez, *op. cit.*: 30).

Para Carvalho (*op. cit.*: 200), a LAM foi apoiada pela PAC, tendo o tratamento diferenciado das áreas de montanha espanholas partido da implementação de instrumentos de ajuda e de critérios para delimitar as áreas a beneficiar. A LAM tem um especial enfoque no sector agrícola, atribuindo um regime especial às Zonas de Agricultura de Montanha (ZAM), que por serem territórios especificamente de montanha são o alvo dos Programas de Ordenamento e Promoção das Zonas de Montanha (PROPRM). Para Viñas (2006: 56) com este esquema, salvo escassas excepções, os territórios de montanha foram poucas vezes objecto de planeamento territorial próprio e de medidas de desenvolvimento que se aplicassem exclusiva e sistematicamente a estes

territórios, o que tornou tanto a LAM como os PROPROM escassamente eficazes, apesar da LAM contemplar algumas medidas de desenvolvimento integral da montanha.

Ainda à escala nacional espanhola, para além de um vasto conjunto de Leis e de Regulamentos, que indirectamente têm implicações nas montanhas que se localizam em território espanhol, em 2003 foi aprovada a “Carta das Montanhas”. Este documento foi elaborado pelo Comité Nacional Espanhol para o Ano Internacional da Montanha e foi aprovado pelo Ministério do Ambiente. A “Carta das Montanhas” tem como principal objectivo a conservação das áreas de montanha através de três orientações de actuação:

- a) Desenvolvimento equilibrado e bem-estar dos habitantes;
- b) Utilização e desfrute racional e sustentável dos recursos;
- c) Continuidade dos serviços ambientais tangíveis e intangíveis e valores objectivos e subjectivos das montanhas para sociedade.

As orientações de actuação gravitam em torno de três eixos:

- 1) Conservação prioritária do património;
- 2) Aposta no valor do património preservado, como base fundamental para o desenvolvimento e bem-estar local;
- 3) Contrapartidas equitativas para os habitantes da montanha, como reconhecimento do papel que desempenham em benefício do conjunto da sociedade.

Para além da legislação nacional, em Espanha doze³⁴ comunidades Autónomas têm Leis e Regulamentos próprios, direccionados às áreas de montanha. Para Carvalho (*op.cit.*: 201) a Lei de Alta Montanha da Catalunha, aprovada pelo Parlamento da Comunidade Autónoma, a 23 de Fevereiro de 1983, é um bom exemplo de aprovação e aplicação de legislação, à escala regional, específica sobre a política de montanha.

Como podemos verificar no quadro 3, a delimitação das áreas de montanha é a única área temática presente em todos os quadros normativos dos países considerados. As áreas relativas à agricultura, ao desenvolvimento económico e social e à protecção da montanha também são

³⁴ Comunidade Autónoma de: Baleares, Canárias, Cantábria, Castilha e Leão, Catalunha, Madrid, Valência, Extremadura, La Rioja, Navarra, País Basco e a Região de Múrcia.

assumidas pela maioria dos países, como áreas temáticas estratégicas para o desenvolvimento destes territórios, sendo que somente 4 países (31%) não implementaram organismos para tratar especificamente estas e outras questões. Como áreas temáticas menos consensuais, ao nível da legislação, destacam-se claramente o apoio a empresas, os transportes e infra-estruturas, o artesanato, os serviços públicos, o sector da saúde e a pastorícia, revelando-se por esta via algumas falhas, tanto mais que estas são de facto áreas estratégicas para o desenvolvimento destes territórios.

Quadro 3: Amostra de países com legislação específica para as áreas de montanha e grandes temáticas regulamentadas por essa legislação.

| Área temática abarcada pela legislação específica para as áreas de montanha | Algéria | Bulgária | Cuba | Espanha | França | Geórgia | Grécia | Itália | Kazaquistão | Roménia | Rep da Ossia do Norte ³⁵ | Suíça | Ucrânia |
|---|---------|----------|------|---------|--------|---------|--------|--------|-------------|---------|-------------------------------------|-------|---------|
| Agricultura | X | X | X | X | X | X | X | X | | X | | X | X |
| Água | | X | X | X | X | | X | | | | | | |
| Áreas protegidas | | X | X | | | | X | | | X | | | |
| Artesanato | | | | X | | X | | | | | | | |
| Delimitação das áreas de montanha | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Desenvolvimento económico | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | X | X |
| Desenvolvimento social | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | X | X |
| Educação | | | | X | X | X | | | | X | | | |
| Floresta | | X | X | X | X | | X | X | | | | | |
| Gestão específica da montanha ³⁶ | X | X | X | X | X | | | X | X | X | X | | |
| Pastorícia | | | | X | X | | | | | X | | | |
| Protecção da montanha | X | X | | X | X | X | X | X | X | | X | X | |
| Protecção do solo | | | X | X | X | | | | X | X | | | |
| Recursos naturais | | | X | X | | | X | | X | | X | | |
| Saúde | | | X | | X | X | | | | | | | |
| Serviços públicos | | | X | X | X | | | | | | | | |
| Transportes / Infra-estruturas | | | X | | | | X | | | | | | |
| Turismo | | X | | X | X | X | X | | | X | | | X |
| Apoio a empresas | | | | X | | | | | | | | | |

Fontes: Villeneuve *et al.* (2002: 31); Nordregio (2004: 152) e Castelein *et al.* (2006:).

Por outro lado, tendo em conta que o conjunto das dezanove áreas temáticas abordadas nas legislações nacionais podem ser consideradas como fundamentais para o desenvolvimento sustentável dos territórios de montanha, com base no quadro 3 podemos afirmar que os países que têm uma legislação para os territórios de montanha mais completa são a Espanha, a França, Cuba, Grécia e Bulgária. Os restantes países mencionados no quadro 3, têm na respectiva legislação

³⁵ Federação Russa

³⁶ Criação de Gabinetes ou outras entidades para tratar de questões específicas das áreas de montanha.

menos de 50% das áreas temáticas, que transversalmente, são consideradas como estratégicas para o desenvolvimento dos territórios de montanha.

Em Portugal, se tivermos em conta que os maiores potenciais hidroeléctrico e eólico se localizam em áreas de montanha, então poderá afirmar-se que existe legislação nacional publicada que, apesar de não ter sido produzida especificamente para as áreas de montanha, visa compensar os territórios, principalmente os de montanha, pela instalação de centrais hidroeléctricas ou parques eólicos.

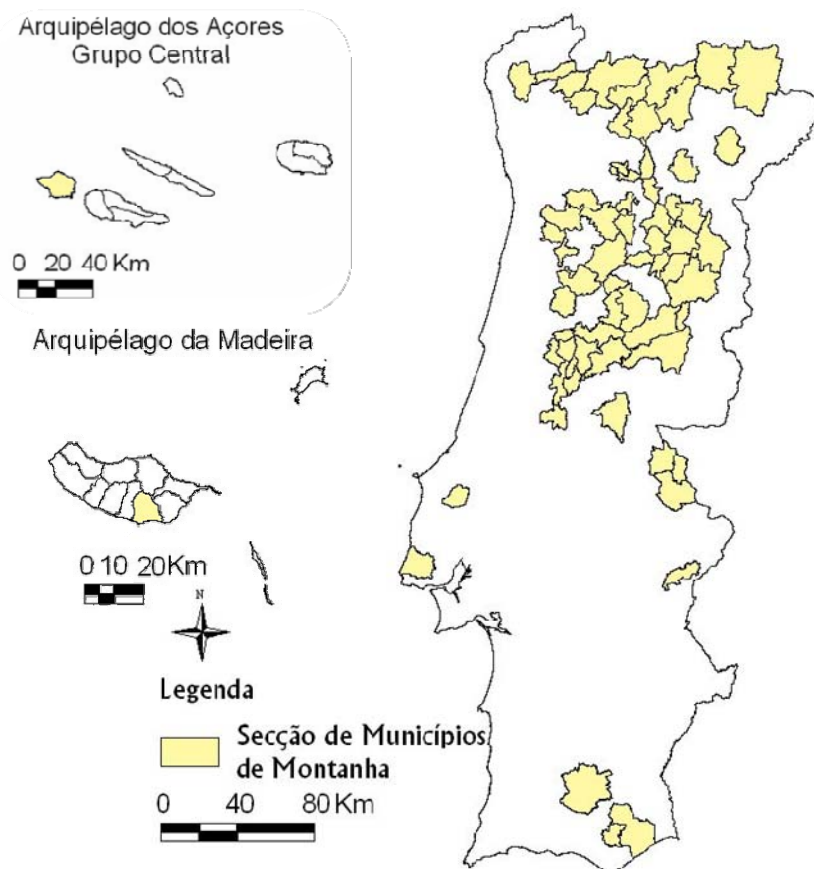
Efectivamente com a publicação da Lei n.º 2002, de 26 de Dezembro de 1944, e do Decreto-Lei n.º 43335, de 19 de Novembro de 1960, Portugal passou a ter no seu ordenamento jurídico, legislação que previa a compensação, tanto do Estado como das câmaras municipais, pela concessão de centros electroprodutores hidroeléctricos. Esta legislação viria a ser revogada pelo Decreto-Lei n.º 424/83, de 6 de Dezembro, com o qual se pretendia consagrar "(...) uma renda anual aos municípios cuja circunscricção seja atingida por zonas de influência de centros produtores de energias eléctrica." (Diário da República, 1983: 3972). A verdade é que actualmente este Decreto-Lei ainda se mantém em vigor, facto que tem gerado bastante descontentamento e conflitos nas áreas afectadas por centrais hidroeléctricas na medida em que a compensação prevista é irrisória³⁷.

Relativamente às compensações devidas pela instalação de parques de aerogeradores, desde 1988 que existe legislação nacional que regula essas mesmas compensações. Neste caso a legislação tem sido sucessivamente actualizada, sendo que actualmente está em vigor o Decreto-Lei n.º 33-A/2005, de 16 de Fevereiro. Este Decreto-Lei estipula que as empresas detentoras de parques eólicos têm de compensar os Municípios, onde se localizam esses mesmos parques, com o montante igual a 2,5% do total facturado anualmente, ao que acresce o facto de em muitas situações a localização dos aerogeradores ser fixada em terrenos baldios, o faz com que o rendimento proveniente do arrendamento desses terrenos reverta para a Junta de Freguesia. Ao contrário das hidroeléctricas, a localização de parques eólicos é muito vantajosa, chegando a haver casos nacionais onde os rendimentos provenientes desses parques eólicos são superiores às transferências do Estado quer para os Municípios quer para as Junta de Freguesia.

³⁷ Só no Município de Montalegre "(...) a empresa produtora de energia tem capacidade para produzir 60 milhões de euros por ano, deixando, no concelho, apenas 70 mil." (www.avozdetrasosmontes.com. Consultado a 20/02/2008).

2.4 Em Portugal

Em Portugal, a questão relativa ao desenvolvimento sustentável das áreas de montanha tem tido poucos avanços, o que torna Portugal "(...) um país distanciado no plano da adopção de medidas específicas em relação aos territórios montanhosos, apesar dos problemas estruturais que são bloqueadores do seu desenvolvimento." (Carvalho, *op. cit.*: 200).



Autoria própria

Figura 10: Secção de municípios de montanha da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Contudo, para além da Secção de Municípios de Montanha da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), criada em 1995 (figura 10), e que actualmente congrega 66 municípios, pode ainda considerar-se que algumas das Comunidades Intermunicipais³⁸, por agregarem municípios exclusivamente de montanha, trabalham muito de perto com questões

³⁸ Podem-se citar como exemplos a Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela (Gouveia, Seia, Fornos de Algodres), a Comunidade Intermunicipal Comurbeiras (Covilhã, Belmonte, Fundão, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso) e a Comunidade Intermunicipal Minho Lima (Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Vila Nova de Cerveira).

directamente relacionadas com estas áreas geográficas, tornando-as, por via desse facto, nas únicas estruturas especializadas nas questões da montanha nacional.

Em meados do Ano Internacional da Montanha (2002), a ANMP – Secção de Municípios de Montanha levou a efeito uma sessão de debate sobre a problemática da montanha da qual resultou a “Declaração da Covilhã”, através da qual reclamava a inclusão da temática *montanha* na agenda política da UE, assumindo-se esta Secção como parceiro estratégico para a definição de políticas atinentes aos territórios de montanha.

Recentemente, em 2006, ocorreu em Chaves, a 5ª Convenção Europeia da Montanha, co-organizada pela Euromontana e a ADRAT³⁹ sob o tema “Crescimento e Coesão”. Nesta conferência foi debatida a contribuição das regiões de montanha para a Estratégia de Lisboa, nomeadamente os objectivos que devem ser atingidos, a nível europeu, no que diz respeito ao crescimento sustentado, à inovação e à criação de emprego.

A declaração que foi aprovada no final desta conferência recomenda o uso das energias alternativas renováveis, o uso das novas tecnologias de informação e comunicação e a elaboração de planos de desenvolvimentos específicos para as regiões de montanha, que deverão incluir as áreas protegidas.

A 15 de Janeiro de 2007 foi aprovada a Lei n.º 2/2007, que estabeleceu o novo regime Jurídico das Finanças Locais em Portugal. Com esta Lei pretendia-se que a distribuição dos dinheiros públicos pelo território nacional fosse executada de forma a que as áreas onde ocorram restrições ao uso do solo, como por exemplo se o território em causa está ou não integrado numa qualquer classificação (Área Protegida, Rede Natura 2000) ou ainda consoante a amplitude altimétrica.

De facto o artigo 26.º da citada Lei estabelece os critérios para a distribuição do FGM⁴⁰ pelos municípios, tendo em consideração, entre outros, a área total do município integrada numa área protegida ou em Rede Natura 2000 bem como tendo em conta a altitude a que o município se localiza. Contudo, em termos práticos e de acordo com um estudo realizado pela *Deloitte* (2008) sobre o impacto da distribuição dos impostos do Estado pelos municípios e de acordo com o estipulado pela Lei n.º 2/2007, concluiu-se que no caso da aplicação do factor altimétrico criou-se

³⁹ Associação de Desenvolvimento Regional do Alto Tâmega

⁴⁰ “FGM corresponde a uma transferência financeira do Estado que visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento” (Diário da República, 1ª série – n.º10, 2007: 325)

uma divisão geográfica no continente a Norte e a Sul do rio Tejo, sendo que este factor assumiu maior importância em 2008, nos municípios localizados a Sul de Lisboa, dos quais se destacaram os municípios de Lagos, Loulé, Alcácer do Sal, Arraiolos e Évora, o que teve como consequência prática que fossem estes os municípios que mais beneficiassem com a aplicação deste factor de ponderação.

Ainda no decurso de 2007 foi aprovado o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), documento que pretende ser a matriz para a definição das políticas, estratégias e as prioridades de desenvolvimento do país. No que diz respeito às áreas de montanha este documento estruturante na única referência directa que faz às áreas de montanha continua a propor que as áreas de montanha sejam consideradas áreas rurais, propondo um conjunto de prioridades genéricas que, não estando mal, parece-nos que carecem de ser trabalhadas no sentido de as tornar mais objectivas e específicas.

Capítulo 3. As incidências das políticas de desenvolvimento da União Europeia nas áreas de montanha

3.1 Tendências evolutivas das políticas para o mundo rural

Os territórios de montanha foram objecto de políticas, que em muitos casos, originaram processos de deterioração locais, devido a um conjunto de razões, como por exemplo a emigração (voluntária e forçada), a exploração desajustada da realidade das florestas e dos pastos, a par de modelos de desenvolvimento demasiadamente assentes no turismo, que por sua vez originaram o desenvolvimento de formas de turismo “selvagem”, na medida em que estes territórios “(...) marginais são procurados por uma população urbana sedenta de usufruir experiências centradas nos valores naturais e culturais, cuja presença, cada vez mais intensa, pode acelerar o processo de destruição do património e gera a necessidade de equipamentos e serviços cuja exigência se reclama ao sector público e, em definitivo, à sociedade em geral.” (Carvalho, 2003), a que acresce a poluição, sobretudo atmosférica, bem como a construção de infra-estruturas de comunicação e a exploração de recursos minerais a céu aberto. Este conjunto de ocorrências, introduziram alterações prejudiciais a estes territórios, que agravaram as desvantagens naturais e permanentes, comparativamente com os outros territórios rurais.

A par destes condicionalismos e acontecimentos, surge-nos a circunstância dos territórios de montanha, como já vimos no Capítulo 1, representarem, em termos geográficos, cerca de 40,6% do território da União Europeia (UE) e servirem de espaço residencial a cerca de 19% do total da população da UE, tendo estes factos, certamente contribuído para que no seio da Comissão Europeia se reflectisse sobre as políticas necessárias para o desenvolvimento destes territórios. Como resultado destas reflexões pode-se citar a Directiva (CEE) 268/75, sobre a Agricultura de Montanha e de Zonas Desfavorecidas, como já referimos no Capítulo 2, através da qual também é perceptível que as questões relativas a esta temática desde a primeira hora foram tratadas, tanto ao nível da UE como na generalidade dos países que a integram, conjuntamente com as políticas especificamente direccionadas à agricultura o que, segundo Valcárcel (*op. cit.*: 8) é paradigmático, em virtude das áreas rurais de montanha, historicamente, não se identificarem com as áreas agrícolas. Contudo, é bastante frequente, na actualidade, a conotação das áreas de montanha com as áreas rurais de componente eminentemente agrícola, sendo o enfoque exclusivo e excludente que se faz a estes territórios predominantemente agrícola, de tal modo que os principais

instrumentos de intervenção e as vias de aproximação vinculam os mesmos a organismos e instâncias relacionadas com a agricultura.

A Política Agrícola Comum (PAC), foi lançada no final dos anos 50⁴¹ do século XX, na sequência da escassez de produtos alimentares, que se verificou na Europa nos pós II Guerra Mundial. Este sentimento de insegurança alimentar influenciou as tomadas de decisão, que se reflectiram na definição de estratégias e na implementação de políticas que visavam a auto-suficiência da Europa Comunitária em termos alimentares, pelo que a PAC começou por, genericamente, se aplicar essencialmente à produção e comercialização dos produtos agrícolas e aos seus derivados. A PAC tinha como principais objectivos aumentar a produtividade do sector, assegurar um nível de vida equitativo para os agricultores, contribuir para estabilizar os mercados agrícolas europeus, garantir o abastecimento desses mercados e assegurar produtos a preços razoáveis para os consumidores finais. A estes princípios acrescem os princípios de unidade do mercado agrícola europeu, a preferência aos produtos de origem comunitária e a solidariedade financeira.

Tendo presente estes objectivos, a PAC alicerçou o sector agrícola europeu em subsídios⁴² rígidos e fundamentalmente orientados para a produção em massa⁴³, baseando-se, para a atribuição de tais subsídios, por exemplo, na dimensão das explorações ou no número de cabeças de gado. Este modelo vigorou até quase ao final da década de 80, data em que a PAC já se tinha tornado vítima do seu sucesso, nomeadamente o problema do excesso de produção e os custos do armazenamento.

Paralelamente à produção excedentária em produtos agrícolas, surgiram preocupações⁴⁴ relacionadas com o impacto ambiental da PAC, pois o objectivo de produção em massa implicou a utilização, também em massa, de produtos químicos, que induziram o crescente surgimento de receios em matéria de saúde pública, como é o caso da mediática questão da BSE⁴⁵. Como consequência directa a sociedade começou, gradualmente, a perder a confiança nos produtos agrícolas, sobretudo na carne de bovino, em virtude da BSE, para além de paralelamente surgir um sentimento de desconfiança em relação à forma e métodos utilizados na agricultura praticada na

⁴¹ Na Conferência que se realizou entre 3 e 12 de Julho de 1958, em Stresa (Itália), começaram a surgir as propostas para a definição da Política Agrícola Comum (PAC), que em 1962 viria a entrar em vigor.

⁴² O financiamento destes subsídios era feito através do fundo comunitário FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) que estava subdividido em duas secções: uma para as políticas de preços e mercados (sessão Garantia) e outra para a política de estruturas (secção de Orientação).

⁴³ Esta fase é vulgarmente conhecida como "fase produtivista".

União Europeia (UE), designadamente em relação à sustentabilidade ambiental da agricultura (questão que também foi abordada na Conferência realizada no Rio de Janeiro em 1992, e relativamente à qual este evento também é um marco notável).

A partir do início da década de 90, a PAC começou a ser objecto de profundas alterações⁴⁶, na sequência de “Um conjunto de documentos de enquadramento estratégico elaborados pela Comissão Europeia, Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento das Nações Unidas e OCDE, entre os mais importantes, que serviram acima de tudo para a definição de linhas estratégicas de orientação para o ordenamento e o desenvolvimento rural.” (Carvalho, 2001: 2). Estes conduziram a um novo paradigma em favor de uma política mais direccionada para as preocupações do mercado, nomeadamente através do incentivo ao emprego de práticas agrícolas mais eficazes, mais sustentáveis e que tivessem presente a protecção ambiental e a fixação das populações. Assim, com a reforma encetada em 1992 surgiram as denominadas “Medidas de Acompanhamento” que consistiam em ajudas agro-ambientais para, por exemplo, a reflorestação mas também para apoiar a reforma antecipada de agricultores.

Apesar das alterações introduzidas com a Reforma de 1992, a PAC continuou a comprometer uma elevada percentagem do seu orçamento com os produtos excedentários (armazenamento), o que condicionava a transferência de verbas para os programas de desenvolvimento rural. É neste contexto que, a propósito do alargamento da UE, a Comissão

⁴⁴ Em 1985 a Comissão Europeia apresenta o relatório “Perspectivas da PAC” (vulgarmente conhecido como Livro Verde) que salienta a necessidade de se aplicarem políticas que fomentem a diversificação das fontes de rendimento dos agricultores, para além das políticas relativas aos preços e mercados. Já em 1988 é conhecido o relatório “O futuro do mundo rural”, que estabelece uma nova forma de abordar e pensar os problemas da agricultura e do mundo rural, em sintonia com as novas opiniões, que emergiam com força na sociedade europeia dos anos 80. Com efeito temas como a necessidade de fixar as populações no mundo rural como garantia para manter os modelos de povoamentos e de paisagens característicos da sociedade europeia, bem como a conservação e a protecção do ambiente, significavam uma alteração prática do discurso político da Comissão Europeia, passando-se de um discurso claramente pró-produtivista para um discurso que abordava os problemas do mundo rural de forma mais ampla e interdependente.

⁴⁵ BSE - Encefalopatia Espongiforme Bovina. Quando a BSE é transmitida ao homem, adquire as características da Doença de Creutzfeldt-Jakob (CJD). A maioria das pessoas com CJD tem entre 50 e 70 anos de idade. A doença é rara em pessoas com menos de 35 anos, a menos que provocada por procedimentos médicos como infecção por hormônio de crescimento contaminado, transplante ou equipamento cirúrgico. Não há tratamento, e a doença é sempre fatal.

⁴⁶ Em 1991 a Comissão Europeia produziu o relatório “Evolução e Futuro da PAC”, através do qual é assumido o fracasso da primeira reforma. Este documento retoma o discurso introduzido pelo relatório “O futuro do Mundo Rural”. Assim é defendida a plurifuncionalidade da agricultura e dos agricultores, não só no que concerne à produção de alimento, mas também enquanto actores fundamentais na protecção e conservação do ambiente. É ainda defendida a manutenção das populações agrícolas no meio rural como um importante factor de coesão social e de articulação do tecido produtivo local. Assim defende-se a diversificação das actividades económicas, como forma de complementar os rendimentos dos agricultores e como fonte de desenvolvimento das áreas rurais, propõe-se a introdução de critérios ambientais na política agrícola e a necessidade de implementar programas de reflorestação, como via para devolver algumas terras agrícolas à sua antiga vocação florestal.

Europeia apresentou um documento na Cimeira de Madrid, em 1995, que serviu de base estratégica para as propostas da futura reforma da PAC, conhecida como *Agenda 2000*⁴⁷.

Como consequência “O novo modelo que substituiu o desenvolvimento rural mais produtivista das décadas anteriores, e que pretende ser mais sustentável, introduziu profundas transformações, dando prioridade e protagonismo ao desenvolvimento local ou endógeno (...) e permitindo conceber o espaço rural como um sistema pluriactivo e susceptível de múltiplos usos.” (Gutiérrez, 2006: 76), fazendo com que destas sucessivas reformas a PAC ficasse subdividida em dois pilares. Um que definia a política dos mercados agrícolas em todos os países da UE e direccionava os apoios internos para numerosos sectores como as culturas aráveis ou à carne de bovino, estabelecendo quotas de produção, nomeadamente de leite. Este é o papel da PAC conhecido como o “primeiro pilar”, que tem um impacto directo e forte ao nível dos preços de produção e nas estruturas agrícolas da UE. Em paralelo a PAC incorporou as questões relativas ao desenvolvimento rural (segundo pilar). Esta política propõe um conjunto de medidas destinadas a favorecer o desenvolvimento rural e a protecção do ambiente, principalmente através das actividades agrícolas, em que “A dimensão territorial e integral das políticas de desenvolvimento rural conduziram, igualmente, a uma revalorização do mesmo espaço rural como factor de ordenamento do território.” (Araújo, 1995 *citado por* Gutiérrez, 2006: 75)

Pretendia-se que subjacente à *Agenda 2000* estivesse a concepção de uma política rural integrada, com vista a assegurar a coerência interna da política estrutural e ampliá-la a dimensões de natureza social, ambiental, económica e regional, em que “Os espaços rurais do mundo ocidental, com as suas fragilidades e respectivas propriedades difusas, deixaram de ser exclusivamente sentidos e olhados sob a óptica das suas potencialidades produtivas, para num contexto diferente, poderem ganhar em complexidade, diversidade funcional e sustentabilidade, aquilo que perderam na sequência da aplicação desregrada de técnicas produtivistas (...)” (Carvalho e Fernandes 2000, citados por Carvalho, 2001: 1). Assim surgiram as novas medidas de desenvolvimento rural, que foram intituladas de “segundo pilar” da PAC.

O “segundo pilar” da PAC foi pensado como complemento às reformas da política de mercados, através de acções que incentivassem uma agricultura competitiva e multifuncional. Para alcançar estes objectivos a Política de Desenvolvimento Rural passou a contemplar a descentralização de responsabilidades, do nível comunitário para o nível local, e a flexibilidade da

⁴⁷ Conferência de Berlim – 1999.

programação, o que levou a que os Estados membros passassem a ter a possibilidade de apresentar propostas de programas aplicados à escala geográfica que considerassem mais adequada, cumprindo-se, desta forma, os dois princípios integradores da política de desenvolvimento rural, a subsidiariedade⁴⁸ e a parceria institucional⁴⁹.

Complementarmente e com o objectivo de simplificar a política comunitária relativa ao desenvolvimento rural, esta passou a reger-se por um único regulamento – Fundo de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA)⁵⁰, que passou a englobar todos os que anteriormente existiam. Neste regulamento é possível verificar que foram intencionalmente incluídas medidas⁵¹ direccionadas aos territórios de montanha, no sentido de incentivar a pluriactividade, a protecção ambiental e a melhoria de qualidade dos produtos agrícolas endógenos.

Já em 2003⁵², a PAC voltou a ser objecto de uma revisão, que poderá ser adjectivada de “radical” na medida em que visava a consecução de uma política que não apoiasse apenas a agricultura, propriamente dita, mas também apoiasse os meios de subsistência, a longo prazo, das áreas rurais no seu conjunto, nomeadamente através da absorção dos princípios relativos às políticas públicas comunitárias enunciadas na Agenda de Gotemburgo⁵³ e de Lisboa⁵⁴.

Assim, foi atribuída uma nova prioridade ao desenvolvimento rural, tornando-se a Política Agrícola Comum ainda mais sensível às questões ambientais através do alargamento das medidas

⁴⁸ As políticas são competência das instituições nacionais e só quando não puderem ser realizadas satisfatoriamente pelos Estados Membros, é que serão realizadas a nível comunitário.

⁴⁹ Associação das Autoridades da União Europeia com as autoridades nacionais, regionais e locais dos Estados Membros e com entidades privadas, para a realização de tarefas de concepção, execução e avaliação das políticas, programas e projectos de desenvolvimento rural.

⁵⁰ Regulamento 1257/99 de 17 de Maio.

⁵¹ Podemos citar como exemplo o Capítulo III, que visava apoiar a formação e/ou reconversão profissional; o Capítulo V, direccionado para as *Zonas Desfavorecidas e Regiões com Condicionantes Ambientais*, que visava fomentar as explorações sustentáveis e compensar as regiões com condicionantes ambientais; o *Capítulo VI* relativo às Medidas Agro-Ambientais que se destinavam a apoiar os métodos de produção agrícola destinados a proteger o ambiente; o *Capítulo VII* que apoiava a *Melhoria da Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas* através da qual se pretendia incentivar o investimento na melhoria e racionalização da transformação e comercialização dos produtos agrícolas e contribui para o aumento da competitividade local; o *Capítulo IX Promoção da Adaptação e do Desenvolvimento das Zonas Rurais* esta medida tinha subjacente o apoio à reconversão das actividades agrícolas e a actividades rurais que não se enquadrassem em nenhuma outra medida.

⁵² Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia, realizado a 26 de Junho no Luxemburgo.

⁵³ Em 2001 o Conselho de Ministros, reunido em Gotemburgo, aprovou uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentado, determinando que a PAC desse também o seu contributo.

⁵⁴ “Estratégia de Lisboa” visa resolver os problemas da baixa produtividade, elevado desemprego e estagnação económica na Europa através de reformas e investimentos na investigação científica e na educação. Nas palavras do comunicado oficial, a ambição é fazer da UE “a economia, baseada no conhecimento, mais dinâmica e competitiva do mundo” até 2010.

atinentes ao desenvolvimento rural, tendo os agricultores passado a ser compensados, não apenas para produzir produtos alimentares em quantidade, mas também em função da qualidade, da “ecocondicionalidade”, ou seja pelo respeito do ambiente bem como a promoção do bem estar animal para além das normas mínimas. Em paralelo, os agricultores foram ainda encorajados a continuarem a desempenhar um papel positivo na manutenção do espaço rural e do ambiente. As medidas agro-ambientais, introduzidas em 1992, incentivavam os agricultores a fornecer serviços ambientais por um período mínimo de cinco anos, recebendo da UE contrapartidas financeiras por esses mesmos serviços, que com a reforma de 2003 foram objecto de um aumento ao nível das taxas de co-financiamento.

Os Estados Membros tiveram de, obrigatoriamente, colocar à disposição dos agricultores estes compromissos, que conjugados com outros factos, como por exemplo a “forma gradual, como os proprietários das florestas, se foram apercebendo que a floresta não tinha só intrínseco o valor da madeira, mas também tinha outros valores que podiam ser explorados para actividades recreativas.”(Woods, 2005: 176), influenciaram e estimularam os agricultores a aderir às medidas agro-ambientais.

Entretanto, com o alargamento⁵⁵ da UE aos países do Leste europeu, a superfície agrícola da UE aumentou em cerca de 50%, resultando, directamente desta situação, a duplicação da mão-de-obra deste sector no seio da UE. Ainda directamente relacionado com o alargamento da UE, era expectável que o problema dos excedentes de produtos agrícolas fosse agravado.

Em 2004, a Comissão Europeia propôs que para o período 2007 – 2013 fosse atribuída especial atenção ao segundo pilar da PAC, relativo ao desenvolvimento rural. Assim para apoiar o desenvolvimento rural foi criado o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

O FEADER foi sub-dividido em quatro eixos, sendo que no primeiro eixo foram incorporadas as medidas para o melhoramento da competitividade dos sectores agrícola e florestal (formação, reformas antecipadas, instalação de jovens, qualidade alimentar, etc). O segundo eixo contempla as medidas agro-ambientais, apoios relacionados com a Rede Natura 2000⁵⁶ e em particular as

⁵⁵ Em 2004 Chipre, a Eslováquia, a Eslovénia, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, Malta, a Polónia e a República Checa completaram os respectivos processos de adesão à UE, tendo este passado a ser composta por 25 Estados membros. Em 2007 a Bulgária e a Roménia também passaram a ser Membros da UE de pleno Direito.

⁵⁶ A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica da União Europeia resultante da aplicação das Directivas nº 79/409/CEE (Directiva Aves) e nº 92/43/CEE (Directiva Habitats) que tem por “objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território dos Estados-membros em que o Tratado é aplicável”.

indemnizações compensatórias de *handicaps* naturais (medida específica para agricultura de montanha e das zonas desfavorecidas), o que é indicativo de que “El enfoque ruralista y en mayor medida agrário explica que la consideración de las áreas rurales de montaña se haga, en sus inicios y durante casi dos decénios, desde una perspectiva agrária, en el marco de las políticas agrárias europeas, y se centre en la problemática de las explotaciones agrárias de montaña y en la población agrária como principal destinatario de esas políticas, (...)” (Valcárcel, 2004: 16). O terceiro eixo é composto por medidas que têm por objectivos a diversificação da economia rural (micro-empresas, turismo, serviços essenciais para as populações rurais, renovação de vilas, etc...). O quarto eixo, abordagem LEADER, prevê medidas direccionadas ao desenvolvimento local que permite a selecção dos melhores planos desenvolvimento, apresentados pelos grupos de acção local, representantes de parcerias público-privadas, bem como a execução de projectos de cooperação entre territórios conexos e a criação de rede de parcerias locais.

Ainda em relação ao “segundo pilar” da PAC, e contrariamente ao que se verifica no primeiro, não se aplica de maneira uniforme sobre o território da UE. A partir das medidas propostas, os Estados Membros ou as Regiões definem o seu programa e escolhem as medidas que mais lhes interessam.

Neste modelo as medidas não são integralmente financiadas, ao contrário do que se passa no primeiro pilar, mas sim co-financiadas. O segundo pilar da PAC pode ser directamente ajustado pelos Estados e as Regiões, tendo em conta as orientações estratégicas do Conselho. Da evolução recente da PAC, com as mudanças que se podem considerar profundas e numerosas é expectável que afectem, em particular o desenvolvimento sustentável no território da UE, em particular nas áreas de montanha.

Nesta evolução, verificaram-se duas tendências: por um lado, foi uma resposta da UE aos acordos entretanto estabelecidos com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e numa procura da competitividade internacional, que se traduziu, na prática, numa redução dos preços agrícolas, através da mutação na forma das ajudas internas e por diferentes medidas de apoio à competitividade; por outro lado, verificou-se o crescente reforço das medidas a favor da protecção do ambiente, do bem-estar dos animais e relativas ao meio rural.

Actualmente, a política europeia para o sector agrícola, na sequência das políticas produtivistas que as antecederam, assume uma vertente marcadamente territorial, na qual as questões ambientais se acentuaram, nas sucessivas revisões, e com a qual o desenvolvimento

local, assente num sistema pluriactivo e fomentador de múltiplos usos, tem vindo a ser apoiado e encorajado.

No dinamismo destas políticas têm assumido especial destaque as iniciativas LEADER⁵⁷ através dos seus Grupos de Acção Local (GAL) que geriram as três fases desta iniciativa, que decorreram entre 1991 e 2006. No decurso desta gestão, foram mitigados os conflitos relacionados com o ambiente e os usos do solo, nomeadamente através de acções de esclarecimento e sensibilização junto das populações rurais, que impulsionou a alteração de comportamentos. A promoção turística em conjunto com as tradições locais, os seus recursos e produtos, bem como o património arquitectónico e ecocultural aproveitados através de diferentes formas acarretaram a proliferação de iniciativas muito diversas como ecomuseus, centros de interpretação ambiental e arquitectónica, tendo sido (re)abertas vias para o aproveitamento de velhas e novas potencialidades ambientais.

3.2 Balanço das medidas e acções de desenvolvimento rural (2000 – 2006), em Portugal

Volvidos que estão cerca de 17 anos de políticas relativas ao Desenvolvimento Rural na UE, tendo Portugal integrado, desenvolvido e implementado essas mesmas políticas através das medidas e acções que antes mencionámos, é possível apresentar uma síntese do a partir do balanço realizado nos documentos relativos ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2007-2013) e ao programa da Rede Rural Nacional⁵⁸, podendo-se afirmar que ainda existem muitas questões a melhorar, no que concerne à implementação prática das políticas e das intenções teorizadas.

De acordo com o balanço realizado acerca da implementação das medidas relativas ao desenvolvimento rural em Portugal, condensado no quadro 4, sobressai o facto das medidas relativas à floresta e aos jovens agricultores não terem gerado, por parte dos avaliadores das mesmas, qualquer comentário positivo sobre a sua implementação. Esta evidência, se tivermos em

⁵⁷ Para além das iniciativas comunitárias LEADER, também as iniciativas comunitárias INTERREG, URBAN, Programa LIFE (com especial ênfase para a Rede Natura 2000) e eEurope. Todas estas iniciativas contemplaram apoios aos quais as montanhas se podiam candidatar. Nestes o INTERREG destinava-se a projectos de cooperação transfronteiriça, o URBAN permitia às grandes cidades de montanha enfrentar as dificuldades que lhes são intrínsecas. O Programa LIFE viabilizava o financiamento de projectos de ordenamento e reabilitação dos espaços naturais, enquanto que o eEurope tem por objecto o incentivo de acções relativas às economias baseadas no conhecimento e na inovação tecnológica.

⁵⁸ Programa da Rede Rural Nacional, 11 de Novembro de 2008, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

linha de conta factores como a necessidade de implementar políticas integradas, que as actividades relacionadas com a floresta são uma das principais fontes de rendimento de uma população rural envelhecida, que precisa, urgentemente, de ser mesclada com jovens inovadores e empreendedores, demonstra, mais uma vez, que as estratégias teorizadas quando chegam à fase da implementação prática têm falhado em alguns itens.

Quadro 4: Balanço do impacte das medidas do período de programação 2000-2006, no Desenvolvimento Rural de Portugal.

| Medidas | Resultados positivos resultantes da aplicação de medidas | Resultados negativos resultantes da aplicação de medidas |
|-------------------------------|---|--|
| Agro-ambientais | <ul style="list-style-type: none"> - Estimulou o modo de produção biológico e da produção e protecção integrada. - Forte coerência entre as medidas e a política de conservação da natureza. | <ul style="list-style-type: none"> - Dispersão de apoios/objectivos. - Carácter ambiental dos objectivos pouco compreensíveis para o público e para os agricultores. - Programa complexo. |
| Zonas desfavorecidas | <ul style="list-style-type: none"> - Embora de forma pouco acentuada, tem contribuído para a manutenção das comunidades rurais. - Contributo para que as terras continuem a ser utilizadas para a agricultura, protecção do ambiente e da paisagem. | <ul style="list-style-type: none"> - Indemnizações insuficientes para compensar as desvantagens competitivas das explorações agrícolas. - Montantes dos prémios insuficientes para compensar desvantagens entre Regiões. - Gerou complexidade excessiva, pouco justificada, ao fazer a distinção entre Activos a Tempo Parcial (ATP) e não ATP. |
| Recursos hídricos | <ul style="list-style-type: none"> - Forte dinâmica de execução. - Acções para compatibilizar as obras de infra-estruturas com o ambiente e o património arqueológico com um impacto económico e ambiental satisfatório. | <ul style="list-style-type: none"> - Dispersão do esforço por demasiadas obras, que ficam por concluir. - Dificil avaliação dos impactes e dos resultados. - Insuficiente integração das "obras" nos projectos de desenvolvimento agrícola. |
| Formação | <ul style="list-style-type: none"> - Contributo efectivo para a empregabilidade dos activos empregados. - Induziu a qualificação e a dinamização/modernização da base produtiva agrícola. | <ul style="list-style-type: none"> - Dispersão de objectivos. - Inadequação às necessidades práticas dos destinatários. - Insuficiente preocupação com a indução de práticas inovadoras. |
| Transformação comercialização | <ul style="list-style-type: none"> - Efeitos de alavancagem e indução de progressos qualitativos. - Estimulou melhores práticas na produção primária. | <ul style="list-style-type: none"> - Privilégio a investimentos materiais. - Insuficiente orientação para a inovação. - Insuficiente integração dos projectos com outras medidas. |
| Adaptação das zonas rurais | <ul style="list-style-type: none"> - Maior eficiência produtiva. - Aumento relativo da remuneração do trabalho. - Maior abertura a produções inovadoras. - Maior qualidade. | <ul style="list-style-type: none"> - Insuficiente integração vertical e horizontal dos projectos, com outras medidas. - Insuficiente orientação do esforço para sectores/fileiras estratégicas. - Excessiva concentração do investimento na mecanização agrícola não inovadora. |
| Produtos qualidade | <ul style="list-style-type: none"> - Medidas de apoio à criação e modernização de unidades produtivas, de marcada vinculação territorial ou ao saber-fazer tradicional. - Introdução e desenvolvimento da qualidade como factor imaterial de competitividade e de garantia. | <ul style="list-style-type: none"> - Insuficiente apoio directo à certificação de produtos regionais. |

Quadro 4 (continuação): Balanço do impacte das medidas do período de programação 2000-2006, no Desenvolvimento Rural de Portugal

| Medidas | Resultados positivos resultantes da aplicação de medidas | Resultados negativos resultantes da aplicação de medidas |
|---------------------|--|---|
| Jovens agricultores | | <ul style="list-style-type: none"> - Medidas de apoio à instalação de jovens pouco atractivas. - Casos de falta de êxito explicados por falta de acompanhamento adequado. - Deficiências na qualificação e formação dos beneficiários. - Atractibilidade dos projectos demasiado centrada no prémio. |
| Medidas florestais | | <ul style="list-style-type: none"> - Deficiente articulação/integração entre os diversos instrumentos de programação AGRO/AGRIS/RURIS. - Algum excesso de complexidade administrativa de gestão de medidas. - A tipologia de intervenções (arborização e beneficiação) evidencia escassos efeitos na manutenção e valorização dos povoamentos instalados. - Dinâmica de execução fortemente condicionada pela escassa profissionalização e empreendedorismo. - Capacidade limitada de absorção potencial e sustentabilidade dos investimentos. - Excessivamente apoiado nas elevadas taxas de financiamento praticadas. |
| LEADER + | <ul style="list-style-type: none"> - Forte dinamização na criação e desenvolvimento de competências locais. - Parcerias abrangentes. - Bom envolvimento de parceiros no processo de desenvolvimento local. - Introdução de produtos/processos inovadores nas áreas do turismo e lazer, artesanato, agroalimentar, serviços de proximidade e de apoio ao desenvolvimento rural. - Alguns projectos interessantes | <ul style="list-style-type: none"> - Decréscimo de participação entre o momento da concepção da estratégia local e o momento da sua implementação. - Insuficiente definição de estratégias que integrem mais massa crítica e maior preocupação com a sustentabilidade. - Cooperação ineficaz. - Dificuldades em envolver novos parceiros / territórios. - Redes insuficientes para a cooperação ou a articulação. - Modelo de financiamento (descentralizado) inibidor da inovação e das boas práticas. |

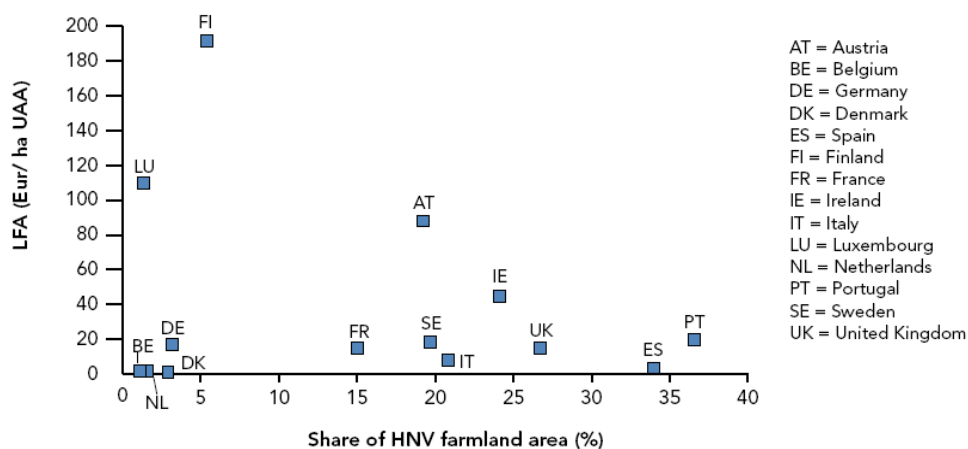
Elaboração própria, fontes dos dados: Programa da Rede Rural Nacional, 2008: 5 – 27; Programa de Desenvolvimento Rural – Continente, 2007: 78 – 82

É paradigmático que no balanço feito ao LEADER+ se constatem aspectos negativos ao nível da cooperação e das redes, quando estes são precisamente dois pilares base em que a estrutura deste programa assenta. Este aspecto negativo é transversal às medidas bem como ao nível da articulação destas medidas com outros programas. Por outro lado, as dificuldades ao nível do envolvimento de novos parceiros é reveladora das inúmeras dificuldades e da pouca atractividade que estes territórios têm, podendo-se ligar este aspecto à insuficiente definição de

estratégias que revelam um défice ao nível do planeamento bem como ao nível do intercâmbio de boas práticas entre os vários GAL.

Como aspectos positivos, directamente relacionados com as áreas de montanha destaca-se o contributo, muito positivo, para a fixação das comunidades rurais a par do fomento e apoio à utilização das terras agrícolas, com o objectivo de produzir bens agrícolas de qualidade. Das acções dinamizadas no âmbito do LEADER+ sobressaem ainda uma maior eficiência produtiva que impulsionou o aumento da remuneração do trabalho, bem como a abertura à inovação, que previsivelmente irá contribuir para a sustentabilidade, no tempo, dos resultados e objectivos atingidos.

A abordagem LEADER+ é ainda responsável pelo melhoramento das competências locais e pelas parcerias abrangentes, que tiveram um bom envolvimento dos parceiros. O LEADER+ também apoiou e incentivou a introdução de processos e produtos inovadores nas áreas do turismo, artesanato, no agro-alimentar, nos serviços de proximidade e no apoio ao desenvolvimento rural.



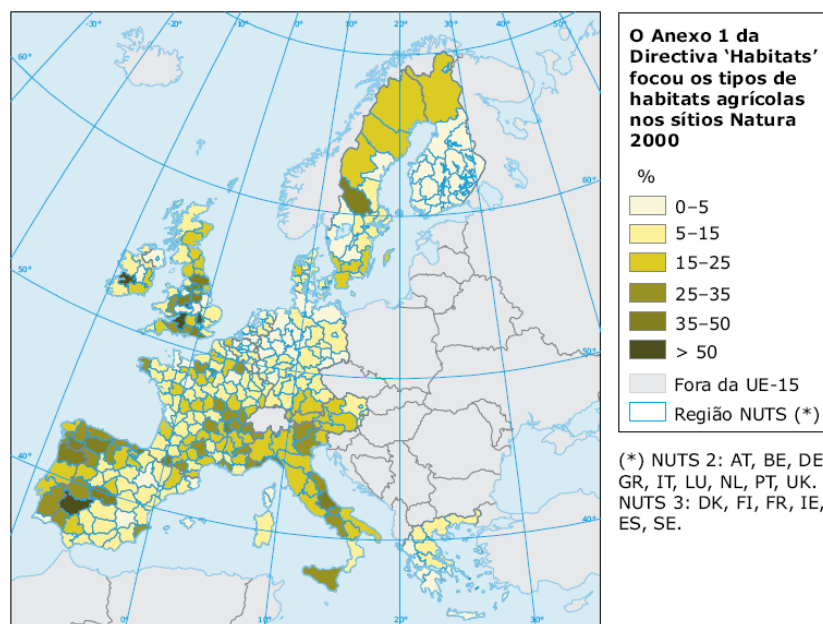
Fonte: Dwyer *et al.*, citado por Hoogeveen *et al.* (2004: 15)

Figura 11: Relação entre a percentagem das áreas com elevado valor natural e o respectivo investimento, nos territórios desfavorecidos, por País.

O desenvolvimento rural, nomeadamente das áreas desfavorecidas, apoia-se fundamentalmente na qualidade, do ambiente, da paisagem, do património, entre outras, assumindo-se que os recursos endógenos são indutores de dinâmicas de desenvolvimento sustentável, tendo para o efeito sido definido por cada Estado Membro, para o período 2000 – 2006, um “envelope financeiro” para apoiar e dinamizar esse mesmo desenvolvimento rural. No caso

português, como se constata na figura 11, na prática o apoio financeiro ao desenvolvimento rural especificamente direccionado às áreas desfavorecidas ficou muito aquém do que era expectável e aconselhável, revelando-se por esta via a desconsideração e a menor importância que o Estado atribuiu, de facto e na prática ao desenvolvimento das áreas desfavorecidas, nas quais estão incluídas as montanhas.

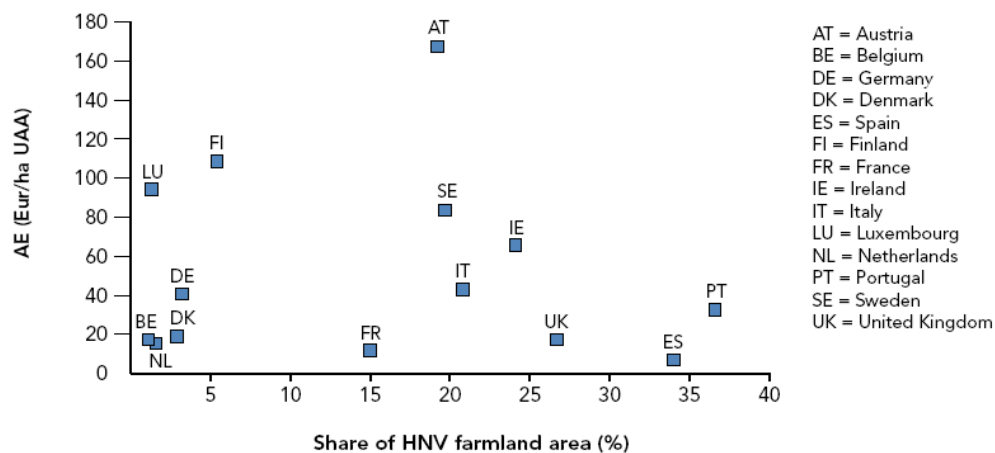
Esta insuficiência ao nível do financiamento das áreas mais desfavorecidas em Portugal resulta ainda mais incompreensível se considerarmos o facto de em Portugal existir uma forte relação entre os *habitats* agrícolas e os sítios classificados no âmbito da Rede Natura 2000 (Figura 12), devendo-se ter presente que “Uma percentagem significativa dos habitats destes sítios de conservação da natureza, nomeadamente na região mediterrânica e nas zonas montanhosas, está dependente da prática de uma agricultura extensiva. Ora para manter os sistemas agrícolas extensivos nessas zonas é necessário com frequência apoio político específico” (EEA Briefing, 2006), o que pressupõe que as medidas agro-ambientais deveriam ter assumido uma importância e destaque, nomeadamente através do respectivo apoio financiamento, pois “(...) o efeito final dessas medidas está dependente da afectação de recursos orçamentais adequados e da aplicação das mesmas a nível nacional.” (EEA Briefing, *op. cit.*). Porém, também nesta questão se constata que a importância destas medidas foi fortemente mitigada.



Fonte: EEA⁵⁹ citada por Hoogeveen *et al.* (2004: 11).

Figura 12: Relação entre a agricultura e a Rede Natura 2000.

Muito embora a correlação, entre o investimento nacional feito em medidas agro-ambientais e a área das terras agrícolas com elevada importância ambiental, apresente um melhor resultado comparativamente à correlação respeitante às áreas desfavorecidas (figura13), a verdade é que também este resultado é decepcionante e reforça a ideia de desatenção dos decisores políticos nacionais para com esta questão no período de 2000-2006. Tal indicia que os objectivos das medidas agro-ambientais, a nível Europeu e em particular em Portugal, estarão muito longe do óptimo, numa perspectiva de conservação da biodiversidade. (Hoogeveen *et al.* 2004: 14). Também nesta situação é paradigmático e revelador que sendo Portugal detentor da maior área de terras agrícolas com elevado valor natural no seio da UE, como se pode verificar na figura 11, é um dos países com menor investimento nas medidas que visam a protecção destas mesmas áreas, o que contrasta com a situação que ocorreu na Áustria, na Finlândia e na Suécia.



Fonte: Dwyer *et al.* citado por Hoogeveen *et al.* (2004: 13).

Figura 13: Investimentos agro-ambientais em relação à percentagem da área com elevado valor natural, por País

Embora pareça paradoxal, a verdade é que na sequência da análise feita aos impactes positivos (quadro 4) sobressai, como opção estratégica transversal às várias medidas, o ambiente. O ambiente induziu *inputs* positivos às várias questões que com ele se relacionaram, nomeadamente a melhoria das práticas de produção primária, produção biológica, coerência nas medidas relativas à conservação da natureza, medidas para a protecção do ambiente e da paisagem, compatibilização das infra-estruturas com o ambiente, entre outras.

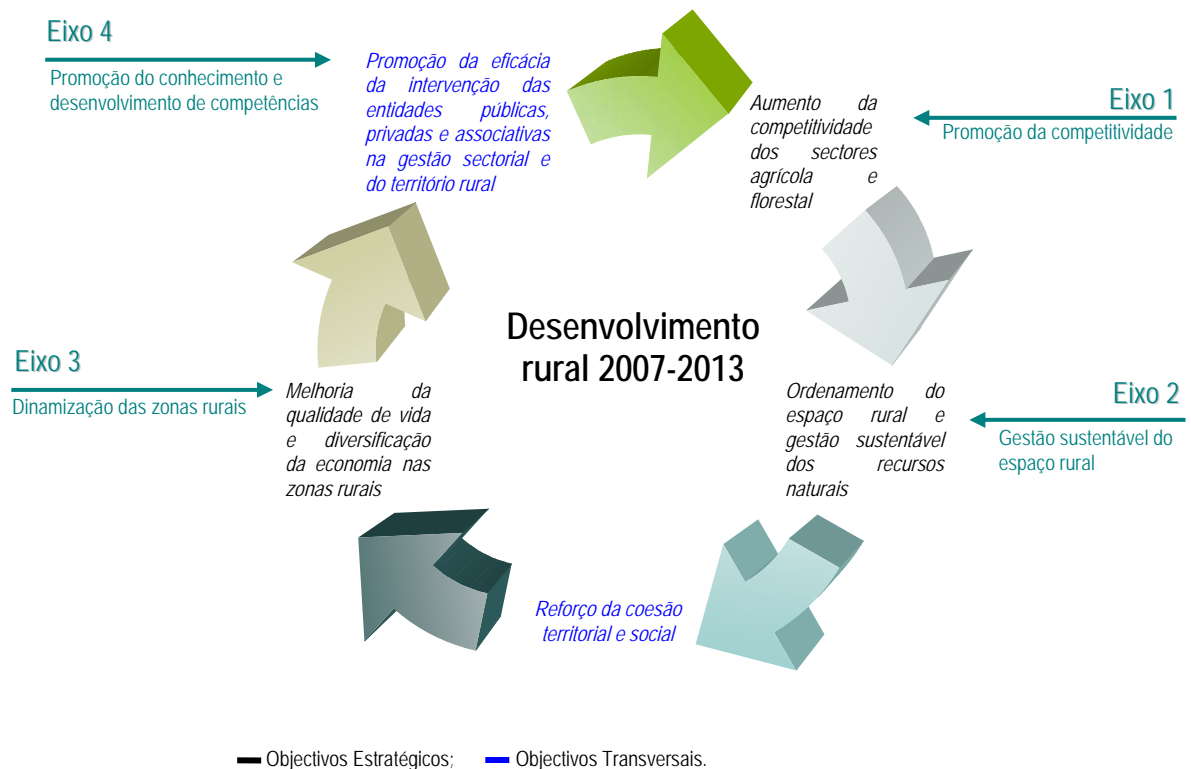
“The increased focus on sustainability and non-trade concerns justifies more investment in those areas that represent the highest environmental quality and are most vulnerable to change. The

targeting of high nature value farmland areas should be improved.” (Hoogeveen *et al. op cit.*: 15). Presupõe-se que este melhoramento deverá ser efectuado ao nível da disponibilização de mais e avultados instrumentos financeiros, até porque “Outside protected areas, conservation of high nature value farmland depends mainly on the application of instruments within the common agricultural policy, notably less favoured area support and agri-environment schemes.” (Hoogeveen *et al. op cit.*: 16). Contudo, estes instrumentos deverão ser “afinados” para que cumpram na íntegra os objectos que estão subjacentes à sua criação.

Em termos económicos e sociais a minimização destas medidas não ajudou a fixar a população, nas áreas rurais, tendo por certo contribuído para que “o êxodo rural continuasse a ser a tendência predominante em grande parte da UE” (Comissão Europeia, 2007: 56). Muito embora esta seja a “regra” actualmente “em muitos países as pessoas estão a abandonar as cidades” (Comissão Europeia, 2007: 56) à procura de melhor qualidade de vida, o que poderá ser uma vantagem se aproveitada e incentivada. Refira-se ainda a este propósito, que neste movimento da população do espaço urbano para o espaço rural poderá estar a chave para que o desafio, de “(...) diversificar a economia rural no sentido de substituir os rendimentos e os empregos no sector da agricultura, que continua a sofrer um declínio e tirar o máximo proveito das vantagens comparativas inerentes às “zonas” rurais, que estão, em grande medida, relacionadas com o meio ambiente natural.” (Comissão Europeia, 2007: 57), seja ultrapassado com sucesso, conseguindo-se, então, caminhar de forma sustentada para a coesão económica e social nos territórios de montanha.

3.3 Perspectivas no âmbito do desenvolvimento rural em Portugal, 2007-2013

Como já se referiu, o Desenvolvimento Rural na sequência dos acordos alcançados entre os Estados membros da UE, será, no período entre 2007-2013, suportado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), continuando esta questão a corresponder ao segundo pilar da PAC, com o qual se pretende dar continuidade às políticas potenciadoras do aumento de competitividade e multifuncionalidade nos sectores agrícola e florestal, conjuntamente com a melhoria do ambiente e da paisagem rural, bem como a melhoria da qualidade de vida e da diversificação económica do espaço rural, apoiados na qualidade, empregabilidade e na inovação, o que corresponde a uma continuidade de políticas e estratégias para o desenvolvimento rural.



Autoria própria

Figura 14: Objectivos para o desenvolvimento rural, para o período 2007-2013 e respectivos Eixos.

Cada objectivo estratégico deverá primordialmente incidir sobre determinados princípios orientadores⁶⁰ que deverão constar nas propostas de acção apresentadas pelos interessados.

⁶⁰ Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal — Princípios Orientadores: Rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola; Valorização da qualidade certificada dos produtos e processos produtivos; Apoio à inovação e ao desenvolvimento empresarial; Melhoria da qualidade e da segurança alimentar; Desenvolvimento de infra-estruturas básicas.

Ordenamento do espaço rural e Gestão sustentável dos recursos naturais — Princípios Orientadores: Reordenamento dos espaços florestais na perspectiva da gestão integrada dos territórios; Promoção e valorização de serviços ambientais e práticas agrícolas sustentáveis; Incentivo às iniciativas integradas economia/ambiente; Optimização da Gestão dos Recursos Naturais.

Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais — Princípios Orientadores: Implementação de serviços básicos para a economia e populações rurais; Valorização do património rural; Apoio à criação e desenvolvimento de micro-empresas; Apoio à diversificação para actividades económicas complementares à agricultura.

Reforço da coesão territorial e social — Princípios Orientadores: Intervenção pública na dinamização de projectos locais em territórios sem sustentabilidade social;

Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural — Princípios Orientadores: Qualificação dos agentes de desenvolvimento rural; Aumento dos níveis de participação e responsabilização dos agentes na concepção e gestão das políticas; Reorientação da intervenção das entidades para a satisfação do utilizador; Potenciar a integração das novas tecnologias na acessibilidade, produção e gestão do conhecimento.

Adaptado de: <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/drural/doc/PNDR.ObjEstrategicos+PrincipOrientadores.doc>

No caso de Portugal para o período 2007-2013, o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER-C) (Figura 14) foi estruturado em 4 eixos (subprogramas) que por sua vez englobam um conjunto de medidas que pretendem operacionalizar os princípios orientadores de cada objectivo.

O Eixo 2 contém uma medida que é direccionada às *zonas desfavorecidas*, nas quais se incluem os territórios de montanha, assumindo-se por esta via, a nível oficial, que estes territórios são importantes para a biodiversidade, estando alguns incluídos na Rede Natura 2000 (RN2000). A Medida 2.1 – *Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas*, foi subdividida em duas áreas de acção que se complementam e que pretendem compensar, de forma transversal os territórios desfavorecidos⁶¹ em geral, quer se localizem em áreas abrangidas pela RN2000⁶² ou não.

A preocupação com as questões ambientais, nomeadamente com a perda de biodiversidade têm vindo a ganhar relevo nos programas de apoio ao desenvolvimento rural. Tal deve-se não só ao potencial valor que a biodiversidade tem, mas também porque de facto é no espaço rural, sobretudo nas áreas onde o desenvolvimento é menor ou mesmo incipiente, que a biodiversidade perdurou e ainda é grande.

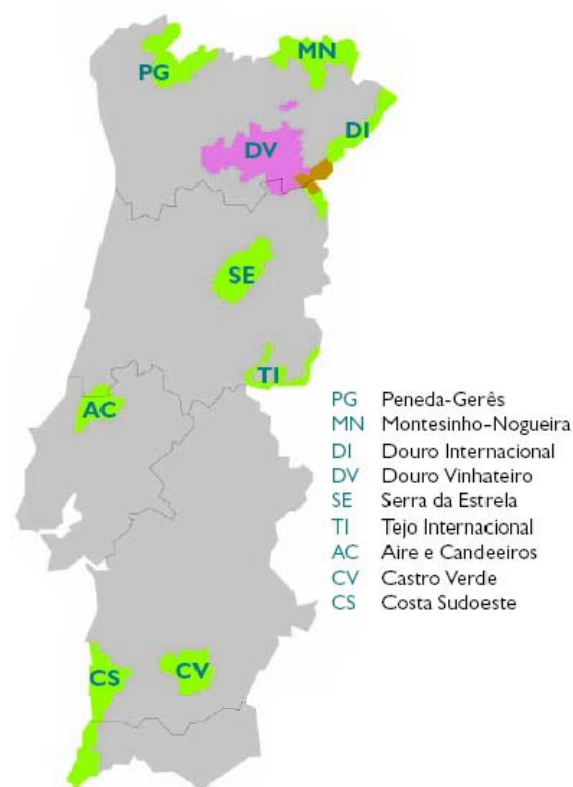
Após os Estados terem indicado à Comissão Europeia quais os respectivos territórios que, pela sua riqueza natural, deveriam ser integrados na Rede Natura 2000, foram delineadas intervenções que têm como principal objectivo garantir apoio a projectos essencialmente dinamizadores da protecção da Rede Natura 2000, através da adequação dos sistemas agrícolas e florestais, relevantes para esse objectivo. Para tal são concedidas ajudas agro-ambientais, silvo-ambientais e incentivos a investimentos não produtivos que contribuam para complementar o esforço de conservação dos espaços agro-florestais alvo das medidas agro-ambientais no âmbito de cada Intervenção Territorial Integrada (ITI).

Integradas no Eixo 2 – Melhoria do ambiente e da paisagem rural e no Eixo 3 – Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural foram criadas as Intervenções Territoriais Integradas (ITI) para dinamizar e acompanhar, através de uma Estrutura Local de Apoio (ELA), a informação de proximidade aos produtores, nomeadamente no que diz respeito aos

⁶¹ Acção 2.1.1 Manutenção da actividade agrícola fora da RN2000; destina-se a compensar a manutenção da actividade agrícola em áreas desfavorecidas fora da RN2000.

⁶² Acção 2.1.2 Manutenção da actividade agrícola em RN2000; destina-se a compensar a manutenção da actividade agrícola em áreas desfavorecidas em RN2000.

objectivos em causa, as boas práticas que devem ser seguidas e ainda acompanhar os seus efeitos.



Fonte: PRODER - Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais (2008: 5).

Figura 15: As Intervações Territoriais Integradas em Portugal Continental.

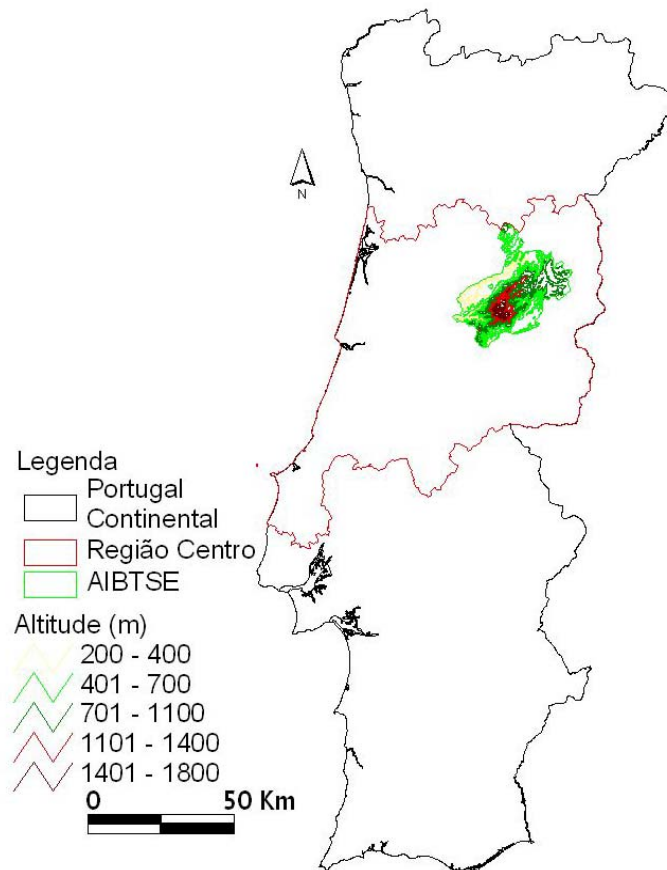
As ITI criadas no âmbito do PRODER são nove, cuja maioria, conforme se pode constatar na figura 15, se localiza a norte do rio Tejo. De entre as nove ITI destaca-se a ITI do Douro Vinhateiro (DV), pelo facto de ter como único objectivo a protecção dos socalcos. Esta intervenção é justificada pelo facto dos socalcos suportados por muros de pedra posta constituírem um património de excepcional valor paisagístico, essencial à manutenção das características da paisagem da Região Demarcada do Douro, classificada como Património Mundial. Contudo, na nota justificativa é mencionada importância dos muros dos socalcos enquanto factor protector de muitas espécies naturais. As restantes oito ITI têm como principal objectivo a gestão dos sistemas agrícolas e florestais relevantes para a conservação dos valores Natura 2000.

PARTE II

**A SERRA DA ESTRELA NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS TERRITORIALIZADAS DE
DESENVOLVIMENTO**

Capítulo 4. Retrato territorial da Serra da Estrela⁵³

4.1 Inserção e traços fisiográficos



Fonte: Atlas do Ambiente, 2007.

Autoria própria

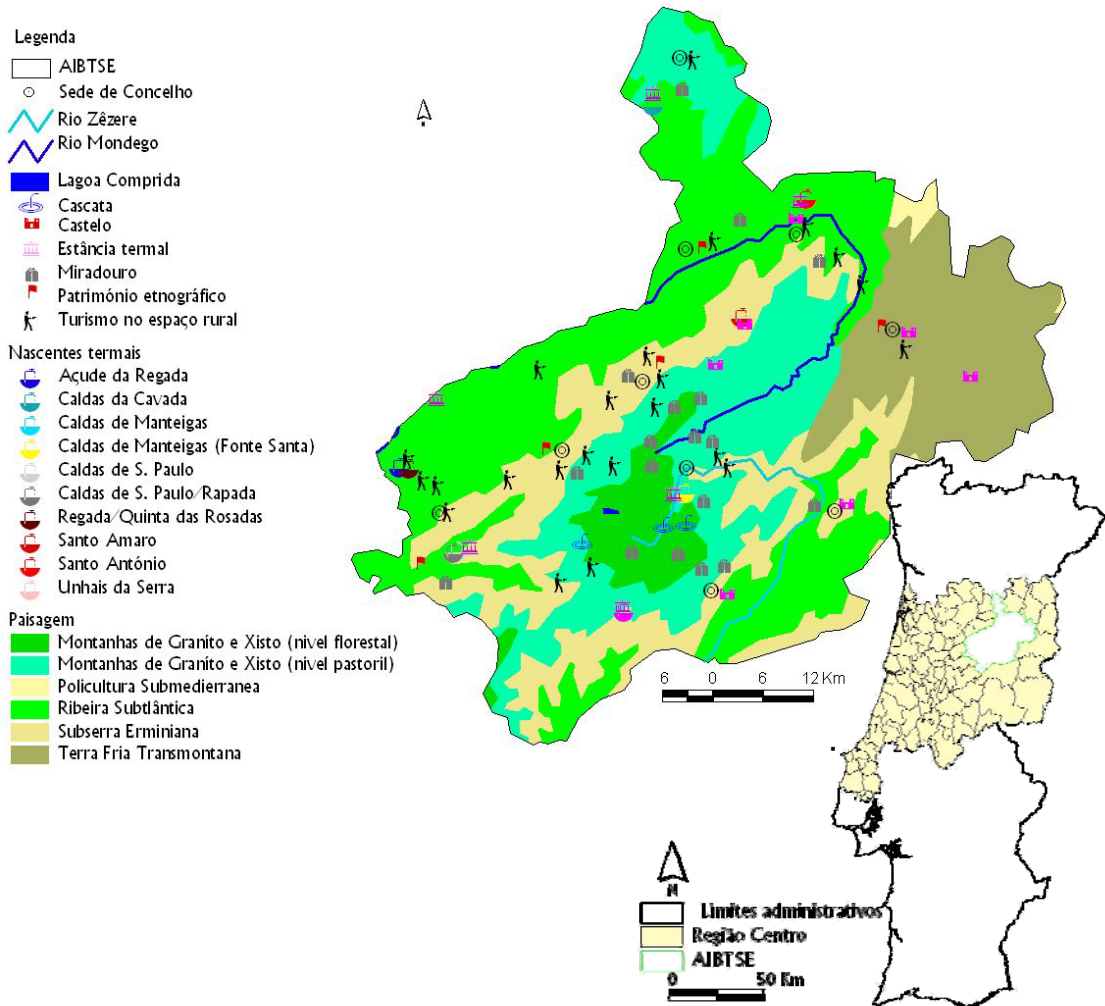
Figura 16: Localização da Serra da Estrela (AIBTSE) em Portugal Continental.

Como refere Cunha (2003), que cita Daveau (1995), com base nos dados de Choffat (1907), genericamente não se pode considerar que Portugal seja um país montanhoso, pois somente cerca de 12% do território continental português se eleva acima dos 700 metros. “No entanto, e tendo em conta a dimensão do país, a sua compartimentação paisagística e a articulação das características naturais do território com os modos de vida das populações, podemos, sem dúvida falar de espaços geográficos de montanha ou, pelo menos, de espaços serranos⁵⁴, que ocupam cerca de 18% do território nacional” (Cunha, *op. cit.*: 4).

⁵³ Neste trabalho, a Serra da Estrela corresponde ao território da Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela (Programa Operacional do Centro, 2000-2006). Trata-se de dez concelhos, repartidos por 5 sub-regiões (Beira Interior, Cova da Beira, Dão Lafões, Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela).

⁵⁴ Mais do que verdadeiras montanhas, consideram-se como “espaços serranos”, ou seja, como espaços que, para além das características orográficas, são vistos pela diferenciação dos modos de vida.

Localizada no Maciço Hispérico, “A Cordilheira Central ibérica é uma unidade morfológica, bem individualizada no espaço, pelo seu traçado Noroeste-Sudeste, pela sua dimensão de cerca de 700 km², pelos seus valores em altitude e pela fronteira que estabelece em termos de morfologia, ocupação humana e sistemas produtivos.” (Fernandes, 2001: 1).



Fonte: Atlas do Ambiente, 2007.

Autoria própria

Figura 17: Recursos naturais e culturais da Serra da Estrela.

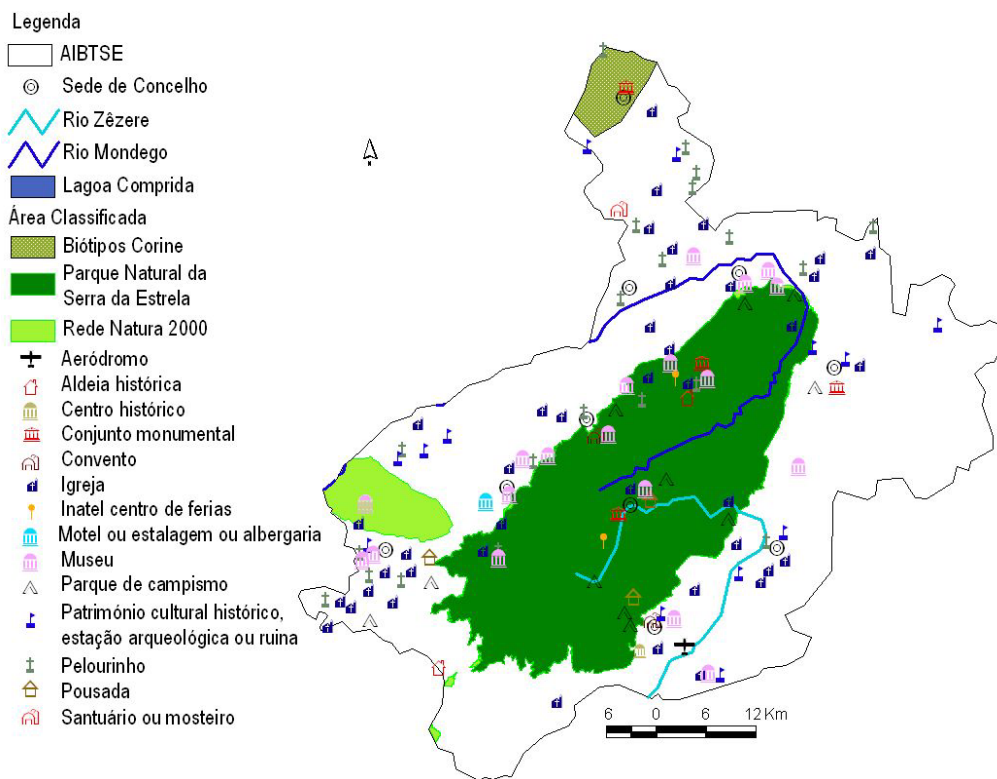
A singularidade da Serra da Estrela (figura 16) deve-se não só ao facto de ter a montanha mais alta de Portugal continental, facto que lhe confere uma paisagem variada e contrastante que Cunha (*op. cit.*: 6) descreve como “um conjunto diversificado de formas que, pela sua especificidade genética, espectacularidade e singularidade, representam uma forte ‘mais-valia’ em termos de património ambiental e paisagístico”, mas também por ser aí que se localiza o aglomerado urbano português situado a maior altitude (aldeia do Sabugueiro, situada a 1 150 m de altitude), assim

como é na Serra da Estrela que nasce o maior rio inteiramente português, o rio Mondego. A este propósito, e indo ao encontro do que se referiu no Capítulo 1, a Serra da Estrela desempenha uma papel de fundamental importância para duas áreas localizadas no litoral de Portugal Continental, nomeadamente a Área Metropolitana de Lisboa e o Baixo Mondego. Como se pode constatar na figura 17, na Serra da Estrela nascem dois importantes rios, o Mondego e o Zêzere, para além das inúmeras fontes termais que existem neste território. O rio Mondego é a principal fonte hídrica para todo o Baixo Mondego (população e agricultura), enquanto o rio Zêzere, através de uma captação feita em Castelo de Bode, é uma parte significativa do sistema de abastecimento da Área Metropolitana de Lisboa.

“De facto, a barreira constituída pelas montanhas minhotas, a Cordilheira Central e os relevos que se prolongam desta para SW, provoca as maiores precipitações na vertente atlântica das montanhas de Noroeste; estas, juntamente com a Serra da Estrela registam precipitações entre as mais elevadas da Europa.” (Ferreira, 2001: 54). Por outro lado, os padrões de distribuição de temperatura e da precipitação na Estrela são muito complexos, devido às diferentes influências do clima Temperado e Mediterrânico bem como ainda pela proximidade do Atlântico e do interior da Península Ibérica. Estes processos são intensificados ou enfraquecidos pelo relevo, pelo efeito altitude, orientação (efeito barreira). Normalmente, a velocidade do vento e a precipitação aumentam, enquanto a temperatura desce, com o aumento da altitude, ocorrendo “(...) um abaixamento térmico, verificando-se nas Penhas Douradas (< 7.5°C), no alto da Serra da Estrela, (...)” (Ferreira, *op. cit.* : 27).

“A vegetação é marcadamente mediterrânea, até aos 900 metros de altitude, registando até este patamar a grande maioria das actividades agrícolas. No patamar dos 900 aos 1 600 metros encontra-se uma diversidade de núcleos de espécies florestais e arbustivas, carvalhais, soutos e castinçais, urgeirais, giestais, piornais e sargaçais para além das matas de pinheiro, pseudotsuga, larix, faias, cedros entre outras. Aparecem ainda alguns campos de centeio”. (Almeida, 2001: 3). No último patamar dominam os cervunais, que de acordo com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (ICNB, 2008: 457) são constituídos por arrelvados de cervum, área onde ocorre ainda a presença de zimbraisanões, comunidades de caldoneira, matos de piorno-serrano, entre outros. Relacionada com esta riqueza de vegetação, também existe uma assinalável riqueza faunística, destacando-se o lagarto-de-água, a lagartixa-da-montanha, a salamandra-lusitânia, entre outras. A presença de flora e fauna endémicas justificaram que uma parte significativa deste território integre a Rede Nacional

de Áreas Protegidas⁵⁵, encontrando-se delimitadas várias áreas, que em parte são coincidentes, conforme a figura 18 demonstra. Ainda a este propósito Cunha (*op. cit.*: 12) afirma que actualmente as montanhas funcionam como áreas de refúgio para muitas espécies animais ameaçadas pelas actividades humanas (agricultura, lazer, caça e pesca), assim como dos modos de vida rurais, que na modernidade são cada vez mais valorizados do ponto de vista ambiental, turístico e económico por uma sociedade crescentemente urbanizada, globalizada e padronizada. Estes são os motivos, segundo Cunha (*op. cit.*) que conduziram aos “(...) dos doze Parques Nacionais e Naturais que constituem o fulcro da rede de áreas protegidas portuguesa. Destes cerca de 2/3, que corresponde a cerca de 75% da área protegida, são ‘serra’ (...)”, ou seja montanha. Este facto confirma a importância estratégica que estes territórios têm.



Fonte: Atlas do Ambiente, 2007.

Autoria própria

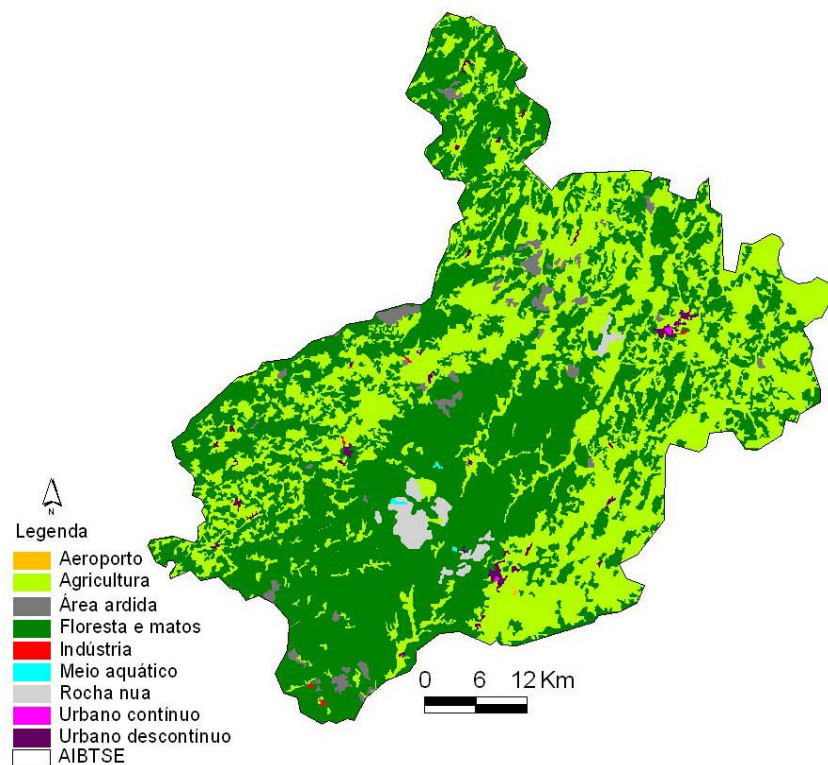
Figura 18: Património natural e construído da Serra da Estrela.

Para além do património natural, este território serve de suporte a um vasto e variado património construído, “(...) composto pelas suas aldeias, castelos e fortalezas, bem como pela sua

⁵⁵ Parque Natural da Serra da Estrela e os Sítios, da Rede Natura 2000, de Carregal do Sal (PTCON0027), do Complexo do Açor (PTCON0051) e Serra da Estrela (PTCON0014).

etnografia e tradições...” (Fernandes, *op. cit.*: 1), que de acordo com Carvalho (*op. cit.*) influenciou o uso do solo, condicionando os instrumentos de planeamento territorial. Por outro lado este mesmo património é utilizado como recurso territorial que sustenta o desenvolvimento local. Assim, Carvalho (2001: 3-4) refere que os recursos patrimoniais naturais e culturais, deverão ser entendidos como variáveis-chave nos instrumentos de gestão territorial, pelo que devem de facto condicionar o ordenamento do território, de forma a serem protegidos e valorizados, até porque “O património, conceito multidimensional e de crescente plasticidade temporal e espacial, emerge como recurso estratégico, em contextos rurais e urbanos, a pretexto da requalificação da paisagem, da melhoria das condições e da qualidade de vida das populações e da ambição de integrar lugares na esfera dos lazeres turísticos” (Carvalho, 2007: 1). Neste sentido Fernandes (*op. cit.*), referindo-se à Serra da Estrela, afirma que “A diversidade de recursos que alberga, bem como a sua riqueza ecocultural, constitui de forma acrescida factores chave para a sua revalorização e para o encetar de novas estratégias de gestão, face ao incremento da sua procura como espaço económico e de relação social”.

4.2 Uso do solo

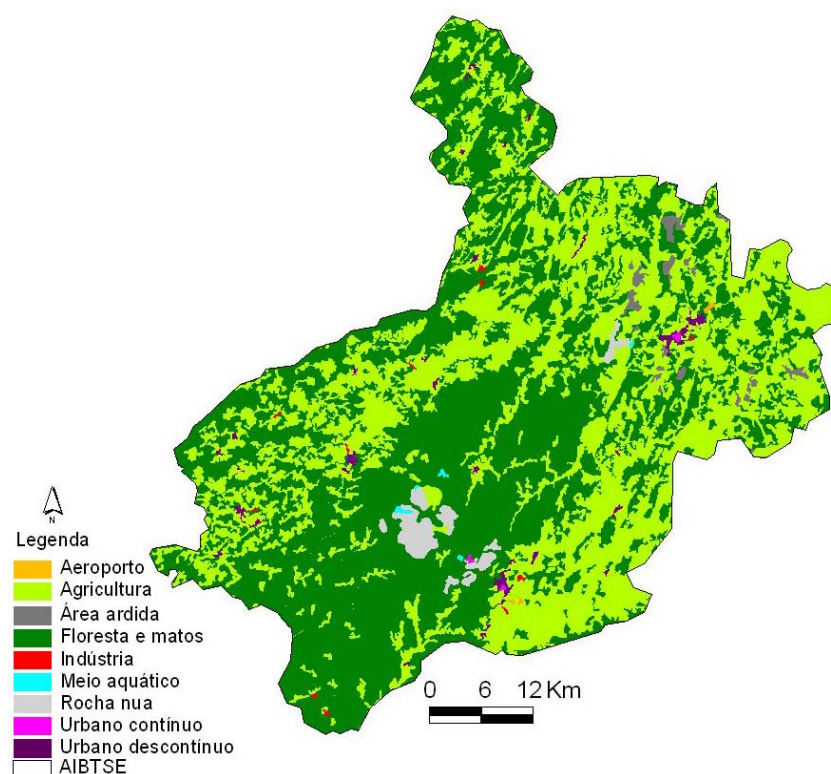


Fonte: Corine Land Cover, 1990.

Autoria própria

Figura 19: O uso do solo na Serra da Estrela, em 1985.

Na área de estudo, a ocupação do solo predominante em 1985 (figura19) era do tipo floresta e matos, que nesta época ocupava cerca de 73,5% do território da AIBTSE, o que está em consonância com a conclusão de Caetano *et al.* (2005: 13) que verificaram que em toda a Região Centro as florestas eram significativamente mais abundantes que qualquer outro tipo de ocupação do solo. A componente floresta que existe na Região Centro correspondia a cerca de 41% do total da floresta que existia em Portugal continental em 1985. A agricultura também assumia, antes dos anos 90, grande importância na ocupação do solo na medida em que perto de 25% deste estava ocupado com a actividade agrícola. No território remanescente da AIBTSE se tivermos em conta que cerca de 1% correspondia a rocha nua, constatamos que tanto as áreas ocupadas com indústria como as áreas urbanas contínuas e descontínuas, a que correspondem espaços artificializados, são diminutas, pelo que estamos a estudar um território que em 1985 tinha um cariz eminentemente florestal ou agrícola, no qual o Homem desempenha um papel fundamental na medida em que dele depende a manutenção dos espaços agrícolas e florestais, que poderão, em caso de abandono sofrer efeitos erosivos.



Fonte: Corine Land Cover, 2005.
Autoria própria

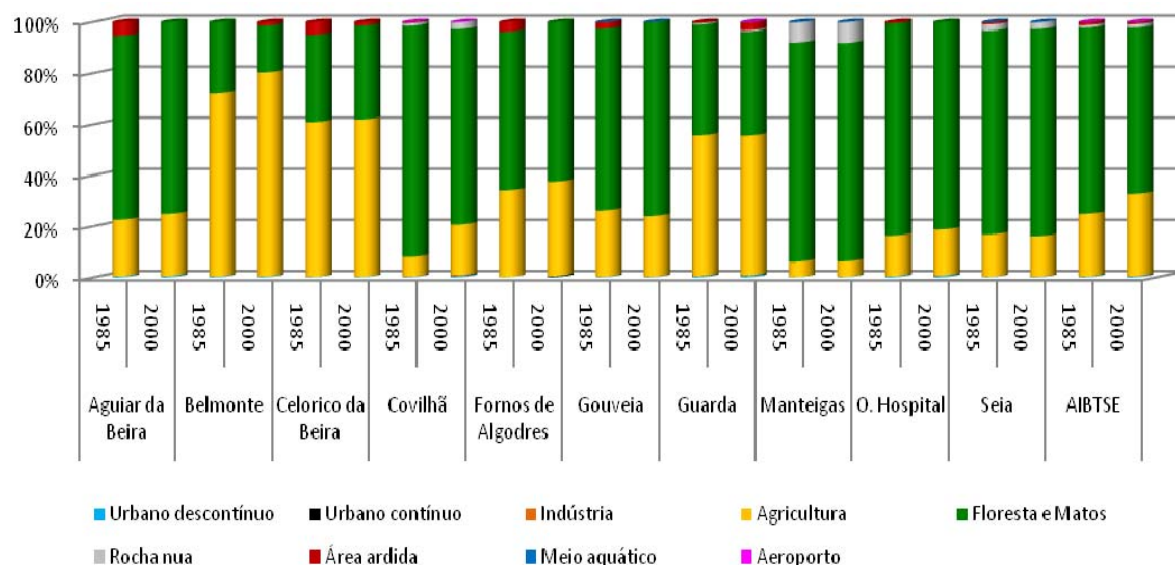
Figura 20: O uso do solo na Serra da Estrela, em 2000.

Decorridos cerca de 15 anos, como se constata na figura 20, genericamente na AIBTSE verificou-se um acréscimo da área ocupada com actividades agrícolas e um pequeno acréscimo do território urbano descontínuo. Esta evolução contrasta com o reportado por Caetano *et al.* (*op. cit.*: 15) que constatou que de 1985 para 2000, apesar da agricultura se ter expandido para novas áreas, acabou por se registar, à escala nacional, uma diminuição absoluta da sua área. Por outro lado de 1985 para 2000 a floresta registou um aumento da respectiva área, enquanto na AIBTSE a área ocupada com floresta e matos registou um decréscimo. Se tivermos em linha de conta que, em 2000, a percentagem de redução da área florestal e matos foi de 7,7% relativamente a 1985 e que a área agrícola aumentou cerca de 7,39%, também relativamente a 1985, poder-se-ia deduzir que de 1985 para 2000 tinha ocorrido uma transferência da área ocupada por estas duas componentes de uso do solo. Contudo, Caetano *et al.* (*op. cit.*: 24) constataram que “Na serra da Estrela ocorreram aumentos de áreas de vegetação natural, as quais têm origem, principalmente na recuperação de áreas ardidadas, existentes em 1985”, o que também contraria a evolução nacional na qual “Alterações mais importantes que ocorreram em Portugal, de 1985 para 2000, foram a transferência do espaço ocupado por vegetação natural para floresta, da agricultura para espaços artificializados e de agricultura para áreas naturais e para floresta.” (Caetano *et al. op. cit.*: 15).

Por outro lado, também se verificou um aumento percentual da área ocupada pelos espaços artificializados, no qual o espaço urbano contínuo, praticamente manteve-se inalterável. Esta evolução da ocupação do solo na AIBTSE está de certo relacionada com a importância que o sector agrícola ainda tem neste território. Este facto influencia directamente o aumento do espaço urbano descontínuo. Esta evolução do uso e ocupação solo na AIBTSE foi, em parte, consonante com o que se verificou em toda a Região Centro, já que nesta escala de análise os espaços artificializados, de 1985 para 2000, registaram um aumento significativo, enquanto as áreas agrícolas diminuíram.

À escala de concelho através da figura 21 constata-se que existia um conjunto de três concelhos (Belmonte, Celorico da Beira e Guarda) onde o território estava, tanto em 1985 como em 2000, principalmente ocupado pela actividade agrícola, tendo-se em Belmonte registado, de 1985 para 2000, um aumento de 8% da área ocupada com actividades do sector agrícola, que apesar de tudo não foi o concelho onde o território ocupado com a agricultura mais subiu, atendendo a que no concelho da Covilhã se registou um aumento de 12%, do solo ocupado com actividades agrícolas. Esta evolução do uso do solo em actividades agrícolas assume ainda maior relevo se tivermos presente que estamos a estudar um território de montanha no qual a propriedade está muito fraccionada, para além de que neste período de 15 anos o país registou um considerável desenvolvimento, que tem inerente, entre outras características, a terciarização da sociedade, ao

que se junta a circunstância, já comentada que a nível nacional o uso do solo em actividades agrícolas registou um decréscimo, no decurso do mesmo período de 15 anos.



Fonte: Corine Land Cover, 1990 e 2005.
 Autoria própria

Figura 21: Distribuição percentual do uso do solo na Serra da Estrela, em 1985 e 2000, por concelho.

Por outro lado, na figura 21, nota-se que, com excepção do concelho de Manteigas, em todos os outros havia registo de terem sido atingidos por incêndios. Note-se que o concelho de Manteigas, do conjunto dos dez concelhos em estudo, é o que quer 1985 (85,7%) e em 2000 (85,2%) tinha maior percentagem do respectivo território ocupado com floresta e matos.

Dos restantes concelhos onde predomina a floresta e matos, destacavam-se, tanto em 1985 como em 2000, os concelhos de Manteigas e de Oliveira do Hospital, onde mais de 80% do correspondente território era ocupado por floresta ou matos.

Nesta escala de análise confirma-se que os espaços artificializados ocupavam, tanto em 1985 como em 2000, uma percentagem muito diminuta em todos os concelhos, sendo de destacar o facto de em 2000 o concelho de Fornos Algodres se ter “juntado” aos concelhos da Guarda e da Covilhã, enquanto concelhos com espaço urbano contínuo.

4.3 População

A Acção Integrada da Base Territorial da Serra da Estrela (AIBTSE) é composta pelos concelhos de Aguiar da Beira, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Oliveira do Hospital e Seia (figura 22). Este conjunto de concelhos localiza-se na Região Centro de Portugal Continental, e ocupa uma área total 3.065,9 Km², que corresponde a cerca de 10,8% da Região Centro e 3,3% da área do País. De acordo com o Anuário Estatístico de 2007, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em Dezembro de 2007 residiam no território abrangido pela AIBTSE 192.679 habitantes, que representam 8% da população residente na Região Centro (RC) e cerca de 1,9% da população residente no País.

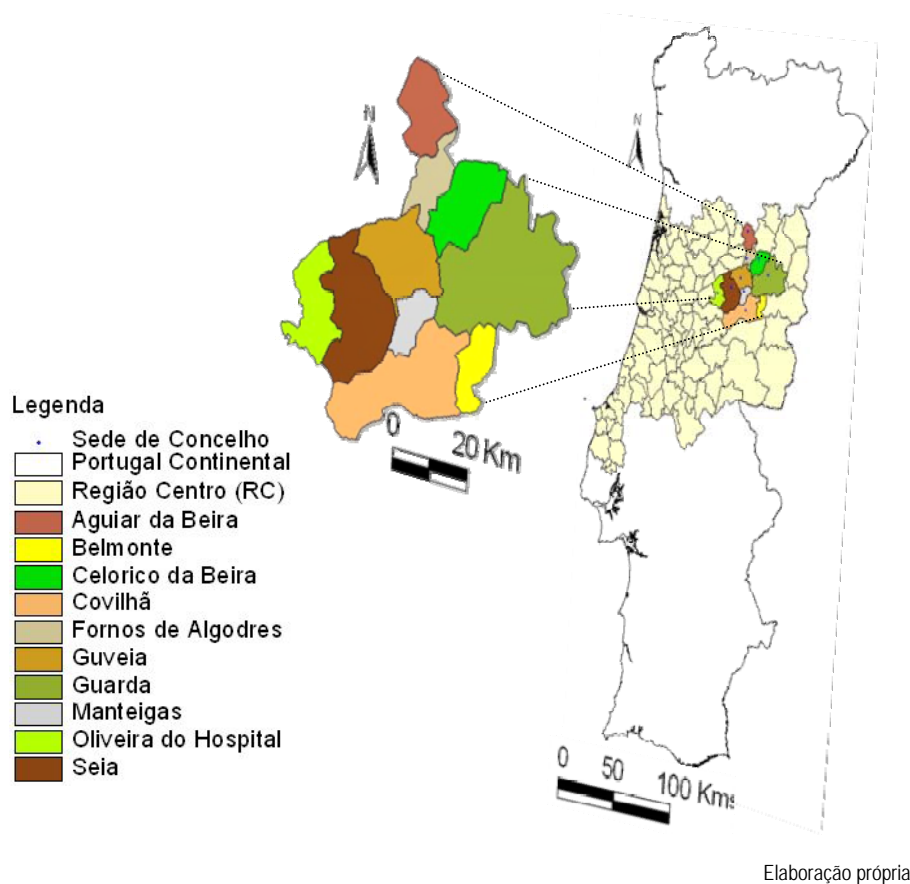


Figura 22: Localização e identificação dos concelhos que compõem a AIBTSE.

Relativamente à densidade populacional na AIBTSE, em 2007 era de 57 hab./km², inferior à densidade populacional média da Região Centro, que se cifrava em 85 hab./km² e do País (115 hab./km²). Entre 1991 e 2001 a AIBTSE registou uma variação positiva no efectivo populacional, que se cifrou em mais 549 habitantes, situação que de acordo com a estimativa do INE para 2007

irá ser mitigada, em virtude de para este ano se estimar um decréscimo de 6552 habitantes no território abrangido pela AIBTSE.

A AIBTSE está subdividida administrativamente em 218 Juntas de Freguesia, (anexo II) e tem 26218 lugares⁵⁶. O concelho da Guarda é o que está mais subdividido pelas circunscrições administrativas Juntas de Freguesia, que neste concelho perfazem 55. O concelho de Manteigas com 4 Juntas de Freguesia é o que está menos subdividido. Já no que diz respeito à dimensão territorial o concelho da Guarda é o que tem maior área (712,2 km²) e o concelho de Belmonte é o de menor dimensão (118,8 km²) da AIBTSE. À escala de Freguesia é no concelho da Covilhã que se localiza a Freguesia com menor área (1,97 km²), enquanto que no concelho de Manteigas se situa a maior Freguesia (60,88 km²) deste conjunto de 218. Ainda em relação às Juntas de Freguesia no censo de 2001 a Freguesia com menor número de habitantes residentes era a de Meios (concelho da Guarda), onde residiam 44 indivíduos, enquanto que a Freguesia de Guarda – S. Vicente era a que tinha maior efectivo populacional (8426 hab.). Em termos de densidade populacional, a Freguesia de Marmeleiros (Concelho da Guarda) com 6 hab./km² era a que tinha menor densidade. No concelho da Covilhã, mais propriamente na Freguesia de Covilhã (Conceição) era onde, em 2001, se registava uma maior densidade populacional, cifrando-se esta nos 1552 hab./km².

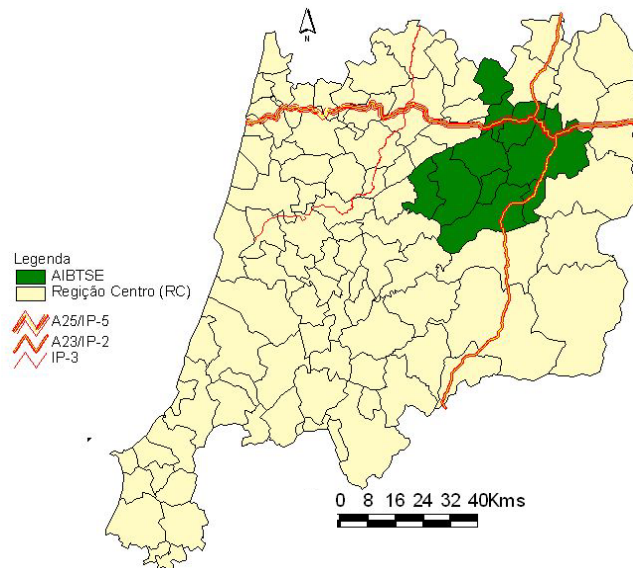
Estes dados, relativos à população e ao território deixam transparecer que no território abrangido pela AIBTSE existem grandes discrepâncias, que poderão *per sí* induzir a esta área uma maior diversidade paisagística e cultural.

Esta é uma área inserida no denominado Portugal profundo onde as acessibilidades continuam, apesar da melhoria registada nos últimos anos "(...) proporcionada por uma evolução ao nível das infra-estruturas e dos meios de transporte a que se associa uma redução generalizada dos respectivos custos." (Neves *et al.*, 2001:8), a tornar o acesso difícil, distanciando a Região de outras mais desenvolvidas do País.

Nesta Região, que a Este confina com os concelhos da raia do Centro de Portugal Continental, verificam-se realidades diferentes, já que há concelhos que registaram uma evolução positiva da população, constituindo-se cada vez mais como pólos de atracção populacional,

⁵⁶ O lugar consiste numa delimitação territorial, definida no âmbito das operações censitárias, que corresponde a um aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias. No âmbito dos Censos de 2001, foram recenseados cerca de 28 mil lugares no território nacional.

gerando-se por via destas dinâmicas sinergias que induzem o desenvolvimento local. Contudo, em outros concelhos o decréscimo populacional é acentuado, podendo desta circunstância resultar um maior distanciamento destes territórios em relação à coesão económica e social, quer à escala regional quer à escala nacional. Assim estes territórios poderão “cair” num ciclo vicioso (são pouco atractivos e cada vez serão menos atractivos), conduzindo-os à diminuição do número de habitantes, sobretudo das camadas mais jovens que são os mais empreendedores e inovadores.



Fonte: Mapa de Estradas do ACP, 2001.

Autoria própria

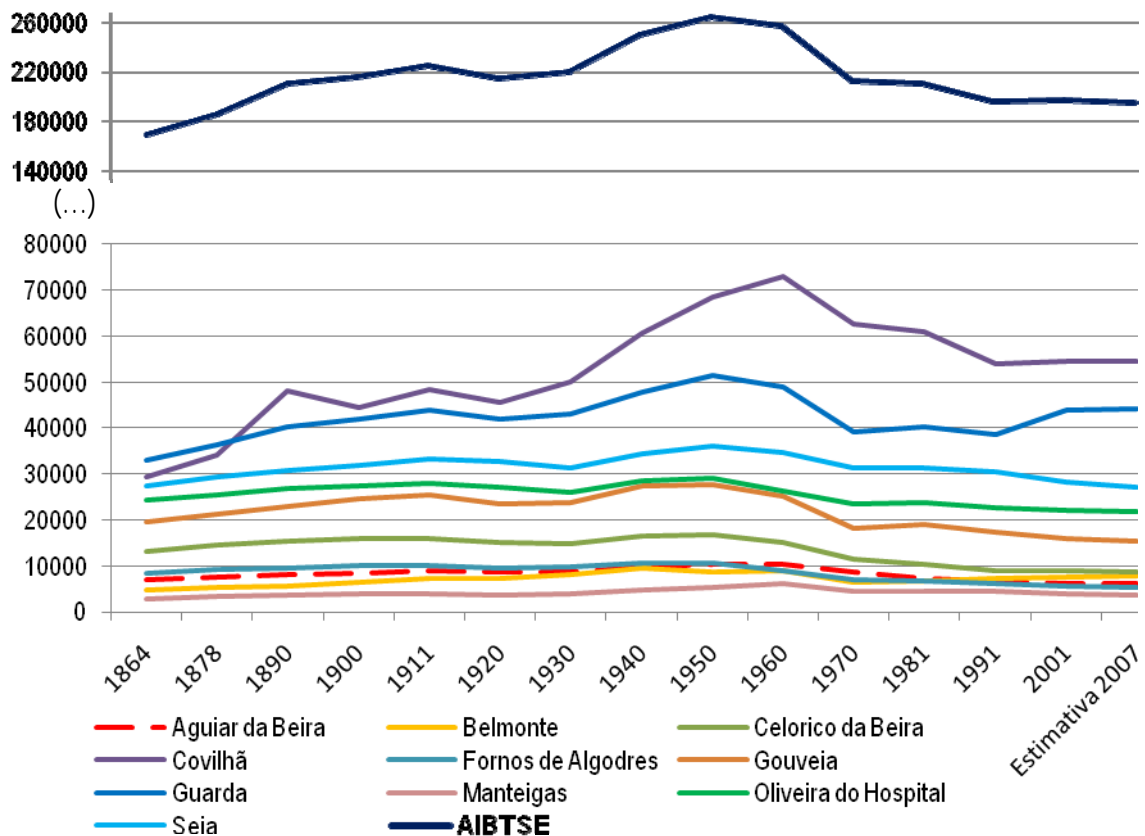
Figura 23: Principais vias rodoviárias da Serra da Estrela.

Da rede de rodovias que servem o território da AIBTSE destacam-se três (figura 23) que pela sua importância se poderão considerar estratégicas. A auto-estrada A25 (antigo IP 5) é uma via moderna, com dois eixos de rodagem para cada sentido ligando o território em estudo quer à Europa (Vilar Formoso) quer ao território nacional e litoral já que tem em Aveiro conexão directa com a A1.

Outra das vias estruturantes para o território em estudo é a A23. Esta via, também auto-estrada, permite a ligação do território ao espaço que se localiza a Norte e a Sul, pelo interior. Por último, mas não menos importante surge-nos o IP 3. Esta via, ainda com características algo desactualizadas, que actualmente já não se compadecem nem com as necessidades regionais/locais nem com o volume de tráfego que diariamente suporta. Esta via poderá servir o território em estudo na medida em que permite a conexão do mesmo com um importante centro

urbano de toda a Região Centro – Coimbra — mas também porque até certo ponto representa uma alternativa para ligar o território da AIBTSE à A1.

As restantes vias, umas com melhor piso que outras, têm genericamente, um traçado característico destas áreas de montanha, ou seja um traçado sinuoso, sendo que a sua preservação e nalguns casos modernização certamente constituirão um importante *input*, em complemento das três principais, para viabilizar todos os demais investimentos que se realizem nestes territórios. Silva (2005), ao analisar a evolução temporal das acessibilidades das principais cidades da Beira Interior, chegou à conclusão que de facto ocorreram “(...) ganhos consideráveis no passado recente e uma pequena margem de ganho remanescente no futuro.” (Silva, *op. cit.*: 28), podendo-se inferir daqui, ainda segundo este autor, que é muito importante para a Região que ocorra a melhoria, sobretudo das conexões rodoviárias de âmbito sub-regional, uma vez que “(...) a rede interna, capilar, não tem merecido a devida atenção por parte das entidades competentes” (Silva, *op. cit.*: 12), situação que não reflecte a importância que estas vias têm no desenvolvimento integrado da região.



Fonte: Censos/Recenseamentos Gerais da População (1864-2001) e Anuário Estatístico da Região Centro (2007), INE, Lisboa.

Autoria própria

Figura 24: A evolução da população residente nos concelhos da AIBTSE em 1864-2007.

“A maior parte dos concelhos rurais portugueses, num Portugal de distâncias relativas ainda muito grandes e concentrado no litoral, viram a sua população diminuir e envelhecer, perdendo assim vantagem no que respeita à localização de recursos humanos.” (Carvalho, 2005: 138). Como refere Cunha (*op. cit.*: 9), “Algumas características demográficas comuns a quase todos os espaços serranos portugueses são a baixa densidade populacional, o despovoamento progressivo, o envelhecimento da população e a importância que o sector primário de actividade ainda detém”. Efectivamente, como a figura 24 demonstra, todos os concelhos que integram a AIBTSE, principalmente a partir de 1950, tiveram dinâmicas demográficas substancialmente negativas.

De 1864 até cerca de 1950, a generalidade dos concelhos em análise, embora com pequenas oscilações, registaram acréscimos populacionais. De 1950 em diante as dinâmicas populacionais destes territórios foram maioritariamente negativas (figura 24). Esta evolução do número de habitantes no território em estudo está particularmente evidenciada na linha que representa a AIBTSE, onde é notória o acentuado decréscimo populacional a partir de 1950 que se acentua de sobremaneira a partir de 1960. Para Carvalho (*op. cit.*) na base do despovoamento do espaço rural e sobretudo das aldeias serranas do Portugal Setentrional e Central estiveram as políticas difusionistas e produtivistas, que nas áreas mais isoladas e mais marcadas pelos constrangimentos físicos, originaram um êxodo populacional massivo. A localização periférica de Portugal, poderá ter contribuído para que os fluxos gerados pela Revolução Industrial, nos finais do século XIX, tivessem chegado ao território português com muito pouca intensidade.

Por volta de 1950, apesar de o país ser gerido por um regime ditatorial⁵⁷ a população rural portuguesa iniciou movimentos espaciais em direcção ao litoral e sobretudo em direcção à Europa do Norte e Central, que por volta de meados do século XX estava ávida de mão-de-obra para a sua reconstrução, para a indústria e para a prestação de alguns serviços. Esta ocorrência está bem evidente na figura 24, onde é possível constatar que a generalidade dos concelhos em estudo registaram uma quebra no efectivo populacional por volta de 1950. Desta situação resultará, segundo a linha de raciocínio de Cunha (*op. cit.*), o abandono progressivo das áreas rurais, principalmente, a partir da década de 50, que originará assinaláveis transformações nas montanhas, assistindo-se a um crescente despovoamento em que a rarefacção a par do envelhecimento das populações será a causa e a consequência da transformação e desestruturação das economias

⁵⁷ De 1926 a 1974 o regime ditatorial que governou o país, implementou um modelo político segundo o qual o país estava, praticamente, fechado ao mundo exterior, circunstância que dificultava muito a emigração.

agro-silvo-pastoris, que na maioria das situações estão associadas a práticas comunitárias e a uma posse colectiva das terras.

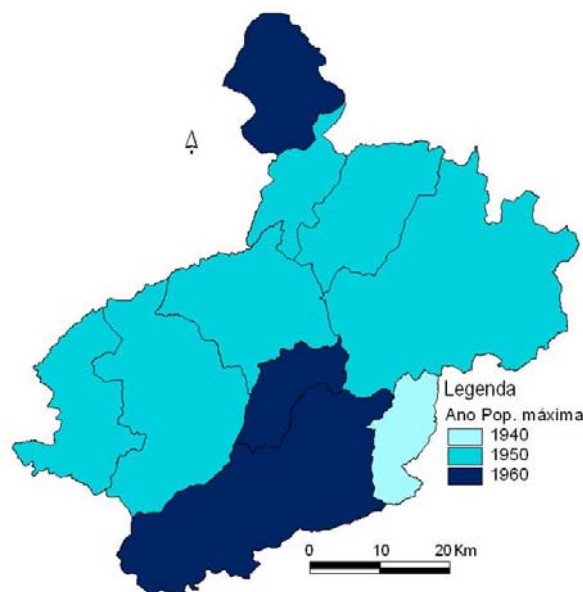
Devemos ainda ter em consideração que este fenómeno de diminuição do efectivo populacional, também foi impulsionado pela progressiva mecanização das tarefas agrícolas que libertaram mão-de-obra. Somente em 1981 é que se registou um abrandamento nesta diminuição de população, ano em que os concelhos de Belmonte, Gouveia, Guarda, Oliveira do Hospital e Seia registaram um saldo populacional positivo, relativamente a 1970. De entre estes cinco concelhos destacaram-se, com maiores acréscimos populacionais, os concelhos da Guarda e de Gouveia. Em relação ao concelho da Guarda podemos indexar este crescimento ao facto de ser capital de Distrito, circunstância que fez este concelho beneficiar da descentralização de serviços iniciada na sequência da democratização do país (25 de Abril de 1974) e aprofundada com o decorrer dos tempos. Já o acréscimo populacional ocorrido em Gouveia poderá ser justificado com o facto de este ser um concelho com fortes tradições na indústria do têxtil, pelo que por esta altura terá sido favorecido pela abertura do país ao mundo exterior⁵⁸, circunstância que contribuiu para o desenvolvimento da indústria local que por certo ocupou mais mão-de-obra. Por outro lado, na sequência da democratização do país e à medida que foram sendo acordadas as independências das colónias que Portugal tinha em África, ocorreu o fenómeno de retorno da população portuguesa que residia nesses países africanos. Apesar da população portuguesa que residia em África se ter fixado, essencialmente, no Algarve e nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, a verdade é que uma percentagem se dispersou pelo país, fundamentalmente por razões familiares, tendo esta ocorrência também influenciado, no sentido de abrandar ou inverter as dinâmicas de decréscimo populacional que os concelhos vinham a registar.

Ainda relativamente às dinâmicas de variação da população deve-se ter em conta o facto do concelho da Guarda ter registado de 1991 para 2001 (figura 24) uma inversão no decréscimo populacional, tendo sido acompanhado nesta inversão, embora de forma bastante mais discreta, pelos concelhos de Belmonte e Covilhã, que de 1991 para 2001, também registaram um aumento no número de habitantes. A generalidade dos restantes concelhos continuou num registo de decréscimo populacional.

Assim estamos perante um território onde os dados relativos à evolução do número de habitantes, também confirmam os indicadores geomorfológicos, no sentido de nos indicarem que se

⁵⁸ Durante o regime ditatorial (1926-1974) as transacções comerciais do país eram essencialmente com as colónias africanas.

trata de uma área de tipicamente de montanha, que com o passar do tempo perdeu atractividade, para na actualidade começar a demonstrar indicadores indiciadores de mudanças, principalmente “se a Beira Interior vier a confirmar a tendência actual para a estabilização da população, e não havendo uma perspectiva credível de alteração do sinal (negativo) do saldo fisiológico, a população jovem – potencialmente activa e imprescindível ao desenvolvimento da região – terá de ser assegurada por via de população oriunda do exterior.” (Silva, *op. cit.*: 9).



Fonte: Censos/Recenseamentos Gerais da População (1864-2001) e Anuário Estatístico da Região Centro (2007), INE, Lisboa.
Autoria própria

Figura 25: Máximo demográfico nos concelhos da AIBTSE.

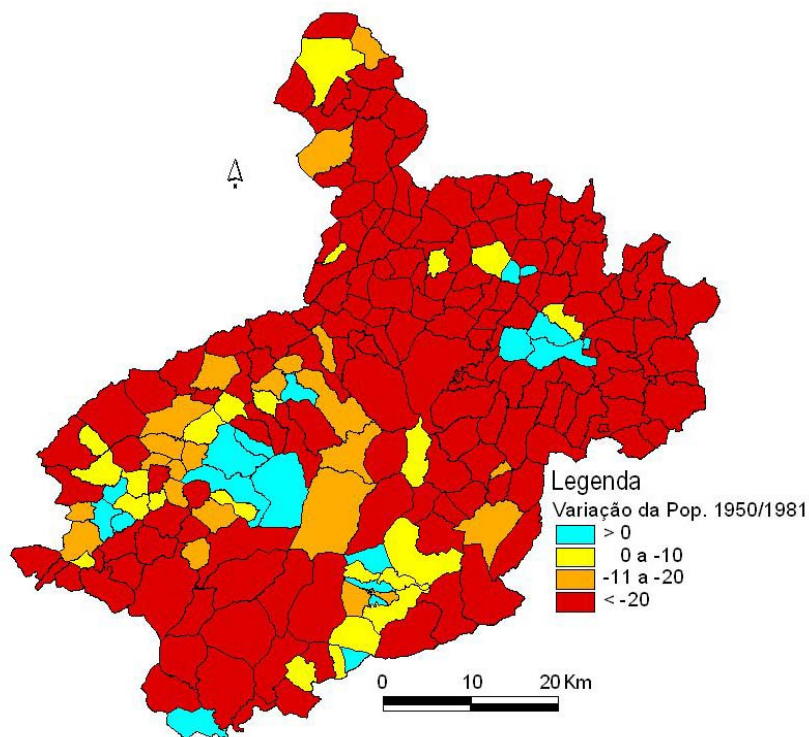
Numa análise à escala do concelho é possível verificar que entre 1864 e 2001 foi no ano de 1950 que um maior número de concelhos (Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Oliveira do Hospital e Seia) registou o máximo de população residente (figura 25). Aguiar da Beira, Covilhã e Manteigas registaram máximos demográficos somente em 1960, enquanto que o concelho de Belmonte registou o máximo demográfico em 1940. No conjunto pode-se afirmar que a AIBTSE registou o máximo de população residente em 1950 sendo que a partir deste ano a população residente tendencialmente decresceu.

Quanto ao ano em que as freguesias registaram o maior efectivo populacional absoluto, muito embora se verifique que é no ano censitário de 1950 que ocorre a maior percentagem de freguesias com esta situação (27%) (Anexo I, quadro 2), no decurso do período entre 1864 e 2001, a verdade é que os máximos populacionais se dispersaram, de forma moderada, sendo que para além de 1950 foi nos anos censitários de 1940 e 1960 que se registou as maiores percentagens de

freguesias que tiveram o máximo de população residente. Ainda neste contexto, comparativamente com o que se verificou à escala de concelho é de salientar o facto de os anos censitários de 1940 e 1960 terem mudado de posição relativa, já que 15% das freguesias da AIBTSE tiveram o máximo demográfico em 1940 enquanto que em 1960 esta situação ocorreu em 12% do total das freguesias da AIBTSE.

Assim, parece-nos que à escala da freguesia o êxodo da população acentuou-se a partir de 1940. Em 1960, embora o êxodo ainda ocorra de forma que se pode considerar que a médio longo prazo acarretará situações menos positivas para esta região, a verdade é que começou a decrescer.

Atendendo a que 1950 é o ano estratégico em termos de evolução do número de habitantes na AIBTSE, já que parece ser neste ano que começa a haver um decréscimo percentual na emigração da população deste território, importa confirmar este abrandamento e a sua dimensão.



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 1950 a 1981.

Autoria própria

Figura 26: Variação da população residente na serra da Estrela entre 1950 e 1981, por freguesia.

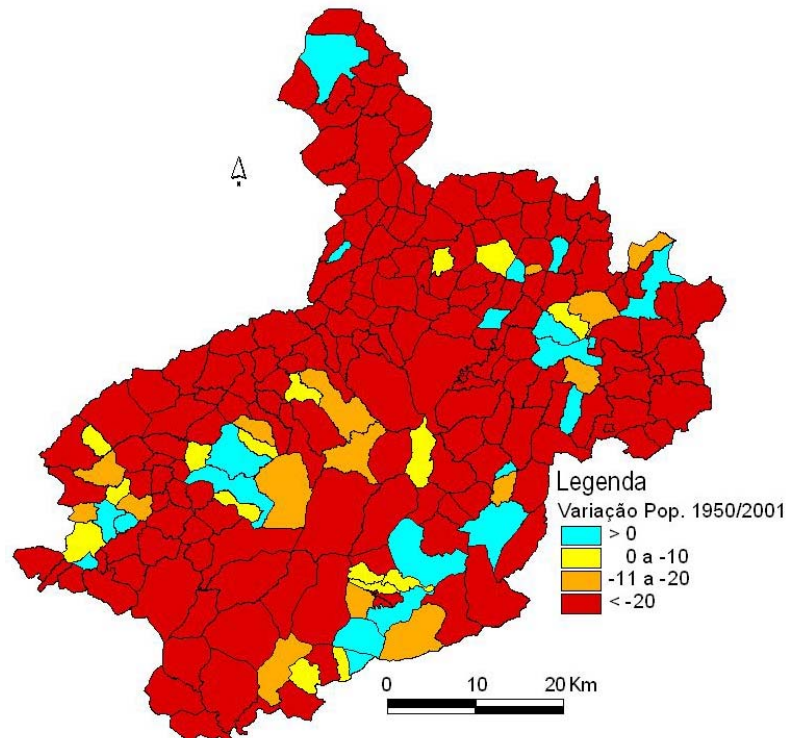
De 1950 para 1981, a generalidade das freguesias registaram elevados decréscimos populacionais, sendo que de entre estes, assumem especial destaque os decréscimos que

ocorreram entre os -25% e dos -50%, já que esta situação ocorreu em cerca de 47% das freguesias da AIBTSE. Ainda neste espaço de tempo, 17% das freguesias registaram variações negativas no número de habitantes superiores a -50%. Neste cenário de grave decréscimo populacional assume especial relevo o facto de em 13% das freguesias, claramente em contra ciclo, terem registado aumentos no número de habitantes. Esta situação ocorreu genericamente nas sedes de concelho, sobressaindo de entre estas as freguesias sede de concelho de Gouveia, Guarda e Oliveira do Hospital.

Ainda em relação à figura 26 é de destacar a freguesia de S. Jorge da Beira, localizada na extremidade Sudoeste do território em estudo, por também ter registado uma variação positiva no número de habitantes, apesar de não ser sede de concelho. Este aumento populacional relaciona-se com a exploração das minas da Panasqueira, que tiveram o seu apogeu provocado pela procura de volfrâmio durante a II Guerra Mundial. Em 1943 contavam com cerca de 3000 operários que, de acordo com Santos (2008), eram oriundos sobretudo do Alentejo, de Trás-os-Montes e Minho. As Minas da Panasqueira tiveram ainda impacto socioeconómico noutras freguesias do concelho da Covilhã como Aldeia de S. Francisco, Casegas, Ourondo, Paul e Erada. Na época, os mineiros além de trabalharem na mina faziam ainda, nas aldeias onde residiam, trabalhos agrícolas. A mina permitiu assegurar a grande percentagem da população uma ocupação remunerada e estável o que influenciou o desenvolvimento socioeconómico da área. Contudo as más condições em que a exploração da mina era feita em conjunto com a própria natureza da função, nomeadamente os acidentes e a doença profissional provocada pela inalação do pó da pedra, fazia com que a esperança média de vida dos mineiros rondasse os 50 anos, circunstância que valeu à freguesia de S. Jorge da Beira a alcunha de “terra das viúvas”.

Ao ampliarmos o espaço temporal de análise, ou seja comparando o número de habitantes de 1950 com o número de habitantes residente em 2001 (figura 27), constatamos que a diversidade de situações diminui no sentido de prevalecer claramente as situações de acentuado decréscimo populacional. Efectivamente 43% do total das freguesias da área de estudo registaram, neste período de tempo, uma variação negativa no número de habitantes superior a 50%. Esta situação acumulada com o facto de 31% das freguesias terem registado uma variação negativa que se situou entre os -25% e os -50%, revela-nos um cenário preocupante para esta região em termos de evolução populacional. Este agravamento indicia que de 1981 para 2001 ainda continuou a registar-se um decréscimo populacional em algumas freguesias, circunstância que agravou de sobremaneira as variações negativas do número de habitantes que vinham a verificar-se.

Ainda relativamente à figura 27 e comparativamente com a figura 26, nota-se que a evolução do número de habitantes na freguesia S. Jorge da Beira neste período de análise (1950-2001) já é substancialmente negativo, podendo-se deduzir que de 1981 para 2001 as dinâmicas de decréscimo populacional se agravaram nesta freguesia.



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 1950 a 2001.

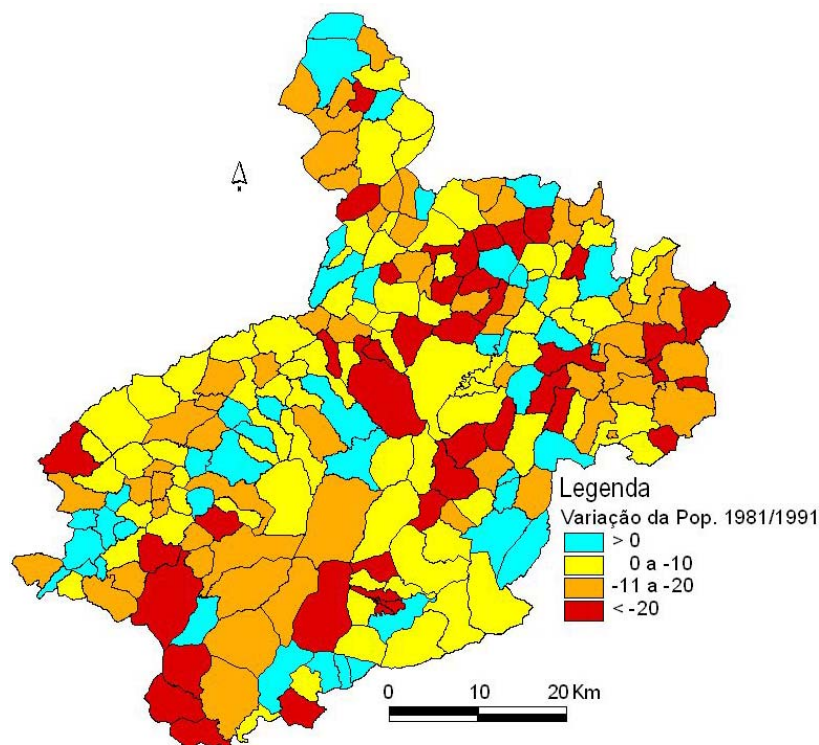
Autoria própria

Figura 27: Variação da população residente na Serra da Estrela entre 1950 e 2001, por freguesia.

Em relação às poucas freguesias que de 1950 para 2001 registaram uma variação positiva (13%), pela figura 27 é possível reconfirmar que foi principalmente nos centros urbanos dos concelhos que essas dinâmicas populacionais ocorreram. Tal permite perspectivar que o sentido de atracção da população foi dos espaços rurais para os espaços urbanos, principalmente para as sedes de concelho.

Centrando a análise nos últimos dois registos censitários, podemos afirmar que em 1981-1991 se confirma um, acentuado abrandamento no decréscimo populacional desta região. Apesar de prevalecer uma tendência de variação negativa da população, a verdade é que de 1981 para 1991, 34% das freguesias registaram uma variação no número de habitante negativa que se situou entre os -25% e os -10%.

Tendo presentes os cenários obtidos através dos anteriores períodos temporais analisados, parece-nos que podemos afirmar que somente 11% das freguesias registaram uma variação negativa acima dos 25%. Por outro lado é ainda possível constatar na figura 28 que já existe alguma dispersão pelo território da AIBTSE de freguesias que tiveram variações positivas do número de habitantes de 1981 para 1991, não se circunscrevendo apenas às sedes de concelho. Na verdade, cerca de 18% das freguesias registaram aumentos populacionais até as 10%, e 6,5% do total destas unidades territoriais registaram um aumento do número de habitantes superior aos 10%.



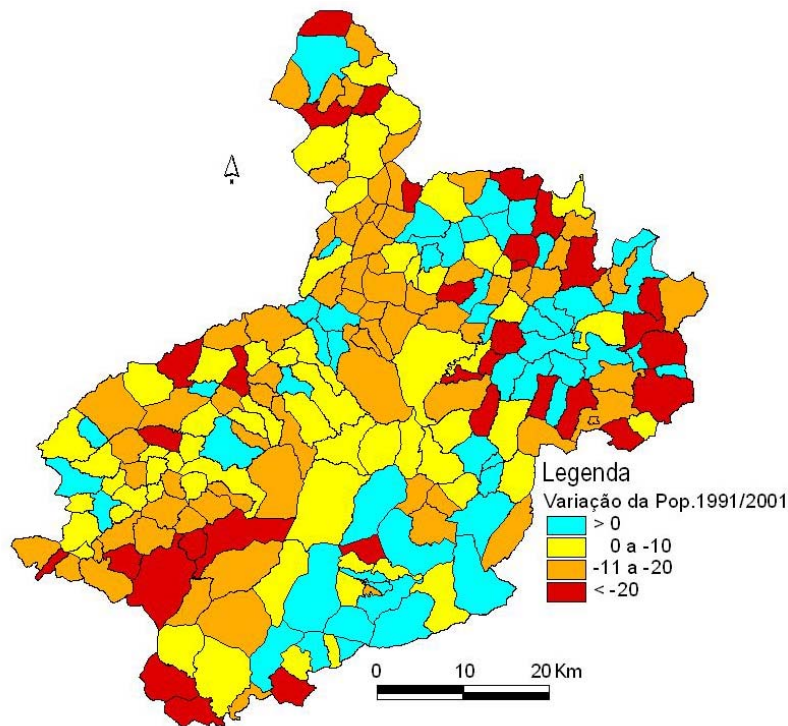
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 1981 e 1991.

Autoria própria

Figura 28: Variação da população residente, na Serra da Estrela, entre 1981 e 1991, por freguesia.

No período de tempo a que se refere a figura 29 verifica-se que o número e a dispersão das freguesias que tiveram uma variação positiva do número de habitantes cresceu moderadamente, sobretudo nos concelhos da Guarda, de Belmonte e da Covilhã. Também se constata que a percentagem de freguesias onde ocorreu uma variação positiva no número de habitantes se manteve praticamente inalterável de 1991 para 2001 comparativamente ao anterior período analisado (1981-1991). Contudo, é possível afirmar que a percentagem de freguesias que registaram uma variação positiva da população superior a 10% subiu exponencialmente fixando-se nos 13%. Pela localização das freguesias onde ocorreram os maiores aumentos populacionais

permite-nos perspectivar que por trás desta situação poderá estar a construção da A23. Efectivamente, estes territórios correspondem precisamente aos concelhos por onde esta via estruturante passa, confirmando-se também desta forma o impacto que uma via desta natureza pode ter na fixação e atracção da população nos locais directamente servidos.



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 1991 e 2001.

Autoria própria

Figura 29: Variação da população residente, na Serra da Estrela entre 1991 e 2001, por freguesia.

Apesar desta evolução positiva, o quadro geral continua a ser expressivamente negativo na medida em que cerca de 64% do total das freguesias em estudo registaram, entre 1991 e 2001, uma variação populacional negativa entre os -1% e os -25%. A estas percentagens acrescem cerca de 9,6% de freguesias com decréscimos demográficos superiores a -25%.

Este quadro de despovoamento do território em estudo originou o envelhecimento da população, determinando esta ocorrência, a curto/médio prazo, um condicionamento no desenvolvimento destes territórios. Em todos os concelhos o grupo etário de indivíduos com mais de 65 anos tem um efectivo superior aos grupos etários dos 0 aos 14 anos (quadro 5).

Quadro 5: População residente, nos concelhos da Serra da Estrela, segundo os grandes grupos etários em 2001.

| Zona Geográfica | POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS | | | | |
|------------------------------|---|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | Total | Dos 0-14 anos | Dos 15-24 anos | Dos 25-64 anos | Dos 65 e +anos |
| Centro | 2348397 | 352388 | 322118 | 1217213 | 456678 |
| AIBT Serra da Estrela | 197142 | 28539 | 26593 | 100102 | 41908 |
| Aguiar da Beira | 6247 | 949 | 840 | 2912 | 1546 |
| Belmonte | 7592 | 1106 | 925 | 3760 | 1801 |
| Celorico da Beira | 8875 | 1195 | 1217 | 4112 | 2351 |
| Covilhã | 54505 | 7540 | 7432 | 28967 | 10566 |
| Fornos de Algodres | 5629 | 807 | 687 | 2649 | 1486 |
| Gouveia | 16122 | 2062 | 1944 | 7611 | 4505 |
| Guarda | 43822 | 6809 | 6126 | 22721 | 8166 |
| Manteigas | 4094 | 612 | 546 | 2063 | 873 |
| Oliveira do Hospital | 22112 | 3529 | 2909 | 10996 | 4678 |
| Seia | 28144 | 3930 | 3967 | 14311 | 5936 |

Fonte: INE (2002), Censos 2001. Resultados Definitivos, Centro, Lisboa.

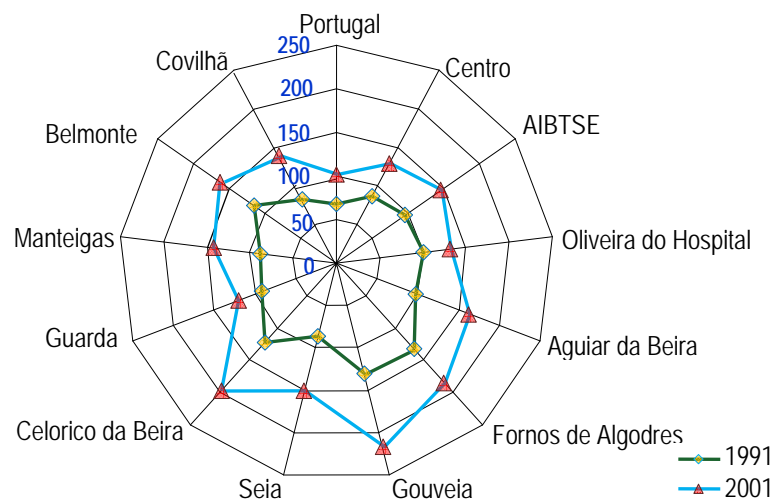
Elaboração própria

A fim de se aferir melhor o envelhecimento da população residente nos concelhos da AIBTSE, iremos de seguida analisar o índice de envelhecimento que se regista nos vários concelhos da área de estudo (figura 30). Se tivermos em linha de conta que o índice de envelhecimento é a relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 jovens dos 0 aos 14 anos)" (INE, 2002: XXV), podemos afirmar que o envelhecimento da população é um problema que afecta todos os concelhos da Serra da Estrela.

A ordenação dos concelhos segundo o índice de envelhecimento que se verificava em 1991, possibilita verificar que o concelho de Fornos de Algodres (133%) era o território onde havia maior número de população idosa relativamente à população jovem. A seguir, em termos de índice de envelhecimento, surgiam Gouveia (131%), Celorico da Beira (124%) e Belmonte (117%), como concelhos onde também este fenómeno de envelhecimento da populacional já tinha, em 1991, uma expressão significativamente negativa. Saliente-se que o índice de envelhecimento destes concelhos é aproximadamente o dobro do índice de envelhecimento do país.

Na Covilhã (84%) e Seia (86%) era os concelhos onde o índice de envelhecimento tinha uma menor representação, estes valores eram, inclusivamente, inferiores ao índice de envelhecimento da Região Centro.

Com a figura 30 constata-se que de 1991 para 2001 o envelhecimento da população residente agravou-se de forma expressiva. Os concelhos onde este fenómeno tinha maior proporção eram Gouveia (218%), Celorico da Beira (197), Foros de Algodres (184), Aguiar da Beira (163) e em Seia (151). Todos estes concelhos registaram um índice de envelhecimento cerca de 50% acima do valor do índice de envelhecimento nacional, que era, como se pode ver na figura 30, cerca de 100%.



Fonte dos dados do: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001

Elaboração própria

Figura 30: Evolução do índice de envelhecimento da população de 1991-2001, na Serra da Estrela, por concelho.

De 1991 para 2001 os concelhos onde a evolução deste índice registou um maior crescimento foi em Gouveia onde ocorreu um aumento de 87%, em Celorico da Beira (73%) e em Seia e Oliveira do Hospital onde ocorreu um aumento de 65%. Estes dados comprovam que efectivamente a área da Serra da Estrela é habitada por uma população claramente envelhecida.

4.4. Geo-economia

Quanto aos sectores de actividade (quadro 6) constata-se que, em 1991, Aguiar da Beira era o concelho onde o sector primário tinha ainda maior peso na ocupação da população activa, situação que se mantinha em 2001, embora de forma mais mitigada. Ainda em 1991, o concelho onde o sector primário tinha ocupava uma menor percentagem da população em actividade era na Covilhã, situação que de 1991 para 2001 foi alterada na medida em que o concelho que em 2001 tinha uma menor percentagem da sua população em actividade no sector primário era Manteigas.

Quadro 6: População por sector de actividade, nos concelhos da Serra da Estrela, 1991-2001.

| Distribuição Geográfica | 1991 | | | | | | 2001 | | | | | |
|-------------------------|----------|----|------------|----|-----------|----|----------|----|------------|----|-----------|----|
| | Primário | | Secundário | | Terciário | | Primário | | Secundário | | Terciário | |
| | HM | H | HM | H | HM | H | HM | H | HM | H | HM | H |
| Aguiar da Beira | 55 | 33 | 19 | 17 | 26 | 15 | 24 | 16 | 26 | 23 | 50 | 24 |
| Belmonte | 20 | 15 | 44 | 21 | 36 | 22 | 9 | 7 | 45 | 23 | 46 | 25 |
| Celorico da Beira | 34 | 24 | 23 | 19 | 43 | 23 | 13 | 10 | 35 | 23 | 52 | 26 |
| Covilhã | 6 | 5 | 54 | 31 | 39 | 22 | 5 | 3 | 43 | 25 | 53 | 26 |
| Fornos de Algodres | 36 | 24 | 26 | 22 | 38 | 20 | 12 | 8 | 35 | 26 | 53 | 28 |
| Gouveia | 17 | 13 | 46 | 30 | 37 | 20 | 9 | 6 | 38 | 26 | 52 | 26 |
| Guarda | 12 | 9 | 33 | 21 | 55 | 29 | 5 | 3 | 32 | 20 | 63 | 30 |
| Manteigas | 9 | 7 | 56 | 34 | 36 | 20 | 4 | 3 | 48 | 30 | 48 | 25 |
| Oliveira do Hospital | 17 | 9 | 49 | 32 | 35 | 20 | 5 | 3 | 51 | 32 | 44 | 22 |
| Seia | 12 | 8 | 54 | 36 | 34 | 19 | 5 | 4 | 45 | 29 | 50 | 24 |

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001.

Elaboração própria

O sector secundário em 1991 tinha maior expressão na Covilhã (54%) e em Seia (54%), muito embora em Oliveira do Hospital (49%), Gouveia (46%) e em Belmonte (44%) este sector também tivesse uma expressão elevada. O concelho onde este sector estava menos implementado era em Aguiar da Beira onde, em 1991, ocupava 19% da população em actividade. De 1991 para 2001 (quadro 6) a importância que o sector secundário assumia em cada um dos dez concelhos foi mitigada, sendo que Aguiar da Beira continuava a ser o concelho onde este sector tinha menor importância, do conjunto em análise. De referir ainda que em todos os restantes concelhos este sector ocupava, em 2001, entre 32% (Guarda) e 51% (Oliveira do Hospital) da população em actividade, tendo nesta data (2001) Oliveira do Hospital passado a ser, de entre os dez concelhos em estudo, o concelho onde este sector de actividade tinha maior expressão.

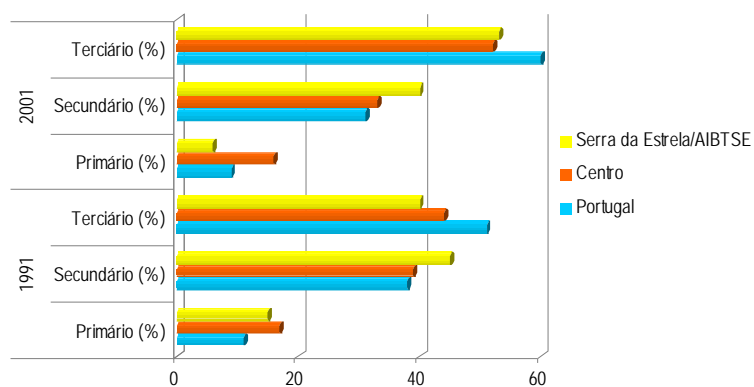
Em relação ao sector terciário em 1991, o concelho de Aguiar da Beira era o único onde este sector ocupava menos de 30% da população em actividade. Todos os restantes concelhos tinham uma percentagem superior da população ocupada neste sector, de entre os quais se destaca a Guarda (55%).

De 1991 para 2001 constata-se que foi em Aguiar da Beira (50%) que se registou a maior subida no sector terciário, tendo inclusive este concelho deixado de ser, do conjunto dos concelhos da AIBTSE, o território onde o sector terciário tinha menor expressão. Em 2001, no concelho de Oliveira do Hospital (44%), que este sector dava ocupação a uma menor percentagem da população

com actividade. De referir ainda que em 2001 o concelho da Guarda manteve a sua posição relativa, como sendo o território onde os serviços empregavam a maior percentagem da população activa.

Quanto à ocupação dos vários sectores por Homens e Mulheres (quadro 6), de forma genérica, pode-se afirmar que praticamente em todos os concelhos e sectores os Homens ocupam sempre pelo menos 50% dos postos de trabalho. Esta situação só não se verifica no sector terciário em 2001, em Seia, atendendo à circunstância de os Homens ocuparem 48% dos postos de trabalho deste sector.

Na generalidade, pode-se considerar que as dinâmicas evolutivas dos sectores de actividade que na Serra da Estrela acompanharam as tendências gerais do país, atendendo a que o sector primário transversalmente passou a ocupar uma menor percentagem da população em actividade, o sector secundário registou uma evolução mista, enquanto o sector terciário, de 1991 para 2001, ganhou importância relativa. Destes factos, podemos perspectivar que de 1991 para 2001 ocorreram movimentos de mão-de-obra entre os sectores sendo de destacar a situação que ocorreu em Aguiar da Beira, em virtude de ter havido transferência de mão-de-obra entre o sector secundário e o terciário, também houve do sector primário para o sector terciário.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001.

Elaboração própria

Figura: 31 População, da Serra da Estrela, por sector de actividade em 1991-2001.

Comparando os indicadores relativos ao território da Serra da Estrela (figura 31) com a região centro e com os valores de Portugal, constata-se que em 1991 no território em estudo existe um menor desenvolvimento do sector terciário em detrimento do sector secundário, enquanto que na região e no país já se começa a verificar o inverso. Em relação ao sector primário, apurou-se que a percentagem da população com actividade neste sector e que estava ao serviço na área da Serra

da Estrela era 15% da população em actividade. Ainda e comparativamente, os dados deste acto censitário sobre a distribuição da população em actividade pelos vários sectores, demonstram que no país tinham ocupação no sector primário 11% do total da população em actividade, enquanto que na Região essa percentagem situava-se nos 17%. Daqui decorre que o sector primário tinha maior peso a nível regional que a nível da Serra da Estrela, sendo neste território a percentagem da população em actividade com ocupação no sector primário estava próxima do valor nacional (11%).

De 1991 para 2001 constata-se que na Serra da Estrela o sector primário decresceu de modo mais acentuado quer relativamente ao que ocorreu à escala da região quer em relação ao país. Já o sector secundário acompanhou a tendência nacional e regional de decréscimo moderado.

O sector terciário na Serra da Estrela de 1991 para 2001 registou um crescimento percentual de 13%. Este desenvolvimento do sector terciário no território em análise foi superior ao que se verificou na região centro (8%) e no país (9%), circunstância que nos leva a afirmar que de 1991 para 2001 a AIBTSE convergiu para a realidade nacional, em particular neste sector, muito embora também se reconheça que ainda há um caminho a percorrer.

Relativamente à taxa de desemprego constata-se que em Manteigas (-1,6%) e na Covilhã (-0,5%) foram os únicos concelhos onde ocorreu um decréscimo desta taxa entre 1991 e 2001.

Quadro 7: O desemprego na Serra da Estrela, por concelho, em 1991-2001.

| Taxa de Desemprego (%) | | | |
|-------------------------|------|------|-----------------|
| Distribuição Geográfica | 1991 | 2001 | Vari. 2001/1991 |
| Aguiar da Beira | 1,7 | 8,5 | 6,8 |
| Belmonte | 2,8 | 3,9 | 1,1 |
| Celorico da Beira | 5,5 | 6,1 | 0,6 |
| Covilhã | 7,7 | 7,2 | -0,5 |
| Fornos de Algodres | 4,2 | 7,6 | 3,4 |
| Gouveia | 5,1 | 7,8 | 2,7 |
| Guarda | 4 | 5,2 | 1,2 |
| Manteigas | 8 | 6,4 | -1,6 |
| Oliveira do Hospital | 3,4 | 4,6 | 1,2 |
| Seia | 7,5 | 8 | 0,5 |
| AIBTSE | 4,99 | 6,53 | 1,54 |

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1991 e de 2001.

Elaboração própria

Nos restantes concelhos, verificou-se um crescimento da taxa de desemprego (quadro 7), destacando-se o crescimento verificado em Aguiar da Beira, que passou de concelho com menor

taxa de desemprego em 1991 (1,7%) para o concelho com maior taxa de desemprego em 2001 (8,5%). Por oposição Belmonte, apesar do crescimento da taxa de desemprego, manteve uma taxa que se pode considerar reduzida. Este factor assume especial relevo se tivermos em conta que este concelho tem registado, desde 1970, um crescimento no número total de população residente (figura 23).

Tanto Fornos de Algodres (3,4%) como Gouveia (2,7%) registaram um aumento na taxa de desemprego, que se pode considerar significativo, colocando as respectivas taxas ao nível das mais altas que se registavam na Serra da Estrela. Estes valores, por um lado serão parte da explicação para a contínua perda de habitantes destes dois concelhos. Em que Gouveia desde de 1991 perde população e Fornos de Algodres desde 1960. Por outro lado estes decréscimos populacionais ampliam exponencialmente as taxas de desemprego locais, na medida em que para um menor número de habitantes existe uma taxa de desemprego maior.

Em Seia e Celorico da Beira as respectivas taxas de desemprego mantiveram-se, praticamente inalteradas, sendo que em Seia, já em 1991 era elevada (7,5%).

Em relação ao conjunto dos concelhos que integram a AIBTSE, de 1991 para 2001, a variação da taxa de desemprego média foi moderada. A taxa de desemprego média, em 2001, fixou-se em 6,53% (Quadro 7).

As características e potencialidades naturais da Serra da Estrela atrás descritas incutem a este território uma particular aptidão para o sector do turismo, podendo o desenvolvimento sustentado desta área geográfica alicerçar-se neste sector, uma vez que “Para além da relevância do sector para o desenvolvimento socioeconómico das regiões, a implementação de uma estratégia de desenvolvimento turístico numa óptica de sustentabilidade constitui também uma via para o necessário ordenamento e reabilitação dos territórios.” (Programa de acção do PNPO, 2007: 36). Este é um sector “(...) claramente subdesenvolvido na Região Centro. Mesmo naqueles territórios com vocação turística mais evidente como a Serra da Estrela e a faixa costeira, as potencialidades para o desenvolvimento do sector estão claramente subaproveitadas.” (Programa Operacional Regional do Centro, 2006: 49).

Para expandir este sector o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT: 2007) propõe o desenvolvimento de um pólo turístico na Serra da Estrela, através de um reforço das acessibilidades, em particular as aéreas, propondo como forma de efectuar a projecção e notoriedade deste destino a realização de um a dois mega-eventos por década bem como dez a

doze grandes eventos, que devem ser complementados por animação local nas principais áreas turísticas. Por outro lado o PENT atribui particular vocação à área da Serra da Estrela para o *touring* e o Turismo de Natureza.

Assim importa aferir qual é a capacidade hoteleira disponível na Serra da Estrela para acolher as propostas do PENT.

Quadro 8: Evolução do número de estabelecimentos de hospedagem e da respectiva capacidade de alojamento na área de estudo, em 1991-2001.

| Concelhos | Estabelecimentos Hoteleiros | | | | | | | | | | | Capacidade de alojamento | | | Hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros | | | Taxa (%) de ocupação | |
|-----------|-----------------------------|------|------|---------|------|------|------|------|--------|------|------|--------------------------|-----------------|-----------------|---|-------------------|-------|----------------------|-------|
| | Hotéis | | | Pensões | | | TER* | | Outros | | | 1991 | 2001 | 2007 | 1991 | 2001 | 2007 | 2001 | 2007 |
| | 1991 | 2001 | 2007 | 1991 | 2001 | 2007 | 2001 | 2007 | 1991 | 2001 | 2007 | | | | | | | | |
| a | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | ... | 50 | 0 | ... | ... | ... | 23,5 |
| b | 1 | 2 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 1 | 87 | 105 | 138 | 3461 | 8534 | ... | 21 | 25 |
| c | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 9 | 0 | 0 | 0 | 138 | 82 ⁵ | 229 | 11247 | 2674 ² | ... | 14 ² | 19,1 |
| d | 1 | 2 | 4 | 6 | 5 | 4 | 2 | 4 | 0 | 1 | 1 | 425 | 692 | 799 | 26755 | 47100 | 90325 | 29 | 35 |
| e | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 | 0 | 0 | 0 | 0 | ... |
| f | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 6 | 26 | 0 | 0 | 0 | 126 | 38 ⁴ | 311 | 7378 | ... | 6267 | ... | 9,4 |
| g | 1 | 1 | 3 | 8 | 4 | 5 | 4 | 11 | 0 | 0 | 0 | 570 | 519 | 640 | 50989 | 29476 | 50794 | 22 | 22 |
| h | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 | 4 | 1 | 1 | 1 | 143 | 104 | 100 | 12316 | 6616 | 5961 | 29 | 22 |
| i | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 7 | 11 | 1 | 1 | 1 | 151 | 90 ³ | 87 ⁶ | 16641 | 3449 ¹ | ... | 48,2 ¹ | 33 |
| j | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 9 | 17 | 0 | 2 | 2 | 151 | 76 ⁴ | 620 | 16457 | ... | 20700 | ... | 30,1 |
| K | 7 | 9 | 12 | 21 | 14 | 16 | 35 | 89 | 2 | 6 | 6 | 1791 | 1706 | 2993 | 145244 | 97849 | 17407 | ----- | ----- |

*TER - Turismo em Espaço Rural.

... Sem dados.

¹ Valor relativo somente a *Outros estabelecimentos*.

² Valor relativo somente a *Pensões*.

³ Valor relativo a *Outros estabelecimentos* e TER.

⁴ Valor relativo somente ao TER.

⁵ Valor relativo a *Pensões* e TER.

⁶ Não inclui o valor relativo à capacidade de alojamento do TER em 2007.

a. Aguiar da Beira

b. Belmonte

c. Celorico da Beira

d. Covilhã

e. Fornos de Algodres

f. Gouveia

g. Guarda

h. Manteigas

i. O. do Hospital

j. Seia

k. Total

Fonte: Anuários Estatísticos de 1992; 2001 e 2008; www.rt.serraestrela.pt

Elaboração própria

Na área geográfica AIBTSE, o número total de unidades de alojamento tem registado um aumento de 1991 para 2007 (Quadro 8), tendo-se destacado o crescimento no número de unidades de alojamento de Turismo em Espaço Rural (TER), em que de um total de 123 unidades de alojamento que existiam em 2007, 89 eram de TER, o que representava 72% do total da oferta de alojamento existente na área de estudo. Esta tipologia de alojamento registou num espaço temporal

de seis anos um crescimento de 154%, parecendo-nos que este valor percentual resulta directamente das políticas que têm por objectivo tornar o espaço rural num espaço multifuncional onde predomina a pluriactividade.

Relativamente à capacidade de alojamento na Serra da Estrela constata-se que de 1991 para 2007 somente nos concelhos de Oliveira do Hospital (-42%) e Manteigas (-30%) é que ocorreu uma redução da respectiva capacidade de alojamento. Nos restantes concelhos registou-se um aumento na capacidade de alojamento, sendo de destacar, neste âmbito, os aumentos registados em Seia (310%) e na Covilhã (88%). Por outro lado é de salientar o facto de em Aguiar da Beira em 2007 ter capacidade para hospedar 50 turistas, quando tanto em 1991 como em 2001 não tinha qualquer capacidade de alojamento.

Através do quadro 8 verificamos que efectivamente de 1991 para 2001 ocorreu um decréscimo na capacidade de alojamento na Serra da Estrela. Contudo, de 2001 para 2007 os actores locais voltaram a apostar claramente neste sector, certamente influenciados por algumas dinâmicas e projectos indutores de confiança nos agentes locais. Por outro lado, a divulgação, por parte das entidades oficiais, das estratégias de desenvolvimento para a Região fortemente ligadas ao sector do turismo impulsionaram a realização de investimentos em unidades de alojamento.

Os concelhos com maior capacidade de alojamento, em 2007, são a Covilhã, a Guarda e Seia, com 26,7%, 21,4% e 20,7% do total de alojamento da Serra da Estrela, respectivamente.

Os alojamentos situados na Guarda na Covilhã e em Seia foram sempre os mais procurados pelos hóspedes, constatando-se que as taxas de ocupação, na generalidade dos concelhos é baixa, circunstância que certamente afectará a sustentabilidade económica desta actividade.

Na generalidade pode-se considerar que a área AIBTSE actualmente está razoavelmente dotada de unidades de alojamento, quer em número quer no que respeita à diversidade, na medida em que existe oferta para as quatro classificações de alojamento (12 hotéis, 16 pensões, 89 TER e 6 outros). Por outro lado, os dados relativos à tipologia e número de unidades de alojamento associados aos recursos intrínsecos desta área geográfica parecem conduzir, invariavelmente, à necessidade de se associar a AIBTSE a uma imagem de *marketing* territorial que tenha por objectivo atrair o nicho de mercado que procura o turismo de qualidade, alicerçado no binómio hotelaria de qualidade e com excelência / qualidade ambiental, paisagística e cultural.

Capítulo 5. A Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela

5.1 A Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela no contexto do Programa Operacional da Região Centro (2000-2006)

No âmbito III QCA surgiram doze Acções Integradas de Base Territorial (AIBT). Estes instrumentos foram estrategicamente direccionados ao interior de Portugal continental, território que precisa de políticas específicas, fomentadores de factores dinamizadores de desenvolvimento local, baseada num modelo que pretendia a "(...) descentralização e territorialização das políticas públicas de promoção do desenvolvimento para 2000 – 2006 (...)" (Carvalho, 2007: 13).

A fundamentar esta decisão estão o conjunto de indicadores que no contexto nacional indicavam a existência de grandes dificuldades locais para se iniciarem processos de desenvolvimento sustentado. Efectivamente, Veiga (2003:10) citado por Cristóvão *et al.*, (2003: 3), afirma que as AIBT "são a grande novidade em relação aos QCA anteriores (I e II), já que revelam uma esforço da administração central para tentar integrar as políticas sectoriais a um nível territorial".

Toda as doze AIBT instituídas tiveram subjacente ao seu surgimento uma especificidade territorial e/ou uma determinada temática de interesse comum. Assim, com as AIBT pretendia-se, segundo o Ministério do Planeamento (2002), identificar os domínios de intervenção prioritária, elencar dinâmicas efectivas e relevantes para cada território; incentivar a participação dos actores, principalmente os dos sectores considerados chave; fomentar as parcerias estratégicas entre os vários actores presentes e com interesses no respectivo território, de forma a efectuar e fortalecer os processos de desenvolvimento dos respectivos territórios.

Ainda em termos estratégicos as decisões tomadas no enquadramento das AIBT deveriam apostar num recurso específico dos territórios e na integração sectorial das intervenções subvencionadas. Os apoios públicos deveriam privilegiar domínios chave e "projectos-âncora" com os quais deveriam ser estimuladas parcerias locais em tornar desses mesmos projectos de cariz estruturante.

O Programa Operacional da Região Centro (2000-2006) estruturou-se em três Eixos⁵⁹, no âmbito dos quais as AIBT foram enquadradas no Eixo II. Com esta delimitação foram instituídas cinco Acções Integradas de Base Territorial na Região Centro, as quais, com excepção da Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades, que visava os principais núcleos urbanos da região centro (figura 15), tinham como alvo, efectivamente, os territórios do interior “profundo” da região, onde, apesar de existirem potencialidades específicas, os indicadores negativos e de menor desenvolvimento prevaleciam.

O Eixo II estava subdividido em Medidas, em que correspondiam a Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades (Medida II.1 componente territorial-FEDER e a Medida II. 2 Componente empregabilidade-FSE); a Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (Medida II. 3); a Acção Integrada "Turismo e Património do Vale do Côa" (Medida II.4); a Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela (Medida II.5); e a Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (Medida II.6 FEDER e Medida II.7 FEOGA).

De acordo com o Programa Operacional da Região Centro (2000-2006) da Comissão de Coordenação da Região Centro (2000: 21-22) a Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades tinha como principal objectivo “Promover os nós fundamentais para a estruturação do território da região e para a sua inserção nas dinâmicas de desenvolvimento e competitividade de nível europeu e Mundial”. A Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias pretendia apoiar “(...) intervenções integradas em aldeias do interior em que, pelas suas características específicas, se reconhece um potencialidades para a dinamização económica e social do seu micro-território com potenciais efeitos inovadores e demonstrativos” (CCRC, *op. cit.*).

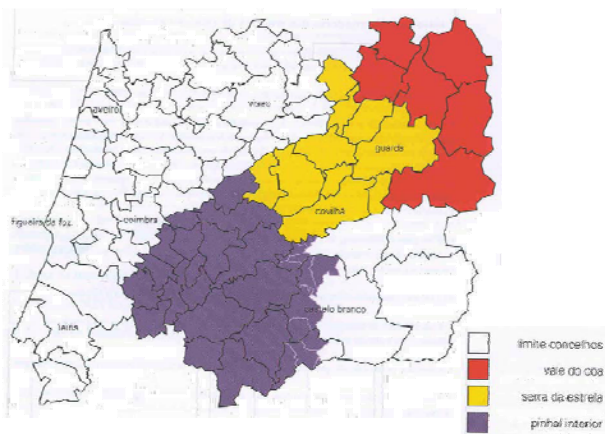
A Acção Integrada "Turismo e Património do Vale do Côa" segundo a CCDR do Centro (*op. cit.*) visava, para além de valorizar e preservar o património natural e cultural, “qualifica e equipar os aglomerados urbanos e rurais por forma a integrarem um produtos turístico diversificado e complementar” assim como “promover e dinamizar actividades turístico-culturais capazes de criar emprego e gerar riqueza” (CCDR, *op. cit.*). A Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela pretendia-se “Garantir a utilização sustentável dos recursos naturais e a qualidade ambiental e paisagística; Promover o aproveitamento e valorização do potencial de desenvolvimento turístico” (CCDR, *op. cit.*) e a Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior cujos objectivos eram

⁵⁹ Eixo I Apoio aos investimentos de interesse municipal, Eixos II Acções Integradas de Base Territorial e Eixo III Intervenções da Administração central regionalmente desconcentradas.

“Apoiar o lançamento de um programa coerente de protecção e valorização da floresta; Proteger valorizar os recursos hídricos e explorar as novas oportunidades de desenvolvimento a eles associados; Realizar acções que permitam o “desenvolvimento” desta área e a uma articulação com as áreas mais dinâmicas o país e da região” (CCDR, *op. cit.*)

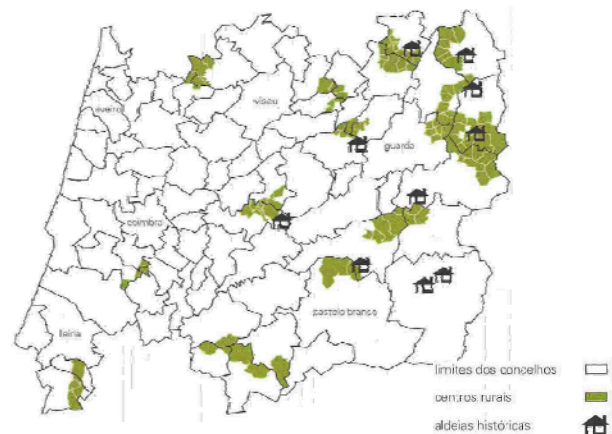
As acções integradas de base territorial da Serra da Estrela, do Pinhal Interior e do Vale do Côa, em termos territoriais não se sobrepuseram, ou seja circunscreveram-se a um conjunto de municípios (figura 32) contíguos. Já a Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias e a Acção de Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social tiveram uma abrangência mais transversal ao território da Região Centro (figura 33), sobrepondo-se às restantes Acções, em que a primeira se concentrou nas aldeias e a segunda visou, sobretudo os centros rurais.

De salientar ainda que com estas duas Acções também se envolveu as NUT III da Beira Interior Sul e Dão-Lafões que apesar de terem inerentes “(...) características de interioridade e défices claros de desenvolvimento (...)” (PO Centro, 2006: 92), ficaram de fora, atendendo a que “(...) não parecia evidente que houvesse uma potencialidade específica, susceptível de justificar uma intervenção (...)” (*op.cit.*) do tipo Acção Integrada.



Fonte: PO Centro, 2006: 98

Figura 32: Territórios abrangidos pelas AIBT que tiveram lugar na Região Centro.



Fonte: PO Centro, 2006: 99

Figura 33: Localização das Aldeias onde se desenvolveu a Medida II.3 acções.

O Programa Operacional Regional do Centro (*op.cit.*: 95) previa que nas AIBT fossem desenvolvidas acções específicas direccionadas à valorização dos recursos humanos, à igualdade e

ao fomento de novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e ainda direccionada ao combate dos factores fomentadores da pobreza e da exclusão social.

De acordo com o Programa Operacional Regional do Centro (*op. cit.*), a Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela justifica-se pelo facto das características físicas deste território, que se podem considerar singulares à escala regional e à escala nacional, bem como pela grande riqueza natural que esta área tem, que lhe asseguram vantagens inequívocas para fomentar o turismo de natureza, como alavanca para o desenvolvimento desta área.

Tendo presente que a Serra da Estrela reúne as características inerentes às áreas de montanha, com todas as potencialidades que estes espaços têm implícitas, nomeadamente os modos de vida e actividades económicas próprias, onde prima a simbiose entre a natureza e o Homem, que em conjunto geraram uma paisagem, que também pode ser considerada única no país.

Os principais centros urbanos, do território desta Acção Integrada, localizam-se no Maciço Central da Serra da Estrela. As Aldeias de Montanha, muito embora registem um decréscimo de população, são tesouros patrimoniais, detentores de grande potencial turístico. Directamente relacionado com esta condição há ainda que enfatizar o facto da Serra da Estrela ser o único local a nível nacional onde é possível praticar os denominados desportos de Inverno.

A Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela, enquadra-se na Medida II.5, sendo que atendendo às potencialidades, já enumeradas, esta intervenção, de acordo com o referido no Programa Operacional Regional do Centro (*op. cit.*), tem como objectivo específico assegurar a valorização da riqueza patrimonial, natural e cultural, pretendendo-se à priori:

- assegurar que os recursos são utilizados de forma sustentável, preservando a qualidade ambiental e paisagística; ordenar o território da área da Serra da Estrela e respectivas actividades, conciliando a protecção e valorização dos recursos endógenos com o desenvolvimento socio-económico; dinamizar o aproveitamento, através de valorização e desenvolvimento do potencial turístico ainda por explorar.

As acções que potencialmente poderiam ser alvo de apoio deveriam contribuir inequivocamente para a valorização das mais-valias turísticas da área, nomeadamente:

1. Qualificação e valorização ambiental e paisagística, nomeadamente através das acções de recuperação, requalificação e preservação da paisagem, com um principal enfoque nas áreas sensíveis e nos rios (leitos, margens e açudes tradicionais) e albufeiras;
2. Recuperação do povoamento rural e qualificação dos aglomerados tradicionais, sobretudo no que concerne à recuperação de aldeias, nomeadamente recuperar as casas abandonadas para o turismo; recuperação do património arquitectónico, bem como as respectivas áreas envolventes; melhorar as acessibilidades e infra-estruturas (Etar's); melhoria da habitabilidade das casas das pessoas sem recursos para tal e renovação de espaços públicos e de áreas de lazer;
3. Acessibilidades e circuitos turísticos, particularmente acções relacionadas com a criação e a melhoria de acessibilidades (criação de parques de estacionamento, trajectos que desviem o tráfego de áreas sensíveis); ordenamento do tráfego; sinalização turística e criação de itinerários temáticos, culturais, naturais.
4. Valorização e reforço do potencial turístico e ambiental, esta acção incorporaria projectos que visassem a recuperação e/ou a criação de parques temáticos ou a recuperação de edifícios relevantes. Também seriam enquadrados por esta acção os equipamentos de desporto, de lazer e mobilidade, bem como o desenvolvimento sustentado de desportos que privilegiem o contacto directo com a natureza. Ainda poderia ser enquadrada a estruturação de uma rede de equipamentos para o turismo rural bem como a valorização de actividades tradicionais.
5. Acções de ordenamento e planeamento, na qual se insere a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, apoio à investigação no domínio do ambiente e do património natural, elaboração do plano de recuperação das aldeias. Também poderia ser integrada nesta acção a elaboração de um plano estratégico para o desenvolvimento do turismo, bem como estudos de viabilidade dos projectos para o sector do turismo e lazer.
6. Valorização e animação turística e ambiental, através da qual se pretendia apoiar a criação de espaços para funcionamento e amostra de produtos e actividades regionais assim como apoiar a comercialização e divulgação do artesanato da Serra da Estrela; promover em conjunto, interna e externamente, o território da Serra da Estrela; realização de eventos de carácter social e cultural que permitam a dinamização das comunidades

locais e das respectivas actividades económicas; acções de sensibilização e educação ambiental assim como a edição de material didáctico sobre esta temática.

5.2 Os resultados da Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela

5.2.1 Linhas de Acção

Em termos práticos, a Medida 5 do Eixo II do Programa Operacional do Centro (2000 – 2006) apoiou projectos que se enquadraram numa destas seis Linhas de Acção (LA), as quais revelam uma grande convergência em torno das questões relacionadas com o ambiente e o turismo, que como tivemos oportunidade de referir foram definidos como os sectores estratégicos a desenvolver na região da Serra da Estrela.

De acordo com as fichas de descrição dos projectos, disponibilizadas pela Unidade de Gestão da AIBTSE, sob a Linha de Acção 1 (LA1) – Qualificação e Valorização Ambiental e Paisagística – foram realizados projectos relacionados com a reabilitação de espaços com o objectivo de criar locais onde o contacto com a natureza assume especial importância, não deixando contudo de haver uma forte empatia com a componente urbana. Assim, nesta LA foram enquadrados projectos como o ordenamento de uma área florestal, aproveitando esse mesmo ordenamento para implementar um circuito de manutenção física. Noutro projecto, foi demolido um edifício fabril que estava devoluto e em avançado estado de degradação, tendo nesse espaço surgido uma área verde urbana, que é expectável que contribua significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos locais, tendo ao mesmo tempo contribuído para a melhoria estética da área em causa. Outro tipo de projecto enquadrado na LA 1 foi a remodelação, requalificação e equipamento de áreas de lazer que permitirão a melhoria das condições de utilização desses mesmos espaços, criando-se pontos de interesse turístico.

Sob o mote da Recuperação do Povoamento Rural e Qualificação dos Aglomerados Tradicionais (LA2) foram realizadas intervenções sobretudo relacionadas com a melhoria da aparência do espaço público, nomeadamente através da recuperação de arruamentos assim como a infra-estruturação de alguns lugares ao nível do saneamento básico, estruturas de comunicação (televisão e telefone) e ainda melhoria da rede eléctrica e das acessibilidades. Nesta LA, foram ainda efectuadas operações de recuperação e conservação de edifícios e estruturas de comprovado valor histórico e arquitectónico. Esta LA, pelo tipo de intervenções que suportou, contribuiu fundamentalmente para a melhoria dos índices de atractividade turística da região, para a melhoria

da qualidade de vida local e para a qualidade ambiental regional, na medida em que apoiou projectos de saneamento básico.

De salientar ainda que a Linha de Acção 2 apoiou projectos que entroncam directamente, como vimos anteriormente, nos objectivos estratégicos do Eixo 4 do QCA III.

A Linha de Acção 3 – Acessibilidades e Circuitos Turísticos – apoiou sobretudo operações de rectificação, regularização e repavimentação de vias rodoviárias. Do conjunto de projectos apoiados por esta Linha de Acção, parece-nos merecedor de especial referência o projecto relativo à melhoria das condições de segurança e de circulação no troço que serve de suporte à Rampa da Serra da Estrela, em virtude de se tratar de um evento que projecta esta região no plano internacional.

Por outro lado, o conjunto de projectos realizados ao abrigo da LA 3 melhoraram os índices de acessibilidade, fundamentalmente no interior da AIBTSE, já que nenhum projecto visou uma via que ligue a rede de estradas interna da Serra da Estrela e a Rede Nacional de Estradas.

Com a Linha de Acção 4 – Reforço do Potencial Turístico e Ambiental – incentivou-se sobretudo a recuperação, remodelação e adaptação de edifícios que de alguma forma se identificam com a história dos lugares onde se localizam.

Foram ainda apoiados projectos que tiveram como principal objectivo equipar edifícios e espaços que já tinham sido objecto de intervenções realizadas ao abrigo de outros programas. Os projectos apoiados pela LA 4 assumiram especial importância na região, na medida em que ajudaram a criar vários espaços culturais como museus e ecomuseus, onde passou a ser possível reunir e mostrar algumas das riquezas desta região.

Ao abrigo da Linha de Acção 5 – Acções de Ordenamento e Planeamento – foram desenvolvidos projectos relativos à execução de estudos urbanísticos assim como foi delineado um Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela.

Na Linha de Acção 6 – Valorização e Animação Turística e Ambiental – foram sobretudo co-financiados projectos relativos à organização de eventos, de projecção regional, nacional e internacional, assim como acções de promoção dos produtos tradicionais desta região, denotando-se nos vários projectos uma forte associação entre o ambiente, a cultura, a educação e os desportos, sendo que relativamente a este último domínio assumem especial relevo os denominados desportos radicais.

Foi ainda objecto de apoio, por parte desta LA, uma iniciativa que teve por objectivo fomentar o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), servindo esta acção para levar à Serra da Estrela cibernautas que contactaram e trocaram experiências com os cibernautas locais/regionais e com as gentes em geral.

Com este conjunto de Linhas de Acção, foram desenvolvidas acções que contribuíram sobretudo para a valorização do património edificado e ambiental, valorização esta que pode e deve ser também considerada como um forte impulso na melhoria da qualidade de vida das populações locais, na medida em que, para além da melhoria de espaços públicos exteriores, também se procedeu à infra-estruturação do território e ao equipamento da região, com locais paisagístico-culturais.

5.2.2 Projectos

No âmbito da Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela foram apoiados 73 projectos, o que perfaz um investimento de 33,5 milhões de euros. A maior percentagem de projectos aprovados e apoiados dizem respeito às temáticas da LA6 (33%). Esta Linha de Acção, conjuntamente com a LA 4 (25%), viabilizaram o apoio a 58% do total dos projectos apoiados pela AIBTSE.

Quadro 9: Número de projectos e investimento aprovados por Linha de Acção da AIBTSE.

| Linha de Acção | Projectos | | Investimento Total | | Dimensão média (€) |
|----------------|-----------|-----|--------------------|-----|--------------------|
| | N.º | % | € | % | |
| LA1 | 8 | 11 | 2.974.620,74 | 9 | 371.827,59 |
| LA2 | 13 | 18 | 4.029.524,65 | 12 | 309.963,43 |
| LA3 | 7 | 10 | 2.383.313,35 | 7 | 340.473,34 |
| LA4 | 18 | 25 | 21.407.650,10 | 64 | 1.189.313,89 |
| LA5 | 3 | 4 | 416.817,25 | 1 | 138.939,08 |
| LA6 | 24 | 33 | 2.289.339,60 | 7 | 95.389,15 |
| Total | 73 | 100 | 33.501.265,68 | 100 | 458.921,45 |

LA1- Qualificação e Valorização Ambiental e Paisagística; LA2 - Recuperação do Povoamento Rural e Qualificação dos Aglomerados Tradicionais; LA3 - Acessibilidades e Circuitos Turísticos; LA4 - Reforço do Potencial Turístico e Ambiental; LA5 - Acções de Ordenamento e Planeamento; LA6 Valorização e Animação Turística e Ambiental.

Fonte: Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

Elaboração própria

Se alargarmos um pouco o espectro de análise das LA, constatamos que os dados disponibilizados pela Unidade de Gestão da AIBTSE, e que estão sintetizados no quadro 9 nos

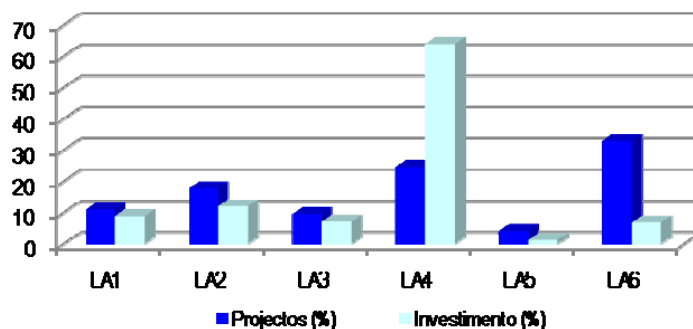
indicam, de forma muito clara, que em termos estratégicos foi atribuída prioridade à valorização e animação turística e ambiental, ao reforço do potencial turístico e ambiental e à recuperação de povoamentos rurais e à qualificação dos aglomerados tradicionais. Estas três LA encaixaram 76% do total de projectos apoiados pela AIBTSE. A circunstância destas três linhas de acção terem merecido 83% do investimento total, feito ao abrigo do Eixo II, medida 5 do Programa Operacional do Centro, reforça de sobremaneira a importância estratégica que foi dada a estas questões, pelos actores responsáveis pela dinamização das políticas locais.

Em termos de dimensão financeira dos projectos, por linha de acção, pode-se também observar no quadro 9, que foi a LA 4 que absorveu uma maior percentagem do total do envelope financeiro da AIBTSE. De facto, 64% do investimento total realizado por esta AIBT é bastante expressivo, tendo esta circunstância viabilizado a execução de projectos com uma dimensão financeira média acima de um milhão de euros, o que é mais do dobro da dimensão média de todos os restantes projectos apoiados pelas restantes linhas de acção.

Tal constatação, induz-nos a concluir que a estratégia delineada no início foi executada, na medida em que o sector turístico aliado ao ambiente parece ser o grande beneficiado do investimento aprovado pela AIBTSE.

No outro extremo, com menor número de projectos aprovados, encontramos a Linha de Acção 5. Esta Linha de Acção viabilizou a execução de projectos relativos a acções de ordenamento e planeamento, tendo no total sido apresentados somente três projectos, que representam 4% do número total de projectos aprovados nesta AIBT. Contudo, se atentarmos à dimensão média do apoio concedido por projecto constata-se que os projectos da LA 5 tiveram uma dimensão média superior aos 33 projectos apoiados no âmbito da LA 6, que foram os que tiveram uma menor dimensão financeira média (cerca de 15,4 mil euros), do total de 73 projectos.

Como podemos observar na figura 32, a Linha de Acção 4 foi a única onde a percentagem de investimento foi substancialmente superior relativamente à percentagem de projectos que apoiou. Em todas as restantes Linhas de Acção ocorreu uma relação inversa, sendo que de entre estas, é na LA 6 que há um maior diferencial entre o número de projectos aprovados e o respectivo envelope financeiro.



Fonte: Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

Elaboração própria

Figura 34: Projectos e respectivo montante financeiro, por Linha de Acção da AIBTSE.

No que diz respeito ao tipo de projectos apoiados pela AIBTSE (quadro 10), constata-se que 68% do total corresponderam a acções do tipo material, às quais foi agregado 94% do investimento total. As acções do tipo imaterial (32%) absorveram, somente 6% do investimento total realizado por esta AIBT.

Quadro 10: Projectos e investimento aprovado pela AIBTSE, por tipo.

| Tipo | Projectos | | Investimento | |
|------------|-----------|-----|---------------|-----|
| | N.º | % | Total (€) | % |
| Imateriais | 23 | 32 | 2.088.993,92 | 6 |
| Materiais | 50 | 68 | 31.412.271,76 | 94 |
| Total | 73 | 100 | 33501265,68 | 100 |

Fonte: Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

Elaboração própria

Estes dados indiciam que os actores locais apostaram fundamentalmente em operações cuja visibilidade irá perdurar no espaço e no tempo, pelo que são investimentos que irão contribuir para a dinamização económica das áreas em causa, a médio e longo prazo. Por outro lado, e apesar de as acções imateriais representarem somente 6% do investimento total, parece-nos que estas têm um papel estratégico, uma vez que é através deste tipo de acções que se divulgam e aliciam os potenciais turistas para a região, que irão consumir o que esta tiver para oferecer, advindo desta atracção o retorno económico para os agentes económicos locais. Por outro lado, também é de ter em conta que é através dos projectos imateriais que são indicadas, aos decisores locais, as melhores estratégias de desenvolvimento e os sectores ou áreas críticas para conseguir esse mesmo desenvolvimento de forma sustentada.

5.2.3 Entidades promotoras dos projectos

Quadro 11: Projectos e investimento aprovados pela AIBTSE por promotor.

| Promotor de projectos | Projectos | | Investimento | | Dimensão Média (€) |
|-----------------------------------|-----------|-----|---------------|--------|--------------------|
| | N.º | % | Total (€) | % | |
| Câmara Municipais | 50 | 68 | 27.286.717,77 | 81,45 | 545.734,36 |
| Associações Desenvolvimento Local | 8 | 11 | 516.278,14 | 1,54 | 64.534,77 |
| Institutos Públicos | 3 | 4 | 310.754,46 | 0,93 | 103.584,82 |
| Entidades Públicas | 11 | 15 | 5.233.241,16 | 15,62 | 475.749,20 |
| Outros | 1 | 1 | 154.274,15 | 0,46 | 154.274,15 |
| Total | 73 | 100 | 33.501.265,68 | 100,00 | 458.921,45 |

Fonte: Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

Elaboração própria

No que diz respeito aos promotores dos projectos aprovados e homologados, como se constata no quadro 11, verificamos que estes são medianamente diversificados.

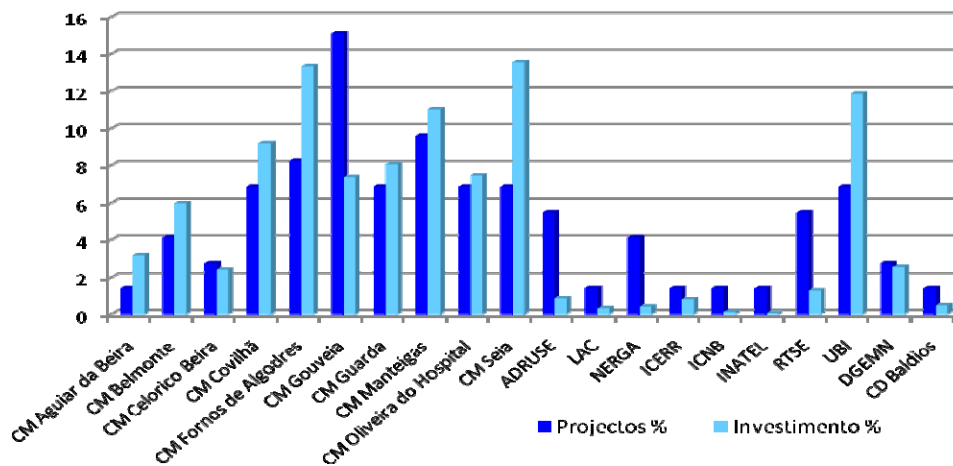
Numa primeira análise, destacam-se os promotores do sector público, que em conjunto foram responsáveis por 87% (68% Câmaras Municipais; 15% Entidades Públicas; 4% Institutos Públicos) dos projectos executados ao abrigo da AIBTSE, tendo estes absorvido 98% do apoio financeiro total concedido pela medida 5 do Eixo II do Programa Operacional do Centro.

Em relação aos promotores de cariz privado, foram responsáveis pela promoção dos remanescentes 13% dos projectos aprovados e homologados, aos quais corresponde uns residuais 2% do montante financeiro total.

Noutro sentido, constata-se que os Municípios foram os principais dinamizadores da AIBTSE, tendo as acções executadas absorvido 81% do total do envelope financeiro adstrito a esta medida, circunstância que fez com que os 50 projectos promovidos por estas entidades tivessem uma dimensão financeira média acima de meio milhão de euros, ocorrência que nos parece significativa, sobretudo atendendo à circunstância dos projectos não serem apoiados a 100%.

No grupo das entidades públicas, (quadro 11), foi onde se verificou um maior equilíbrio entre a percentagem de projectos aprovados (15%) e a percentagem financeira absorvida por estes mesmos projectos (16%), o que fez com que o valor médio de cada projecto executado pelas entidades públicas se aproximasse bastante do valor médio atribuído por projecto no conjunto geral da AIBTSE. Contudo, não se pode deixar de salientar que existiu uma grande variabilidade na dimensão média dos projectos, atendendo a que foram realizados projectos cujo custo médio

rondou os 65 mil euros que contrastam com os projectos executados pelas Câmaras Municipais que tiveram um orçamento médio de 545 mil euros.



Fonte: Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

Elaboração própria

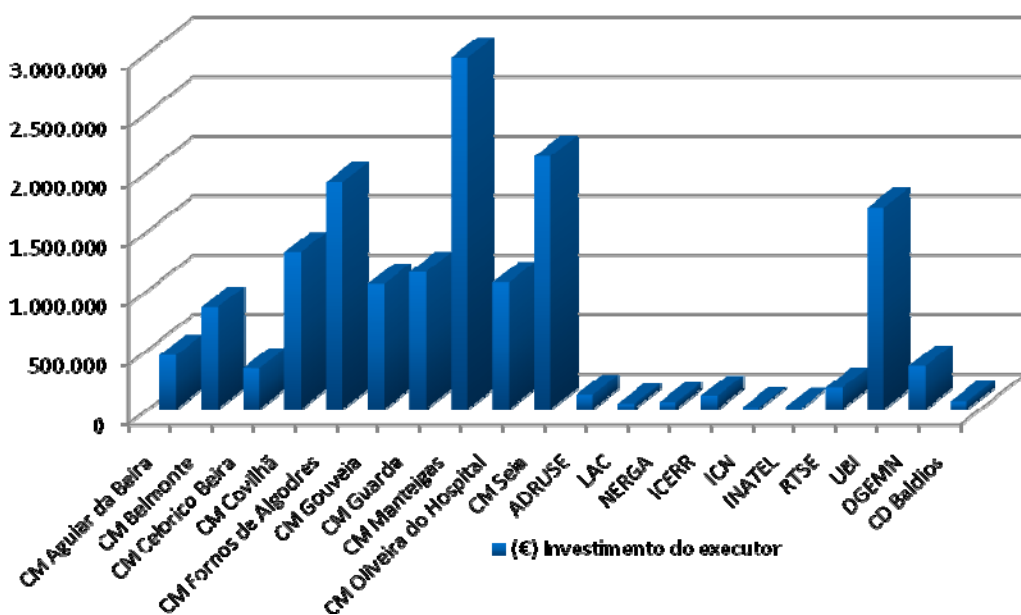
Figura 35: Projectos e montante financeiro, aprovado pela ABTSE por entidade promotora.

Ainda em relação aos promotores, através da figura 35, podemos constatar que foram as Câmaras Municipais de Fornos de Algodres, de Seia, de Aguiar da Beira e a Universidade da Beira Interior (UBI) que executaram os projectos de maior dimensão atendendo a que a percentagem dos investimentos é substancialmente superior à percentagem de projectos realizados. Situação inversa ocorreu nos projectos da Câmara Municipal de Gouveia, da Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (ADRUSE), da Liga de Amigos de Conimbriga (LAC), do Núcleo Empresarial da Guarda – Associação Empresarial (NEGRA), do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), do Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, I. P. (INATEL) e pela Região de Turismo da Serra da Estrela (RTSE).

5.2.4 Financiamento / esforço financeiro dos promotores dos projectos apoiados pela AIBTSE

A apresentação das propostas para a realização de projectos, quando estas são aprovadas, na generalidade representam um duplo benefício para os territórios que são objecto da consequente intervenção. Esse duplo benefício consiste no investimento propriamente dito, assim como no facto do projecto realizado gerar sinergias que aumentam a atractividade desse mesmo território.

Contudo, importa relativamente a esta questão ter presente que a maioria dos programas que proporcionam subvenções financeiras, geralmente fazem-no de forma percentual e inferior a 100%. Desta circunstância, resulta que a realização dos projectos tem sempre inerente um esforço financeiro por parte do executor, podendo este esforço servir de indicador para aferir, no caso da AIBTSE, quais foram as entidades que de facto se assumiram como as mais empenhadas no aproveitamento desta oportunidade de desenvolvimento e as que em contra ponto, de certa forma, menosprezaram ou não tiveram capacidade, designadamente financeira, para aproveitar esta mesma oportunidade.



Fonte: Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

Elaboração própria

Figura 36: Investimento total da AIBTSE, por entidade executora.

A figura 36, ajuda-nos a esclarecer ainda melhor quais foram as entidades que mais investiram, apoiadas pela Medida 5 do Eixo II do PO Centro. A observação desta figura, indica-nos que os dois maiores investidores na região foram as câmaras municipais de Manteigas e Seia. Para este facto contribuiu de forma decisiva a circunstância de em cada um destes concelhos ter sido executado um projecto que foi objecto de uma comparticipação de “somente” 50% e 55%, tendo os remanescentes 50% e 45%, respectivamente, saído dos cofres das Câmaras. Comparativamente ao verificado na figura 35, o concelho de Seia de facto confirma a sua qualidade de maior investidor, enquanto Manteigas, que na figura 35 surgia como o quarto concelho que mais tinha investido no

âmbito da AIBTSE, neste é o segundo. Tal sugere-nos que estes foram de facto os concelhos mais interessados em aproveitar as sinergias geradas por esta AIBT, surgindo então a seguir a estes o concelho de Fornos de Algodres e a UBI.

5.2.5 Localização geográfica dos projectos

Quadro 12: Localização geográfica dos projectos aprovados pela AIBTSE.

| Localização (Município) | Projectos | | Investimento | | Dimensão média (€) |
|-------------------------|-----------|-----|---------------|-----|--------------------|
| | N.º | % | € | % | |
| Aguiar da Beira | 1 | 1 | 1.060.067,89 | 3 | 1.060.067,89 |
| AIBT Serra da Estrela | 3 | 4 | 299.618,83 | 1 | 99.872,94 |
| Belmonte | 4 | 5 | 2.055.989,77 | 6 | 513.997,44 |
| Celorico Beira | 3 | 4 | 863.782,49 | 3 | 287.927,50 |
| Covilhã | 15 | 21 | 8.448.902,63 | 25 | 563.260,18 |
| Fornos Algodres | 6 | 8 | 4.464.929,94 | 13 | 744.154,99 |
| Gouveia | 15 | 21 | 2.712.414,15 | 8 | 180.827,61 |
| Guarda | 7 | 10 | 2.768.999,48 | 8 | 395.571,35 |
| Manteigas | 9 | 12 | 3.794.478,28 | 11 | 421.608,70 |
| Oliveira Hospital | 5 | 7 | 2.494.865,86 | 7 | 498.973,17 |
| Seia | 5 | 7 | 4.537.216,36 | 14 | 907.443,27 |
| Total | 73 | 100 | 33.501.265,68 | 100 | 458.921,45 |

Fonte: Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

Elaboração própria

Quanto à localização geográfica dos projectos, importa ter em conta que no âmbito da AIBTSE, foi apoiado um projecto promovido pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) *Art'Ambiente 2001*, que envolveu crianças e jovens das escolas e jardins de infância de sete áreas protegidas, a saber: Montesinho, Alvão, Douro Internacional, Malcata, S. Mamede, Açôr e Serra da Estrela, tendo a Unidade de Gestão desta AIBT considerado o Município de Gouveia como local de referência para a localização deste projecto.

Assim, de acordo com os dados do Quadro 12, é possível verificar que foi no território dos Municípios da Covilhã (21%) e de Gouveia (21%) que ocorreu a maior percentagem de projectos (42%). A seguir a estes foi nos territórios dos Municípios de Manteigas (12%) e da Guarda (10%) que se verificou uma maior percentagem de projectos realizados. Todo o restante território da AIBTSE foi responsável pelos restantes 36% de projectos, sendo de destacar, de entre estes, o Concelho de Aguilar da Beira por ter recepcionado somente 1% do total de projectos da AIBTSE.

O território onde a Medida 5 do Eixo II do Programa Operacional do Centro teve um maior impacto financeiro foi na Covilhã. De facto, este território absorveu um quarto do investimento total da AIBTSE (cerca de 8,4 milhões de euros), surgindo a esta escala de análise, como o território que

mais beneficiou da Medida 5 do Eixo II do Programa Operacional do Centro. O inverso, ou seja o território que menos beneficiou desta mesma Medida foi Celorico da Beira, área onde no total foi investido, de forma directa, menos de um milhão de euros.

Outro facto que nos parece que deve ser salientado é a circunstância de, conforme vimos no quadro 12, a Covilhã ter sido um dos dois concelhos com mais projectos executados (21%), a par de ter sido o território que, individualmente, maior quantia financeira absorveu da AIBT, ocorrência que contrasta com a quinta posição que a autarquia da Covilhã tem, enquanto investidor, podendo-se inferir daí que este foi o território onde os actores, que não a autarquias local, foram mais dinâmicos.

No que diz respeito à repartição financeira pelos restantes territórios, a seguir à Covilhã, surgem os Municípios de Seia (14%), Fornos de Algodres (13%) e Manteigas (11%), como territórios que absorveram de forma individual mais de 10% do investimento total feito por esta AIBT.

Em cada um dos restantes Municípios ocorreram projectos que envolveram quantias que correspondem a menos de 10% do total financiado pela AIBTSE, de entre os quais se destaca o caso do Concelho de Gouveia pelo facto de, como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, ser a par com a Covilhã, um dos concelhos com mais projectos aprovados, situação que não foi acompanhada no que diz respeito ao financiamento.

Por outro, lado há ainda a referir a circunstância de terem sido promovidos três projectos que visaram todo o território da AIBTSE. Tratou-se de projectos imateriais que serviram para promoção turística do território (2 projectos) e para o Planeamento do Desenvolvimento da Serra da Estrela (1 projecto), tendo estes três projectos absorvido 1% do montante total.

Numa análise mais fina da localização dos projectos, constata-se que a maior percentagem dos projectos se localizou em Juntas de Freguesia que não são sede de Concelho. Contudo, se tivermos em conta que as Juntas de Freguesia sede de Concelho representam uma menor percentagem do território total da AIBTSE, e que como se pode ver no quadro 13 a percentagem de projectos que tiveram lugar nestas mesmas Freguesias sede Concelho bem como o investimento inerente a estes, não apresenta uma diferença substancial das outras, somos levados considerar que de facto estas circunscrições administrativas foram beneficiadas comparativamente com o restante território.

Quadro 13: Repartição dos projectos e investimento da AIBTSE, pelas Freguesias Sede de Concelho e pelas outras Freguesias.

| Localização da Execução | Projectos por Freguesia | | | | Investimento por Freguesia | | | |
|-------------------------|-------------------------|----|--------|----|----------------------------|-----|---------------|----|
| | Sede | | Outras | | Sede | | Outras | |
| | Nº | % | Nº | % | € | % | € | % |
| Aguiar da Beira | 1 | 1 | | | 1.060.067,89 | 3 | | |
| Belmonte | 4 | 5 | | | 2.055.989,77 | 6 | | |
| Celorico Beira | | | 3 | 4 | | | 863.782,49 | 3 |
| Covilhã | 7 | 10 | 8 | 11 | 4.746.262,08 | 14 | 3.702.640,55 | 11 |
| Fornos Algodres | 3 | 4 | 3 | 4 | 1.122.165,47 | 3 | 3.342.764,48 | 10 |
| Gouveia | 8 | 11 | 7 | 10 | 2.255.227,38 | 7 | 457.186,77 | 1 |
| Guarda | 1 | 1 | 6 | 8 | 803.536,31 | 2 | 1.965.463,17 | 6 |
| Manteigas | 1 | 1 | 8 | 11 | 106.050,00 | 0,3 | 3.688.428,28 | 11 |
| Oliveira Hospital | 2 | 3 | 3 | 4 | 1.810.732,41 | 5 | 684.133,45 | 2 |
| Seia | 2 | 3 | 3 | 4 | 319.194,64 | 1 | 4.218.021,72 | 13 |
| AIBTSE | | | 3 | 4 | | | 299.618,83 | 1 |
| Total | 29 | 40 | 44 | 60 | 14.279.225,95 | 43 | 19.222.039,73 | 57 |

Fonte: Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

Elaboração própria

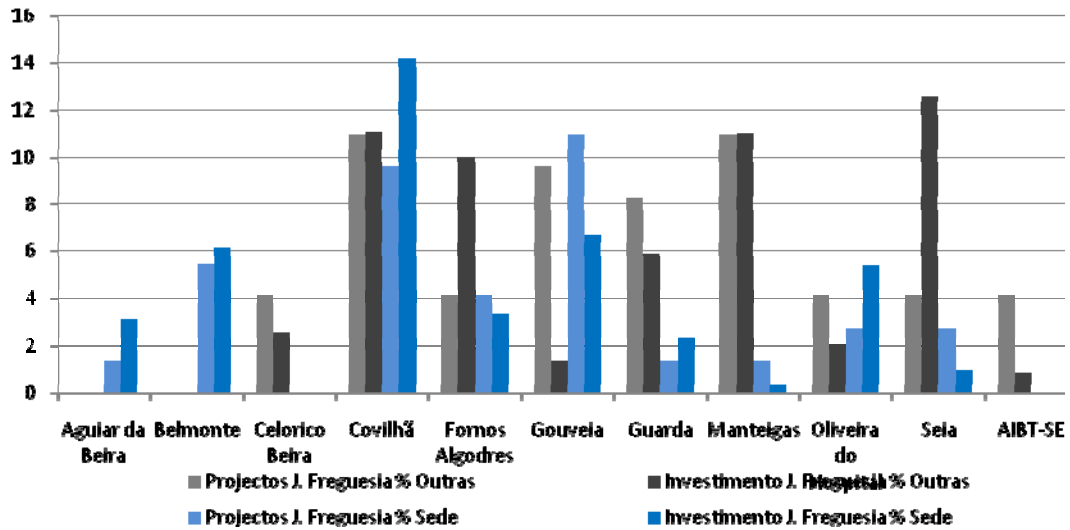
Em relação à potencial concentração do investimento nas respectivas sedes de Concelho na AIBTSE comparativamente com as restantes freguesias é possível repartir os Municípios por três situações distintas.

Numa primeira situação, é onde se verifica um maior equilíbrio entre o número de projectos que foram desenvolvidos nas freguesias sede de concelho e nas restantes freguesias, como foi o caso dos concelhos da Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Oliveira do Hospital e Seia.

Outro tipo de situação, é a que nos indica que houve uma clara aposta na valorização por parte dos actores locais dos territórios que se localizam fora da sede de Concelho, como foi o caso dos concelhos de Celorico da Beira, Guarda e Manteigas.

Por último, os concelhos onde o investimento realizado apareceu centrado totalmente (100%) na freguesia sede de concelho, como foi o caso do que ocorreu em Aguiar da Beira e de Belmonte. Ainda em relação a esta situação, parece-nos importante salientar que enquanto Aguiar da Beira, ao todo executou um projecto, no concelho de Belmonte foram executados 4 projectos, todos na sede de concelho, facto que faz com que este concelho nos surja como o mais centralizador dos 10 em estudo.

Perante estes cenários, parece-nos pertinente averiguar se o investimento realizado contraria, agrava ou confirma, as assimetrias que constatámos existir, relativamente à localização dos projectos aprovados pela AIBTSE.



Fonte: Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

Elaboração própria

Figura 37: Projectos e o investimento da AIBTSE, por Município, consoante o tipo de Freguesia onde o projecto decorreu.

Assim, no que concerne ao investimento, de acordo com a figura 37, é possível individualizar quatro tipo de situações.

Uma primeira situação, é a relativa aos territórios que foram objecto de uma concentração total do investimento na sede de concelho, como foi o caso de Aguilar da Beira e Belmonte, que anteriormente já realçámos. Esta situação contrasta completamente com os territórios onde os projectos e o investimento foram totalmente concentrados nas outras freguesias, como foi o caso que se verificou em Celorico da Beira.

No território correspondente aos restantes sete concelhos, ocorreram situações que se podem considerar mistas, muito embora com uma tendência para uma ou outra situação, como foi o caso do sucedido na Covilhã, em Oliveira do Hospital e em Gouveia, onde como podemos verificar na figura 37, foi dada mais atenção à sede de concelho, territórios estes onde se constata que ocorreu uma concentração do investimento que se pode considerar de mediana.

Nos concelhos de Fornos de Algodres, Guarda, Manteigas e Seia, verificou-se uma concentração do investimento nas outras freguesias que não freguesias sede de concelho, muito embora também se tenha verificado projectos e investimentos nestas.

5.2.6 Projectos-âncora

Após a decomposição do número de projectos e do investimento pelos territórios surge-nos como natural, investigar na informação que a Unidade de Gestão desta AIBT nos disponibilizou, a localização geográfica dos maiores investimentos, bem como se os totais aprovados por projecto apresentam uma grande variabilidade ou se pelo contrário são idênticos.

Neste contexto o maior projecto apoiado pela AIBTSE consistiu na construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (fotografia 1), ao qual foi atribuído um financiamento de € 3.467.975,94, que representou 10% do investimento total realizado por esta AIBT.

De acordo com a informação que consta na ficha do projecto, tratou-se de criar na cidade de Seia, na Quinta do Carvalhal, que já tinha sido adquirida pela Câmara Municipal de Seia, um centro nevrálgico de uma rede de equipamentos, que em conjunto permitirão o desenvolvimento e a promoção da Região.



Autoria própria

Fotografia 1: Edifício central do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (Seia).

Este projecto, comportou duas componentes, sendo que na primeira componente a parte mais emblemática relativa à construção do edifício principal, que tem, entre outros, um auditório com 200 lugares, uma ludoteca, uma videoteca, um centro de documentação, quatro laboratórios (fotografia, de arqueologia, de astronomia e de flora e fauna), assim como uma sala de multimédia com 24 lugares. Tem ainda três salas temáticas (Serra da Estrela/Região Centro, de Portugal e a

sala do Planeta Terra), uma sala para formação com capacidade para 18 formandos, três gabinetes com posto informático e uma sala de Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Outra parte da primeira componente consistiu na recuperação da moradia (fotografia 2) que já existia na quinta, com o objectivo de a transformar em edifício de apoio, onde se instalou um laboratório de flora, um centro de documentação, salas de formação, sanitários, um espaço para exposições, três gabinetes e uma oficina/ludoteca.



Autoria própria

Fotografia 2: Moradia que já existia na quinta, transformada em edifício de apoio. (Seia).

A terceira parte da primeira componente consistiu em dotar a quinta com infra-estruturas de rega, de iluminação ambiental e de rede de drenagem pluvial. Foi ainda construída uma fonte ornamental e executada a pavimentação e a implantação de um elemento escultórico. O objectivo subjacente a esta requalificação prende-se com o transformar a Quinta do Carvalho num espaço onde ocorra uma acção pedagógica junto do visitante.

A segunda componente consistiu em dotar todo o projecto com equipamentos que incorporassem a tecnologia de ponta, de modo a dotar todo o projecto de uma consistência e credibilidade científicas suficientes para cumprir os desígnios enquanto projecto âncora para toda a Região da Serra da Estrela.

Por último, importa salientar que os promotores deste projecto pretendiam ainda que, entre outros, este projecto contribuísse para desvincular a imagem da Serra da Estrela de destino unicamente ligado ao turismo branco de inverno, passando este centro inaugurado no dia 31 de Julho de 2008, a integrar, como já referimos, uma rede de centros de interpretação a ser criada na região.

Em termos de dimensão, a seguir ao projecto, que para além de ser o maior, é certamente também o mais emblemático deste período de programação (2000 – 2006) da medida 5, foram realizados mais dez projectos (5 em freguesias sede de Concelho e 5 nas outras freguesias) que envolveram montantes entre os dois milhões e oitocentos mil euros e cerca de um milhão de euros, sendo estes montantes um bom indicador da dimensão destes projectos, que foram financiados a 70%, com excepção do projecto relativo à construção de uma pista de esqui sintética que foi participado somente em 50.

No que diz respeito a este conjunto de projectos, seis consistiram na recuperação e requalificação de edifícios, os quais na sequência das respectivas intervenções foram convertidos em museus e centros de documentação (2) ou em ecomuseus (1). Outro destes projectos de recuperação de edifícios é relativo, à já anteriormente mencionada recuperação dos balneários da Estância Termal Caldas da Cavaca de Aguiar da Beira. As restantes duas intervenções no edificado da região serviram para recuperar o Edifício Cultural de Gonçalo (freguesia de Gonçalo – Guarda) e para construir o Centro de Férias do Solar de Vila Ruiva (Aldeia de Vila da Ruiva – Fornos de Algodres), onde, num caso, passou a existir um espaço para a realização de eventos de carácter social e cultural assim como realizar mostras de actividades tradicionais e, no outro caso, passou a existir mais vinte e seis quartos, um restaurante, uma sala TV, uma biblioteca, salas polivalentes, uma piscina, jardins e áreas de serviço.

O projecto de ampliação do Solar de Vila Ruiva (fotografia 3) foi motivado pela insuficiente oferta de alojamentos, face ao aumento da procura relacionada com o aumento das actividades desportivas de montanha.



Autoria própria

Fotografia 3: Ampliação do Solar de Vila Ruiva (Fornos de Algodres).

Em relação aos restantes quatro projectos, deste conjunto de dez, há a referir que três viabilizaram a infra-estruturação do território e um permitiu a construção de uma estrutura física para a prática de esqui, denominado de “pista sintética de esqui” (fotografia 4).



Autoria própria

Fotografia 4: Pista sintética de esqui (Manteigas).

A propósito deste último projecto, importa enfatizar a circunstância de o mesmo contribuir para acentuar a relação da imagem da Serra da Estrela com a neve e o turismo de inverno, o que pode parecer paradoxal uma vez que contrasta com os objectivos subjacentes à construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela assim como da rede de centros de interpretação.

Este projecto participado somente em 50%, de acordo com a informação que consta na respectiva ficha, foi motivado pelas limitações que a Serra da Estrela apresenta à prática desta modalidade, restrições que, contudo, não impedem esta região de ser a referência nacional neste domínio, pelo que os empreendedores deste projecto entenderam melhorar as condições da prática local de esqui através da construção de três pistas para três fases distintas da prática deste desporto, aprendizagem, aperfeiçoamento e prática. De salientar ainda que todas as pistas foram equipadas com iluminação, facto que permite a respectiva utilização nocturna.

Por outro lado, neste conjunto de dez projectos também nos parece merecedor de especial atenção dois projectos executados pela Universidade da Beira Interior (UBI), em que ambos estão relacionados com a melhoria de instalações físicas desta instituição que também evidenciam a importância que esta instituição tem na região.

Num dos projectos, que à semelhança da esmagadora maioria também foi participado em 70%, a UBI procedeu à recuperação e à requalificação de um edifício, de um conjunto de três antigos edifícios fabris desactivados, que foram sede de uma das mais importantes empresas de lanifícios da Covilhã, numa área contígua ao Polo I da UBI, que se encontra instalado na antiga Real Fábrica de Panos, fundada pelo Marquês de Pombal. Nas antigas tinturarias está instalado, desde 1992, o núcleo do Museu de Lanifícios da UBI, dedicado à musealização do período manufactureiro (séculos XVIII e XIX). Esta acção pretendeu complementar este núcleo criando um novo local

dedicado à fase da industrialização (séculos XVIII e XIX), o qual passou a integrar o Centro de Interpretação do Ecomuseu dos Lanifícios da Região da Serra da Estrela, dos quais este foi o primeiro a instalar. Com este projecto, efectuou-se a salvaguarda *in situ* das evidências de campo mais significativas do património industrial de toda a região que tem por matriz a Serra da Estrela, como território detentor de uma unidade cultural e técnica fortemente marcada pela produção de lanifícios e permitiu ainda estruturar a “Rota da Lã⁶⁰”, enquanto produto de turismo cultural.



Autoria própria

Fotografia 5: Real Fábrica de Panos - Centro de Documentação (Covilhã)

O outro projecto executado pela UBI, que envolveu um montante acima do milhão de euros, foi o relativo a um outro edifício, que também foi recuperado com o objectivo de aí instalar o Centro de Documentação/Arquivo Histórico (fotografia 5) e Silo-Auto do Ecomuseu dos Lanifícios (fotografia 6).

⁶⁰ O Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior encontra-se a liderar o Projecto Comunitário TRANSLANA, aprovado em 23 de Abril de 2003 no âmbito do INTERREG III A – Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha.

Para além do Chefe de Fila, Universidade da Beira Interior/Museu de Lanifícios, constituem entidades parceiras deste projecto a Câmara Municipal da Covilhã, a Região de Turismo da Serra da Estrela (Covilhã), o Instituto de Conservação da Natureza (Lisboa) e o Parque Natural da Serra da Estrela (Manteigas), por Portugal. Por Espanha, fazem parte o *Consortio Museu Vostell* (Malpartida de Cáceres) e a *Asociación para el Desarrollo de la Comarca Tajo-Salor-Almonte-Tagus* (Cáceres).

O Projecto TRANSLANA tem por finalidade aprofundar e articular a investigação transfronteiriça sobre as rotas peninsulares da lã e sobre as vias da transumância – ensaiando uma abordagem antropológica das mesmas –, para além de salvaguardar as evidências de campo arqueológico/industriais existentes e a musealização do património industrial nas áreas de intervenção: a Beira Interior (Portugal) e a Extremadura (Espanha). Pretende-se ainda rentabilizar os recursos humanos e patrimoniais existentes ao nível dos parceiros envolvidos em ambos os lados da fronteira no sentido de expor e clarificar a importância histórica dos lanifícios a nível peninsular, e contribuir para o desenvolvimento das regiões que integram este projecto (Museu de Lanifícios da UBI).



Autoria própria

Fotografia 6: Em primeiro plano Real Fábrica Veiga (Ecomuseu de Lanifícios), e em segundo plano a Real Fábrica de Panos (Centro de Documentação) (Covilhã).

Com este projecto, tornou-se real o Museu, polinucleado, dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior, criado e tutelado pela UBI, que é constituído por:

- O núcleo recuperado das tinturarias da Real Fábrica de Panos – manufactura estatal pombalina, integrada no Pólo da UBI e aberta ao público em regime normal de atendimento;
- O núcleo das Râmolas do Sol⁶¹, instalado ao ar livre, junto à ribeira da Carpinteira, com acesso público;
- O núcleo da fase de industrialização e Centro de Interpretação do Ecomuseu de Lanifícios da Serra da Estrela, a instalado na Real Fábrica Veiga, que foi objecto de candidatura aprovada por esta AIBT, em 14 de Agosto de 2001;

⁶¹ Trata-se de um núcleo museológico ao ar livre situado junto à *Ribeira da Carpinteira* (Sineiro, junto ao Pólo IV da Universidade da Beira Interior), que foi preservado e integrado num Parque de Estacionamento da UBI, tendo sido inaugurado em 30 de Abril de 1998. É o resultado de um processo de conservação e musealização *in situ* de um conjunto de râmolas de sol e de um estendedouro de lãs, pertencente à antiga firma de Ignácio da Silva Fiadeiro (em laboração de 1910 a 1939). O núcleo musealizado ocupa uma área total de 652,7 m².

A criação deste núcleo reveste-se de uma significativa importância, porquanto constitui um marco na política de salvaguarda do património industrial da Covilhã e na criação do ecomuseu de lanifícios da Serra da Estrela. Trata-se igualmente de uma intervenção que valoriza a relação entre as vertentes do património industrial e natural, através do reconhecimento das paisagens culturais, inseridas na vertente ecológica do património (Museu de Lanifícios da UBI).

— O Centro de Documentação/Arquivo Histórico.

Retomando à questão da implementação da rede de centros de interpretação da região, aflorada quando descrevemos o projecto de construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela, e que segundo os decisores visa desvincular a imagem desta região da neve e do turismo de Inverno para também vincular a região à cultura e ao ambiente, circunstância que no nosso entender vem ao encontro do que tivemos oportunidade de referir, relativamente ao tesouro ambiental que esta região tem e que devia ser, com as devidas cautelas, aproveitado em benefício da própria região.



Autoria própria

Fotografias 7 e 8: Aspectos do Centro de Interpretação do Azeite – Lagar Municipal de Belmonte.

Para esta rede, e no âmbito desta AIBT, podemos ainda mencionar projectos como o do Parque de Lazer – Centro de Interpretação do Azeite – Lagar Municipal de Belmonte (fotografias 7 e 8), o Ecomuseu do Zêzere (instalação), Museu Natural da Electricidade (Seia), assim como o projecto relativo à recuperação das Muralhas da Cidade da Covilhã – Portas do Sol (obras de consolidação) (fotografias 9, 10 e 11), as quais se forem relacionadas com o projecto de requalificação urbana dos arruamentos intra-muralhas da Covilhã (€1.752.801), então temos uma intervenção que envolveu uma subvenção de 2.549.706 euros, os quais representam 70% do custo total destas duas intervenções no território que, à semelhança de todas as outras foram ainda complementadas com intervenções de cariz paisagístico que permitiram melhorar as envolvências de alguns espaços de referência desta região.



Autoria própria

Fotografias 9, 10 e 11: Resultados da requalificação urbana junto às Muralhas da Covilhã.

Continuando a reportar-nos à rede de centros de interpretação da região, somente o concelho de Oliveira do Hospital, que executou um total de 5 projectos subvencionados por esta AIBT, é que não realizou nenhum projecto com o intuito de recuperar ou requalificar um qualquer edifício, cujo traço arquitectónico justificaria integrar esta rede.



Autoria própria

Fotografia 12: Parque do Mandanelho (Oliveira do Hospital).

Por último, parecem-nos ainda merecedores de destaque, os projectos que ocorreram em alguns pequenos povoaamentos que se dispersam pela região, não só porque através destas intervenções se melhora substancialmente as condições de habitabilidade desses mesmos lugares, circunstância que contribui de forma substantiva para fixar as populações nesses territórios, mas também porque estas intervenções também contribuem para a atractividade paisagística da região.

Neste caso em concreto, estamos a referir-nos, por exemplo, aos dois projectos que ocorreram na emblemática Folgoso (Gouveia), um dos quais permitiu equipar o respectivo Centro de Interpretação Ambiental enquanto o outro viabilizou a remodelação da rede eléctrica deste aldeamento de montanha, ou ao projecto que incidiu sobre os largos do Pelourinho e da Matança,

existentes na aldeia de Matança (Fornos de Algodres), com os quais se valorizou ambiental e paisagisticamente esta aldeia.

Em síntese, no âmbito da Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela, os actores regionais e sobretudo os actores locais valorizaram a recuperação e a requalificação de espaços públicos e do património arquitectónico, com especial enfoque para o edificado. Os projectos executados tiveram o triplo objectivo de preservar as identidades culturais e tradicionais, tornar os espaços que foram objecto dessas intervenções em locais úteis para as comunidades locais e, ao mesmo tempo, melhorar significativamente a imagem desses mesmos locais, uma vez que se tornaram, se não ícones, parte importante de uma paisagem, urbana ou natural, que de certo irá atrair visitantes que percorrerão estes locais com prazer, tendo inclusive alguns assumido o estatuto de ícones da região.

Se ao nível dos projectos aprovados e homologados, como verificámos, as atenções estiveram centradas principalmente nas Linhas de Acção 6 (Valorização e Animação Turística e Ambiental), 4 (Reforço do Potencial Turístico e Ambiental) e 2 (Recuperação do Povoamento Rural e Qualificação dos Aglomerados Tradicionais), já ao nível do investimento sobressaíram as LA 4 e 2, tendo neste caso a LA 6, apesar de movimentar um montante total similar aos das LA 1 e 3, tido uma dimensão média diminuta, comparativamente aos montantes médios envolvidos nos projectos das outras Linhas de Acção (quadro 12).

Da conjugação destas duas situações, também constatamos que foram sobretudo realizadas intervenções de carácter material (94%), que entendemos que foram complementadas com as intervenções de carácter imaterial (6%), com as quais se divulgou as acções materiais. Saliente-se que os 6% de acções imateriais poderão ter desempenhado um papel estratégico na dinâmica geral dos desígnios traçados para a região, na medida em que são precisamente estes projectos imateriais que captam turismo e investimento.

Quanto aos “motores” do desenvolvimento, pela análise dos dados, referentes quer ao número de projectos executados quer aos montantes investidos, sobressaem, de forma clara, as câmaras municipais, sobretudo Seia e Manteigas, isto apesar dos promotores serem medianamente diversificados. Importa aqui, contudo destacar a Universidade da Beira Interior, não só pelo montante envolvido em dois de cinco projectos executados por esta entidade, mas também pelo impacto que é expectável que estes dois projectos venham a ter, principalmente na Covilhã, mas também na região, designadamente na melhoria da imagem da Serra da Estrela.

Em termos de localização, uma leitura preliminar e geral do quadro 15, pode sugerir que existiu um certo equilíbrio entre o número de projectos e os montantes aprovados para o conjunto de freguesias que são sede de concelho e para o conjunto das outras freguesias. Contudo, numa análise mais fina, constata-se uma maior atenção para com as freguesias que são sede de concelho, da qual resultou em certa medida a concentração de projectos no conjunto destas freguesias. Tal facto, de certa forma parece-nos “natural”, na medida em que para além de ser nestes locais que tendencialmente a população se fixará, também nos parece que serão estes os locais em que o investimento será mais potenciado e gerará mais sinergias, podendo inclusive gerar economias de escala.

Conclusão

Neste estudo tivemos oportunidade de verificar que as áreas de montanha são um excelente laboratório para analisar as tendências actuais em matéria de desenvolvimento dos territórios e das populações.

Tal deve-se ao conjunto muito diverso de factores e questões que podem ser investigados, isoladamente ou em conjunto, mas sempre através de uma abordagem integrada que interiorize as inter-relações e inter-dependências que existem nas áreas serranas, da qual resultaram territórios e paisagens complexas, distintas entre si e que desempenham diferentes funções de interesse colectivo.

Os estudos mais recentes, para além de referirem que cerca de um quarto da população do planeta está dependente das “bio-water-towers”, apontam ainda no sentido das actuais gerações encontrarem plataformas de entendimento, que inclusivamente ignorem, sempre que seja o caso, as fronteiras delineadas pelo Homem, de modo a acautelar a conservação destes nichos territoriais de biodiversidade, nomeadamente através de quadros normativos apropriados. Tal necessidade advém de experiências de desenvolvimento negativas para estes territórios assim como para as populações locais e adjacentes que afectaram os equilíbrios naturais existentes, originando prejuízos locais e globais, em virtude destes territórios terem, por vezes, perdido a capacidade de desempenhar várias funções.

Assim se conjugarmos o conhecimento científico que existe sobre as montanhas com as preocupações enunciadas num conjunto alargado de documentos (Anexo I, quadro 1)), designadamente nos relatórios de Brundtland (1987) e de Stern (2006), com o Programa 21 (1992), com especial atenção para o envolvimento de todo um conjunto de actores e decisores locais no sentido de serem tomadas as opções e os caminhos mais consensuais, certamente se chegará a um modelo de desenvolvimento mais ajustado a estes territórios.

À escala europeia estas recomendações não foram ainda, consideradas na devida dimensão onde, como também ficou demonstrado, se tem persistido em englobar e conectar as políticas para as áreas serranas às políticas direccionadas em abstracto para o desenvolvimento agrícola, numa primeira fase, e ao desenvolvimento rural, numa fase posterior. Em particular as primeiras, em virtude de assentarem em modelos desadequados, que genericamente visavam e valorizavam sobretudo a produtividade, não geraram os *inputs* de que muitas montanhas carecem.

Esta circunstância que deveria fazer a União Europeia meditar no modelo seguido até ao momento baseado no *cliché* montanha-agrícola-rural e definir políticas específicas, apoiadas em opções de desenvolvimento próprias, geradoras de factores que fixem as pessoas e fomentem a coesão socioeconómica entre estes territórios e a restante UE. Carvalho (2001: 3) ao abordar a problemática das novas filosofias de desenvolvimento para a Serra da Lousã indica-nos o caminho a seguir, em que “A definição e promoção de uma imagem territorial de individualidade e especificidade, alicerçada em características únicas e exclusivas, e de qualidade e muito centrada nas identidades e recursos simbólicos de cada lugar, sem que a questão da escala geográfica seja relevante, é um caminho da revalorização dos territórios onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade, e afinal a afirmação das teses territorialistas de desenvolvimento, as que melhor respondem às maiores exigências sociais e de cidadania participativa, num quadro global aberto e de forte competição entre populações e territórios (...)”.

Neste contexto, importa referir, como exemplo paradigmático a nível europeu, a experiência LEADER, com a qual “Pela primeira vez existe apoio directo às iniciativas de desenvolvimento empreendidas pelas colectividades locais e um fundo é gerido localmente mediante parceria.” (Carvalho e Fernandes, 2001: 266). A iniciativa LEADER foi sendo objecto de “afinações”, de período de programação para período de programação, tendo melhorado significativamente o seu desempenho no terreno, enquanto experiência, consensualmente classificada como positiva, fomentadora de acções locais e casuísticas, que preconizam a valorização dos territórios, das populações e de um conjunto de ofertas locais genericamente relacionadas com o ecoturismo, de forma sustentada e alicerçada num conhecimento e orientação de proximidade, capaz de trabalhar em “(...) territórios económicos e demograficamente deprimidos, [que] apresentam um potencial paisagístico e ambiental capaz de fomentar o desenvolvimento, assente em princípios de sustentabilidade e com condições para alimentar uma actividade dinâmica como é o turismo” (Fernandes, 2004: 6).

Efectivamente o sector do turismo é um tema incontornável quando se aborda a problemática das áreas serranas. Contudo “Os discursos ‘ecologistas’ e o senso comum do ‘politicamente correcto’ insistem, hoje em dia, em chamar a atenção para a degradação ambiental (particularmente para a desflorestação e para a perda de biodiversidade) que se regista na montanha em função das actividades com que hoje se procura promover e rentabilizar estes espaços fortemente marginais.” (Cunha: *op. cit.*: 17), como é o caso do turismo. Mas por outro lado, estas actividades podem gerar “(...) conflitos pelas diferentes orientações ou interesses de gestão e

uso, resultantes internamente dos agentes interlocutores e população e externamente das políticas sectoriais esboçadas e potenciais consumidores." (Fernandes, *op. cit.*).

Esta é precisamente a dualidade de situações que ocorrem com bastante frequência na Serra da Estrela, território onde, segundo Vaz (2001: 78), é possível acrescentar "(...) à ruralidade, a emoção de contactar com o passado, edificado em forma de castelos, igrejas e solares antigos, para além de vestígios de outras civilizações, coabitando com tradições e especificidades culturais, também elas portadoras da identidade desta sub-região". Ainda segundo Vaz (*op. cit.*) a oferta turística que integra a componente cultural ou ambiental era a mais valorizada, facto que influenciou a procura anual do turismo rural, que em 2001 registou um aumento de cerca de 6%, o qual correspondia ao dobro do crescimento verificado no turismo costeiro.

Eventualmente, esta será a forma mais directa de desenvolver o território serrano da Serra da Estrela, área onde "(...) se convenientemente ordenadas e estruturadas, algumas actividades e, particularmente as ligadas ao lazer e ao turismo, quando integradas em políticas de desenvolvimento mais amplas que respeitem a qualidade ambiental do território e os valores sociais e culturais das populações, podem representar um poderoso meio de desenvolvimento local, capaz de gerar riqueza e de fixar parcialmente as populações mais jovens." (Cunha, *op. cit.*: 17).

Foi neste enquadramento e com o objectivo de privilegiar e fomentar o papel do turismo de natureza no desenvolvimento da Serra da Estrela que surgiu uma Acção Integrada de Base Territorial específica para este território.

Os dados disponibilizados pela Unidade de Gestão da AIBTSE relativos aos projectos executados sob os auspícios da Medida 5 do Eixo II do PO Centro e a percepção que se teve da área de estudo permite-nos afirmar com elevado grau de segurança que o balanço final é francamente positivo.

Com efeito a AIBTSE aprovou um conjunto de projectos que permitem projectar e consequentemente atrair visitantes para a região, contribuindo desta forma para o desenvolvimento e consolidação do sector terciário na área em análise, designadamente através dos postos de trabalho directos que com eles surgem, mas também com os postos de trabalho que irão surgir com o desenvolvimento das actividades que gravitam em torno dos projectos que invariavelmente irão beneficiar das sinergias criadas por estes, pois "(...) as intervenções no património, e em concreto a valorização do património cultural, disperso por todo o País, configuram um importante factor para a

criação de condições de crescimento local, de fixação das populações e de incremento das actividades económicas." (Carvalho, 2008: 14).

Como exemplo de projecto âncora e potenciador de desenvolvimento local, citamos o Presidente da Câmara de Aguiar da Beira, que numa entrevista ao semanário *Expresso* (2009), sensivelmente um ano após a reabertura dos balneários das Termas das Caldas da Cavaca, projecto que como vimos foi executado com o apoio da AIBTSE, afirmou que "As Caldas são a âncora do turismo do concelho, daí a nossa grande aposta neste projecto, e estou convicto de que vão trazer muita gente a Aguiar".(Expresso, 2009). Neste artigo é ainda referido pelo presidente da autarquia que era expectável o surgimento de outros projectos paralelos, de entre os quais destacou a construção de um hotel que irá permitir o alargamento da época termal, que actualmente decorre entre Maio e Outubro.

Igualmente conforme tivemos oportunidade de constatar *in loco* o Centro de Interpretação da Serra da Estrela, estrutura localizada em Seia, é um local de excelência, superiormente concebido, onde é disponibilizado um manancial de informação geográfica à escala local e global, ao visitante. Neste centro ainda é possível o contacto com as tecnologias de comunicação e informação, assim como serve de laboratório para o desenvolvimento de estudos.

Parece-nos pois que o alinhamento do programa com a estratégia de desenvolvimento turístico para a Serra da Estrela, através da conciliação dos seus objectivos com a preservação e valorização do património natural originaram *out puts* positivos para a região, ao que acresce outro aspecto que nos parece deve ser igualmente salientado, como muito positivo, relativo à inclusão de agentes privados, assim como o elevado nível de execução, face ao programado, e para o qual muito contribuiu a resposta positiva dos actores locais.

O balanço positivo que fazemos da actividade da AIBTSE está também relacionado com a tipologia dos projectos desenvolvidos, com especial destaque para os de maior dimensão, que tiveram uma relação directa com a valorização das potencialidades do território específico e também no âmbito da qualificação dos factores de competitividade da economia regional.

Neste contexto importa ter em conta os dados obtidos no âmbito do Plano Estratégico de Turismo da Serra da Estrela (PETUR), apoiado pela AIBTSE, e com o qual foi possível confirmar que os principais *stakeholders* da região, consensualmente concordam que o turismo é um potencial factor de desenvolvimento, contudo a cooperação terá de ser reforçada. Por outro, lado foi ainda possível aferir que no leque diversificado de ofertas turísticas existentes na região, há poucas

sobreposições⁶², sendo possível agrupar os concelhos por tipologia de oferta turística local, (quadro 14), as quais são complementares entre si.

Quadro 14: Tipologias de turismo nos municípios da AIBTSE.

| | <i>Montanha</i> | <i>Gastronómico</i> | <i>Cultural/histórico</i> | <i>Saúde/desporto</i> | <i>Religioso</i> |
|--|--|--|--|---|---|
| + Rural  + Urbano | <ul style="list-style-type: none"> • Seia • Manteigas • Gouveia | <ul style="list-style-type: none"> • Aguiar da Beira • Oliveira do Hospital • Gouveia | <ul style="list-style-type: none"> • Celorico da Beira/Fornos de Algodres • Belmonte • Guarda | <ul style="list-style-type: none"> • Aguiar da Beira (termal) / Celorico da Beira (desporto) • Gouveia (turismo aventura) • Manteigas • Guarda (Saúde e desporto) | <ul style="list-style-type: none"> • Aguiar da Beira • Belmonte |

Fonte: PETUR (2005: 75).

Ainda no âmbito deste relatório foi possível diagnosticar deficiências ao nível das acessibilidades à Torre, na diversificação da oferta de gastronómica da região, assim como na divulgação das atracções existentes na região.

Por outro lado do conjunto de entrevistas feitas aos executivos das dez autarquias da AIBTSE sobressai que os concelhos de Belmonte, Covilhã, Seia, Guarda e Manteigas atribuem maior relevância ao investimento no turismo, enquanto Aguiar da Beira e Fornos de Algodres dão menor relevância a este tipo de investimento. Celorico da Beira, Oliveira do Hospital e Gouveia atribuem uma média relevância aos investimentos nas questões do turismo. Também foi detectado nestas entrevistas que a percepção de cooperação entre os concelhos da AIBTSE é fraca, no entanto paralelamente foram detectadas algumas excepções, sendo que de entre estes dez concelhos, Seia é o concelho mais cooperante⁶³. Está é, na nossa perspectiva, uma lacuna histórica no ordenamento e planeamento português, pois muito embora o Decreto-Lei 46/2009, que alterou e

⁶² As potenciais sobreposições dizem respeito à intenção dos concelhos da Guarda e Seia de virem a ter um campo de golfe, cada um, quando actualmente já existe uma estrutura desta em Belmonte. A outra sobreposição é relativa à intenção do concelho de Seia vir a construir uma pista sintética de esqui, quando como tivemos oportunidade verificar já existe uma em Manteigas.

⁶³ Belmonte com Manteigas; Seia com Covilhã; Gouveia com Seia.

republicou o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial, preveja a elaboração de planos intermunicipais a verdade é que estes planos nunca assumiram a relevância que potencialmente têm no desenvolvimento das políticas territoriais integradas, inviabilizando-se desta forma o aproveitamento de sinergias e economias de escala decorrentes do investimentos feitos na região.

O balanço da actividade da AIBTSE, que reiteramos em nossa opinião é francamente positivo, enquanto *stakeholder* responsável pela coordenação e dinamização das políticas territorializadas à escala local, também se sustenta no facto de, como vimos de forma genérica, ter abordado as questões salientadas no PETUR.

Apesar deste balanço, também nos confrontamos com quatro lacunas, que em nosso entender consistem em, tanto quanto conseguimos apurar, não existir uma proposta de circuito turístico baseada nos projectos executados pela AIBTSE. Parece-nos que, pelo menos, no Centro de Interpretação da Serra da Estrela poderia e deveria ter, entre as propostas que já aí existem de circuitos, mais uma que propusesse ao turista um percurso ecocultural de excelência, baseado nos projectos executados com o apoio da AIBTSE.

Paralela e complementarmente a esta questão do percurso parece-nos que também se deveria ter trabalhado no sentido de reconfigurar, difundir e aproveitar a marca “Serra da Estrela”, de maneira a desvincular, em parte, a imagem deste território do turismo de Inverno e da neve, por forma a se obter uma marca mais fidedigna desta riquíssima área serrana, capaz de atrair turistas e visitantes durante todo o ano.

Outra questão que nos surge como negativa foi a reduzida dimensão do investimento em torno do conceito “Aldeias de Montanha”, assim como a falta de formação de uma rede. Esta questão poderá estar directamente ligada aos dois primeiros aspectos negativos, que nós já referimos.

Por último parece-nos ainda, que para além do facto dos *stakeholders privados terem participado neste programa*, o investimento realizado por estes foi exíguo, uma vez que o valor investido não chegou aos 500 mil euros, quantia que corresponde a 3,2% do orçamento total da AIBTSE.

Perspectivando o futuro desta área serrana no decurso de outro período de programação e execução das políticas públicas (2007-2013), destacam-se novas oportunidades nomeadamente no âmbito dos programas PRODER e PROVERE. Perante este balanço que consideramos

francamente positivo, da actividade desenvolvida por esta AIBT, somos de opinião que esta experiência deveria, no âmbito do QREN continuar de modo a consolidar, aprofundar e alargar as acções já efectuadas, devendo nesta continuidade ser atribuída uma especial atenção aos factores que dinamizassem a participação de agentes económicos e de outros actores da sociedade civil.

A actividade da AIBTSE deveria ainda dar particular atenção à formação de redes temáticas, que entre outros permitissem maximizar a valorização do potencial que os recursos arqueológicos, termais e outros apresentam.

Em nosso entender, resulta de difícil compreensão a opção de terminar com este projecto de apoio e dinamização de proximidade a um território que é reconhecidamente detentor de grande potencial e onde os actores locais, sobretudo os de cariz político, persistem num modelo que assenta na concorrência territorial em detrimento de um modelo alicerçado na cooperação territorial, situação que torna fundamental a existência de um agente coordenador das políticas de desenvolvimento à escala da região.

Parece-nos pois, que as opções estratégicas tomadas pelos serviços desconcentrados do Estado da Região Centro (CCDR-C) relativas ao QREN implicam um voltar ao início, apostando-se em novas experiências, em novos modelos, novos actores, desprezando-se sinergias e *know how* entretanto adquiridas durante a vigência do QCA III. Este reinício significa ainda que, em vez de se estar a consolidar uma experiência positiva baseada num modelo já explorado, ter-se-á de aprender a explorar o novo modelo, no qual existem novos agentes burocrático-administrativos, dá-los a conhecer e corrigi-los desde o início, circunstância que irá, eventualmente, atrasar senão perder alguma da potencial rentabilidade dos investimentos feitos no anterior quadro de apoio.

Ao analisarmos as novas oportunidades para esta área serrana no âmbito do PRODER e do PROVERE parece-nos, desde logo, que em ambas as situações ocorrerá uma especialização no apoio a determinados factores existentes neste território. Desta circunstância poderá surgir a impossibilidade de apoiar o desenvolvimento de outros factores detentores de potencial para o crescimento sustentado desta região, ao que acresce o risco de alguma da oferta mais diversificada ficar marginalizada nestas novas acções.

Em concreto, referimo-nos, por exemplo, ao facto de no âmbito do PRODER estarem previstos apoios para as áreas serranas, que no essencial, terão por objectivo a preservação, conservação ou manutenção dos valores naturais. Neste quadro, através de uma auscultação feita por nós junto dos seis concelhos que integram o Parque Natural da Serra da Estrela, verificamos

que na Covilhã, na Guarda e em Seia, até ao momento não foram realizadas, por qualquer entidade (pública ou privada) sessões de esclarecimento acerca das oportunidades que existem no âmbito do PRODER, para além de, em nosso entender, após essas sessões de informação terem de se complementadas por um aconselhamento de proximidade.

Em Celorico da Beira, Gouveia e Manteigas foram realizadas duas sessões de esclarecimento em cada um destes concelhos. Em Celorico da Beira, uma sessão foi da responsabilidade da Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Centro (DRAP-C) e outra levada a efeito pela Intervenção Territorial Integrada local. Em Manteigas, as duas acções de informação e esclarecimento foram realizadas pela DRAP-C, enquanto as duas sessões que ocorreram no território de Gouveia foram da responsabilidade da ITI local, tendo uma sido especificamente direccionada às comissões de baldios locais (sede de concelho) e a outra direccionada aos agricultores em geral (Folgosinho).

Num território tão vasto e diverso, onde sobressai um índice de envelhecimento elevado, que torna as populações menos despertas para estas oportunidades, parece-nos que deveria ser desenvolvido um esforço no sentido de cativar essas mesmas populações locais a aderirem a projectos integrados nos objectivos do PRODER, contribuindo-se desta maneira também para fixar as populações e torná-las nos primeiros defensores dos valores presentes neste território.

Relativamente ao Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) da Região Centro, até ao momento, foram aprovadas as estruturas de gestão as quais têm a incumbência de dinamizar e promover a Estratégia de Eficiência Colectiva - através da realização de *workshops*, seminários, entre outras formas de atrair os actores locais. Neste âmbito foi atribuída particular importância à adesão dos privados a esta iniciativa. Deste esforço, de acordo com informação da CCDR-C, resultou uma relação, em termos absolutos, entre promotores públicos e privados de 19 para 103, num total de 122 actores, entre as quais 84% são empresas de turismo, com relevo na Região Centro e 16% são entidades públicas, incluindo as instituições de ensino universitário e politécnico da região.

Tendo presente que subjacente ao envolvimento de qualquer entidade (pública ou privada) no PROVERE está o pré-approvamento de um ou mais projectos que essas mesmas entidades entretanto manifestaram intenção de realizar, é possível verificar que, do conjunto dos dez concelhos que integraram a AIBTSE, Aguiar da Beira e Fornos de Algodres não constam em nenhuma das oito linhas de acção, como entidades parceiras da Estratégia de Eficiência Colectiva.

Daqui decorre, por exemplo, que o projecto relativo às termas das Caldas da Cavaca (Aguiar da Beira) poderá ficar hipotecado, pois conforme foi possível verificar estas termas não constam na “linha de acção” “Valorização das Estâncias Termas da Região Centro”, circunstância que resulta de difícil entendimento, tanto mais que temos conhecimento da estratégia que pretende vincular a imagem de Região Centro ao sector termal.

Ainda no âmbito do PROVERE, a “linha de acção” “Buy Nature - Turismo Sustentável em Áreas Classificadas” será a que aglutinará o maior número de concelhos que anteriormente faziam parte da AIBTSE (Celorico da Beira, Covilhã, Guarda, Gouveia, Manteigas, Seia).

Transversalmente o PROVERE pretende dar continuidade à valorização dos factores que concorrem de forma directa para afirmar a região no sector do turismo, atribuindo-se grande importância à adesão dos *stakeholders* privados a este programa.

A finalizar este estudo, afigura-se-nos como pertinente o desenvolvimento de projectos locais nos territórios serranos, que viabilizem a disponibilização gratuita de electricidade e de serviços de saneamento básico. Os projectos de produção eléctrica, que se podem considerar de micro geração, cumulativamente com a desoneração, quer de taxas de utilização quer de consumo, relativa ao saneamento básico, seriam factores ponderosos na fixação e até mesmo na atracção de população para esses mesmos lugares.

Esta poderá ser a base para aprofundar as políticas públicas de intervenção espacial, que no dizer de Carvalho (2007: 25) se centram no território e nas novas formas de gestão do território, no âmbito das quais se redescobriram os lugares por via da valorização social de recursos como o património, e onde as populações locais têm um papel preponderante.

Bibliografia

AGÊNCIA EUROPEIA DO AMBIENTE (2006): *Avaliação da integração da dimensão ambiental na política agrícola da União Europeia*. Copenhaga, Dinamarca.

ALMEIDA, Celestino (2001): *Os recursos naturais no desenvolvimento da região da Serra da Estrela*. Cd-Rom, 1º Congresso de Estudos Rurais. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (2008): *Anuário Parques Eólicos 2007 inscritos na APREN*, Lisboa

BANKS, P. Mitchell e PRICE, Martin F. (2007): "Integrated Approaches to Research and Management in Mountain Areas: Synthesis and Lessons for the Future". In PRICE, Martin (edited by) *Mountain Area Research & Management Integrated Approaches*, London, Earthscan, pp. 272-292.

BIFANI, Paolo, (1999): *Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*. IEPALA Editora,

BLYTH, et al (2002): *Mountain Watch Environmental change & sustainable development in mountains*. Cambridge, UNEP - World Conservation Monitoring Centre

BROWN, Sandra e SCHREIER, Hans (2007): "Introducing Innovations into Watershed Management". In PRICE, Martin (edited by) *Mountain Area Research & Management Integrated Approaches*, London, Earthscan, pp. 99 – 111

BRUNTLAND, Gro (1987): *Our Common Future: The World Commission on Environment and Development*, Oxford: Oxford University Press.

CAETANO, Lucília, (2001): "Conclusões". In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 315 – 320

CAETANO, Mário et al (2005): *Alterações da ocupação do solo em Portugal continental: 1985 – 2000*. Instituto do Ambiente, Lisboa

CAMPOS, José (2002): "Compensation for environmental services from mountain forests" In *Mountains of the World: Sustainable Development in Mountain Areas the Need for Adequate Policies and Instruments*, Berne, Mountain Agenda

CARVALHO, Paulo (2001): *Património, Territórios, Actores e Desenvolvimento Rural Sustentável. O Ecomuseu da Serra da Lousã: Desafio ou Utopia?*. Cd-Rom, 1º Congresso de Estudos Rurais. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

CARVALHO, Paulo (2003): "Património Cultural e Iniciativas de Desenvolvimento no Espaço Rural", in CAETANO, Lucília (coord.): *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 199-227

CARVALHO, Paulo (2005): *Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Tese de doutoramento em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Coimbra

CARVALHO, Paulo (2005)^a: "Património(s), políticas públicas e promoção do desenvolvimento local em Portugal: da requalificação urbana aos novos territórios e produtos turísticos". In Actas do 13º Congresso da APDR (1º Congresso de Conservação e Gestão da Natureza e 1º Congresso Lusófono de Ciência Regional), Universidade dos Açores, Campus de Angra do Heroísmo, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, pp.27 (edição em cd-rom)

CARVALHO, Paulo e FERNANDES, Luís (2002): "Paisagem e apropriação dos territórios: Reflexão em torno de dois exemplos comparativos: a serra da Lousã e o parque natural das Serras de Aire e Candeeiros". In *Territórios, Globalização e Trajectórias de Desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, pp. 275 - 320

CASTELEIN, A. (2006): *Mountains and the law – Emerging trends*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Roma

COLLINS, Mark e LATSENIA, Andrei (2002): "We are all mountain people". In *Mountain Watch - environment change & sustainable development in Mountains*, Cambridge, World Conservation Monitoring Centre: Mountain Watch.

COMISSÃO D COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (2000): *Programa Operacional Regional do Centro - 2000-2006*. CCRC, Coimbra.

COMISSÃO D COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (2001): *Programa Operacional Regional do Centro - 2000-2006: complemento de programação*. CCRC, Coimbra

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (2001): *PROCENTRO-Programa Operacional da Região Centro - 1994-1999*. CCRC, Coimbra

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro: *Programa Operacional Regional do Centro* (2006)

COMISSÃO EUROPEIA (2007): *Regiões em Crescimento, Europa em crescimento – Quarto relatório sobre a coesão económica e social*. Luxemburgo, Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

CONSELHO DA EUROPA (1984): "Recomendação n.º R(84) 2: Carta Europeia do Ordenamento do Território".

CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1975): "Directiva 75/268/CEE do Conselho, sobre a agricultura de montanha e de certas zonas desfavorecidas". Jornal Oficial L 128 de pp. 1 – 7

COPUS, Andrew e PRICE, Martin (2002): *A Preliminary Characterisation of the Mountain Areas of Europe*. Euromontana

CORDEIRO, António Rochette (2004): *Dinâmica de Vertentes em Montanhas Ocidentais do Portugal Central*. Tese de doutoramento em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Coimbra

COUNCIL OF EUROPE COMMITTEE OF MINISTERS (1984): Recommendation N.º R(84)2 of the Committee of Ministers to member States on the European Regional/Spatial Planning Charter

CRAVIDÃO, Fernanda (1998): *Turismo, sustentabilidade e cultura*. Estudos Autárquicos, Centro de Estudos de Formação Autárquica, Coimbra, pp. 59 - 72

CRISTOVÃO, *et al.* (2003): *O Espaço Rural e os Novos Instrumentos de Intervenção Territoriais: O caso da AIBT-Douro*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

CUNHA, Lúcio (1989): *As Serras Calcárias de Condeixa – Sicó – Alvaiázere: Estudo de Geomorfologia*. Tese de doutoramento em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Coimbra

CUNHA, Lúcio (2003): *A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local*. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

DEBARBIEUX, Bernard e PRICE, Martin (2008): "Representing Mountains: From Local and National to Global Common Good". *Geopolitics*, volume n.º 13, pp. 148 - 168

DECLARAÇÃO DE CORK (1996): *Para uma política integrada de desenvolvimento rural: A Declaração de Cork*. Cork, Irlanda

DECRETO-LEI N.º 33-A/2005, de 16 de Fevereiro (2005): *Estabelece a remuneração diferenciada e regime de exploração para as tecnologias renováveis*. Diário da República, Lisboa

DECRETO-LEI N.º 424/83, de 6 de Dezembro (1983): *Pagamento de rendas ao Estado e de adicionais às câmaras municipais pela concessão de centros electroprodutores*. Diário da República, Lisboa

DELOITTE (2008): *Análise do Impacto da alteração Lei das Finanças Locais na redistribuição dos impostos do Estado pelos Municípios*. Não publicado, Lisboa.

DINIZ, Francisco e GERRY, Chris (2002): *A problemática do Desenvolvimento Rural*. In Compêndio de Economia Regional. Coimbra: APDR, pp. 535-570

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (1988): *Carta Europeia do Ordenamento do Território*. Lisboa

ESSERY, Richard (2004): *Hydrology and Earth System Sciences Statistical representation of mountains shading*.

EUROMONTANA (2004): *Mountain Food Products in Europe: Existing Legislation and Examples of Relevant Brands for their promoting*. EUROMONTANA.

EUROPEAN OBSERVATORY OF MOUNTAIN FORESTS REPORT (1998): *For the Sustainable Future of Mountain Forests in Europe: Facts and Figures*. Third Ministerial Conference on the Protection of Forests in Europe, Lisbon.

FAGRE, Daniel B. *et al* (2007): "Integrated Research on Climate Change in Mountain Ecosystems: The CLIMET Project, In PRICE, Martin (edited by) *Mountain Area Research & Management Integrated Approaches*, London, Earthscan, pp. 256 - 271

FERNANDES *et al*, (2005): *Dinâmicas Demográficas e Transformação da Paisagem nos Concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)*. X Colóquio Ibérico, Évora

FERNANDES, Gonçalo (2001): *Evolução e Significado do Extremo Ocidental da Cordilheira Central, como Espaço de Articulação Histórico, Sócio-Económico e Ambiental*. Cd-Rom, 1º Congresso de Estudos Rurais. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

FERNANDES, Gonçalo (2008): *Dinâmicas territoriais e políticas de ordenamento em espaços de montanha – o sector oeste da Cordilheira Central Ibérica*. Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa.

FERNANDES, Gonçalo J. Poeta (2004): *Territórios e Culturas Ibéricas*. Conferências – 2 e 3 de Dezembro, Centro de Estudos Ibéricos, pp. 16

FERNANDES, João (2003): *Dinâmicas de desenvolvimento, territórios e áreas protegidas. Breve reflexão para o caso português*. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 229 – 276

FERNANDES, João Luís, (2005): *Território Desenvolvimento e Áreas Protegidas – A Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Tese de doutoramento em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Coimbra

FERNÁNDEZ, José e PAVÓN Bernardo (1999): *La coordinación interadministrativa en la planificación de la infraestructuras como actor decisivo em el desarrollo endógeno que síntesis*. S.A, Madrid

FERRÃO, João (2000): Relações entre mundo rural e mundo urbano. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, pp. 45-54.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (2000): *International Year of Mountains - 2002*. Concept Paper.

FREITAS, Mário (2007): "A década de educação para o desenvolvimento sustentável: do que não deve ser ao que pode ser". In *Perspectivas da Educação Ambiental na Iberoamericana - Conferencias del V Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental*- Joinville, Brasil, Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente, México

FUST, Walter (2002): "Mountains of the World – Mountains, Energy and Transport". In *Mountain Agenda*, Berne.

GENERAL ASSEMBLY OF UNITED NATIONS (2003): *International Year of Mountains, 2002*. Note by the Secretary-General, New York.

GENERAL ASSEMBLY OF UNITED NATIONS (2005): *Rendering assistance to poor mountain countries to overcome obstacles in socio-economic and ecological areas*. Resolution adopted by the General Assembly.

GENERAL ASSEMBLY OF UNITED NATIONS (2005): *Sustainable mountain development*. Report of the Secretary-General, New York.

- GENERAL ASSEMBLY OF UNITED NATIONS (2006): *Sustainable mountain development*. Resolution adopted by the General Assembly. New York.
- GENERAL ASSEMBLY OF UNITED NATIONS (2007): *Sustainable mountain development*. Report of the Secretary-General, New York.
- GENERAL ASSEMBLY OF UNITED NATIONS (2008): *Sustainable mountain development*. Resolution adopted by the General Assembly. New York.
- GIRÃO, Aristides Amorim (1922): *Bacia do Vouga: estudo geográfico*. Tese de doutoramento em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Coimbra
- GREENAWAY, Michael Q. Guy e DUKE, Danah (2007): "Cumulative Effects Assessment: Na Approach for Integrated Research and Management in North America's Crown of the Continent Ecosystem". In PRICE, Martin (edited by) *Mountain Area Research & Management Integrated Approaches*, London, Earthscan, pp. 191 – 216
- GUTIÉRREZ, Juan (2006): "Territorio, Geografía Rural y Políticas Públicas. Desarrollo y Sustentabilidad en las Áreas Rurales". In *Boletín de la A.G.E.* n.º 41, pp. 69 – 95
- HAESBAERT, Rogério (2004): *O Mito da Desterritorialização – Do 'Fim dos Territórios' à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil
- HERRERO, Jiménez (1997): *Desarrollo Sostenible y Economía Ecológica*. Editorial
- HERRERO, Jiménez (2000): *Desarrollo Sostenible: Transición Hacia la Coevolución Global*. Editorial Pirámide, Madrid
- HERRERO, Jiménez (2002): "Cooperación Mundial para el Desarrollo Sostenible". In *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, nº, 9, Otoño / Invierno, pp. 9-45.
- HOOGEVEEN, Ybele *et al* (2004): *High nature value farmland - Characteristics, trends and policy challenge*". European Environment Agency, Copenhagen.
- HORBATY, Robert (2001): "Wind power in the mountains: examples from Switzerland and Norway. In *Mountains of the World – Mountains, Energy and Transport, Mountain Agenda*, Berne, pp. 18 – 19
- INE (1864 - 2001): *Censos/Recenseamento Geral da População e Habitação*. INE, Lisboa
- INE (1993): *Anuário Estatístico da Região Centro-1992*, INE, Lisboa
- INE (2008): *Anuário Estatístico da Região Centro-2007*, INE, Lisboa
- KOCH-WESER, Maritta e KAHLENBORN Walter (2004): "Legal, economic, and compensation mechanisms in support o sustainable mountain development". In PRICE, Martin *et al* (edited by.) *Key Issues for Mountain Areas*. New York, United Nations University, pp. 63 – 85
- KOHLER, Thomas *et al* (2004): "Mountain infrastructure: Acess, communications, and energy". In PRICE, Martin *et al* (edited by.) *Key Issues for Mountain Areas*. New York, United Nations University, pp. 38 – 62

- KÖRNER, Christian *et al* (2005): "Mountain Systems". In *The Millennium Ecosystem Assessment - Ecosystems and Human well-being – Current state and trends*, Volume 1, pp. 683 – 713
- LAMA, Wendy Brewer e SATTAR, Nikhat (2004): "Mountain tourism and the conservation of biological and cultural diversity". In PRICE, Martin *et al* (edited by.) *Key Issues for Mountain Areas*. New York, United Nations University, pp. 111 – 148
- LOURENÇO, Luciano (1997): *Serras de Xisto do Centro de Portugal – Contribuição para o seu Conhecimento Geomorfológico e Geológico*. Tese de doutoramento em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Coimbra
- MARÍN-YASELI, Maria e MARTÍNEZ, Teodoro (2007): "Balance de las Políticas Públicas en el Desarrollo Rural del Pirineo Aragonês". In *Boletín de la A.G.E.* n. 43, pp. 29 – 49
- MARTINS, Alfredo Martins, (1949): *O Maciço Calcário Estremenho. Contribuição para um estudo de geografia física*. Tese de doutoramento em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Coimbra
- MATTSON, David J e MERRIL, Troy (2007): "Policy-Oriented Conservation Design". In PRICE, Martin (edited by) *Mountain Area Research & Management Integrated Approaches*, London, Earthscan, pp. 70 – 98
- MEADOWS, Donella e MEADOWS, Dennis (1972): *Os Limites do Crescimento* versão traduzida pela Comissão Nacional do Ambiente, Lisboa, Dom Quixote.
- MESSERLI, Bruno e MESSERLI, Paul (2007): "From Local Projects in the Alps to Global Change Programmes in Mountain Areas: The Development of Interdisciplinarity and Transdisciplinarity in the Last 25 Years". In PRICE, Martin (edited by) *Mountain Area Research & Management Integrated Approaches*, London, Earthscan, pp. 24 – 48
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS (2007): *Programa de Desenvolvimento Rural: Continente 2007 – 2013*. pp. 425
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS (2008): *Programa – Rede Rural Nacional – Portugal*.
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2008): *PSRN 2000 – Plano Sectorial da Rede Natura, Vol. I Relatório e Fichas de Sítios da Lista Nacional*.
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2008): *PSRN 2000 – Plano Sectorial da Rede Natura, Vol. II Fichas de Zonas de Protecção Especial e Glossário de Orientações de Gestão*.
- MITREVA, Biljana (2005): *Report – Convention on the protection of the Alps, Convention on the protection and sustainable development of the Carpathians & Balkan Convention initiative*. Makmontana e Euromontana/Balkan Desk.
- MONGE, Alberto: *Indicadores de desarrollo en zonas de montaña*
- MOUNTAIN AGENDA (1998): "Why focus on mountain water?". In *Mountains of the World: Water Towers for the 21st Century*, Berne, pp. 5 – 7

- MOUNTAIN AGENDA (1999): "Why tourism and mountains?". In *Tourism and Sustainable Mountain Development*, Berne, pp. 4 – 6
- MOUNTAIN AGENDA (2001): "Why focus on energy and transport in the mountains?". In *Mountains of the World: Mountains, Energy and Transport*, Berne, pp. 4 – 7
- NAÇÕES UNIDAS (1972): *Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural*. Paris
- NAÇÕES UNIDAS (1972): *Declaração de Estocolmo*, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Estocolmo
- NAÇÕES UNIDAS (1977): *Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação*. Conferência das Nações Unidas sobre a Desertificação (UNCCD), Nairobi
- NAÇÕES UNIDAS (1992): *Documentos da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro 1992*. Lisboa, IPAM
- NAÇÕES UNIDAS (2002): *Second local agenda 21 survey*. Commission on Sustainable Development
- NEVES, A. Oliveira *et al* (2001): *A Competitividade das Áreas Rurais – uma abordagem na perspectiva das estratégias de marketing*. Cd-Rom, 1º Congresso de Estudos Rurais. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- NORDREGIO (2004): *Mountain Areas in Europe: Analysis of Mountain Areas in EU Member States, Acceding and Other European Countries (Final Report)*. Oslo: Nordic Center for Spatial Development.
- ORTEGA, José (2004): "Áreas de montaña: dela supervivencia a la integracion". In *Boletín de la A.G.E.* n.º 38, pp.5 – 28
- PANDEY, Bikash (2001): "Mountains and Energy". In *Mountains of the World – Mountains, Energy and Transport, Mountain Agenda*, Berne, pp. 8 – 9
- PANDEY, Bikash (2001): "Mountains as global centers of hydropower". In *Mountain Agenda - Mountains of the World: Mountains, Energy and Transport*, Berne, pp. 8 – 9
- PARLAMENTO EUROPEU (2002): *Resolução do Parlamento Europeu sobre 25 anos d aplicação de legislação comunitária a favor da agricultura nas regiões de montanha (2000/2222(INI) (A5-0277/2001))*. Jornal Oficial das Comunidade Europeias, Bruxelas
- PARVEZ, Safdar e RASMUSSEN, Stephen (2004): "Sustaining mountain economies: Poverty reduction and livelihood opportunities". In PRICE, Martin *et al* (edited by.) *Key Issues for Mountain Areas*. New York, United Nations University, pp. 86-110
- PEREIRA, João Victor: 1988): *Serra do Caramulo. Desintegração de um Espaço Rural*. Tese de doutoramento em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Coimbra
- PLANO ESTRATÉGICO DE TURISMO DA SERRA DA ESTRELA (2005): *Relatório intercalar*.

- PRATT, D. Jane (2004): "Democratic and decentralized institutions for sustainability in mountains". In PRICE, Martin *et al* (edited by.) *Key Issues for Mountain Areas*. New York, United Nations University, pp. 149 – 168
- PRICE, Martin (1998): *Mountains: globally important ecosystems*. FAO Information Division, S.A. Dombner
- PRICE; Martin F. (2004): "Sustainable mountain development from Rio to Bishkek and beyond". In PRICE, Martin *et al* (edited by.) *Key Issues for Mountain Areas*. New York, United Nations University, pp. 1-17
- PRICE; Martin F. (2007): "Integrated Approaches and Management in Mountain Areas: An Introduction". In PRICE, Martin (edited by) *Mountain Area Research & Management Integrated Approaches*, London, Earthscan, pp. 1-23
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2008): *Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas - Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais*. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. (Folheto informativo)
- PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2007): *Programa de Acção*.
- RIJAL, Kamal e BINAYAK Bhadra (2001): "Sustainable fuelwood use in mountain areas". In *Mountains of the World – Mountains, Energy and Transport, Mountain Agenda*, Berne, pp. 20 – 21
- SÁNCHEZ, Francisco (2007): "El Desarrollo Sostenible: Un concepto de Interés para la Geografía". In *Cuadernos Geográficos* n.º 40, Universidad de Granada, Granada, pp. 149 – 181
- Santos, Casimiro (2008): "Mineiros da Panasqueira".
- SANTOS, Paula (2005): "Serra da Estrela". In *Pessoas e Lugares – Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER +* n.º 28, Lisboa, pp. 9 – 10
- SCHMIDT, Luísa *et al* (2005): *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*. Fronteira do Caos Editores Lda, Porto
- SILVA, Jorge (2005): "As Acessibilidades e o Desenvolvimento de Regiões Periféricas. O Caso da Beira Interior". *2º Encontro do Grupo de Estudos em Transportes, Cúria*.
- SIMÕES, João *et al.* (2000) Potencialidades de Desenvolvimento d Concelhos da Zona da serra da Estrela. Observatório do Emprego e Formação Profissional, Coimbra.
- SOUZA, Nali (1993): *Desenvolvimento Económico*. São Paulo, Atlas
- STERN, Nicholas (2007): *The economics of climate change: The Stern Review*. Cambridge
- TABORDA, Virgílio (1932): *Alto-Trás-os-Montes: Estudo Geográfico*, Tese de doutoramento em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Coimbra
- UNIÃO EUROPEIA (1972): "Declaração solene sobre a União Europeia". Cimeira de Paris

- UNITED NATIONS (1992): *Earth Summit Agenda 21 the United Nations Programme of Action from Rio*. Rio de Janeiro
- UNITED NATIONS (2002): *World Summit on Sustainable Development – Plan of implementation*. Joanesburgo
- VALCÁRCEL, José (2004): "Áreas de Montaña: de la supervivencia a la integración". In *Boletín de la A.G.E.* n.º 38, pp. 5 – 28
- VILLENEUVE, A. *et al* (2002): *Mountains and the law – emerging trends*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Roma
- VIÑAS, C. Delgado (2006): "Ordenación del Territorio y desarrollo sostenible e áreas de montaña: Diagnóstico y Propuestas para la Integración Productiva y Territorial de los Montes de pías (Cantabria)". In *Boletín A.E.G.* n.º 42, pp. 53 – 70.
- VIÑAS, Carmen (2002): "Los Programas de Desarrollo Rural en Cantabria". *Jornada Autonómica de Cantabria*, Santander, pp. 25
- VIVIROLI, Daniel e WEINGARTNER, Rolf (2004): *The hydrological significance of mountains: from regional to global scale*. In *Hydrology and Earth System Sciences*, 8(6), pp. 1016 – 1029
- WALTHER, Pierre *et al* (2002): "Why policies and instruments for mountain development?". In *Mountains of the World: Sustainable Development in Mountain Areas the Need for Adequate Policies and Instruments*, Berne, Mountain Agenda
- WOODS, Michael (2005): *Rural Geography – Processes, Responses and Experiences in Rural Restructuring*. London, SAGE Publications Ltd.

Netografia

- <http://age.ieg.csic.es/> (consultado em 20/03/2008)
- http://europa.eu/legislation_summaries/environment/nature_and_biodiversity/l28161_es.htm (consultado em 10/10/2008)
- <http://mountains.unep.ch/mtn/platformtext.html> (consultado em 25/10/2008)
- http://www.cde.unibe.ch/Research/MA_Pubmed_Re.asp (consultado em 15/10/2008)
- <http://www.fao.org/> (consultado em 12/03/2009)
- <http://www.futuropasado.com/?p=474> (consultado em 20/05/2009)
- <http://www.hydrol-earth-syst-sci.net/8/1017/2004/hess-8-1017-2004.pdf> (consultado em 20/03/2008)
- <http://www.lasmontanasespanolas.com/creditos.htm> (consultado em 17/04/2009)
- <http://www.mountainpartnership.org/common/files/pdf/OremDeclaration.pdf> (consultado em 29/08/200)
- <http://www.mtnforum.org/> (consultado em 19/02/2008)
- <http://www.newsbriefsoman.info/index.php?itemid=50> (consultado em 20/03/2008)
- <http://www.promonte-aem.ne> (consultado em 19/02/2008)
- <http://www.rt.serraestrela.pt> (consultado em 15/05/2009)
- http://www.safaridrive.com/oman_jebelalakhdar.htm (consultado em 17/04/2009)
- <http://www.un.org/es/> (consultado em 17/08/2008)
- http://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD_POI:PD/English/POIChapter4.htm (consultado em 15/06/2009)
- <http://www.un.org/millenniumgoals> (consultado em 20/03/2008)
- <http://www.unccd.int/convention/menu.php> (consultado em 15/06/2009)
- http://www.unep-wcmc.org/mountains/mountain_watch/ (consultado em 16/0/2009)
- <http://www.unu.edu/mountains2002/declaration.html> (consultado em 12/05/2009)
- http://www.whymap.org/cIn_101/nn_354300/whymap/EN/Downloads/Global__maps/globalmaps__node__en.html?__nnn=true (consultado em 15/07/2008)
- www.euromontana.org (consultado em 15/01/2009)
- <http://www.anmp.pt> (consultado em 20/08/2009)
- <http://www.lasmontanasespanolas.com> (consultado em 15/06/200)
- <http://cederul.unizar.es/noticias/sicoderxv/actas.htm> (consultado em 15/03/2008)

Abreviaturas

A1 — Auto-estrada n.º 1

A21 — Agenda 21

A23 — Auto-estrada n.º 23

A25 — Auto-estrada n.º 25

ACP — Automóvel Clube de Portugal

ADRAT — Associação de Desenvolvimento Regional do Alto Tâmega

ADRUSE — Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela

AEM — Associação Europeia das Autoridades Políticas das Regiões de Montanha

AIBT — Acção Integrada de Base Territorial

AIBTSE — Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela

ANMP — Associação Nacional de Municípios Portugueses

ATP — Activos a Tempo Parcial

BSE — Encefalopatia Espongiforme Bovina

CCDR do Centro — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CCRC — Comissão de Coordenação da Região Centro

CdR — Comité das Regiões

CEE — Comunidade Económica Europeia

CES — Comité Económico e Social

CJD — Creutzfeldt-Jakob

CLIMET — Climate Landscape Interactions – Mountain Ecosystem Transect

DRAP-C — Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Centro

DV — Douro Vinhateiro

EEA — European Environment Agency

eEurope — Programme European Information Society

ELA — Estrutura Local de Apoio

Etar's — Estações de Tratamento de Águas Residuais

FAO — Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

- FEADER — Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- FEOGA — Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola
- FGM — Fundo Geral Municipal
- FONAFIFO — National Fund for Forestry Finance of Costa Rica
- FSE — Fundo Social Europeu
- GAL — Grupos de Acção Local
- I&D — Investigação e desenvolvimento
- ICNB — Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
- INATEL — Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, I. P.
- INTERREG — Programa Europeu que visa promover a cooperação inter-regional
- IP — Itinerário Principal
- IP 5 — Itinerário Principal n.º 5
- ITI — Intervenções Territoriais Integradas
- IYM — International Year of Mountains
- LA — Linha de Acção
- LAC — Liga de Amigos de Conimbriga
- LAM — Lei da Agricultura de Montanha
- LEADER — Ligações Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
- LIFE — Programa LIFE, instrumento financeiro da União Europeia para o ambiente
- MAB — Man and Biosphere
- NEGRA — Núcleo Empresarial da Guarda – Associação Empresarial
- NORDREGIO — Nordic Center for Spatial Development
- NYC — New York City
- OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OMC — Organização Mundial do Comércio
- ONG — Organização Não Governamental
- PAC — Política Agrícola Comum
- PENT — Plano Nacional Estratégico do Turismo
- PETUR — Plano Estratégico de Turismo da Serra da Estrela
- PNPOT — Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

- PO Centro — Programa Operacional do Centro
- PRODER — Programa de Desenvolvimento Rural
- PRODER-C — Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
- PROPRM — Programas de Ordenamento e Promoção das Zonas de Montanha
- PROVERE — Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
- QCA — Quadro Comunitário de Apoio
- Rio 92 — Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento da Nações Unidas
- RN2000 — Rede Natura 2000
- RTSE — Região de Turismo da Serra da Estrela
- SIG — Sistemas de Informação Geográfica
- TER — Turismo em Espaço Rural
- TIC — Tecnologias de informação e comunicação
- UBI — Universidade da Beira Interior
- UE — União Europeia
- UNEP — United Nations Environment Programme
- UNEP/ROE — United Nations Environment Programme, delegação regional europeia
- UNEP-WCMC — United Nations Environment Programme – World Conservation Monitoring Centre
- UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- URBAN — Programa de Iniciativa Comunitária, visa promover um desenvolvimento urbano sustentável.
- USA — United States of America
- ZAM — Zonas de Agricultura de Montanha

Quadro 1 : Principais documentos sobre os territórios de montanha

| Ano | Entidade | Evento/Documento | Síntese descritiva |
|------|--|--|---|
| 1971 | Clube de Roma | Relatório "Os limites do crescimento" | A borda a questão do crescimento populacional à escala mundial, a industrialização com a consequente poluição, a insuficiente produção de alimentos e o mau uso dos recursos naturais. Prevê ainda, à data, que os limites para o "crescimento do planeta" seriam atingidos nos seguintes 100 anos, defendendo como resultado provável o rápido e descontrolado declínio do planeta. Também previa o declínio da produção e da capacidade industrial. |
| 1972 | Organização das Nações Unidas | Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano | Foi debatido o uso dos recursos naturais, a pressão antrópica sobre o ambiente como resultado do crescimento económico e a poluição industrial. Resultou um documento com 24 artigos. Teve, ainda, como um dos seus principais desenvolvimentos a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), surgindo assim a primeira agência ambiental global. |
| 1972 | Comunidade Europeia | Cimeira em Paris | Os Chefes de Estado e de Governo Europeus definiram novos domínios de acção comunitária, referentes às políticas regional, ambiental, social, energética e industrial. |
| 1972 | Organização das Nações Unidas | Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural | Tomada de consciência sobre a importância dos lugares patrimoniais para as actuais e futuras gerações. |
| 1975 | Comunidade Económica Europeia | Directiva 75/268/CEE, do Conselho, de 28 de Abril de 1975 | Abordou a agricultura de montanha e de certas áreas desfavorecidas, visando reduzir as diferenças de rendimento dos agricultores das áreas de montanha. |
| 1977 | Organização das Nações Unidas | Convenção sobre a Desertificação (CNUD). | Reconhecimento de que a seca e a desertificação são problemas de dimensão global, sendo necessária uma acção conjunta da comunidade internacional para mitigar os seus efeitos, o que originou o surgimento de um Plano de Acção para o Combate à Desertificação (PACD). No preâmbulo da convenção para combater a desertificação é reconhecido o impacto deste fenómeno nas regiões áridas com ecossistemas de montanha em África, na Ásia Central e no Transcaucasus. |
| 1979 | Organização das Nações Unidas | Primeira Conferência Mundial sobre o Clima | No decorrer deste evento foi assumido que a mudança de clima era um problema grave, cuja mitigação ou resolução eram de interesse global. Deu ainda origem ao programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente e da Organização Meteorológica Mundial, entidades que posteriormente uniram esforços no Painel Intergovernamental para as alterações climáticas. No preâmbulo da convenção refere que os ecossistemas de montanha são particularmente vulneráveis às alterações climáticas. |
| 1987 | Organização das Nações Unidas – Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento | Relatório "O nosso futuro em Comum" ou "Relatório de Brundtland" | Introduziu e definiu o conceito "desenvolvimento sustentável" como sendo a satisfação das necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. |
| 1988 | Comunidade Económica Europeia | Parecer do Comité Económico e Social CEES/461/88 | Relatório de informação sobre "Uma política para as áreas de montanha" – Estabelece o conceito de "montanha". |
| 1991 | Comunidade Económica Europeia | Regulamento (CEE) n.º 2328/91, do Conselho de 15 de Julho | Relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas, nomeadamente as localizadas na montanha. |
| 1991 | Países da área | Convenção para a Protecção dos Alpes | Primeiro acordo transnacional especificamente atinente às montanhas, a ser estabelecido. Criou uma política comum para toda a região, tendo sido feito de forma a necessitar que sejam estabelecidos protocolos com objectivos concretos a serem alcançados. Este acordo regional ganhou um maior dinamismo em 1995. |
| 1992 | Comité de Negociação Inter-governamental | Convenção para a Biodiversidade (CBD) | O texto desta convenção foi aprovado numa reunião que teve lugar no Quénia, tendo logo de seguida sido disponibilizado aos participantes na "Cimeira da Terra 92" para o assinarem. A CBD defende que as montanhas são áreas muito ricas, em termos de biodiversidade pelo que devem ser preservadas. Em Julho de 2008 o programa de implementação da CBD, nomeadamente no que diz respeito aos seus objectivos para as áreas de montanha foi revisto (Adaptado de http://www.cbd.int/mountain/importance.shtml , consultado a 17/09/2008) |
| 1992 | Organização das Nações Unidas | Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento – (Cimeira da Terra) | Resultou o Programa de Acção Agenda 21, composto por 40 Capítulos, sendo o 13.º intitulado "Gestão de ecossistemas frágeis: Desenvolvimento sustentável das montanhas" Propõe duas áreas de intervenção, a) Geração e fortalecimento dos conhecimentos relativos à ecologia e ao desenvolvimento sustentável dos ecossistemas das montanhas; b) Promoção do desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas e de meios alternativos de subsistência. |

Quadro 1 (Continuação): Principais documentos sobre os territórios de montanha

| Ano | Entidade | Evento/Documento | Síntese descritiva |
|------|---|--|--|
| 1994 | Conselho da Europa | 3ª Conferência Europeia das Regiões de Montanha | Carta Europeia das Regiões de Montanha. Foi aprovada pela Assembleia Parlamentar, pelo Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa (CPLRE) e pelo Comité das Regiões (CdR). A partir do ano 2000 foi transformada, sob proposta do Comité dos Ministros do Conselho da Europa, em convenção-quadro. (Actualmente ainda aguarda aprovação definitiva pelos Estados Membros) – Define a política europeia para as regiões de montanha, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento socio-económico bem como a necessidade de proteger o ambiente nas regiões de montanhas. |
| 1995 | ONG's, organizações governamentais e peritos | Mountain Fórum | Elaboração dos objectivos da rede em Lima, Perú, que visa o intercâmbio de práticas e conhecimentos sobre os territórios de montanha e as respectivas comunidades. |
| 1995 | Países da área | Associação Internacional para a Protecção dos Pirinéus | Carta para a protecção dos Pirinéus tem como principais objectivos a preservação dos valores ecológicos, estabelece o acesso dos visitantes de modo a não alterar os pontos de acesso. Preconiza ainda o desenvolvimento económico respeitando o ambiente (Adaptado de Conseil International Associatif pour la Protection des Pyrénées, 1995 <i>in</i> Villeneuve, A. <i>et al</i> , 2002, p. 11) |
| 1995 | Global Environment Facility | Global Environment Facility (GEF) | Nomeou os ecossistemas de montanha para um dos seus dez programas operacionais. |
| 1996 | | Conferência Internacional de Bishkek, Kysgyzstan | Resultou a proposta de que o desenvolvimento sustentável da montanha deveria ser o tema de um ano internacional. Esta proposta foi apresentada pelo embaixador do Kyrgyz às Nações Unidas em 1997, tendo sido apoiada por 44 países, que requereram ao Secretário-Geral da ONU que fizesse os contactos preliminares. No final esta proposta foi apoiada por 105 países, tendo a Assembleia recomendado que o ano 2002 fosse denominado de <i>International Year of the Mountain</i> . |
| 1997 | Comunidade Europeia | Regulamento (CE) n.º 950/97, do Conselho de 20 de Maio | Estabelece os critérios gerais de classificação de zonas de montanha, mas não define um nível mínimo a respeitar. |
| 1997 | Comité das Regiões | Parecer do Comité das Regiões | Acerca de uma Política para a agricultura de Montanha |
| 1997 | Organização das Nações Unidas | Adopção do Protocolo de <i>Kyoto</i> | Negociado e assinado em <i>Kyoto</i> , é um compromisso de redução de emissões de gases de estufa, assumido em 1997 por 35 países industrializados e a União Europeia. Este acordo entrou em vigor em Fevereiro de 2005, impondo metas por país, para uma efectiva redução da emissão de gases que contribuam de sobre maneira para o aquecimento do planeta. |
| 1997 | Organização das Nações Unidas | 19ª Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas – Rio +5 | Foi convocada para analisar os progressos efectuados em termos de desenvolvimento sustentável, desde da Conferência da Terra, que se realizou no Rio de Janeiro em 1992. No decorrer desta Sessão os Estados foram incentivados a desenvolver Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável, tendo sido fixado o prazo de 2002 para a formulação e adopção dessas Estratégias Nacionais. |
| 1998 | Organização das Nações Unidas | Assembleia Geral de 10 de Novembro | É votado e aprovado, por 130 países, que o ano 2002 seria declarado "Ano Internacional da Montanha" |
| 1998 | Parlamento Europeu | Relatório da Comissão para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu | "Uma nova estratégia para as Zonas de Montanha" |
| 1998 | Países da área | "Grupo de Altai " | Protocolo de intenções assinado por quatro países -- China, Kazaquistão, Mongólia e Federação Russa –através do qual se comprometiam a proteger e desenvolver a região de Altai. Era ainda reconhecida a necessidade de melhorar o desenvolvimento económico e das infra-estruturas (Adaptado de Villeneuve, A. <i>et al</i> , 2002, p7) |
| 1999 | Comunidade Europeia | Regulamento (CE) n.º 1257/99, do Conselho | Sobre o apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural. Define, no artigo 18.º "zonas de montanha". |
| 2000 | Conselho Mundial da Água | 2º Fórum Mundial sobre a Água | O recurso água é denominado como sendo uma necessidade, mas não um direito, o que tornava, definitivamente este recurso em mercadoria. |
| 2000 | Montanhas do Mundo (Adaptado de Villeneuve, A. <i>et al</i> , 2002, p9) | Fórum Mundial da Montanha | Carta Mundial da População das Montanhas, que foi concebida para representar as necessidades e as aspirações das populações das regiões de montanha. (Adaptado de Villeneuve, A. <i>et al</i> , 2002, p.9-10) |
| 2001 | Países da área | "Grupo de Caucasus" | Resolução adoptada pela Arménia, Azerbeijão, Geórgia e pela Federação Russa, através da qual os signatários reconhecem que o Caucasus é um dos ecossistemas mais importantes da Terra. (Adaptado de Villeneuve, A. <i>et al</i> , 2002, p7) |

Quadro 1 (Continuação): Principais documentos sobre os territórios de montanha

| Ano | Entidade | Evento/Documento | Síntese descritiva |
|------|--|--|---|
| 2001 | Países da área | "Grupo dos Cárpatos" | Acordo de Cooperação Internacional assinado pela República Checa, Hungria, Moldávia, Polónia, Roménia, Eslováquia, Ucrânia e Jugoslávia, de acordo com o qual se comprometiam a proteger e gerir de forma sustentada os Cárpatos. (Adaptado de Villeneuve, A. <i>et al</i> , 2002, p8) |
| 2002 | Universidade das Nações Unidas (UNU) | "Simpósio Internacional sobre a Conservação dos Ecossistemas da Montanha" | Declaração de Tokyo para o IYM refere que o objectivo de desenvolvimento e de educação para todos os níveis e segmentos das populações da montanha e das minorias, tradicionalmente depende do reforço dos recursos da montanha, nomeadamente financeiros, de modo a contrariar a iminência da marginalização das populações destes territórios. Nesta declaração é ainda realçada a necessidade de explorar novas formas de abordar as respectivas questões. |
| 2002 | Organização das Nações Unidas | Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10) | Teve como principal objectivo discutir e avaliar as acções bem sucedidas e as mal sucedidas, relacionadas com o ambiente mundial, nos últimos dez anos. O acesso a energia limpa e renovável, o efeito estufa, a conservação da biodiversidade, a protecção e uso das fontes de água, o acesso à água potável, o saneamento e controle de substâncias químicas nocivas foram alguns dos temas debatidos. No fim do encontro, foram estabelecidas metas para os próximos dez anos. O principal compromisso, assumido pelos países participantes, foi reduzir para metade a população sem acesso a água potável e saneamento básico, até 2015. Na declaração final, no parágrafo 42.º são especificadas as acções a implementar para a conservação e o desenvolvimento sustentável dos territórios de montanha. |
| 2002 | Organização das Nações Unidas | Ano Internacional da Montanha (IYM) | Em conjunto o Programa Ambiental da Nações Unidas com o Comité de Monitorização da Conservação Mundial estabeleceram uma definição para as áreas de montanha. |
| 2002 | Agência Suíça para a Cooperação e Desenvolvimento em associação com o Centro para o Desenvolvimento Ambiental da Universidade de Berne | Montanhas do Mundo – Simpósio 2001: Comunidade e Desenvolvimento entre a Dependência da Subsidiariedade e a Sustentabilidade | Permitiu o intercâmbio e o acesso a estratégias políticas e a instrumentos que são usados nas comunidades locais e a níveis superiores, nos esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável das montanhas. Foram ainda abordadas as formas e estratégias para integrar os contributos das comunidades da montanha, no desenvolvimento sustentável local. |
| 2002 | Comité Nacional Italiano para o IYM | Conferência Internacional à volta dos Continentes com as Montanhas mais altas | Resultou uma recomendação para a acção nos cinco pilares, para o desenvolvimento das montanhas: água, cultura, economia, riscos e política. |
| 2002 | Investigação, Defesa e Comunicação nas áreas dos Himalaias | Conferência Internacional das Crianças de Montanha | A plataforma de Bishkek, dá particular enfoque à questão da educação como meio para atingir o desenvolvimento. Refere que para a Capacidade de desenvolvimento, a todos os níveis, é essencial melhorar a qualificação dos agentes locais dinamizadores (<i>stakeholders</i>) e compreender os processos, os problemas, as necessidades, as oportunidades e os compromissos locais. Para tal deverão ser envolvidos nos processos de decisão os sectores da educação, as ONGs, os governos, os decisores e as agências internacionais. São ainda reconhecidos os constrangimentos das montanhas pelo que incentivam os governos ao uso das tecnologias de informação de modo a que as populações locais possam tirar benefícios deste uso. |
| 2002 | Comité Nacional do Peru para o IYM | 2.º Encontro Internacional – Ecossistemas de Montanha - "Peru país de montanhas em direcção a 2020: água, vida e produção" | Declaração de Huaraz, refere que as alterações climáticas fazem com que os governos devam atribuir especial atenção à preservação e conservação das áreas de montanha. |
| 2002 | Associação Mundial das pessoas de montanha e o Centro de Investigação dos Movimentos Sociais do Equador | 2.º Encontro Mundial das Populações de Montanha | Declaração de Adelboden, refere-se aos direitos das populações indígenas das montanhas em relação aos recursos, bem como o facto de estas mesmas populações deverem ser ouvidas e consideradas em todas as matérias que digam respeito às montanhas. |
| 2006 | Governo Britânico | Stern Review on the Economics of Climate Change (Final Report) | Relatório, encomendado pelo Governo Britânico ao economista Nicolas Stern, sobre as alterações climáticas. As regiões de montanha, ao longo do relatório, surgem-nos sempre relacionadas com as alterações climáticas, nomeadamente pela relevância da vulnerabilidade dos seus ecossistemas, pelo decréscimo da neve acumulada nestas áreas, pela riqueza dos seus <i>habitats</i> , etc, ficando-se com a ideia, que de facto estas regiões são muito sensíveis às alterações climáticas. |

Quadro 1 (Continuação): Principais documentos sobre os territórios de montanha

| Ano | Entidade | Evento/Documento | Síntese descritiva |
|------|---|----------------------------------|--|
| 2007 | Embaixador Asylbek Aidaraliev, Director – Kyrgyz National Centro para o Desenvolvimento das Regiões de Montanha Presidente – Universidade Internacional do Curdistão | Conferência Mulheres de Montanha | Na declaração de <i>Oren</i> é destacado o papel crucial das mulheres para que os objectivos inerentes ao desenvolvimento sustentável da montanha sejam atingidos. As mulheres de montanha têm conhecimento e impregam práticas, que é necessário preservar e encorajar. É necessária justiça económica para evitar o empobrecimento das mulheres de montanha. As tradições e práticas discriminatórias para com as mulheres de montanha devem ser abolidas, sendo necessário implementar sociedades em que as mulheres de montanha participam nas tomadas de decisão. |

Autoria própria

Quadro 2: Máximo demográfico nas freguesias da AIBTSE

| Concelho/Freguesia | 1864 | 1878 | 1890 | 1900 | 1911 | 1920 | 1930 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 |
|---------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Concelho de Aguiar da Beira | 6909 | 7566 | 8053 | 8466 | 8919 | 8635 | 8545 | 9625 | 10177 | 10215 | 8464 | 7285 | 6725 | 6247 |
| Aguiar da Beira | 930 | 1045 | 1107 | 1230 | 1314 | 1261 | 1221 | 1323 | 1283 | 1351 | 1273 | 1280 | 1289 | 1478 |
| Carapito | 478 | 516 | 493 | 548 | 577 | 564 | 521 | 631 | 682 | 682 | 606 | 541 | 517 | 511 |
| Cortiçada | 532 | 599 | 631 | 668 | 734 | 728 | 796 | 893 | 902 | 869 | 769 | 585 | 507 | 389 |
| Coruche | 344 | 353 | 421 | 487 | 546 | 510 | 531 | 625 | 757 | 744 | 424 | 308 | 250 | 208 |
| Dornelas | 685 | 767 | 816 | 881 | 928 | 951 | 918 | 1003 | 1123 | 1234 | 1096 | 901 | 784 | 769 |
| Eirado | 422 | 469 | 522 | 543 | 493 | 405 | 493 | 478 | 501 | 496 | 442 | 338 | 376 | 272 |
| Forninhos | 451 | 489 | 524 | 502 | 586 | 523 | 640 | 647 | 662 | 620 | 495 | 389 | 320 | 272 |
| Gradiz | 383 | 402 | 444 | 403 | 432 | 402 | 310 | 344 | 368 | 391 | 305 | 266 | 269 | 212 |
| Pena Verde | 974 | 1054 | 1119 | 1168 | 1219 | 1231 | 1191 | 1426 | 1551 | 1525 | 1216 | 1131 | 1064 | 980 |
| Pinheiro | 434 | 456 | 527 | 548 | 498 | 527 | 438 | 535 | 584 | 587 | 546 | 392 | 349 | 287 |
| Sequeiros | 417 | 427 | 425 | 437 | 496 | 468 | 457 | 489 | 530 | 514 | 438 | 439 | 369 | 297 |
| Souto de Aguiar da Beira | 564 | 657 | 709 | 731 | 780 | 756 | 697 | 865 | 843 | 810 | 547 | 427 | 403 | 369 |
| Valverde | 295 | 332 | 315 | 320 | 316 | 309 | 332 | 366 | 391 | 392 | 307 | 288 | 228 | 203 |
| Concelho de Belmonte | 4743 | 5239 | 5694 | 6573 | 7261 | 7362 | 8190 | 9572 | 9848 | 9109 | 6522 | 6765 | 7411 | 7592 |
| Belmonte (Santiago) | 1773 | 1875 | 2084 | 2376 | 2768 | 2745 | 3258 | 3947 | 3005 | 2827 | 2293 | 2503 | 3046 | 3227 |
| Caria | 1704 | 1992 | 2149 | 2555 | 2672 | 2772 | 2918 | 3347 | 3455 | 3130 | 2142 | 2153 | 2126 | 2240 |
| Colmeal da Torre | | | | | | | | | 1002 | 1123 | 673 | 757 | 873 | 894 |
| Inguias | 746 | 820 | 826 | 985 | 1055 | 1055 | 1256 | 1431 | 1568 | 1280 | 878 | 883 | 981 | 846 |
| Macanhas | 520 | 552 | 635 | 657 | 766 | 790 | 758 | 847 | 818 | 749 | 536 | 469 | 385 | 385 |
| Concelho de Celorico da Beira | 13049 | 14463 | 15474 | 15814 | 15934 | 15045 | 14880 | 16484 | 16732 | 14930 | 11386 | 10269 | 8875 | 8880 |
| Açores | 653 | 671 | 711 | 633 | 680 | 607 | 636 | 727 | 730 | 632 | 497 | 439 | 316 | 369 |
| Baraçal | 468 | 511 | 663 | 641 | 622 | 592 | 603 | 626 | 642 | 518 | 364 | 307 | 262 | 271 |
| Cadafaz | 387 | 392 | 471 | 495 | 476 | 412 | 401 | 444 | 450 | 447 | 376 | 270 | 217 | 164 |
| Carrapichana | 371 | 516 | 530 | 577 | 552 | 635 | 506 | 600 | 631 | 554 | 416 | 333 | 302 | 269 |
| Casas do Soeiro | | | | | | | | | | | | | 437 | 501 |
| Celorico (S. Pedro) | 1089 | 1466 | 1583 | 1798 | 1714 | 1603 | 1821 | 2024 | 2036 | 1676 | 1453 | 1589 | 1082 | 1387 |
| Celorico (Sª Maria) | 1244 | 1493 | 1574 | 1478 | 1460 | 1485 | 1384 | 1544 | 1514 | 1230 | 968 | 1185 | 1064 | 1171 |
| Cortico da Serra | 470 | 563 | 567 | 564 | 533 | 548 | 520 | 577 | 582 | 531 | 473 | 318 | 255 | 229 |
| Forno Telheiro | 662 | 742 | 959 | 1103 | 1241 | 1307 | 1376 | 1462 | 1478 | 1367 | 1054 | 955 | 874 | 838 |
| Lajeosa do Mondego | 639 | 740 | 740 | 767 | 827 | 737 | 803 | 837 | 866 | 872 | 667 | 818 | 828 | 783 |
| Linhares | 1033 | 1118 | 1102 | 1235 | 1264 | 980 | 946 | 1103 | 1150 | 1016 | 742 | 485 | 380 | 328 |
| Maçal do Chão | 558 | 493 | 591 | 562 | 603 | 488 | 466 | 516 | 544 | 473 | 305 | 247 | 287 | 192 |
| Mesquitela | 1035 | 1146 | 1176 | 1007 | 1018 | 936 | 784 | 934 | 955 | 807 | 516 | 392 | 387 | 308 |
| Minhocal | 373 | 432 | 405 | 427 | 509 | 463 | 402 | 562 | 552 | 524 | 367 | 352 | 292 | 240 |
| Prados | 488 | 510 | 537 | 576 | 575 | 620 | 640 | 735 | 731 | 782 | 473 | 381 | 270 | 222 |
| Rapa | 384 | 384 | 434 | 464 | 478 | 442 | 505 | 453 | 472 | 392 | 306 | 254 | 122 | 197 |
| Ratoeira | 474 | 470 | 483 | 494 | 467 | 455 | 437 | 520 | 535 | 395 | 396 | 353 | 276 | 297 |
| Salgueirais | 403 | 462 | 514 | 502 | 469 | 456 | 439 | 484 | 529 | 422 | 312 | 195 | 192 | 156 |
| Vale de Azares | 1076 | 1003 | 1058 | 1138 | 1045 | 990 | 995 | 1018 | 1006 | 1078 | 771 | 694 | 543 | 467 |
| Velosa | 340 | 371 | 388 | 374 | 421 | 381 | 330 | 407 | 419 | 301 | 227 | 193 | 122 | 146 |
| Vide entre Vinhas | 525 | 571 | 532 | 560 | 568 | 523 | 483 | 506 | 510 | 532 | 465 | 320 | 209 | 195 |
| Vila Boa do Mondego | 377 | 409 | 456 | 419 | 412 | 385 | 403 | 405 | 400 | 381 | 238 | 189 | 158 | 150 |
| Concelho da Covilhã | 29368 | 33998 | 47368 | 44427 | 48400 | 44493 | 49904 | 60608 | 68522 | 72957 | 61950 | 60945 | 53999 | 54505 |
| Aldeia de S. Francisco de Assis | | | | | 379 | 486 | 510 | 1289 | 1838 | 2508 | 1890 | 1886 | 1396 | 692 |
| Aldeia do Carvalho | 1059 | 1366 | 1964 | 2075 | 2446 | 1917 | 2672 | 3314 | 4043 | 4754 | 3751 | 5582 | 3723 | 2090 |
| Aldeia do Souto | 482 | 537 | 555 | 612 | 603 | 662 | 605 | 592 | 631 | 562 | 407 | 347 | 298 | 265 |

Quadro 2 (continuação): Máximo demográfico nas freguesias da AIBTSE

| Concelho/Freguesia | 1864 | 1878 | 1890 | 1900 | 1911 | 1920 | 1930 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 |
|--------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Barco | 539 | 923 | 907 | 1034 | 1162 | 128 | 1365 | 1577 | 1802 | 2070 | 1321 | 1261 | 753 | 576 |
| Boidobra | 740 | 772 | 3114 | 1033 | 1175 | 1067 | 1179 | 1386 | 1634 | 1838 | 1414 | 1477 | 1880 | 2859 |
| Canhoso | | | | | | | | | | | | | | 1735 |
| Cantar-Galo | | | | | | | | | | | | | 2755 | 2492 |
| Casegas | 918 | 1073 | 1138 | 1196 | 1393 | 1450 | 1499 | 1589 | 1819 | 1710 | 1146 | 910 | 780 | 701 |
| Cortes do Meio | 845 | 877 | 980 | 1024 | 1192 | 1262 | 1385 | 1392 | 1595 | 1625 | 1314 | 1066 | 809 | 969 |
| Coutada | | | | | | | | | | | | | 497 | 476 |
| Covilhã (Conceição) | 2076 | 2776 | 4920 | 3884 | 4083 | 3725 | 4225 | 5662 | 7573 | 10150 | 11308 | 10565 | 7465 | 7563 |
| Covilhã (S. Marinho) | 2005 | 2482 | 4098 | 4009 | 4246 | 3228 | 3918 | 5359 | 5909 | 5938 | 5996 | 5222 | 5165 | 4910 |
| Covilhã (S. Pedro) | 2272 | 2752 | 3683 | 3434 | 3269 | 3481 | 3552 | 3853 | 4071 | 3246 | 3687 | 3254 | 2133 | 2742 |
| Covilhã (Santa Maria) | 2509 | 2955 | 4858 | 4215 | 4147 | 3596 | 3888 | 4170 | 3832 | 4261 | 4615 | 4011 | 3053 | 2490 |
| Dominguizo | 433 | 539 | 653 | 673 | | | 868 | 949 | 1010 | 1100 | 1027 | 1102 | 1154 | 1188 |
| Erada | 595 | 748 | 887 | 878 | 952 | 1041 | 1106 | 1295 | 1428 | 1589 | 1220 | 1111 | 963 | 845 |
| Ferro | 1454 | 1473 | 1702 | 1806 | 2017 | 1979 | 1923 | 2243 | 2279 | 2186 | 1498 | 1811 | 1646 | 1834 |
| Orjais | 919 | 903 | 1217 | 1148 | 1178 | 1066 | 1190 | 1218 | 1314 | 1386 | 1071 | 1028 | 980 | 859 |
| Ourondo | 571 | 669 | 704 | 1043 | 857 | 948 | 952 | 1056 | 1159 | 787 | 470 | 504 | 495 | 416 |
| Paul | 1080 | 1364 | 1518 | 1493 | 1691 | 1726 | 1804 | 2003 | 2269 | 2316 | 1755 | 1565 | 1728 | 1816 |
| Pêra Boa | 809 | 802 | 921 | 1069 | 1219 | 1198 | 1470 | 1449 | 1746 | 1775 | 1212 | 1176 | 1147 | 1072 |
| Peso | 1290 | 1077 | 1294 | 1240 | 1434 | 1509 | 1741 | 1955 | 2205 | 2094 | 1401 | 735 | 753 | 780 |
| S. Jorge da Beira | 463 | 561 | 664 | 788 | 1276 | 1203 | 1224 | 3253 | 3422 | 3306 | 1718 | 1572 | 1063 | 694 |
| Sarzedo | 555 | 571 | 65 | 656 | 663 | 664 | 610 | 639 | 639 | 561 | 390 | 297 | 214 | 175 |
| Sobral de Casegas | 531 | 668 | 851 | 801 | 929 | 1003 | 1044 | 1152 | 1319 | 1457 | 1133 | 943 | 744 | 686 |
| Teixoso | 2359 | 2587 | 3934 | 3170 | 3601 | 3335 | 3522 | 3764 | 4075 | 4297 | 3751 | 4076 | 3742 | 4415 |
| Tortosendo | 2204 | 2368 | 2968 | 3235 | 4414 | 3906 | 3579 | 4489 | 5204 | 5795 | 4571 | 5147 | 4654 | 5426 |
| Unhais da Serra | 893 | 1207 | 1486 | 1495 | 1545 | 1392 | 1450 | 2001 | 2422 | 2499 | 1739 | 1826 | 1539 | 1385 |
| Vale Formoso | 1110 | 1109 | 1291 | 1374 | 1307 | 1312 | 1210 | 1203 | 1286 | 1141 | 573 | 708 | 707 | 640 |
| Vales do Rio | | | | | | | | | | | | 833 | 930 | 839 |
| Verdelhos | 657 | 839 | 996 | 1042 | 1222 | 1209 | 1413 | 1756 | 1998 | 2006 | 1572 | 930 | 833 | 875 |
| Concelho de Fornos de Algodres | 8531 | 9488 | 9707 | 10409 | 10215 | 9920 | 9952 | 10788 | 10424 | 8848 | 6674 | 6445 | 6044 | 5450 |
| Algodres | 785 | 954 | 832 | 845 | 870 | 862 | 844 | 938 | 1010 | 923 | 653 | 560 | 531 | 450 |
| Casal Vasco | 531 | 514 | 466 | 526 | 486 | 499 | 510 | 540 | 531 | 449 | 366 | 287 | 307 | 269 |
| Cortiçô | 335 | 425 | 374 | 424 | 424 | 414 | 420 | 391 | 387 | 326 | 256 | 242 | 207 | 180 |
| Figueirô da Granja | 711 | 786 | 847 | 874 | 779 | 790 | 815 | 820 | 847 | 689 | 622 | 606 | 546 | 471 |
| Fornos de Algodres | 1361 | 1573 | 1605 | 1920 | 1791 | 1759 | 1980 | 2248 | 2360 | 1797 | 1490 | 1713 | 1752 | 1686 |
| Fuinhas | 243 | 295 | 323 | 349 | 364 | 352 | 300 | 327 | 317 | 269 | 190 | 158 | 159 | 110 |
| Infias | 215 | 214 | 224 | 176 | 233 | 200 | 187 | 245 | 234 | 251 | 170 | 230 | 228 | 280 |
| Juncais | 795 | 863 | 995 | 1126 | 1108 | 1007 | 1032 | 1086 | 580 | 483 | 319 | 351 | 354 | 316 |
| Maceira | 552 | 561 | 556 | 530 | 546 | 502 | 517 | 614 | 628 | 560 | 388 | 367 | 322 | 277 |
| Matança | 679 | 706 | 746 | 738 | 735 | 738 | 740 | 776 | 772 | 669 | 550 | 436 | 328 | 312 |
| Muxagata | 512 | 511 | 612 | 679 | 629 | 600 | 565 | 594 | 582 | 520 | 329 | 346 | 293 | 248 |
| Queiriz | 422 | 453 | 443 | 468 | 516 | 507 | 490 | 540 | 524 | 518 | 423 | 362 | 348 | 293 |
| Sobral Pichorro | 498 | 615 | 672 | 666 | 656 | 704 | 632 | 665 | 694 | 560 | 437 | 330 | 273 | 227 |
| Vila Chã | 248 | 283 | 243 | 250 | 258 | 232 | 186 | 195 | 180 | 151 | 121 | 122 | 111 | 93 |
| Vila Ruiva | 417 | 506 | 539 | 576 | 558 | 491 | 512 | 528 | 528 | 473 | 283 | 240 | 220 | 180 |
| Vila Soeiro do Chão | 227 | 229 | 230 | 262 | 262 | 263 | 222 | 281 | 250 | 210 | 77 | 95 | 65 | 58 |
| Concelho de Gouveia | 19738 | 21192 | 23022 | 24641 | 25434 | 23279 | 23724 | 27321 | 27643 | 25210 | 18494 | 19045 | 17410 | 16122 |
| Aldeias | 731 | 829 | 789 | 827 | 912 | 814 | 731 | 934 | 873 | 711 | 494 | 460 | 377 | 341 |
| Arcozelo | 954 | 1038 | 1154 | 1339 | 1462 | 1386 | 1580 | 1723 | 1683 | 1493 | 1284 | 1109 | 1007 | 858 |

Quadro 2 (continuação): Máximo demográfico nas freguesias da AIBTSE

| Concelho/Freguesia | 1864 | 1878 | 1890 | 1900 | 1911 | 1920 | 1930 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Catavelos | 1166 | 1254 | 1522 | 1458 | 1478 | 1502 | 1464 | 1845 | 1835 | 1784 | 1300 | 1053 | 996 | 873 |
| Figueiró da Serra | 891 | 1032 | 1150 | 1188 | 1054 | 1074 | 895 | 1010 | 948 | 806 | 572 | 399 | 379 | 303 |
| Folgosinho | 1179 | 1239 | 1346 | 1435 | 1603 | 1362 | 1481 | 1961 | 2086 | 1898 | 1405 | 912 | 697 | 580 |
| Freixo da Serra | 502 | 537 | 603 | 625 | 592 | 495 | 582 | 565 | 524 | 393 | 239 | 224 | 168 | 138 |
| Gouveia (S. Julião) | 804 | 1024 | 1086 | 1097 | 1218 | 1336 | 1516 | 1637 | 1610 | 1993 | 1159 | 1636 | 1510 | 1561 |
| Gouveia (S. Pedro) | 1796 | 1768 | 2064 | 2303 | 2201 | 1652 | 2074 | 2498 | 2749 | 2222 | 1493 | 2308 | 2427 | 2314 |
| Lagarinhos | 763 | 736 | 844 | 847 | 947 | 907 | 834 | 992 | 963 | 727 | 666 | 674 | 643 | 503 |
| Manqualde da Serra | 388 | 389 | 331 | 391 | 395 | 408 | 319 | 407 | 420 | 360 | 232 | 254 | 234 | 195 |
| Melo | 1201 | 1302 | 1309 | 1466 | 1440 | 1227 | 1275 | 1457 | 1500 | 1274 | 637 | 714 | 668 | 673 |
| Moimenta da Serra | 985 | 1112 | 1056 | 1096 | 1091 | 995 | 1050 | 1045 | 951 | 837 | 716 | 865 | 870 | 707 |
| Nabais | 510 | 567 | 624 | 634 | 662 | 640 | 618 | 661 | 635 | 614 | 516 | 564 | 413 | 429 |
| Nespereira | 707 | 844 | 909 | 926 | 1108 | 1070 | 1172 | 1177 | 1148 | 1077 | 701 | 983 | 922 | 861 |
| Paços da Serra | 1121 | 1137 | 1228 | 1117 | 1086 | 1022 | 1087 | 1050 | 1084 | 981 | 831 | 798 | 778 | 726 |
| Ribamondego | 497 | 501 | 654 | 707 | 779 | 733 | 703 | 777 | 760 | 643 | 417 | 400 | 332 | 338 |
| Rio Torto | 830 | 860 | 908 | 1012 | 1033 | 1031 | 869 | 924 | 922 | 821 | 729 | 718 | 579 | 527 |
| S. Paio | 921 | 968 | 1136 | 1345 | 1373 | 1301 | 1311 | 1526 | 1633 | 1447 | 1106 | 1078 | 981 | 945 |
| Vila Cortês da Serra | 577 | 600 | 626 | 759 | 623 | 569 | 597 | 635 | 734 | 668 | 481 | 360 | 309 | 312 |
| Vila Franca da Serra | 534 | 563 | 610 | 672 | 724 | 662 | 436 | 635 | 711 | 540 | 366 | 367 | 348 | 303 |
| Vila Nova de Tazém | 1935 | 2066 | 2234 | 2508 | 2660 | 2256 | 2329 | 2851 | 2942 | 3014 | 2428 | 2354 | 2019 | 2011 |
| Vinhó | 746 | 826 | 839 | 889 | 993 | 837 | 801 | 1011 | 932 | 907 | 722 | 815 | 753 | 624 |
| Cncelho da Guarda | 32778 | 36051 | 40265 | 41748 | 44048 | 41646 | 43092 | 47581 | 51689 | 49181 | 39992 | 40509 | 38728 | 44001 |
| Adão | 371 | 443 | 498 | 485 | 548 | 588 | 511 | 645 | 715 | 643 | 303 | 283 | 263 | 227 |
| Albardo | 306 | 352 | 395 | 443 | 479 | 449 | 463 | 496 | 517 | 455 | 344 | 248 | 174 | 181 |
| Aldeia do Bispo | 444 | 469 | 511 | 431 | 719 | 371 | 319 | 334 | 339 | 308 | 216 | 169 | 131 | 180 |
| Aldeia Viçosa | 863 | 902 | 952 | 992 | 992 | 1028 | 962 | 1056 | 959 | 873 | 609 | 561 | 471 | 411 |
| Alvendre | 401 | 432 | 506 | 565 | 515 | 480 | 451 | 505 | 513 | 494 | 367 | 275 | 269 | 231 |
| Arrifana | 535 | 634 | 663 | 709 | 694 | 641 | 552 | 650 | 915 | 765 | 914 | 532 | 512 | 735 |
| Avelãs da Ribeira | 484 | 505 | 548 | 520 | 525 | 477 | 557 | 546 | 567 | 485 | 400 | 287 | 234 | 215 |
| Avelãs de Ambom | 461 | 358 | 420 | 514 | 414 | 338 | 379 | 333 | 312 | 303 | 199 | 169 | 103 | 91 |
| Benespera | 620 | 586 | 615 | 654 | 739 | 724 | 606 | 807 | 902 | 900 | 558 | 427 | 435 | 346 |
| Carvalho Meão | 224 | 267 | 295 | 278 | 300 | 282 | 295 | 333 | 307 | 281 | 144 | 100 | 74 | 67 |
| Casal de Cinza | 865 | 965 | 1093 | 1132 | 1129 | 1075 | 1087 | 1111 | 1159 | 1039 | 794 | 700 | 625 | 592 |
| Castanheira | 835 | 897 | 994 | 1021 | 1075 | 1033 | 1086 | 1024 | 1214 | 1162 | 716 | 652 | 501 | 425 |
| Cavadoude | 474 | 476 | 515 | 490 | 504 | 484 | 493 | 593 | 590 | 515 | 387 | 361 | 420 | 366 |
| Codeceiro | 358 | 395 | 489 | 479 | 486 | 482 | 469 | 554 | 488 | 476 | 399 | 287 | 260 | 216 |
| Corujeira | 348 | 375 | 388 | 408 | 450 | 342 | 377 | 457 | 383 | 307 | 265 | 223 | 182 | 143 |
| Faia | 607 | 604 | 660 | 632 | 718 | 530 | 601 | 626 | 592 | 539 | 447 | 326 | 292 | 279 |
| Famalicão | 1124 | 1247 | 1488 | 1631 | 1628 | 1649 | 1530 | 1861 | 1971 | 1591 | 1221 | 995 | 791 | 755 |
| Fernão Joanes | 531 | 594 | 654 | 671 | 726 | 705 | 735 | 788 | 785 | 724 | 544 | 453 | 406 | 333 |
| Gaços | | | | | | | 410 | 455 | 454 | 391 | 254 | 217 | 181 | 134 |
| Gonçalo | 1220 | 1338 | 1504 | 1596 | 1676 | 1567 | 1677 | 1898 | 1937 | 1880 | 1604 | 1376 | 1160 | 1207 |
| Gonçalo Bocas | 256 | 291 | 278 | 308 | 344 | 342 | 349 | 405 | 390 | 325 | 303 | 278 | 247 | 217 |
| Guarda (S. Vicente) | 1198 | 1491 | 2017 | 2085 | 2599 | 2761 | 3086 | 3585 | 4171 | 4455 | 2950 | 8290 | 8426 | 11514 |
| Guarda (Sé) | 2984 | 3655 | 4003 | 4112 | 4066 | 4329 | 5791 | 5806 | 7415 | 8332 | 10623 | 9658 | 5793 | 7559 |
| Jarmelo (S. Miguel) | 528 | 578 | 617 | 573 | 618 | 584 | 369 | 391 | 413 | 367 | 264 | 249 | 237 | 194 |
| Jarmelo (S. Pdero) | 832 | 859 | 863 | 911 | 936 | 920 | 679 | 673 | 697 | 596 | 378 | 321 | 276 | 1146 |
| João Antão | 330 | 396 | 399 | 418 | 350 | 405 | 406 | 468 | 457 | 439 | 287 | 209 | 191 | 516 |
| Maçainhas de Baixo | 861 | 864 | 1016 | 1030 | 1102 | 1032 | 1084 | 1135 | 1150 | 1107 | 990 | 1232 | 1161 | 260 |

Quadro 2 (continuação): Máximo demográfico nas freguesias da AIBTSE

| Concelho/Freguesia | 1864 | 1878 | 1890 | 1900 | 1911 | 1920 | 1930 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 |
|----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Marmeleiro | 1130 | 1108 | 1207 | 1285 | 1289 | 1255 | 1108 | 1388 | 1449 | 1470 | 1123 | 786 | 651 | 187 |
| Meios | 387 | 436 | 452 | 407 | 465 | 371 | 395 | 433 | 402 | 367 | 248 | 245 | 220 | 44 |
| Mizarela | 544 | 506 | 519 | 531 | 619 | 598 | 524 | 551 | 568 | 547 | 430 | 288 | 246 | 573 |
| Monte Margarida | 205 | 247 | 258 | 247 | 190 | 175 | 185 | 229 | 244 | 222 | 151 | 112 | 65 | 192 |
| Panóias de Cima | 631 | 739 | 840 | 839 | 964 | 986 | 933 | 979 | 1014 | 995 | 585 | 732 | 617 | 833 |
| Pega | 641 | 668 | 760 | 811 | 896 | 884 | 722 | 1093 | 1134 | 753 | 366 | 283 | 264 | 89 |
| Pêra do Moço | 975 | 1077 | 1230 | 1273 | 1372 | 1252 | 1196 | 1278 | 1382 | 1198 | 992 | 922 | 941 | 398 |
| Pêro Soares | 235 | 261 | 271 | 311 | 320 | 294 | 273 | 319 | 312 | 265 | 175 | 140 | 147 | 179 |
| Porto da Carne | 270 | 321 | 351 | 344 | 365 | 301 | 325 | 321 | 295 | 268 | 290 | 363 | 336 | 239 |
| Pousada | 412 | 465 | 540 | 533 | 542 | 554 | 624 | 673 | 663 | 571 | 420 | 330 | 238 | 136 |
| Ramela | 605 | 656 | 705 | 723 | 654 | 547 | 607 | 654 | 657 | 633 | 470 | 381 | 296 | 110 |
| Ribeira dos Carinhos | 383 | 355 | 657 | 364 | 431 | 360 | 357 | 326 | 395 | 308 | 218 | 175 | 171 | 343 |
| Rocamondo | | 177 | 203 | 199 | 245 | 217 | 211 | 235 | 252 | 189 | 111 | 104 | 104 | 444 |
| Rochoso | 726 | 813 | 848 | 894 | 967 | 934 | 880 | 1027 | 1158 | 1191 | 719 | 560 | 466 | 228 |
| S. Miguel da Guarda | | | | | | | | | | | | | 4628 | 6734 |
| Santana de Azinha | 351 | 405 | 466 | 546 | 694 | 587 | 559 | 720 | 766 | 874 | 573 | 523 | 462 | 195 |
| Seixo Amarelo | 518 | 547 | 556 | 602 | 578 | 533 | 482 | 504 | 486 | 419 | 298 | 251 | 198 | 126 |
| Sobral da Serra | 552 | 548 | 659 | 706 | 782 | 799 | 799 | 785 | 738 | 672 | 478 | 383 | 349 | 228 |
| Trinta | 788 | 984 | 1110 | 1297 | 1287 | 990 | 1032 | 1142 | 1188 | 772 | 598 | 617 | 555 | 497 |
| Vale de Estrela | 592 | 663 | 747 | 701 | 704 | 574 | 611 | 650 | 677 | 532 | 397 | 408 | 414 | 418 |
| Valhelhas | 736 | 894 | 917 | 1180 | 1408 | 1302 | 1409 | 1790 | 1770 | 1604 | 918 | 789 | 533 | 509 |
| Vela | 882 | 1095 | 1130 | 1205 | 1225 | 1146 | 1281 | 1342 | 1455 | 1543 | 800 | 612 | 612 | 567 |
| Videmonte | 843 | 850 | 928 | 1040 | 1076 | 906 | 956 | 990 | 1127 | 1190 | 909 | 656 | 608 | 552 |
| Vila Cortês do Mondego | 303 | 319 | 289 | 297 | 317 | 343 | 250 | 263 | 277 | 255 | 241 | 285 | 327 | 323 |
| Vila Fernando | 1022 | 1015 | 1139 | 1229 | 1191 | 1062 | 1107 | 1286 | 1403 | 1261 | 869 | 812 | 658 | 587 |
| Vila Franca do Deão | 458 | 459 | 510 | 527 | 571 | 486 | 456 | 461 | 455 | 389 | 326 | 249 | 204 | 159 |
| Vila Garcia | 529 | 470 | 592 | 569 | 564 | 572 | 486 | 607 | 639 | 544 | 479 | 381 | 312 | 334 |
| Vila Soeiro | | | | | | | | | 471 | 397 | 328 | 244 | 291 | 237 |
| Concelho de Manteigas | 2855 | 3300 | 3802 | 4134 | 4073 | 3802 | 4080 | 4863 | 5390 | 5276 | 4717 | 4493 | 4455 | 4094 |
| Manteigas (S. Pedro) | 1387 | 1539 | 1626 | 1892 | 1950 | 1709 | 1856 | 2279 | 2658 | 2599 | 2455 | 2236 | 1943 | 1764 |
| Manteigas (Sª Maria) | 1220 | 1401 | 1723 | 1710 | 1588 | 1539 | 1677 | 1919 | 2017 | 1929 | 1667 | 1705 | 1752 | 1609 |
| Sameiro | 248 | 360 | 453 | 532 | 535 | 554 | 547 | 665 | 715 | 748 | 595 | 552 | 497 | 460 |
| Vale de Amoreira | | | | | | | | | | | | | 263 | 261 |
| Concelho de Oliveira do Hospital | 24137 | 25482 | 26741 | 26994 | 27469 | 26992 | 26030 | 28391 | 29038 | 26281 | 23525 | 23554 | 22584 | 22112 |
| Aldeia das Dez | 1270 | 1360 | 1381 | 1641 | 1702 | 1759 | 1725 | 1690 | 1487 | 1433 | 1100 | 898 | 785 | 627 |
| Alvoco das Várzeas | 682 | 668 | 752 | 786 | 762 | 851 | 619 | 863 | 969 | 899 | 712 | 566 | 491 | 366 |
| Avó | 1030 | 1130 | 1291 | 1209 | 1367 | 1244 | 1104 | 1232 | 1300 | 1241 | 816 | 788 | 762 | 633 |
| Bobadela | 848 | 851 | 771 | 789 | 816 | 743 | 677 | 826 | 923 | 830 | 803 | 750 | 759 | 761 |
| Ervedal | 2963 | 3364 | 3813 | 3649 | 3615 | 3115 | 2644 | 3277 | 2957 | 2569 | 1990 | 1968 | 1113 | 1077 |
| Lagares | 1266 | 1262 | 1357 | 1483 | 1481 | 1386 | 1431 | 1636 | 1747 | 1574 | 1639 | 1685 | 1565 | 1503 |
| Lagos da Beira | 896 | 971 | 911 | 921 | 446 | 856 | 857 | 987 | 1050 | 977 | 1000 | 1025 | 981 | 912 |
| Lajeosa | 633 | 600 | 657 | 650 | 696 | 623 | 579 | 603 | 637 | 615 | 661 | 644 | 679 | 610 |
| Lourosa | 1230 | 1264 | 1149 | 1203 | 1122 | 1132 | 1101 | 1137 | 1206 | 1047 | 924 | 869 | 762 | 651 |
| Meruge | 895 | 927 | 1044 | 959 | 867 | 929 | 908 | 966 | 1055 | 997 | 925 | 963 | 786 | 668 |
| Noqueira do Cravo | 1874 | 2002 | 2067 | 2043 | 2206 | 2220 | 2225 | 2312 | 2553 | 2291 | 2146 | 2213 | 2365 | 2289 |
| Oliveira do Hospital | 1454 | 1502 | 1537 | 1608 | 1648 | 1601 | 1523 | 1919 | 2166 | 2092 | 2141 | 2965 | 3510 | 4390 |
| Penalva de Alva | 1437 | 1349 | 1432 | 1588 | 1762 | 1776 | 1746 | 1969 | 1903 | 1693 | 1373 | 1339 | 1214 | 1080 |
| S. Gião | 1488 | 1537 | 1590 | 1642 | 1683 | 1702 | 1390 | 1577 | 1550 | 1491 | 1224 | 884 | 700 | 574 |

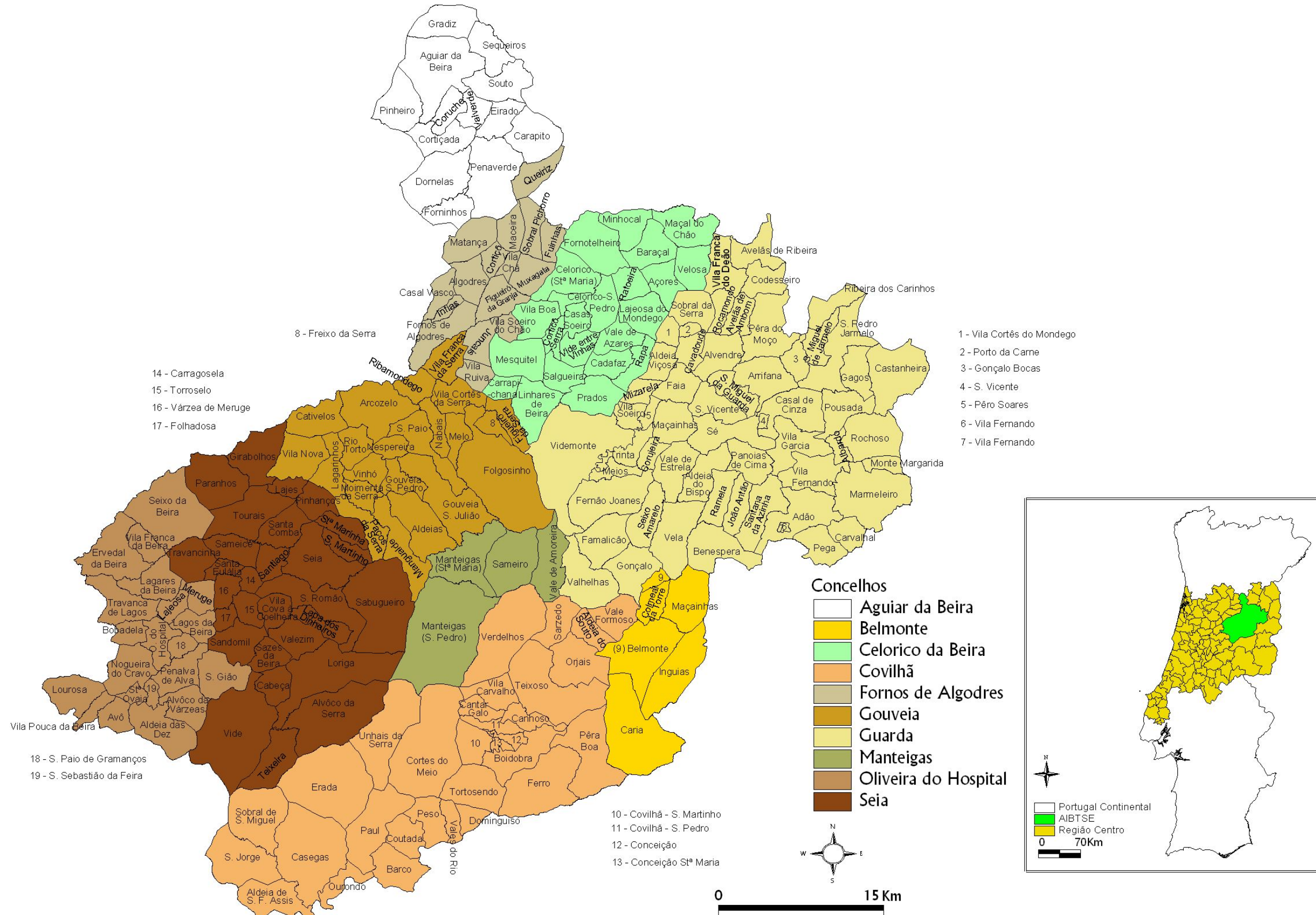
Quadro 2 (continuação): Máximo demográfico nas freguesias da AIBTSE

| Concelho/Freguesia | 1864 | 1878 | 1890 | 1900 | 1911 | 1920 | 1930 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 |
|-----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| S. Paio de Gramaços | 587 | 618 | 652 | 661 | 680 | 661 | 757 | 778 | 826 | 749 | 802 | 939 | 1003 | 987 |
| S. Sebastião da Feira | 220 | 253 | 253 | 291 | 331 | 336 | 347 | 391 | 371 | 364 | 346 | 267 | 272 | 229 |
| Santa Ovaia | 386 | 425 | 458 | 532 | 594 | 610 | 501 | 633 | 608 | 528 | 505 | 591 | 646 | 647 |
| Seixo da Beira | 2283 | 2646 | 2878 | 2611 | 2933 | 2855 | 3177 | 2971 | 3057 | 2624 | 2437 | 2145 | 1954 | 1722 |
| Travanca de Lagos | 1962 | 1988 | 2036 | 2072 | 2087 | 2016 | 2192 | 2007 | 2125 | 1839 | 1574 | 1646 | 1326 | 1448 |
| Vila Franca da Beira | | | | | | | | | | | | | 328 | 555 |
| Vila Pouca da Beira | 733 | 765 | 712 | 656 | 671 | 577 | 527 | 617 | 548 | 428 | 407 | 409 | 583 | 383 |
| Concelho de Seia | 27236 | 29274 | 30640 | 31929 | 33154 | 32684 | 31281 | 34392 | 35962 | 34436 | 31879 | 31352 | 30362 | 28144 |
| Alvoco da Serra | 949 | 1071 | 1125 | 1190 | 1307 | 1266 | 1368 | 1311 | 1399 | 1384 | 1396 | 1007 | 801 | 646 |
| Cabeça | 328 | 324 | 354 | 374 | 414 | 468 | 479 | 510 | 479 | 509 | 476 | 401 | 334 | 229 |
| Carragozela | 401 | 386 | 443 | 454 | 507 | 458 | 489 | 486 | 509 | 390 | 356 | 428 | 429 | 403 |
| Folhadosa | 563 | 526 | 603 | 535 | 535 | 635 | 573 | 672 | 623 | 591 | 670 | 560 | 474 | 429 |
| Girabolhos | 953 | 991 | 1142 | 1141 | 1128 | 1052 | 1080 | 1221 | 1528 | 1116 | 880 | 667 | 637 | 482 |
| Gouveia (S. Martinho) | 823 | 823 | 812 | 787 | 902 | 911 | 2161 | 921 | 834 | 861 | 905 | 966 | 915 | 816 |
| Lajes | 397 | 436 | 468 | 571 | 583 | 587 | 502 | 544 | 595 | 525 | 415 | 331 | 294 | 309 |
| Lapa dos Dinheiros | | | | | | | | | | | | | 511 | 416 |
| Loriga | 1690 | 1888 | 2090 | 2414 | 2652 | 2488 | 2152 | 2548 | 2981 | 2695 | 2204 | 1825 | 1631 | 1270 |
| Paranhos | 2127 | 2381 | 2319 | 2484 | 2753 | 2454 | 2013 | 2570 | 2582 | 2301 | 1812 | 2026 | 1874 | 1714 |
| Pinhanços | 927 | 990 | 917 | 874 | 840 | 856 | 850 | 929 | 904 | 854 | 675 | 814 | 822 | 703 |
| S. Romão | 1725 | 1956 | 1857 | 2132 | 2139 | 2161 | 1218 | 2526 | 2933 | 3082 | 3390 | 3589 | 3101 | 3078 |
| Sabuqueiro | 287 | 331 | 356 | 422 | | | | | 680 | 678 | 766 | 713 | 677 | 570 |
| Sameice | 846 | 860 | 765 | 790 | 770 | 612 | 679 | 633 | 661 | 655 | 594 | 539 | 510 | 397 |
| Sandomil | 1577 | 1698 | 1681 | 1847 | 1792 | 1860 | 1798 | 1895 | 1735 | 1710 | 1614 | 1371 | 1269 | 1108 |
| Santa Comba | 943 | 959 | 1101 | 1037 | 1061 | 976 | 931 | 939 | 940 | 1005 | 917 | 873 | 758 | 741 |
| Santa Euládia | 579 | 624 | 588 | 557 | 510 | 515 | 482 | 515 | 471 | 435 | 401 | 391 | 346 | 322 |
| Santa Marinha | 1217 | 1233 | 1209 | 1108 | 1115 | 1198 | 1048 | 1246 | 1332 | 1277 | 1229 | 1045 | 1193 | 1175 |
| Santiago | 1015 | 1167 | 1290 | 1293 | 1313 | 1280 | 911 | 1337 | 1248 | 1159 | 1006 | 1102 | 1142 | 1120 |
| Sazes da Beira | 452 | 535 | 548 | 572 | 658 | 615 | 609 | 635 | 685 | 663 | 625 | 460 | 392 | 341 |
| Seia | 2199 | 2320 | 2637 | 2759 | 3169 | 3269 | 3470 | 3728 | 3340 | 3457 | 4173 | 5675 | 6465 | 6928 |
| Teixeira | 247 | 283 | 407 | 392 | | | | | 531 | 499 | 385 | 242 | 280 | 232 |
| Torrozelo | 757 | 761 | 815 | 805 | 790 | 770 | 667 | 842 | 772 | 734 | 717 | 625 | 618 | 528 |
| Tourais | 1901 | 2003 | 2033 | 2135 | 2247 | 2452 | 2064 | 2379 | 2467 | 2417 | 1937 | 2045 | 1800 | 1561 |
| Travancinha | 917 | 1063 | 957 | 1017 | 1052 | 949 | 753 | 959 | 1045 | 817 | 759 | 670 | 630 | 546 |
| Valezim | 742 | 789 | 738 | 775 | 746 | 729 | 740 | 708 | 673 | 727 | 619 | 595 | 472 | 382 |
| Várzea de Meruge | 490 | 419 | 410 | 451 | 447 | 434 | 436 | 456 | 504 | 453 | 400 | 341 | 299 | 281 |
| Vide | 1700 | 1930 | 2400 | 2419 | 3042 | 3053 | 3148 | 3164 | 2786 | 2629 | 1905 | 1525 | 1116 | 843 |
| Vila Cova à Coelheira | 484 | 527 | 575 | 594 | 682 | 636 | 660 | 718 | 725 | 813 | 653 | 526 | 572 | 574 |

Fonte: Censos/Recenseamentos Gerais da População (1864-2001).

Autoria própria

Figura 1: Localização geográfica das Juntas de Freguesia da AIBTSE



Autoria Própria

Índice

| | página |
|---|--------|
| Figura 1: Esboço feito por Alexander von Humbolt com o intuito de reproduzir os territórios por si percorridos e estudados. | 9 |
| Figura 2: A Serra da Estrela no contexto da Cordilheira Central Portuguesa. | 12 |
| Figura 3: (da esquerda para a direita) Vista das montanhas <i>Hajar Al Ghabi</i> ; Fotografia do interior de um <i>dawood falaj</i> ; Esquema representativo de <i>dawood falaj</i> . | 20 |
| Figura 4: A importância das montanhas nos caudais de alguns rios. | 21 |
| Figura 5: Localização dos aquíferos existentes no planeta em 2008. | 22 |
| Figura 6: Modelo de desenvolvimento para os territórios de montanha de acordo com experiência adquirida no âmbito do projecto suíço MAB. | 28 |
| Figura 7: Localização dos municípios com parques de aerogeradores instalados e respectiva capacidade de produção de energia. | 32 |
| Figura 8: Regras e relações dos agentes locais na implementação do turismo de montanha sustentável. | 34 |
| Figura 9: Esquema da valorização das funções das montanhas e da relação destas com o desenvolvimento sustentável dos territórios de montanha. | 35 |
| Figura 10: Secção de municípios de montanha da Associação Nacional de Municípios Portugueses. | 62 |
| Figura 11: Relação entre a percentagem das áreas com elevado valor natural e o respectivo investimento, nos territórios desfavorecidos, por País. | 75 |
| Figura 12: Relação entre a agricultura e a Rede Natura 2000. | 76 |
| Figura 13: Investimentos agro-ambientais em relação à percentagem da área com elevado valor natural, por País | 77 |

| | |
|--|-----|
| Figura 14: Objectivos para o desenvolvimento rural, para o período 2007-2013 e respectivos Eixos. | 79 |
| Figura 15: As Intervenções Territoriais Integradas em Portugal Continental. | 81 |
| Figura 16: Localização da Serra da Estrela (AIBTSE) em Portugal Continental | 83 |
| Figura 17: Recursos naturais e culturais da Serra da Estrela | 84 |
| Figura 18: Património natural e construído da Serra da Estrela. | 86 |
| Figura 19: O uso do solo na Serra da Estrela, em 1985. | 87 |
| Figura 20: O uso do solo na Serra da Estrela, em 2000. | 88 |
| Figura 21: Distribuição percentual do uso do solo na Serra da Estrela, em 1985 e 2000, por concelho. | 90 |
| Figura 22: Localização e identificação dos concelhos que compõem a AIBTSE. | 91 |
| Figura 23: Principais vias rodoviárias da Serra da Estrela. | 93 |
| Figura 24: A evolução da população residente nos concelhos da AIBTSE em 1864-2007. | 94 |
| Figura 25: Máximo demográfico nos concelhos da AIBTSE. | 97 |
| Figura 26: Variação da população residente na serra da Estrela entre 1950 e 1981, por freguesia. | 98 |
| Figura 27: Variação da população residente na Serra da Estrela entre 1950 e 2001, por freguesia. | 100 |
| Figura 28: Variação da população residente, na Serra da estrela, entre 1981 e 1991, por freguesia. | 101 |

| | |
|---|-----|
| Figura 29: Variação da população residente, na Serra da Estrela entre 1991 e 2001, por freguesia. | 102 |
| Figura 30: Evolução do índice de envelhecimento da população de 1991-2001, na Serra da Estrela, por concelho. | 104 |
| Figura: 31 População, da Serra da Estrela, por sector de actividade em 1991-2001. | 106 |
| Figura 32: Territórios abrangidos pelas AIBT que tiveram lugar na Região Centro. | 113 |
| Figura 33: Localização das Aldeias onde se desenvolveu a Medida II.3 acções. | 113 |
| Figura 34: Projectos e respectivo montante financeiro, por Linha de Acção da AIBTSE | 120 |
| Figura 35: Projectos e montante financeiro, aprovado pela ABTSE por entidade promotora. | 122 |
| Figura 36: Investimento total da AIBTSE, por entidade executora. | 123 |
| Figura 37: Projectos e o investimento da AIBTSE, por Município, consoante o tipo de Freguesia onde o projecto decorreu. | 127 |

Índice de quadros

| | página |
|--|--------|
| Quadro 1: Princípios chave para o desenvolvimento dos territórios de montanha | 38 |
| Quadro 2: Países com legislação específica para os territórios de montanha e as respectivas escalas de aplicabilidade. | 56 |
| Quadro 3: Amostra de países com legislação específica para as áreas de montanha e grandes temáticas regulamentadas por essa legislação. | 60 |
| Quadro 4: Balanço do impacte das medidas do período de programação 2000-2006, no Desenvolvimento Rural de Portugal. | 73-74 |
| Quadro 5: População residente, nos concelhos da Serra da Estrela, segundo os grandes grupos etários em 2001. | 102 |
| Quadro 6: População por sector de actividade, nos concelhos da Serra da Estrela, 1991-2001. | 105 |
| Quadro 7: O desemprego na Serra da Estrela, por concelho, em 1991-2001. | 107 |
| Quadro 8: Evolução do número de estabelecimentos de hospedagem e da respectiva capacidade de alojamento na área de estudo, em 1991-2001. | 108 |
| Quadro 9: Número de projectos e investimento aprovados por Linha de Acção da AIBTSE | 118 |
| Quadro 10: Projectos e investimento aprovado pela AIBTSE, por tipo | 120 |
| Quadro 11: Projectos e investimento aprovados pela AIBTSE por promotor. | 121 |
| Quadro 12: Localização geográfica dos projectos aprovados pela AIBTSE. | 124 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 13: Repartição dos projectos e investimento da AIBTSE, pelas Freguesias Sede de Concelho e pelas outras Freguesias. | 126 |
| Quadro 14: Tipologias de turismo nos municípios da AIBTSE. | 142 |

Índice de fotografias

| | página |
|---|--------|
| Fotografia 1: Edifício central do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (Seia) | 128 |
| Fotografia 2: Moradia que já existia na quinta, transformada em edifício de apoio. (Seia) | 129 |
| Fotografia 3: Ampliação do Solar de Vila Ruiva (Fornos de Algodres) | 130 |
| Fotografia 4: Pista sintética de esqui (Manteigas) | 131 |
| Fotografia 5: Real Fábrica de Panos - Centro de Documentação (Covilhã) | 132 |
| Fotografia 6: Em primeiro plano Real Fábrica Veiga (Ecomuseu de Lanifícios), e em segundo plano a Real Fábrica de Panos (Centro de Documentação) (Covilhã). | 133 |
| Fotografias 7 e 8: Aspectos do Centro de Interpretação do Azeite – Lagar Municipal de Belmonte. | 134 |
| Fotografias 9, 10 e 11: Resultados da requalificação urbana junto às Muralhas da Covilhã. | 135 |
| Fotografia 12: Parque do Mandanelho (Oliveira do Hospital). | 135 |

Índice

| | página |
|--|--------|
| Dedicatória | 3 |
| Agradecimentos | 4 |
| Resumo | 5 |
| Abstract | 7 |
| Introdução | 9 |
| | |
| PARTE I – AS ÁREAS DE MONTANHA: CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 16 |
| CAPÍTULO 1. Questões intrínsecas ao desenvolvimento sustentável das áreas de montanha | 17 |
| 1.1 O significado das montanhas | 17 |
| 1.2 A importância das montanhas | 20 |
| 1.2.1 “Bio-water towers” do planeta | 20 |
| 1.2.2 Biodiversidade | 27 |
| 1.2.3 Fontes de energia | 29 |
| 1.2.4 Turismo | 32 |
| CAPÍTULO 2. Desenvolvimento sustentável das áreas de Montanha: Dos documentos orientadores às políticas | 37 |
| 2.1 À escala global | 39 |
| 2.2 À escala europeia | 47 |
| 2.3 A legislação nacional existente sobre as áreas de montanha | 54 |
| 2.4 Em Portugal | 61 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 3. As incidências das políticas de desenvolvimento na União Europeia nas Áreas de Montanha | 65 |
| 3.1 Tendências evolutivas das políticas para o mundo rural | 65 |
| 3.2 Balanço das medidas e acções de desenvolvimento rural (2000-2006), em Portugal, | 72 |
| 3.3 Perspectivas no âmbito do desenvolvimento rural em Portugal, 2007–2013 | 78 |
| PARTE II – A SERRA DA ESTRELA NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS TERRITORIALIZADAS DE DESENVOLVIMENTO | 82 |
| CAPÍTULO 4. Retrato territorial da Serra da Estrela | 83 |
| 4.1 Inserção e traços fisiográficos | 83 |
| 4.2 Uso do solo | 87 |
| 4.3 População | 91 |
| 4.4 Geo-economia | 105 |
| CAPÍTULO 5. A Acção Integrada da Base Territorial da Serra da Estrela | 111 |
| 5.1 A Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela no contexto do Programa Operacional da Região Centro (2000-2006) | 111 |
| 5.2 Os resultados da Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela | 116 |
| 5.2.1 Linhas de Acção | 116 |
| 5.2.2 Projectos | 118 |
| 5.2.3 Entidades promotoras dos projectos | 121 |
| 5.2.4 Financiamento / esforço financeiro dos promotores dos projectos apoiados pela AIBTSE | 122 |
| 5.2.5 Localização geográfica dos projectos | 124 |
| 5.2.6 Projectos-âncora | 128 |

| | |
|-----------------------|-----|
| Conclusões | 138 |
| Bibliografia | 147 |
| Netografia | 156 |
| Abreviaturas | 157 |
| Anexo I – quadro 1 | 160 |
| Anexo I – quadro 2 | 164 |
| Anexo II – figura 1 | 169 |
| Índice de figuras | 170 |
| Índice de quadros | 173 |
| Índice de fotografias | 175 |
| Índice | 176 |